



Faculdade de Arquitectura - Universidade Técnica de Lisboa

**A contribuição do desenho urbano para a saúde física e
mental das pessoas:**

Metodologias para conceber *cidade*.

Catarina Inês Meneses Delgado Serrano

(Licenciada)

Dissertação

para obtenção do Grau de Mestre em Planeamento Urbano e Territorial

Orientadora Científica: Professora Doutora Maria Elisabete Ferreira Freire

Co-Orientador Científico: Mestre José Luís Mourato Crespo

Júri:

Presidente: Professora auxiliar Isabel Maria Augusto De Sousa Rosa

Vogais: Professora Doutora Maria Elisabete Ferreira Freire

Mestre José Luís Mourato Crespo

Professora Doutora Iva Miranda Pires

Lisboa, FAUTL, Julho de 2011

Universidade Técnica de Lisboa – Faculdade de Arquitectura

Título da Dissertação: A contribuição do desenho urbano para a saúde física e mental das pessoas: metodologias para conceber *cidade*.

Nome da aluna: Catarina Inês Meneses Delgado Serrano

Orientadora Científica: Professora Doutora Maria Elisabete Ferreira Freire

Co-Orientador Científico: Mestre José Luís Mourato Crespo

Mestrado: Mestrado Integrado em Arquitectura com Especialização em Planeamento Urbano e Territorial

Data: Julho de 2011

Resumo

São vários os autores, que defendem a teoria que as formas como as cidades são desenhadas e, especialmente, os seus espaços públicos podem atrair ou repelir as populações; e, também como a qualidade dos espaços públicos podem afectar, positivamente ou negativamente, a saúde física e mental dos seus utilizadores. (Cullen, 1983; Pile, 1996; Jacobs, 2000; Lynch, 2000; Gehl, 2006; Innerarity, 2006; Muga, 2006; entre outros),

Esta dissertação apresenta-se com uma tentativa de avaliação da qualidade dos espaços públicos em quatro áreas da cidade de Lisboa Assim, serão discutidos os resultados de uma avaliação e classificação em áreas confinadas que representam diferentes fases de desenvolvimento urbano e que exprimem diferentes formas de consolidação e ocupação do território. Entre as quatro zonas estudadas está incluída uma das mais recentes áreas reabilitadas onde se localizou a exposição mundial realizada em 1998 (EXPO 98).

Até que ponto as populações são sensíveis à qualidade destas áreas? Como as classificam? Quais as suas visões/exigências de espaço público quanto à sua qualidade e atractividade? Como o usam com que frequência o procuram actualmente e futuramente e, se as condições melhorassem? Que emoções e comportamentos estão associadas a determinados espaços? São algumas das questões que se pretende responder com este trabalho e que nos levam ao entendimento das relações existentes entre o estado físico e psíquico das pessoas e os espaços que as mesmas desfrutam e utilizam.

Palavras-Chave: Desenho Urbano, Percepção do Espaço, Comportamento, Espaço Social, Saúde Física e Psíquica.

Title of the Dissertation: Urban design contribution to human physical and mental health: methodologies for making the city.

Name of the student: Catarina Inês Meneses Delgado Serrano

Main Supervisor: Professora Doutora Maria Elisabete Ferreira Freire (PhD)

Second Supervisor: Mestre José Luís Mourato Crespo (MA Sc.)

Master: Integrated Master on Architecture, Specialization on Urban and Territorial Planning

Date: July 2011

Abstract

Several authors, such as Cullen (1983), Pile (1996), Lynch (2000), Jacobs, (2000) Gehl (2006), Innerarity (2006) or Muga (2006), have point out that the way we design our cities and, in particular, their public spaces may attract or repel the populations; and, at the end, the quality of the public spaces may affect the physical and mental health of their users. This master thesis is an early attempt to understand the quality of Lisbon public spaces.

Thus, this study will present and discuss the results from an assessment and classification undertaken on some particular areas of Lisbon which they represent different stages of urban development and express different ways of consolidating and occupation of its territory; among the four case study sites it is included one of the most recent renewable area where it was allocated the world exposition in 1998 (EXPO98). How aware is the population about the quality of these particular areas? How they classify them? What are human perception and demands about an attractive urban public space? How they use them and how often? How they could be used if the conditions would positively change? Which sensations and behaviours are associated to some particular territories? These are some of the questions that the present research tries to answer and that will guide us to understand the relationship between humans physical and psychological state and the quality of the public spaces that are used by them.

Key-words: Urban Design, Space Perception, Behaviour, Social Relation, Physic Health, Mental Health.

Agradecimentos

É com muito amor, orgulho e infinda saudade que dedico esta dissertação ao meu pai, Herlander Delgado Serrano, falecido durante este período, e que estará sempre presente em tudo a que me dedico como minha inspiração.

O meu profundo agradecimento aos meus orientadores científicos, Professora Maria Elisabete Freire e Professor José Luís Crespo, pela dedicação e envolvimento no estudo, disponibilidade e compreensão, rigor, conselhos e motivação que desde sempre me propiciaram.

Sem ordem de preferência e com igual carinho, agradeço à minha mãe, Maria de Jesus Menezes Serrano, à minha irmã, Diana Inês Serrano e ao meu namorado, Tiago Francisco, o carinho, força, e apoio que sempre me dedicaram, pela compreensão e pela minha frequente ausência e indisponibilidade.

Às minhas amigas e sem ordem de preferência, Tânia Isabel Tonaco dos Santos, Maria Rita Fontes, Ana Elisabete Batalha, Helena Rino de Moraes e Ana Catarina Duarte pela disponibilidade e colaboração ao me facultarem alguma da bibliografia referenciada.

Dada a extensa amplitude do estudo, perspectivou-se, desde o seu início, uma recolha de informação intensiva no sentido de garantir rigor e credibilidade aos resultados o que exigia a aplicabilidade de um grande número de inquéritos. A concretização dessa fase foi facilitada e melhor monitorizada com a colaboração dos amigos e amigas, Ana Patrícia Amador de Oliveira, Carla Gonçalves Pires, Vanessa Varela Costa, Tânia Ferreira, Diogo Santos e André Henriques; a todos agradeço a colaboração, persistência e dedicação.

Ao Professor Fernando Adelino, Coordenador da disciplina Introdução às Tecnologias de Informação e Comunicação na Escola D. António de

Ataíde, pela cooperação, sugestões e auxílio no tratamento dos dados relativos aos inquéritos.

À equipa de técnicos e especialistas do Gabinete de Estudos Olisiponenses (GEO), pelo profissionalismo, rigor e cooperação.

À estimada Professora Cristina Henriques, coordenadora do Centro de Cartografia da Faculdade de Arquitectura (UTL), por ter facultado a cartografia referente a Moscavide.

Aos meus amigos Mestre João Vasconcelos e Mestre Ricardo Almendra com quem partilhei o espaço de trabalho na FA-UTL, no gabinete do projecto de investigação CLIMAHABS, coordenado pela minha orientadora, agradeço as sugestões e o auxílio na concepção da informação cartográfica.

À Dra. Ana Borralho, psicóloga e amiga, pela motivação, carinho e profissionalismo na fase inicial do estudo aquando da doença do meu pai.

Índice geral

| | |
|--|-----------|
| Resumo | 1 |
| Abstract | 2 |
| Agradecimentos | 3 |
| | |
| Índice geral..... | 5 |
| Índice de figuras | 8 |
| Índice de fotografias..... | 15 |
| Índice de quadros | 17 |
| | |
| Preâmbulo | 19 |
| Estado da Arte | 21 |
| | |
| Capítulo I – Ambiente e Saúde..... | 24 |
| 1.1. Ambiente e Saúde..... | 24 |
| 1.2. Clima Urbano. | 30 |
| 1.3. Ruído..... | 33 |
| 1.4. Espaços verdes: contributos para uma melhoria da qualidade de vida urbana. | 35 |
| 1.5. Conclusão. | 39 |
| | |
| Capítulo II – Espaço público. Contributos para a saúde da população. | 40 |
| 2.1. Funções e actividades da cidade..... | 40 |
| 2.2. Como o espaço construído pode afectar a saúde dos seus utilizadores..... | 45 |
| 2.3. Espaço público urbano: conceito, função e avaliação..... | 46 |
| 2.4. A importância do desenho urbano na concepção do espaço público..... | 49 |
| 2.5. Mobiliário urbano..... | 53 |
| 2.6. Espaço público e segurança..... | 54 |
| 2.7. Conclusão. | 59 |

| | |
|---|------------|
| Capítulo III – Relações estabelecidas entre as pessoas e o espaço público urbano | 60 |
| 3.1. Psicologia e sociologia urbana. | 60 |
| 3.2. Identidade e singularidade do espaço. | 61 |
| 3.3. Sentido de pertença e apropriação do espaço..... | 62 |
| 3.4. Sociabilização versus privacidade. | 65 |
| 3.5. Conclusão. | 67 |
| | |
| Capítulo IV – Casos de Estudo. | 68 |
| 4.1. Introdução. | 68 |
| 4.2. Metodologia..... | 75 |
| 4.2.1. Fundamentação das questões presentes no modelo aplicado - Inquérito..... | 80 |
| 4.3. Caracterização da população..... | 89 |
| 4.3.1. Bairro dos Olivais Norte e Sul..... | 89 |
| 4.3.3. Moscavide. | 97 |
| 4.3.4. Parque das Nações. | 100 |
| 4.4. Caracterização do edificado..... | 103 |
| 4.4.1. Bairro dos Olivais Norte e Sul..... | 103 |
| 4.4.2. Moscavide. | 106 |
| 4.4.3. Parque das Nações. | 106 |
| 4.5. Bairro dos Olivais Norte e Sul..... | 107 |
| 4.5.1. Morfogénese e metamorfoses do lugar. | 107 |
| 4.5.2. Morfologia e imagem urbana. | 112 |
| 4.5.2.1. Bairro dos Olivais Norte..... | 112 |
| 4.3.2.2 Bairro dos Olivais Sul | 116 |
| 4.5.5. Caracterização e avaliação da qualidade do espaço público do Bairro dos Olivais Norte..... | 121 |
| 4.5.6. Conclusão. | 146 |

| | |
|--|------------|
| 4.5.7. Caracterização e avaliação da qualidade do espaço público do Bairro dos Olivais Sul. | 151 |
| 4.5.7. Conclusão. | 173 |
| 4.6. Moscavide. | 179 |
| 4.6.1. Morfogénese e metamorfoses do lugar. | 179 |
| 4.6.2. Morfologia e imagem urbana. | 181 |
| 4.6.5. Caracterização e avaliação da qualidade do espaço público. | 183 |
| 4.6.5. Conclusão. | 203 |
| 4.7. Parque das Nações. | 208 |
| 4.7.1. Morfogénese e metamorfoses do lugar. | 208 |
| 4.7.2. Morfologia e imagem urbana. | 216 |
| 4.7.3. Caracterização e avaliação da qualidade do espaço público. | 218 |
| 4.7.4. Conclusão. | 237 |
| Capítulo V – Conclusão. | 244 |
| Capítulo VI – Considerações finais. | 251 |
| Referências bibliográficas. | 253 |
| Referências electrónicas. | 259 |
| Anexo I - Inquérito. | 261 |

Índice de figuras

| | |
|--|----|
| Figura 1 - Âmbito de Estudo | 19 |
| Figura 2 - Processo psico-fisiológico do <i>stress</i> (Muga, 2006, p. 223, figura 11.1, adaptado por C. Serrano). | 29 |
| Figura 3 - Principais domínios climáticos com impacte no espaço urbano (Hollander & Staatsen, 2003, adaptado por C. Serrano)..... | 30 |
| Figura 4 - Modelo das casuais conexões entre o ruído, a reacção da comunidade, modificadores e efeitos na saúde (World Health Organization, 2000, p. 14, fig, 2, adaptado por C. Serrano). | 34 |
| Figura 5 – Modelo dos factores que podem influenciar o ambiente urbano da cidade e a qualidade de vida dos seus utilizadores (C. Serrano, 2011)..... | 39 |
| Figura 6 - Graduação da intensidade das diversas formas de contacto (Gehl, 2006, p. 23, fig. 3, adaptado por C. Serrano)..... | 40 |
| Figura 7 - Representação gráfica das relações entre a qualidade dos espaços exteriores e o aparecimento das actividades exteriores (Gehl, 2006, p. 19, fig. 1, adaptado por C. Serrano). | 41 |
| Figura 8 - Sistematização e classificação dos Espaços Públicos Urbanos (Francisco, 2005, p. 6, fig. 1, adaptado por C. Serrano). | 48 |
| Figura 9 – Modelo da influência do desenho e configuração urbana na saúde e bem-estar físico e psíquico das pessoas (C. serrano, 2011) | 59 |
| Figura 10 – Uso e apropriação do espaço (Menezes, 2008, p. 13, fig. 1, adaptado por C. Serrano). | 64 |
| Figura 11 – Elementos de compreensão dos cenários comportamentais (Menezes, 2008, p. 14, quadro 1, adaptado por C. Serrano)..... | 65 |
| Figura 12 – Modelo da relação entre a forma de apropriação do espaço, a sua relação com os utilizadores e estado psíquico e social dos mesmos (C. Serrano, 2011). | 67 |
| Figura 13 - Modelo de desenvolvimento do estudo (C. Serrano, 2011)..... | 70 |

| | |
|--|-----|
| Figura 14 - Representação das áreas de estudo (Fonte: Google Earth, imagem de 2007, retirada em 10 de Agosto de 2011, adaptado por C. Serrano). | 71 |
| Figura 15 - Processos de percepção (Esteves, 1999, p. 33, adaptado de Bailly, 1977, p. 30). | 78 |
| Figura 16 – Representação da evolução da população dos Olivais Sul (Dias, <i>et al.</i> , 1993, p. 27, adaptado por C. Serrano). | 90 |
| Figura 17 – Representação da população residente por género (Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 2001, mapas realizados por C. Serrano). | 91 |
| Figura 18 – Representação da estrutura etária da população residente (Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 2001, mapas realizados por C. Serrano). | 92 |
| Figura 19 – Representação do nível de instrução da população residente (Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 2001, mapas realizados por C. Serrano). | 93 |
| Figura 20 – Representação da população residente que concluiu ou frequenta o ensino (Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 2001, mapas realizados por C. Serrano). | 94 |
| Figura 21 – Representação da população residente que trabalha ou estuda no concelho de residência (Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 2001, mapas realizados por C. Serrano). | 95 |
| Figura 22 – Representação da empregabilidade da população residente (Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 2001, mapas realizados por C. Serrano). | 96 |
| Figura 23 – Representação dos sectores de actividade da população residente (Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 2001, mapas realizados por C. Serrano). | 97 |
| Figura 24 – Representação da época de construção dos edifícios (Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 2001, mapas realizados por C. Serrano). | 103 |
| Figura 25 – Representação do uso do edificado (Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 2001, mapas realizados por C. Serrano). | 104 |
| Figura 26 – Representação dos tipos de ocupação dos alojamentos existentes em 2001 (Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 2001, mapas realizados por C. Serrano). | 105 |

| | |
|--|-----|
| Figuras 27 e 28 - Ortofotomapa dos Bairros dos Olivais Norte e Sul (Fonte: Google Earth, imagem de 2007, retirada em 10 de Agosto de 2011). | 107 |
| Figura 29 - Plano geral do Bairro dos Olivais Norte (Dias, et al., 1993, p. 48, adaptado por C. Serrano). | 114 |
| Figura 30 - Esquema representativo da morfologia e conceito do Bairro dos Olivais Sul (Dias, et al., 1993, p. 52). | 117 |
| Figura 31 - Plano geral do Bairro dos Olivais Sul (Dias, et al., 1993, p. 54-55, adaptado por C. Serrano). | 118 |
| Figura 32 - Bairro dos Olivais Norte (realizado por C. Serrano). | 121 |
| Figura 33 - Situação profissional dos inquiridos nos Olivais Norte (C. Serrano, 2011). | 125 |
| Figura 34 - Estado civil dos inquiridos nos Olivais Norte (C. Serrano, 2011). | 126 |
| Figura 35 - Estado de saúde dos inquiridos nos Olivais Norte (C. Serrano, 2011). | 126 |
| Figura 36 - Principais problemas de saúde dos inquiridos nos Olivais Norte (C. Serrano, 2011). | 127 |
| Figura 37 - Gravidade do tipo de problema de saúde dos inquiridos nos Olivais Norte (C. Serrano, 2011). | 127 |
| Figura 38 - Estado emocional dos inquiridos nos Olivais Norte (C. Serrano, 2011)... | 128 |
| Figura 39 - Actividades de lazer dos inquiridos nos Olivais Norte (C. Serrano, 2011). | 130 |
| Figura 40, 41 e 42 - Gráficos representativos da segurança sentida pelos inquiridos nos Olivais Norte, tal como, da existência de áreas de maior insegurança (C. Serrano, 2011). | 131 |
| Figura 43 - Razões pelas quais o Bairro dos Olivais Norte é considerado inseguro (C. Serrano, 2011). | 132 |
| Figura 44 - Nível de qualidade do espaço público dos Olivais Norte (C. Serrano, 2011). | 132 |

| | |
|---|-----|
| Figura 45 - Contributo positivo e/ou negativo do espaço público dos Olivais Norte para o seu utilizador (C. Serrano, 2011). | 133 |
| Figura 46, 47 e 48 - Avaliação da qualidade do s espaços públicos dos Olivais Norte (C. Serrano, 2011). | 135 |
| Figura 49 - Sugestões para melhoria do s espaços públicos dos Olivais Norte (C. Serrano, 2011). | 136 |
| Figura 50 - Níveis de satisfação da vizinhança nos Olivais Norte (C. Serrano, 2011). | 137 |
| Figura 51 - Relação de vizinhança nos Olivais Norte (C. Serrano, 2011). | 138 |
| Figura 52 - Formas de deslocação dos inquiridos nos Olivais Norte (C. Serrano, 2011). | 140 |
| Figura 53 - Razão pela qual os utilizadores dizem não conhecer o Bairro dos Olivais Norte (C. Serrano, 2011). | 141 |
| Figura 54 - Vivências urbanas passadas nos Olivais Norte (C. Serrano, 2011). | 141 |
| Figura 55 - Importância do espaço público para os utilizadores do Bairro dos Olivais Norte (C. Serrano, 2011). | 142 |
| Figura 56 – Exemplos de mapas cognitivos recolhidos nos Olivais Norte (elaborados pelos inquiridos, 2010 e 2011) | 144 |
| Figura 57 – Zonas consideradas inseguras no Bairro dos Olivais Norte (C. Serrano, 2011). | 146 |
| Figura 58 – Bairro dos Olivais Sul (realizado por Catarina Serrano). | 151 |
| Figura 59 - Situação profissional dos inquiridos nos Olivais Sul. | 154 |
| Figura 60 - Estado civil dos inquiridos nos Olivais Sul. | 154 |
| Figura 61 - Estado de saúde dos inquiridos nos Olivais Sul. | 155 |
| Figura 62 - Principais problemas de saúde dos inquiridos nos Olivais Sul. | 155 |
| Figura 63 - Gravidade do tipo de problemas de saúde dos inquiridos nos Olivais sul. | 156 |

| | |
|---|-----|
| Figura 64 - Estado emocional dos inquiridos nos Olivais sul..... | 156 |
| Figura 65 - Actividades de lazer dos inquiridos nos Olivais Sul..... | 158 |
| Figura 66, 67 e 68 - Segurança sentida pelos inquiridos nos Olivais Sul, tal como, a existência de áreas de maior insegurança. | 159 |
| Figura 69 - Razões pelas quais o Bairro dos Olivais Sul é considerado inseguro. | 160 |
| Figura 70 - Nível de qualidade do espaço público dos Olivais Sul. | 160 |
| Figura 71 - Contributo positivo e/ou negativo do espaço público dos Olivais Sul para o seu utilizador..... | 161 |
| Figuras 72, 73 e 74 - Avaliação da qualidade do s espaços públicos dos Olivais Sul. | 163 |
| Figura 75 - Sugestões para melhoria do s espaços públicos dos Olivais Sul. | 164 |
| Figura 76 - Níveis de satisfação da vizinhança nos Olivais Sul. | 165 |
| Figura 77 - Relação de vizinhança nos Olivais Sul..... | 165 |
| Figura 78 - Formas de deslocação dos inquiridos nos Olivais Sul..... | 167 |
| Figura 79 - Razão pela qual os utilizadores dizem não conhecer o Bairro dos Olivais Sul. | 168 |
| Figura 80 - Vivências urbanas passadas nos Olivais Sul. | 169 |
| Figura 81 - Importância do espaço público para os utilizadores do Bairro dos Olivais Sul. | 170 |
| Figura 82 - Exemplos de mapas cognitivos recolhidos nos Olivais Sul (elaborados pelos inquiridos, 2010 e 2011). | 172 |
| Figura 83 - Zonas consideradas inseguras no Bairro dos Olivais Sul (C. Serrano, 2011). | 173 |
| Figura 84 - Ortofotomapa de Moscavide (Fonte: Google Earth, imagem de 2007, retirada em 10 de Agosto de 2011). | 179 |
| Figura 85 – Moscavide (realizado por C. Serrano). | 183 |

| | |
|--|-----|
| Figura 86 - Situação profissional dos inquiridos em Moscavide. | 186 |
| Figura 87 - Estado civil dos inquiridos em Moscavide. | 186 |
| Figura 88 - Estado de saúde dos inquiridos em Moscavide. | 187 |
| Figura 89 - Principais problemas de saúde dos inquiridos em Moscavide..... | 187 |
| Figura 90 - Gravidade do tipo de problema de saúde dos inquiridos em Moscavide. | 188 |
| Figura 91 – Estado emocional dos Inquiridos em Moscavide..... | 188 |
| Figura 92 - Actividades de lazer dos inquiridos em Moscavide. | 189 |
| Figura 93, 94 e 95 - Segurança sentida pelos inquiridos em Moscavide, tal como, a existência de áreas de maior insegurança. | 190 |
| Figura 96 - Razões pelas quais o bairro de Moscavide é considerado inseguro. | 191 |
| Figura 97 - Nível de qualidade do espaço público em Moscavide. | 191 |
| Figura 98 - Contributo positivo e/ou negativo do espaço público de Moscavide para o seu utilizador..... | 192 |
| Figura 99, 100 e 101 - Avaliação da qualidade do s espaços públicos de Moscavide. | 194 |
| Figura 102 - Sugestões para melhoria dos espaços públicos de Moscavide..... | 195 |
| Figura 103 - Níveis de satisfação da vizinhança em Moscavide..... | 195 |
| Figura 104 - Relação de vizinhança em Moscavide. | 196 |
| Figura 105 - Formas de deslocação dos inquiridos em Moscavide. | 197 |
| Figura 106 - Razão pela qual os utilizadores dizem conhecer o Bairro de Moscavide. | 198 |
| Figura 107 - Vivências urbanas passadas em Moscavide..... | 199 |
| Figura 108 - Importância do espaço público para os utilizadores de Moscavide. | 199 |
| Figura 109 - Exemplos de mapas cognitivos recolhidos em Moscavide (elaborados pelos inquiridos, 2010 e 2011). | 202 |

| | |
|--|-----|
| Figura 110 – Zonas consideradas inseguras em Moscavide (C. Serrano, 2011)..... | 203 |
| Figura 111 - Parque das Nações (realizado por C. Serrano)..... | 218 |
| Figura 112 - Situação profissional dos inquiridos no Parque das Nações. | 220 |
| Figura 113 - Estado civil dos inquiridos no Parque das Nações. | 220 |
| Figura 114 - Estado de saúde dos inquiridos no Parque das Nações. | 221 |
| Figura 115 - Principais problemas de saúde dos inquiridos no Parque das Nações.. | 221 |
| Figura 116 - Gravidade do tipo de problemas de saúde dos inquiridos no Parque das Nações. | 222 |
| Figura 117 - Estado emocional dos inquiridos no Parque das Nações..... | 223 |
| Figura 118 - Actividades de lazer dos inquiridos no Parque das Nações. | 223 |
| Figura 119, 120 e 121 - Segurança sentida pelos inquiridos no Parque das Nações, tal como, a existência de áreas de maior insegurança..... | 224 |
| Figura 122 -Razões pelas quais o Parque das Nações é considerado inseguro..... | 225 |
| Figura 123 - Nível de qualidade do espaço público do Parque das Nações..... | 225 |
| Figura 124 - Contributo positivo e/ou negativo do espaço público do Parque das Nações para o seu utilizador..... | 226 |
| Figura 125, 126 e 127 - Avaliação da qualidade dos espaços públicos do Parque das Nações. | 228 |
| Figura 128 - Sugestões para melhoria dos espaços públicos do Parque das Nações. | 229 |
| Figura 129 -Níveis de satisfação da vizinhança no Parque das Nações. | 230 |
| Figura 130 - Gráfico representativo da relação de vizinhança no Parque das Nações (C. Serrano, 2011). | 230 |
| Figura 131 - Formas de deslocação dos inquiridos no Parques das Nações. | 232 |
| Figura 133 - Vivências urbanas passadas no Parque das Nações..... | 233 |

| | |
|---|-----|
| Figura 135 - Importância do espaço público para os utilizadores do Parque das Nações. | 234 |
| Figura 137 - Exemplos de mapas cognitivos recolhidos no Parque das Nações (elaborados pelos inquiridos, 2010 e 2011)..... | 236 |
| Figura 138 – Zonas consideradas inseguras no Parque das Nações (C. Serrano, 2011). | 237 |

Índice de fotografias

| | |
|--|-----|
| Fotografias 1 e 2- Espaços verdes adjacentes ao edificado no Bairro dos Olivais Norte (registo de 2011 por C. Serrano)..... | 114 |
| Fotografia 3 - Caminhos pedonais e espaços verdes adjacentes ao edificado no Bairro dos Olivais Norte (registo de 2011 por C. Serrano)..... | 115 |
| Fotografia 4 - Zonas permeáveis de permanência (registo de 2010 por C. Serrano). | 116 |
| Fotografias 5 e 6 - Espaços públicos urbanos do Bairro dos Olivais Sul (registo de 2011 por C. Serrano). | 120 |
| Fotografia 7 - Espaços permeáveis de permanência no Bairro dos Olivais Norte (registo de 2010 por C. Serrano)..... | 122 |
| Fotografia 8 - Área de aplicação do inquérito no Bairro dos Olivais Norte (registo de 2011 por C. Serrano). | 123 |
| Fotografias 9 e 10 – Acessos pedonais a zonas de habitação (registo de 2010 por C. Serrano)..... | 147 |
| Fotografia 11 – Espaço público entre dois conjuntos habitacionais do Bairro dos Olivais Norte (registo de 2010 por C. Serrano). | 148 |
| Fotografia 12 – Pormenor da fachada de um conjunto habitacional no Bairro dos Olivais Norte. | 148 |
| Fotografias 13 e 14 – Caminhos pedonais integrados nos espaços verdes urbanos adjacentes aos conjuntos habitacionais (registo de 2011, C. Serrano). | 149 |

| | |
|--|-----|
| Fotografias 15 e 16 – Caminhos pedonais e zonas de permanência integrados em espaços verdes urbanos nos Olivais Norte (registo de 2011 por C. Serrano.). | 150 |
| Fotografias 17 e 18 – Acessos aos edifícios do bairro dos Olivais Sul (registo de 2010 por C. Serrano.). | 175 |
| Fotografias 19 e 20 – Espaços verdes adjacentes e acessos às habitações no bairro dos Olivais Sul (registo de 2011 por C. Serrano.). | 175 |
| Fotografias 21 e 22 – Vale do Silêncio (registo de 2011 por C. Serrano.). | 176 |
| Fotografia 23 e 24 – Zonas de circulação pedonal no bairro dos Olivais Sul (registo de 2011 por C. Serrano.). | 177 |
| Fotografias 25 e 26 – Comércio local no bairro dos Olivais Sul (registo de 2011 por C. Serrano.). | 177 |
| Fotografias 27 e 28 – Ambiente urbano do bairro dos Olivais Sul (registo de 2011 por C. Serrano.). | 178 |
| Fotografia 29 – Vista aérea parcial de Moscavide (2011). | 181 |
| Fotografia 30 – Ambiente urbano de Moscavide (registo de 2010 por C. Serrano.). | 182 |
| Fotografias 31 e 32 – Ambiente e configuração urbana de Moscavide (registo de 2010 por C. Serrano.). | 204 |
| Fotografias 33 e 34 – Jardim público de Moscavide (registo de 2010 por C. Serrano.). | 205 |
| Fotografias 35 e 36 – Zona Norte de Moscavide (registo de 2010 por C. Serrano.). | 206 |
| Fotografia 37 – Atravessamento entre edifícios de Moscavide (registo de 2010 por C. Serrano.). | 206 |
| Fotografia 38 e 39 – Comércio local de Moscavide (registo de 2010 por C. Serrano.). | 207 |
| Fotografia 40 – Zonas de permanência de Moscavide (registo de 2010 por C. Serrano.). | 208 |
| Fotografia 41 – Ambiente urbano da zona central do Parque das Nações. | 216 |

| | |
|--|-----|
| Fotografia 42 – Ambiente urbano das zonas lúdicas do Parque das Nações. | 217 |
| Fotografia 43 – Zonas de permanência adjacentes ao rio Tejo (registo de 2010 por C. Serrano.)..... | 238 |
| Fotografia 44 – Zona de espaços comerciais de convivência no Parque das Nações (registo de 2010 por C. Serrano.)..... | 239 |
| Fotografias 45 e 46 – Espaços verdes e de circulação adjacentes ao edificado no Parque das Nações (registo de 2010 por C. Serrano.)..... | 240 |
| Fotografias 47 e 48 – Acessos aos edifícios de habitação no Parque das Nações (registo de 2010 por C. Serrano.)..... | 241 |
| Fotografias 49 e 50 – Espaços singulares de permanência envolventes aos edifícios de habitação do Parque das Nações (registo de 2010 por C. Serrano.)..... | 241 |
| Fotografias 51 e 52 – Edifícios singulares do Parque das Nações (registo de 2010 por C. Serrano.)..... | 242 |
| Fotografias 53 e 54 – Espaços verdes urbanos (registo de 2010 por C. Serrano.).... | 243 |

Índice de quadros

| | |
|---|-----|
| Quadro 1 - Classificação etária dos inquiridos nos Olivais Norte (C. Serrano, 2011) | 124 |
| Quadro 2 - Nível de instrução dos inquiridos nos Olivais Norte (C. Serrano, 2011)... | 124 |
| Quadro 3 – Estado psicológico e necessidade de isolamento dos inquiridos no Bairro dos Olivais Norte (C. Serrano, 2011). | 139 |
| Quadro 4 - Classificação etária dos inquiridos nos Olivais Sul (C. Serrano, 2011).... | 153 |
| Quadro 5 - Nível de instrução dos inquiridos nos Olivais Sul (C. Serrano, 2011). | 153 |
| Quadro 6 - Estado psicológico e necessidade de isolamento dos inquiridos no Bairro dos Olivais Sul (C. Serrano, 2011)..... | 167 |

| | |
|---|-----|
| Quadro 7 – Evolução da população residente em Moscavide em 2001 (Fonte: Rede Social do Concelho de Loures, Diagnóstico Social da freguesia de Moscavide, 2005, p. 12, adaptado por C. Serrano). | 98 |
| Quadro 8 – Grupos funcionais de Moscavide em 2001 (Fonte: Rede Social do Concelho de Loures, Diagnóstico Social da freguesia de Moscavide, 2005, p. 12, adaptado por C. Serrano). | 98 |
| Quadro 9 - Classificação etária dos inquiridos em Moscavide (C. Serrano, 2011). ... | 185 |
| Quadro 10 - Nível de instrução dos inquiridos em Moscavide (C. Serrano, 2011)..... | 185 |
| Quadro 11 - Estado psicológico e necessidade de isolamento dos inquiridos no Bairro dos Olivais Norte (C. Serrano, 2011). | 197 |
| Quadro 12 - Classificação etária dos inquiridos no Parque das Nações (C. Serrano, 2011). | 219 |
| Quadro 13 - Nível de instrução dos inquiridos no Parque das Nações (C. Serrano, 2011). | 219 |
| Quadro 14 - Estado psicológico e necessidade de isolamento dos inquiridos no Parque das Nações (C. Serrano, 2011)..... | 231 |

Preâmbulo

O presente estudo pretende interpretar as relações existentes entre o estado físico e psíquico das pessoas e os espaços urbanos que as mesmas fruem e se apropriam. Desta forma, verificar-se-ão os contributos de diferentes espaços da cidade de Lisboa e da sua envolvência para a qualidade de vida urbana dos seus utilizadores.



Figura 1 - Âmbito de Estudo

Sendo o desenho urbano, um instrumento fundamental no processo de concepção da cidade e do espaço público, é primordial compreender que tipo de concepção do espaço se relaciona com diferentes sensações (agradáveis e desagradáveis), sentimentos e formas de apropriação e utilização do mesmo. Através do desenho começa-se por estabelecer e atribuir relações de associação, continuidade e complementaridade a determinados espaços, usos e funções da cidade, criando espaços planeados, coerentes e articulados, para que dessa forma, possam vir a garantir qualidade de vida urbana.

Foram seleccionadas quatro áreas de Lisboa e envolvente para estudo e aplicação do método de investigação: Bairros dos Olivais Norte e Olivais Sul, Moscavide e Parque das Nações. São territórios com morfologias e metamorfoses muito diferentes e singulares possibilitando a abordagem a espaços públicos e a formas de apropriação, também, muito diferentes. O método de investigação aplicado foi o inquérito e,

procurou-se estabelecer com os inquiridos um diálogo aberto no sentido de interpretar o grau de satisfação das pessoas face ao espaço onde estão inseridas, que sentimentos mantêm e como se relacionam socialmente. A aplicação do inquérito foi de uma forma geral bem acolhida demonstrando, na maioria das vezes, disponibilidade e acolhimento para participarem no estudo, com excepção no Bairro dos Olivais Norte onde se sentiu alguma dificuldade em abordar as pessoas e realizar os referidos inquéritos.

A dissertação estrutura-se em cinco capítulos onde o primeiro, *Ambiente e Saúde*, relaciona o ambiente físico, social e urbano e como podem afectar a saúde física e psíquica das pessoas. Neste capítulo, são ainda evidenciados os espaços verdes e os seus contributos para a qualidade de vida urbana. O segundo capítulo, *Espaço público. Contributos para a saúde da população*, aborda o espaço público e os seus contributos para a saúde física e psíquica das pessoas aprofundando conceitos como as funções e actividades da cidade, a avaliação do espaço público, a importância do desenho urbano na concepção do espaço público e, o espaço público e a segurança. Neste capítulo, é feita uma abordagem aprofundada às características físicas dos espaços públicos e, como estes se podem relacionar com a saúde das pessoas e a qualidade de vida urbana. O terceiro capítulo, *Psicologia e Sociologia Urbana*, referencia a importância da identidade e singularidade do espaço para a qualidade de vida urbana como factor de coesão social, sentido de pertença estabelecendo diferentes formas de apropriação do espaço. Compreender a questão de unidade de vizinhança, a sociabilização e a da privacidade contribuirão para o entendimento dos comportamentos e relações sociais estabelecidas no espaço público. No quarto capítulo, *Casos de Estudo*, procede-se à caracterização morfológica e populacional e, aborda-se a imagem urbana de cada zona de estudo. Elabora-se uma caracterização e avaliação da qualidade do espaço público a partir da informação proveniente do inquérito realizado. No capítulo final, concluir-se-á como pode o espaço público contribuir para a qualidade de vida urbana e que soluções urbanas, do ponto de vista do desenho urbano e concepção do espaço público, se adaptam às diferentes necessidades dos seus utilizadores.

Estado da Arte

Uma das mais importantes transformações territoriais que tem ocorrido no mundo é o aumento do grau de urbanização em praticamente todos os países, apesar de existirem ritmos muito diferenciados nos vários continentes (Esteves, 1999, p. 26).

As cidades têm vindo a crescer sofrendo metamorfoses de dia para dia devido à rápida fixação das pessoas vindas das zonas periféricas ou rurais. Apesar de muitos dos aglomerados onde tal facto ocorre já apresentarem estruturas desenvolvidas e consolidadas, acontece que face a isto, as cidades e os seus diferentes espaços e funções tornam-se débeis e incapazes de cumprir as necessidades desta nova realidade, o crescimento rápido e, já considerado, natural das mesmas (Esteves, 1999).

A acelerada fixação populacional das cidades faz surgir problemas associados à falta de estruturas físicas, económicas e sociais que garantam a estabilidade e conforto à vida social e urbana. A preocupação com aos hábitos e modos de vida das pessoas e, consequentes, estados de saúde são uma constante referida por várias organizações e instituições como a Organização Mundial de Saúde (OMS), o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, a Direcção Geral de Saúde e as Nações Unidas e, por muitos autores como Jacobs (2000), Muga (2006), Portas (2007), Lynch (2000), Alcoforado (2009) ou Pile (1996). Esteves (1999) salienta que este crescimento é desequilibrado e fortuito; muitas das pessoas que se instalam na cidade têm baixos níveis de habilitações literárias e qualificações profissionais (Esteves, 1999, p. 26); o que contribui para que se fixem nas áreas mais degradadas da cidade e na sua periferia. Não tendo muito com que se sustentarem procuram cumprir as suas necessidades mais básicas do quotidiano. Gaspar (1987), citado por Esteves (1999), refere que a falta de resposta às necessidades de espaço das classes mais desfavorecidas constitui também uma forma de promover a segregação onde os fenómenos dos bairros clandestinos representam uma evidência. Este é um problema social que propicia a insegurança nos espaços públicos e tem consequências na vida urbana das pessoas e na forma como utilizam e apropriam a cidade.

As questões sociais e económicas (desemprego, dificuldades económicas, a falta de segurança no espaço público, a degradação e inexistência de estruturas físicas suficientes de apoio à vida urbana e a segregação dos espaços e funções urbanas) são consequências deste rápido crescimento, como já foi referido, que, de igual forma, promovem outros problemas a nível da saúde física e psicológica dos utilizadores, tais

como, problemas ambientais resultantes da má gestão do território e falta de planeamento da cidade e estrutura dos seus diferentes espaços.

O planeamento urbano é entendido como um instrumento fundamental para a promoção da qualidade de vida ao nível municipal (Batalha, 2010). Como instrumento, estabelece medidas que a nível local; deve propiciar relações de vizinhança, vivências sociais e espaços urbanos que promovam a confraternização; contribuir e estimular a adopção de estilos de vida saudáveis; diminuir os factores de risco que ocasionam os acidentes urbanos e aumentar a segurança urbana. Desta forma, o planeamento urbano vai contribuir para que se garanta o bem-estar das pessoas e a saúde da população.

Com a evolução da sociedade e suas características, assim como, a adopção de novos modos de vida emergem novas questões relativas aos espaços urbanos, no âmbito da saúde e do ambiente. Batalha (2010), refere que a qualidade do ar, o ruído, e a produção de resíduos têm implicações directas na qualidade de vida e na saúde das pessoas, agravando e gerando doenças respiratórias, contribuindo para a obesidade, problemas de *stress* e depressão. A configuração dos espaços urbanos públicos, a sua multiplicidade e amplitude de funções, as suas variadas dimensões (ambiental, social e económica) e as medidas e práticas resultantes do planeamento urbano, refere a autora, afectam positivamente ou negativamente o bem-estar e a saúde das populações. A Saúde é uma questão fundamental e deverá ser considerada transversal a qualquer medida e prática de planeamento e concepção da cidade numa visão de prevenção.

A OMS, citada por Batalha (2010), refere que os factores ambientes constituem um dos principais determinantes da saúde; a saúde ambiental é um campo decisivo e necessário, contribuindo para garantir e sustentar a qualidade de vida urbana e a saúde pública. Na mesma linha de pensamento, refere que muitos dos aglomerados urbanos portugueses sofrem diversos constrangimentos associados ao bem-estar e saúde, física e psicológica, dos seus utilizadores, resultantes das mais variadas opções de desenho urbano.

Assim, através do desenho urbano poderão ser planeados e projectados os espaços da cidade, definindo funções e estabelecendo relações de continuidade e articulação entre os mesmos. O planeamento e desenho urbano são instrumentos que, com a sua aplicabilidade, vão controlar e estimular o bom desenvolvimento da urbe em proveito dos seus utilizadores, promovendo a qualidade de vida urbana e social, projectando a cidade, antevendo e contribuindo para que situações de insegurança e má apropriação

do espaço, segregação e incompatibilidade de funções não sucedam. Como refere Florentino (2009), o planeamento urbano permite equilibrar o desenvolvimento ambiental, social e económico. O desenho urbano é a forma de aplicação de medidas, concretizando-as urbanisticamente e, segundo o autor, a valorização ambiental do espaço urbano está intimamente relacionada com o seu desenho (Florentino, 2009, p. 41). Assim, salienta que a componente física do espaço urbano exerce uma grande influência no conforto, bem-estar e prazer com que são realizadas as actividades diárias.

Capítulo I – Ambiente e Saúde

1.1. Ambiente e Saúde.

Em 2008, pela primeira vez, mais de metade da população mundial vive em áreas urbanas que têm crescido de forma muito rápida e descontrolada (UNFPA, 2007). De igual modo, em Portugal, a população urbana cresceu de forma acentuada nos últimos quarenta anos (Freire e Crespo, 2011). Esta concentração da população em aglomerados urbanos, em especial, nas suas periferias, tem resultado em expansões urbanas débeis, descaracterizadas e muito pobres do ponto de vista urbanístico. Este ritmo acelerado de crescimento da população urbana pode contribuir para o desencadear de desequilíbrios económicos, de conflitos sociais e iniquidades na saúde da população (UNCHS, 1996 e 2001).

Associado a este rápido crescimento, surgem conseqüentemente sinais de pobreza da população assim como sérios problemas de saúde, físicos e psicológicos. Estas doenças prevalecem e estão, por conseguinte, associadas às características sociais da população, tal como, a falta de condições de habitabilidade, aos comportamentos perante a sociedade e ao espaço que a envolve, ao consumo de álcool e tabaco, estilos de vida sedentários e, ainda, alterações dos padrões alimentares.

WHO define *saúde* como um estado completo de bem-estar físico, mental e social, cujo governo tem a responsabilidade e terá de garantir e propiciar a saúde pública, tal como, medidas sociais para o cumprimento e acesso à saúde de toda a população (Freire, 1996).

O estado da saúde é indissociável da preocupação por um ambiente saudável e equilibrado. A saúde é determinada por uma ampla gama de factores, abrangendo, transversalmente, todos os sectores da sociedade. Os diferentes ambientes, físico, ambiental, social, económico e cultural influenciam a saúde de uma forma complexa e holística e, vice-versa. Assim, quando se abordam os problemas de saúde, nomeadamente nas cidades, procura-se criar soluções de âmbito transversal, o que contribui, de igual forma, para uma cidade saudável do ponto de vista ambiental, urbanístico e social, que se traduz no ambiente urbano vivido pela comunidade; identificando, essencialmente, os problemas de saúde pública que recorrem deste rápido crescimento e optar por soluções que abranjam o planeamento urbano, o ordenamento e a gestão do território. O clima é outro factor que determina a qualidade e o conforto nos espaços urbanos; é fundamental considerá-lo nas opções de desenho urbano e criação dos diferentes espaços da cidade.

Em 2004, a OMS enumera um conjunto de determinantes que, quando alcançadas, contribuirão para a qualidade de vida e o ambiente urbano: melhores condições de habitação, saneamento, disponibilidade de água potável, segurança ambiental, no espaço público e outros espaços da cidade, acesso a serviços de saúde e de educação e, redes adequadas de transportes públicos. No entanto, nem sempre se verifica uma vontade de assumir um compromisso social e político que monitorize a relação e os impactes que o meio físico e social provocam na saúde das populações e comunidades urbanas, numa perspectiva mais ampla e transversal.

As doenças cardiovasculares, a diabetes, a asma e o cancro são as doenças urbanas mais frequentes, em Portugal. Consequentemente, é desejável a promoção de estilos de vida saudáveis: o incentivar da prática de actividade física como iniciativa contra a obesidade, doenças cardiovasculares e respiratórias, a integração social, a melhoria das condições de vida dos habitantes, o envolvimento da comunidade nas decisões (participação dos cidadãos), a definição de soluções no combate à marginalidade, à criminalidade, à precariedade e a situações de conflito e de confronto; por outro lado, importa estabelecer uma estruturada e coerente acessibilidade para que a cidade seja acessível a todos os cidadãos, independentemente da idade e da capacidade física, nomeadamente, a todos aqueles com uma mobilidade condicionada e/ou portadores de deficiências; para isto se concretizar é necessário implementar um adequado planeamento urbano da cidade.

Ambiente engloba estes factores, os quais, contextualizam a vida urbana e afectam a saúde das pessoas, tal como, a forma como se apropriam da cidade e do seu espaço público.

Relativamente à obesidade, investigadores da Escola de Saúde Pública De Mailman, da Universidade de Columbia, em Nova Iorque, desenvolveram um estudo que estabelece a ligação entre ambiente urbano e como ele pode contribuir para a causa deste problema de saúde que afecta uma grande percentagem de todas as faixas etárias da população. No âmbito do mesmo estudo, foram reunidos indícios da relação com o estilo de vida das pessoas e as oportunidades que lhes são oferecidas; foram avaliadas questões como, as características da vizinhança, a geografia das paragens dos transportes públicos, a localização e a qualidade dos parques urbanos e/ou espaços de permanência e lazer, o número de árvores ou os edifícios com elevadores numa determinada rua. São factores que podem afectar o nível de actividade física dos habitantes (sendo defendido, ainda, que o transporte público promove o hábito da caminhada).

A saúde das pessoas que vivem na cidade é influenciada pela área de residência e de trabalho e, ainda, pelo ambiente natural, social e económico que a envolve, pela qualidade e acessibilidade dos serviços públicos que podem usufruir. Batalha (2010) enumera algumas medidas e acções que colocadas em prática poderiam contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas nas cidades:

- complementar os diferentes tipos de jardins (privados, públicos e semi-públicos) com a implementação de espaços verdes que contemplem equipamentos lúdicos e recreativos direccionados para os diferentes grupos etários;
- zonas de lazer e equipamentos lúdicos destinados às crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e zonas mistas cujas funções se destinem a todos os grupos etários;
- assegurar a acessibilidade no espaço urbano através das adequadas ligações entre os espaços públicos e os diferentes edifícios de utilidade pública e privada;
- assegurar a dimensão adequada dos arruamentos e rampas de acesso, garantir locais de paragem, descanso e a sinalética necessária à movimentação e deslocação das pessoas,
- implementar estruturas de ensombramento em locais de permanência e paragem;
- garantir uma boa iluminação nocturna e sinalização viária;
- garantir a limpeza do espaço público urbano e um mobiliário urbano adequado e suficiente à vida urbana.

Entre outras medidas, a autora destaca ainda a concepção e morfologia urbana como um dos instrumentos fundamentais de planeamento e gestão urbana que:

- orientam e asseguram orientações, cérceas, afastamentos de edifícios;
- privilegiam boas exposições solares;
- asseguram a ventilação adequada dos diferentes espaços e minimizam os efeitos prejudiciais do ruído;
- a necessidade de distribuição espacial das funções urbanas (habitação, comércio, serviços, lazer, espaços de circulação...) que deve garantir a compatibilidade e complementaridade de usos evitando situações de desconforto, insalubridade e insegurança;
- promover acções que impeçam a degradação dos espaços e dos edifícios.

Rego *et al.* (2010), Coelho (2010), Gil (2009), Nobre (2010), tal como, Santana *et al.* (2009) reconhecem que o ambiente, físico e social, está relacionado com o estado de saúde das comunidades. Mais uma vez, é salientado que a obesidade é a consequência de:

- o acesso a serviços de saúde e equipamentos desportivos;
- a certas características físicas, tais como, a qualidade e disponibilidade dos espaços verdes;
- à existência de passeios e ciclovias;
- à fraca conectividade da rede viária;
- à imagem social do espaço, relativamente a sentimentos de insegurança, isto é, a capacidade atractiva do espaço e a organização espacial.

À semelhança de Batalha (2010), Coelho (2010) salienta que agradáveis espaços de vizinhança, espaços públicos e equipamentos convidativos e a integração das pessoas e o seu sentimento de pertença relativamente ao local são fundamentais para consolidar e estabelecer uma boa qualidade de vida urbana e social. Gil (2009) acrescenta que a (...) *qualidade dos espaços de encontro permite a interacção entre gerações, classes sociais e diferentes comunidades. Sem estes, a cidade torna-se mais pobre, sem o convívio dos cidadãos, que por sua vez, se isolam nos seus habitats do mundo exterior* (p. 24).

Rego *et al.* (2010) apontam como factores que condicionam a prática de actividade física e, portanto, que conduzem a um aumento do peso da população, a dispersão urbana com uma baixa densidade, que dificulta o desenvolvimento do transporte público e a consequente dependência do transporte individual; por outro lado, a indefinição do solo com longas distâncias entre locais de residência, trabalho, estudo, lazer e serviços necessários ao quotidiano; a estética, a limpeza e a iluminação que condicionam a segurança e os espaços da cidade (o medo de ser agredido, ameaçado ou atropelado), condicionando a prática da actividade física.

O desenho urbano deverá promover meios de transporte activo como andar a pé e de bicicleta e promover uma utilização mista do território com uma harmonização entre áreas comerciais e habitacionais (Rego *et al.*, 2010).

Os autores salientam que a forma como está organizada a sociedade e o desenvolvimento urbano propiciam *ambientes obesogénicos*, estando a obesidade associada à densidade de estabelecimentos que servem a alimentação *fast-food* (comida de fácil e rápido acesso) e a sua aproximação de escolas, em detrimento, da

aconselhável proximidade de estabelecimentos comerciais e supermercados de menor dimensão que, segundo os autores, estão associados ao consumo e maior ingestão de fruta e produtos hortícolas.

A obesidade é considerada uma das maiores ameaças à saúde pública em todo o mundo e, como consequência, pode resultar no aumento de outras *co-morbilidades*, como a *diabetes mellitus*, a *dislipidemia*, as *doenças cardiovasculares* e *alguns tipos de cancro* (Rego *et al.*, 2010). É considerado um problema actual que resulta de um processo complexo e de desarticulação entre os hábitos alimentares da pessoa, a sua falta de actividade física e hábitos sedentários (o estilo de vida está associado à forma como é constituído o ambiente urbano) e, em simultâneo, o ambiente e meio urbano onde se integra.

Rego *et al.* (2010) referem alguns factores que determinam o estilo de vida das pessoas, os seus hábitos diários e a sua atitude face à actividade física:

- a distância que a pessoa terá de percorrer da sua casa para o trabalho;
- a distância em relação a parques e ginásios;
- a segurança no espaço público urbano essencial para o conforto e promoção da caminhada;
- andar de bicicleta e o tempo gasto nas deslocações diárias de carro.

Ainda, salientam que a actividade física e a possibilidade de caminhar apenas serão possíveis de acontecer se determinadas condições se concretizarem e articularem: é necessário sentir segurança e conforto no espaço público; a existência de passeios coerentemente dimensionados segundo o fluxo de pessoas que irão servir; uma utilização do solo equilibrada, tendo em conta que funções urbanas (áreas habitacionais e espaços comerciais de curta distância) que os passeios irão articular promovendo a caminhada e a utilização da bicicleta.

A WHO reforça que este é um problema para a saúde da maioria das pessoas, sendo já comum entre muitos dos meios urbanos. À semelhança de Rego *et al.* (2010), esta organização salienta que a obesidade aumenta os factores de risco e contribui para o aparecimento de doenças crónicas, incluindo diabetes, doenças cardiovasculares e doenças oncológicas. Segundo a WHO o excesso de peso e a obesidade são fenómenos graves a ter em consideração sobretudo nos países mais desenvolvidos e em desenvolvimento, nomeadamente, nos centros urbanos (WHO, 2011); sendo essencial a prática de actividade física regular com intensidade moderada (caminhada, andar de bicicleta, desportos de grupo).

É também considerado prejudicial à saúde, a poluição do ar, muitas vezes originada pela indústria, pelo excesso de veículos motorizados e pelos fogos florestais. A poluição atmosférica, segundo a WHO, contribui para o aumento das doenças respiratórias e cardiovasculares, tendo efeitos a curto e longo prazo na saúde da população e as pessoas mais pobres, idosas e as crianças são as que apresentam maior susceptibilidade face ao problema.

As cidades têm a capacidade de oferecer inúmeras oportunidades aos seus fruidores e, defende a WHO, no mesmo sentido poderá proporcionar desafios para melhorar a saúde pública e contribuir para estilos de vida saudáveis. As cidades de hoje e de amanhã enfrentam variados tipos de ameaça: doenças infecciosas, doenças cardiovasculares, respiratórias, o cancro, diabetes, assim como, a violência, criminalidade e os acidentes urbanos rodoviários. As condições sociais de como as pessoas vivem ou trabalham influenciam a sua saúde física e psíquica. Os factores que maior contribuição têm neste processo são: as condições de vida, a alimentação, a educação e o trabalho. Os grupos de pessoas mais desfavorecidos socialmente, com menos recursos e, logo, menos acesso às oportunidades, apresentam maiores riscos de adoecer e, até, morrer pela dificuldade de acesso aos recursos de saúde.

O medo e o *stress* que as pessoas aparentam muitas vezes, segundo Muga (2006), é o responsável pelo (des)conforto psíquico e físico das pessoas e estabelece um conjunto de relações com os elementos urbanos e ambientais. Do ponto de vista urbano, o *stress* está associado à densidade, ao ruído, à poluição e a obstáculos ambientais.

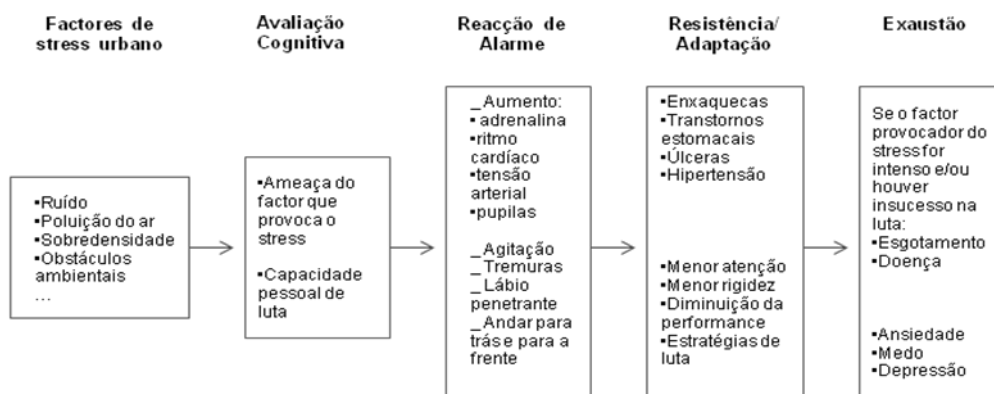


Figura 2 - Processo psico-fisiológico do *stress* (Muga, 2006, p. 223, figura 11.1, adaptado por C. Serrano).

A figura 2 descreve o processo psico-fisiológico do *stress*. A forma como as pessoas vêm e sentem o espaço vai ter consequências no seu comportamento e forma de apropriação do mesmo.

Stokols (1990), citado por Coelho (2010), afirma que a qualidade de vida urbana é reflectida no bem-estar das pessoas, provindo de *três dimensões básicas*: a saúde física, o equilíbrio e bem-estar psicológico e emocional e, a coesão social da população. Já em 1990 se tinha a noção que a saúde pública está intrinsecamente relacionada com a qualidade e o conforto urbano. O autor mostra que os espaços urbanos estão associados a determinadas reacções, sensações e emoções e que por sua vez, estão relacionados com determinados comportamentos e problemas de saúde. O ambiente físico e social são determinantes na manutenção de uma boa e equilibrada qualidade vida.

Guterres (2002) nota que *a qualidade de vida urbana está obviamente conotada com o papel do ambiente físico na configuração do comportamento humano* (p. 202).

1.2. Clima Urbano.

Segundo Alcoforado (2007) o espaço urbano gera problemas ambientais graves ao ser humano, nomeadamente as modificações climáticas e a influência do clima urbano sobre a saúde deve sempre ser considerada na concepção da cidade, numa perspectiva de integração e multifactorial. O esquema seguinte representa a abordagem da autora sobre o clima e os diferentes estados de saúde das pessoas.

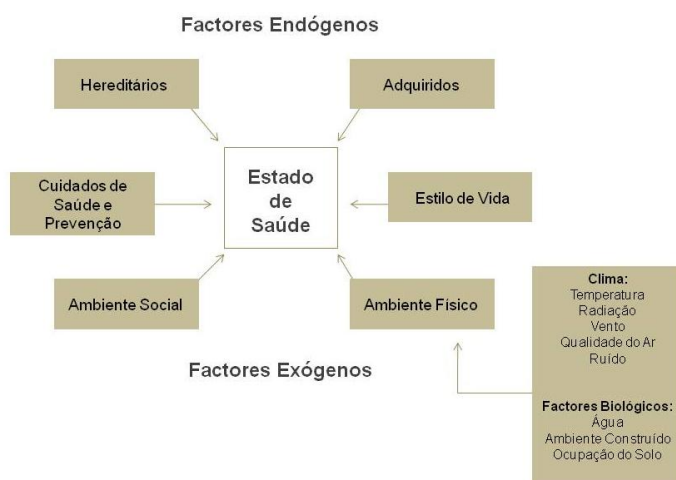


Figura 3 - Principais domínios climáticos com impacte no espaço urbano (Hollander & Staatsen, 2003, adaptado por C. Serrano).

A cidade constitui um ambiente artificial por possuir uma grande concentração de áreas construídas e pavimentadas que facilitam a absorção da radiação solar de dia e a sua reflexão no período noturno (Alcoforado, 2007). Este fenómeno é denominado pela ilha de calor (IC), tendo uma diferenciação térmica bastante significativa nas áreas verdes da cidade ou de vegetação mais densa. As árvores impedem, reflectem, absorvem e transmitem a radiação solar. A ilha urbana de calor vitima todos os anos idosos que vivem em situações precárias.

O clima urbano é resultado da modificação das condições climáticas que, por sua vez, são geradas pelas características físicas da cidade, nomeadamente a morfologia urbana, e pelo *metabolismo urbano*. A autora revela que o aspecto mais estudado do clima urbano é a IC urbana. Afecta as áreas do centro da cidade mais densas e, por conseguinte, com temperatura mais elevada. A IC urbana afecta o conforto e a saúde das pessoas, o consumo de energia e consumo de água e, ainda, a qualidade do ar e modifica as condições de ventilação da cidade. A cidade fica sujeita a uma menor circulação de ar e uma maior concentração da temperatura nas áreas mais densas ou com maior relação entre a altura do edificado e a largura das vias de circulação. (Vasconcelos, 2009). A orientação e a velocidade do vento alteram-se *devido ao atrito acrescido pela rugosidade da superfície urbana. Estas modificações nas condições de ventilação influenciam não só o campo térmico urbano (contribuindo para a formação da IC), mas também (e sobretudo) a qualidade do ar. (...), as situações de aceleração e aumento da turbulência ao nível das ruas podem originar condições de desconforto ou mesmo de risco para os peões.* (Alcoforado, 2007, p. 101)

Ramos *et al.* (2007), à semelhança de Alcoforado (2007), referem que as cidades têm uma tendência acentuada para formar as IC devido à acumulação de calor nos centros urbanos, incapacidade de o dissipar (devido à transformação da composição da atmosfera) e diminuir. Os materiais como a pedra, o asfalto e outras superfícies impermeáveis têm uma grande capacidade em absorver o calor que provém da radiação solar não se dissipando com facilidade e, assim, é mantido na atmosfera contribuindo para as, já referidas, IC. Os autores salientam que o calor produzido pelas pessoas e as suas actividades também contribuem para o aquecimento dos espaços urbanos, assim como, realçam que a vegetação desempenha inúmeras funções contribuindo para a solução deste problema, tais como: *aumenta a evaporação aumentando a retenção de água, possibilita a ocorrência da evapotranspiração e proporciona ensombramento* (Ramos *et al.*, 2007, p. 123).

Reforçando a mesma ideia, Florensa *et al.* (1995), salienta que a temperatura do ar depende, fundamentalmente, da temperatura das superfícies, que aquecem e arrefecem ao receberem e reflectirem a radiação. A altura dos edifícios (condicionando os efeitos de inversão térmica), a topografia, a morfologia e a orientação do terreno (podendo oferecer protecção à radiação e, em conjunto com a vegetação, incitar a situação de inércia de forma a estabilizar as temperaturas) e a exposição ao vento são factores determinantes e que influenciam a qualidade e temperatura do ar. Um terreno urbanizado/pavimentado tem maior probabilidade de aquecer superficialmente que o solo natural. O solo natural livre de qualquer tipo de pavimento, não aquece tanto e tem maior capacidade de reflectir a radiação solar através da vegetação, o que contribui para variações de temperatura adequadas também o tipo e a forma urbana influenciam nitidamente a distribuição do vento no interior da malha urbana e das ruas, assim como, a forma e proporção das ruas, pátios, praças e jardins condicionam o acesso do sol (insolação natural), dando origem a microclimas específicos, lugares com condições muito diversas, que tornam a cidade ou parte dela desconfortável, difícil de controlar e entender do ponto de vista microclimático.

O vento é um elemento de clima que afecta o conforto e o clima urbano quando não é tido em conta na concepção dos espaços da cidade. Domingos *et al.* (1999) afirma que a organização do edificado transforma e afecta sempre o clima urbano e o conforto ambiental da cidade, podendo ser fruto de uma acção planeada segundo um objectivo específico ou ser uma consequência imprevisível das opções tomadas do ponto de vista urbanístico.

O conforto ambiental, a estrutura urbana e a organização do edificado estão associados por serem factores condicionantes do clima urbano. De igual forma, a insolação, o vento e a humidade relativa são elementos determinantes no conforto bioclimático da cidade. A insolação condiciona as vivências urbanas, no entanto, é facilmente controlável pela geometrização e orientação do edificado.

As desadequadas condições de ventilação, podem ter consequências e afectar o funcionamento da cidade. A má ventilação dos espaços públicos e no conjunto da cidade contribui para a concentração da poluição em diferentes zonas, tal como, para a já referida ilha de calor urbano; para o aumento do ruído e, pelo consequente desconforto urbano e apropriação desadequada do espaço é gerada a insegurança urbana.

1.3. Ruído

O ruído interfere na qualidade de vida dos cidadãos e, pode ter consequências directas no estado físico e psíquico das pessoas. O ruído pode ser definido como um som desagradável ou indesejável (Coelho, 2011). Assim, a exposição ao ruído pode causar vários efeitos negativos na saúde humana; estes efeitos acentuam-se com o tempo de exposição e dos níveis de ruído.

As consequências do ruído têm efeitos diversos. Podem registar-se efeitos físicos, quando se observam mudanças nas propriedades físicas do sistema auditivo; fisiológicos, quando as alterações são ao nível da actividade fisiológica do corpo humano, tais como variações da pressão sanguínea, do ritmo cardíaco e respiratório e na tensão muscular; e ainda efeitos psicológicos quando se registam perturbações no comportamento dos indivíduos, como sejam, aumento da irritabilidade, *stress*, fadiga e, por conseguinte, diminuição da capacidade de concentração.

WHO (1999) afirma que as populações expostas a todos os tipos de ruído durante as horas de trabalho (contínuo, intermitente e de impulso) têm maiores probabilidades de virem a sofrer consequências adversas à saúde, tal como, ansiedade, irritabilidade, surdez a médio e longo prazo, entre outros. No entanto, a exposição ao ruído ambiental também se torna prejudicial devido ao número de actividades ruidosas praticadas durante o tempo de lazer por crianças, adultos e jovens e que, segundo a WHO, por terem sido mal normalizadas e reguladas. Lazarus (1998), refere que *o ruído interfere com a compreensão, o discurso resultando num largo número de incapacidades, deficiências e alterações de comportamento* (Lazarus, 1998, p.42), assim como, propicia problemas de falta de concentração, fadiga, dúvidas, falta de auto-estima, irritabilidade que gera mal entendidos, capacidade decrescente para trabalhar e problemas nas relações humanas associadas ao elevado *stress*.

O *stress* é um factor de risco que surge como consequência directa de uma exposição frequente ao ruído. Segundo Samuel Rosen, referenciado pela WHO, o corpo reage ao *stress* descarregando adrenalina que altera o ritmo cardíaco e eleva a pressão sanguínea, aumenta a respiração, a tensão muscular, propicia e aumenta a libertação de hormonas na corrente sanguínea e o aparecimento de transpiração corporal. Todas estas alterações constituem um processo longo que predomina durante o período de sono, afectando-o. Rosen, citado pela WHO, refere que o nosso corpo é mantido num ambiente de constante agitação mas adapta-se de forma involuntária a esse estado sob forma de sintomas que designa por *doenças de adaptação*, tais como, úlceras,

asma, dores de cabeça, aumento da pressão sanguínea e colites (inflamação do cólon).

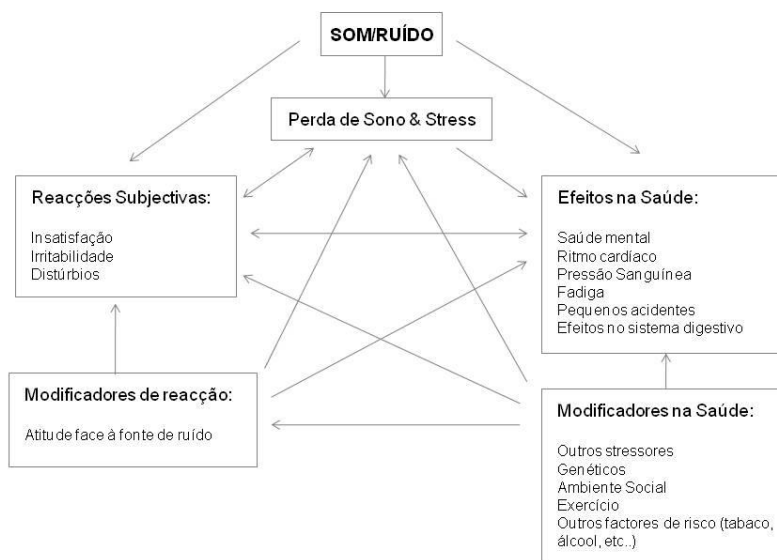


Figura 4 - Modelo das casuais conexões entre o ruído, a reacção da comunidade, modificadores e efeitos na saúde (World Health Organization, 2000, p. 14, fig. 2, adaptado por C. Serrano).

Nobre (2010) afirma que tal como o *stress*, o ruído provoca distúrbios no sono, tem efeitos a nível cardiovascular e fisiológico, efeitos a nível da saúde mental, no desempenho diário das pessoas, assim como, tem efeitos no ambiente social e urbano que se reflecte nas relações humanas através da impertinência e irritabilidade, como já foi referido. Da mesma forma, a presença de ruído pode causar danos auditivos permanentes e isolamento social pelo desconforto e incapacidade que gera na vida das pessoas. Segundo a organização acima referida estas consequências podem surgir a curto prazo mas a probabilidade é de surgirem e serem diagnosticadas a longo prazo e com danos maiores.

Nobre (2010) salienta que os danos causados pelo ruído podem ser só perceptíveis quando forem suficientemente graves e já afectarem a vida quotidiana das pessoas, por exemplo, quando se sente a incapacidade de ouvir e acompanhar as conversas, quando se sente a necessidade de aumentar o volume de os aparelhos propiciadores de som (rádio, televisão, etc.) ou dificuldade em comunicar pelo telefone.

Relativamente à configuração da cidade e desenho dos seus espaços, a autora refere que há inúmeros factores que podem diminuir o impacte do ruído na vida das pessoas,

enumerando, a forma dos edifícios e a relação volumétrica entre eles, a sua localização, a sua orientação, os materiais que os revestem, bem como as características da construção de toda a envolvente, a vegetação, os espaços de lazer exteriores (...) (Nobre, 2010); salienta, ainda, que as principais fontes de ruído no espaço urbano são o tráfego rodoviário, ferroviário e aéreo. A autora dá relevância ao desenho urbano e à forma como se planeia a cidade e os seus espaços urbanos, referindo que *quem planeia o espaço urbano define desde logo muitos parâmetros que vão determinar a qualidade acústica desse mesmo espaço* (Nobre, 2010); o que para tal, poder-se-á considerar a implementação de barreiras acústicas (quando se dá o caso de atravessamento de auto-estradas perto de habitações), medidas de redução no meio de propagação do ruído e, medidas de redução no *receptor sensível* para que não ocorra situações de incomodo.

1.4. Espaços verdes: contributos para uma melhoria da qualidade de vida urbana

Autores como Alves (2003), Catulo *et al.* (2010), Alcoforado *et al.* (2009), Coelho (2005), Serdoura (2006), Andrade (2005), Muga (2006), entre outros, têm em comum a preocupação da qualidade de vida das pessoas, e demonstraram uma recuperação mais rápida do *stress* quando a população está inserida em ambientes naturais e não tanto em ambientes apenas construídos. Verifica-se, de igual forma, um maior relaxamento físico, cognitivo e afectivo. Os mesmos estudos concluem que o aumento do *stress* gera uma grande variedade de dificuldades emocionais e cognitivas como, a diminuição do desempenho de uma variedade de tarefas, aumento da frequência de acidentes e problemas de saúde. O contacto extremo com a natureza alivia a fadiga mental, pelo sentido de fascinação e surpresa que causa no utilizador.

Ramos *et al.* (2007) apontam para a importância da presença física, ou apenas o contacto visual, de espaços verdes, por contribuírem para uma redução bastante significativa dos níveis de *stress* e irritabilidade afectando a produtividade durante a rotina diária das pessoas. Afirmam ainda que *o ser humano revela uma capacidade limitada de processamento cognitivo constante, conduzindo-o frequentemente à fadiga mental* (p.110-111). A fadiga mental tem consequências no desempenho diário das actividades, tais como, a dificuldade de concentração, aumento de erros e irritabilidade. Da mesma forma, os espaços verdes, como já foi referido no contexto do clima urbano, oferecem benefícios no controlo da temperatura dos espaços urbanos contribuindo para o conforto urbano e ambiental. Para um eficiente ensombramento a arborização deverá ser estabelecida tendo em conta as situações mais adequadas

consoante as espécies seleccionadas, tendo em conta, as suas formas, dimensões e densidades das copas (Ramos *et al.*, 2007). Os autores referem, ainda, que a arborização disposta em faixa permitem obter uma protecção contra o vento, factor que consideram muito negativo à vivência no espaço urbano. *A vegetação colocada em faixa formando uma sebe perpendicular à direcção dominante do vento reduz a velocidade do ar ao nível do solo e força o vento a circular acima das copas criando uma área de conforto com um comprimento até cerca de sete vezes a altura da sebe* (Ramos *et al.*, 2007, p. 124).

Os ambientes naturais, nomeadamente os verdes urbanos, têm-se traduzido em espaços fundamentais na recuperação da fadiga mental por serem considerados espaços *restaurativos*. Os autores enumeram os factores que geram e fundamentam esta característica: possibilidade de afastamento das actividades diárias por não exigirem uma atenção dirigida, são espaços que têm elementos que fascinam; são espaços compatíveis com as necessidades e vontades do momento e, pela ligação do sujeito àquele espaço lhe permitir ter uma sensação de bem-estar e tranquilidade.

Os espaços verdes contextualizados no espaço urbano conferem a promoção da interacção e coesão social, podendo ser agrupados e distinguidos pelos diferentes equipamentos que contemplam. Podem ser considerados os espaços *sociopetais*, nos quais o ambiente cuja disposição funcional dos objectos facilita a interacção social; os espaços *sociofugais*, nos quais, o ambiente e disposição funcional dos objectos, dificulta as oportunidades de contacto interpessoal e que podem conduzir ao isolamento.

Ambos os espaços são fundamentais como constituintes da cidade e cumprem funções diferentes e complementares. O *espaço sociopetal* tem a função de promover a interacção social, promovendo a coesão social da cidade e contribuir para reforçar os laços sociais e identidade local. O *espaço sociofugal* tem a função de individualizar, promove o isolamento, a contemplação, a reflexão e a apropriação do espaço. É importante e necessário que ambos constituam os espaços verdes da cidade no sentido de promover diferentes formas de apropriação que, salientam os autores, devem fazer parte de um processo intuitivo e natural dos eventuais utilizadores, em detrimento de uma ideia definida que nasce e é programada na concepção destes espaços. A desadequação e incoerência dos espaços verdes na cidade podem gerar a marginalidade e criminalidade, a apropriação desadequada, utilização deficiente e a conseqüente transformação do espaço. É referido que os espaços verdes localizados no centro urbano favorecem a vida urbana pela integração dos mesmos, já os

localizados nas zonas periféricas necessitam de estímulos e movimentos intencionais direccionados para o próprio espaço.

Os espaços verdes contribuem de forma positiva para o desenvolvimento da cidade, quer a nível estético e funcional, quer a nível do seu equilíbrio ambiental, ecológico e do ponto de vista da saúde pública.

Segundo Fadigas (2010) o coberto vegetal permite a criação de estruturas verdes de periferia urbana, contribui para a estabilidade da paisagem e para a redução dos factores de risco ambiental, defende o solo da erosão hídrica e eólica, permite a infiltração da água das chuvas e por conseguinte, a diminuição dos caudais de escoamento superficial. Desempenham um conjunto variado de funções, de natureza ambiental e biológica, de natureza arquitectónica e composição urbanística. A presença da natureza no meio urbano é indispensável à qualidade do ambiente urbano, à beleza da cidade e, convida ao recreio, promove a saúde e o bem-estar físico e psíquico da população. A vegetação, acrescenta, contribui para a humanização, estabilidade física e equilíbrio ecológico da cidade. As árvores, os arbustos e os relvados têm a capacidade de filtrar poeiras e os produtos tóxicos. As árvores distribuídas de forma estratégica pelo tecido urbano podem melhorar o conforto ambiental da cidade, protegendo-a dos ventos dominantes e gerando fontes de ar fresco, no Verão, e quente, no Inverno, diminuindo assim os valores extremos da temperatura e da humidade do ar.

A arborização da cidade permite um conjunto muito vasto de vantagens e, como tal, não deverá ser esquecida nem utilizada fortuitamente. Como já foi referido, desempenham funções de integração paisagística, arquitectónicas, de composição urbanística em simbiose com funções de natureza ambiental e biológica, de uma forma natural e peculiar. A implementação de árvores no espaço urbano, tal como, superfícies de água operam no sentido de termoregular da temperatura e dos níveis de humidade. São, também, importantes por contribuírem positivamente na eliminação do *capacete de poluição* que se forma muitas vezes sob a cidade.

As funções de natureza ambiental e biológica dos espaços verdes são muitas vezes complexas e de natureza variada. A integração com as funções da cidade é fundamental para o seu equilíbrio e desenvolvimento, tais como: a regularização microclimática (controlo do vento, humidade atmosférica e da temperatura ambiente e, a garantia de ensombramento); o equilíbrio psico-fisiológico das pessoas através da criação de espaços e ambientes agradáveis, atractivos e que proporcionem conforto, segurança e boa acessibilidade aos seus utilizadores; o controlo do ruído através da

criação de barreiras que reduzam a propagação do som; garantir a purificação atmosférica através da vegetação e sua capacidade de fixar as poeiras em suspensão e garantir a diversidade genética dos ecossistemas mantendo a composição e estrutura verde principal, tais como, os parques urbanos e corredores verdes de estimulação biológica interligados com a periferia urbana.

Como refere Fadigas (2010), os espaços verdes são *espaços com dimensões e capacidade para suportar várias formas de uso (passivos e activos), vários equipamentos de apoio (esplanadas, quiosques), áreas de recreio (campos de jogos, circuitos de manutenção, pistas de cavaleiros ou de bicicletas), superfícies de água, entre outros e*, podem distinguir-se por tipologias e caracterizados consoante a sua função.

A OMS recomenda que as cidades tenham, no mínimo, 12 metros quadrados de área verde por habitante (Lang, 2000). A arborização contribui também, segundo Bianchi (1989), para atenuar a poluição visual, pois as árvores são componentes que conferem forma aos ambientes urbanos e desempenham um papel importante, delimitando espaços, caracterizando paisagens, orientando visualmente e valorizando imóveis, além de integrar vários componentes do sistema. As árvores podem ser consideradas agentes antimicrobianos, agindo, ainda, contra a poluição atmosférica, sonora e visual (Pedrosa, 1983). No ambiente urbano, têm considerável potencial de remoção de partículas e gases poluentes da atmosfera. O excessivo som urbano proveniente do tráfego, equipamentos, indústria e construções interfere na comunicação, lazer e descanso das pessoas podendo afectá-las psicológica e fisiologicamente.

A integração de espaços verdes na cidade também acarreta benefícios de âmbito social, proporcionando a oportunidade para a inserção na sociedade, intimidade e união de grupo em novos ambientes. O exercício e aumento da aptidão física associada a muitos dos diferentes tipos de espaços verdes e, sendo neles praticado, promove a saúde física e psíquica dos utilizadores. Alguns estudos revelaram que o exercício físico é um factor que contribui para a redução da depressão e melhora alguns outros tipos de psicopatologia. A prática de actividade física é afectada ou inexistente quando não existem espaços verdes ou, apresentam más condições de utilização. Assim, contribui para o aumento da obesidade, problemas cardiovasculares e diabetes.

1.5. Conclusão

O ambiente urbano afecta a fruição do espaço público. No entanto, esse ambiente é gerado pelos diferentes utilizadores e as condições de utilização que a cidade lhes pode oferecer. O espaço público é o elemento que mais pode motivar a ocorrência de actividades e fazer estabelecer as relações sociais. Pela sua continuidade e plurifuncionalidade, pode contemplar as condições ideais à qualidade de vida urbana.

A saúde física e psíquica das pessoas, tal como o seu bem-estar, estão associados a estilos de vida e ambientes saudáveis e, ao equilíbrio urbano que, por sua vez é condicionado e resultado do desenho da cidade e dos seus espaços públicos, o ruído, as condições de vida dos seus utilizadores e, a presença e contacto com espaços verdes. O clima urbano (sendo a cidade um ambiente artificial), resultado das opções de desenho adoptadas, contribui para esse mesmo equilíbrio.

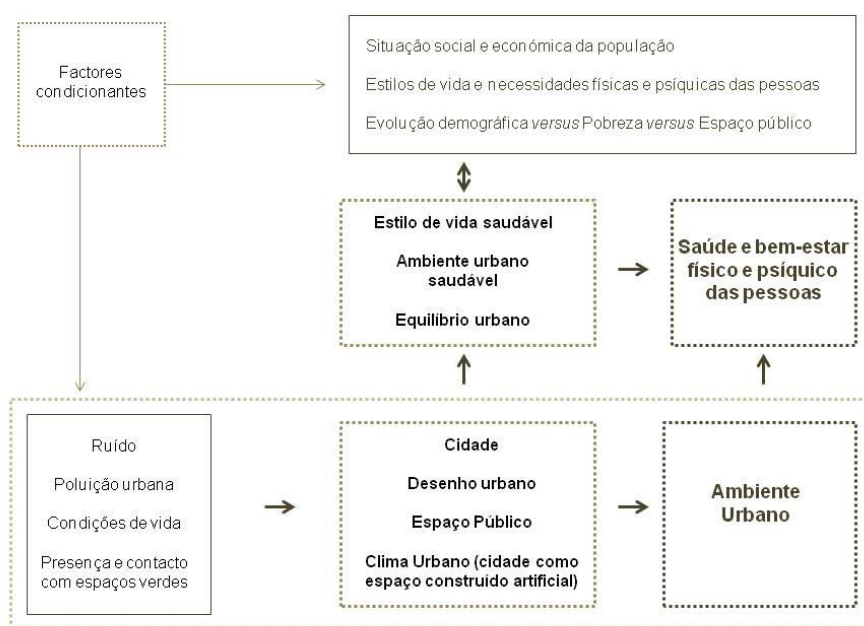


Figura 5 – Modelo dos factores que podem influenciar o ambiente urbano da cidade e a qualidade de vida dos seus utilizadores (C. Serrano, 2011).

Capítulo II – Espaço público. Contributos para a saúde da população

2.1. Funções e actividades da cidade

Gehl (2006) afirma que, mais importante do que o espaço público e o edifício, é a vida social, ou seja, as relações estabelecidas entre os seres humanos, independentemente da sua intensidade. Os contactos de alta intensidade referem-se aos amigos íntimos e os contactos de baixa intensidade referem-se a contactos passivos, estimulados apenas pela visão e pela audição. A figura seguinte representa a escala entre os dois tipos de intensidade relacionados com os diferentes tipos de contacto.

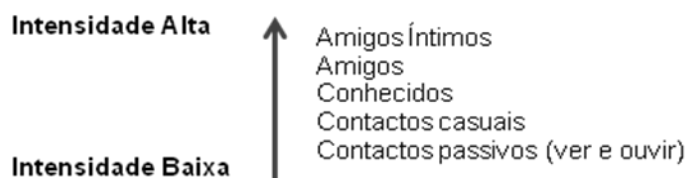


Figura 6 - Graduação da intensidade das diversas formas de contacto (Gehl, 2006, p. 23, fig. 3, adaptado por C. Serrano).

Este autor acrescenta que, *a vida entre os edifícios consiste primordialmente nos contactos de baixa intensidade* (p.17). Os contactos de baixa intensidade vão estimular outro tipo ou novas relações mais complexas contidas em situações de espontaneidade e imprevisibilidade, onde apenas o *encontro* é o primeiro requisito para que aconteçam. Na base destas relações está o espaço público, como elemento estimulante e condicionador de todo o processo, decorrendo este, da importância do desenho urbano como um instrumento na procura da qualidade de vida urbana.

Gehl (2006) defende ainda que *as actividades exteriores realizadas nos espaços públicos podem dividir-se em três categorias, cada uma das quais gera exigências muito diferentes no ambiente físico: actividades necessárias, actividades opcionais e actividades sociais* (Gehl, 2006, p.17). As actividades necessárias representam as obrigações do quotidiano, as actividades opcionais são aquelas estimuladas por um desejo e dependem das condições físicas e temporais e as actividades sociais são todas aquelas que dependem apenas da presença de pessoas no espaço público.

As actividades sociais são contactos de baixa intensidade cujo elemento fundamental é o espaço público e as pessoas que comunicam visual e auditivamente. Mais uma vez se verifica a importância que pode ter o espaço público como base das relações humanas. A figura 4 representa as relações entre a qualidade dos espaços públicos e o índice de actividades exteriores.

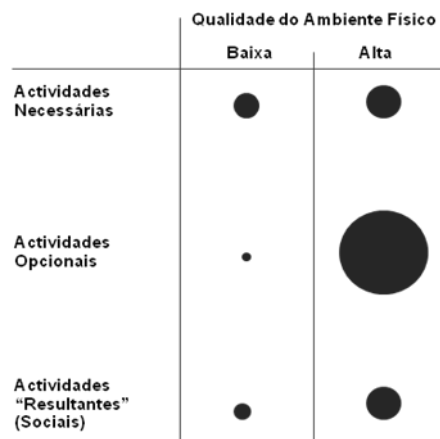


Figura 7 - Representação gráfica das relações entre a qualidade dos espaços exteriores e o aparecimento das actividades exteriores (Gehl, 2006, p. 19, fig. 1, adaptado por C. Serrano).

A teoria defendida por Gehl (2006) sobre o espaço público e as actividades nele decorrentes são particularmente relevantes para o desenvolvimento desta dissertação. Quando a qualidade das zonas exteriores é boa, as actividades opcionais produzem-se com uma frequência crescente. Além do mais, à medida que aumentam os níveis de actividades opcionais, o número de actividades sociais incrementa-se substancialmente. (Gehl, 2006, p.19).

Salienta, ainda, que uma característica comum a todas as actividades opcionais, recreativas e sociais é que só se realizam quando reunidas as condições externas de parar, permanecer de pé e caminhar são favoráveis, quando são oferecidas o maior número de vantagens e o menor número de inconvenientes para o bem-estar físico, psicológico e social. As transições entre os diferentes espaços públicos deverão ser concebidas de forma amena, aprazível e fluida mantendo a segurança e o conforto dos seus utilizadores.

A circulação do tráfego rodoviário condiciona, de igual forma, o desenvolvimento dos diferentes tipos de actividade. Uma cidade onde o tráfego é lento (velocidade de

circulação baixa) significa que se trata de uma cidade animada. O autor relaciona as baixas velocidades, com as pequenas dimensões e os pormenores cuidados das fachadas e de todo o cenário urbano.

Agrupar e integrar as pessoas e as actividades são condições favoráveis à vida urbana e social. Os acontecimentos/actividades individuais estimulam-se mutuamente, tal como, a integração de várias actividades e funções nos espaços públicos e sua envolvente, permite que as pessoas partilhem e participem em conjunto nas mesmas ou em diferentes actividades. O autor afirma que caminhar e estar de pé são actividades complexas e de natureza muito funcional, por exigirem condições necessárias e outros factores que obrigue a que aconteçam. Considera actividades mais ou menos necessárias como conversas e encontros que ocorrem ocasionalmente. Estar sentado, é outra actividade referida por Gehl (2006), o qual afirma que as zonas urbanas que funcionam bem oferecem muitas oportunidades para as pessoas sentarem-se (p.169), que vai permitir a oportunidade de novas actividades ocorrerem, tais como: comer, ler, dormir, fazer renda, jogar xadrez, apanhar sol, observar as outras pessoas e o espaço envolvente e falar. Esta actividade pode ser condicionada pelo clima, o espaço e o tipo de vida social do local, daí o seu nível de exigência e complexidade.

Outro autor que se destaca na formalização e reflexão do espaço público face a reacções e comportamento das pessoas é Muga (2006). Na sua obra determina que a cor e a luz, o som e o silêncio, o olfacto e o gosto, a pressão e a temperatura, o movimento e o equilíbrio são factores que influenciam o desenho da cidade construída e, em simultâneo, têm um impacte no campo sentimental de quem a utiliza. Defende que a afectividade, o pensamento, o gosto estético, as motivações, as preferências e as emoções podem ser considerados parâmetros de abordagem distinta que posteriormente levarão à consolidação das opções do espaço construído e da própria arquitectura; o autor refere, ainda, que todo o ambiente construído determina o comportamento dos seus utilizadores.

Coelho (2010) considera que a diversidade é o elemento fundamental para a manutenção da vida na rua e como gerador de encontros sociais, garantindo o maior número de pessoas na mesma. A implementação e integração de actividades geram o intercâmbio, a comunicação, a aproximação e a cumplicidade entre vizinhos, sejam elas de âmbito desportivo, cultural, educacional, associativas, comemorativas, entre outras.

Netto (2006), com o intuito de melhorar e promover a qualidade de vida urbana e a segurança pública, propõem medidas como, abrir o maior número de portas para o espaço público, minimizar os espaços segregados (topologicamente, e não apenas perifericamente) e os guetos (becos sem saída, condomínios fechados). Ainda neste âmbito, este autor enumera os factores que considera como elementos da vitalidade do espaço público relacionados, em especial, com a configuração e a implantação do edifício: continuidade de fachadas, densidade arquitectónica não só através da altura, pluralidade de usos dos edifícios e da rua e possibilidade de haver actividade comercial nos pisos térreos dos edifícios que contribuem para intensificar o uso pedonal do espaço. Assim e, como defendem outros autores, Netto (2006) afirma que a melhor forma de aumentar a segurança é manter as ruas com pedestres, aumentando a vigilância mútua.

Por outro lado, Ford (2000), refere que para se desenvolver e consolidar laços sociais é fundamental a cidade conter fachadas permeáveis e com grande variedade de acessos ao nível da rua, considerando que a vida nas ruas é definida e estabelecida pelas características dos edifícios envolventes, promovendo uma rua cívica, humanizada e diversificada.

Jacobs (2000) salienta ainda que, para que se estabeleçam condições de socialização, os espaços devem atender a mais que uma função principal sobretudo, a mais de duas; os quarteirões devem ser curtos permitindo a frequente possibilidade de virar esquinas e alterar direcções, devem ser (re)integrados edifícios de diferentes idades e estados de conservação e uma forte dinâmica e densidade de pessoas nas ruas. Florentino (2009) partilha a mesma opinião referindo que a mistura de usos é a característica que melhor contribui para o desenvolvimento da cidade a nível económico, ambiental e, essencialmente, social. O autor salienta que a cidade deve ter capacidade de acolher as necessidades dos seus utilizadores, tendo em conta, a importância da articulação dos diferentes espaços urbanos assegurando as continuidades urbanas, promover os espaços de identidade, de encontro e coesão social, garantir que a rua contenha um número diversificado de actividades, assim como, adoptar um desenho urbano que estimule a convivência urbana.

Por sua vez, Gil (2009) assume que para uma plena satisfação das pessoas no uso diário do espaço público é fundamental relacionar o mesmo com a sua envolvência, o contexto em que se insere, interpretando as metamorfoses culturais e sociais, a vida urbana que as pessoas promovem e que necessidades estas apresentam, ou que novos espaços são indispensáveis ao estabelecimento saudável e equilibrado de uma

vida social. A autora analisa quais os factores e critérios que optimizam o funcionamento e eficiência de um espaço público em termos de agradabilidade e conforto, tal como, as vivências estabelecidas no espaço público e quais as condições a considerar para que o mesmo se torne seguro e, ainda, identifica situações físicas que, geralmente, se tornam desagradáveis no espaço público.

Todavia, para se andar a pé na cidade exige a reunião de condições específicas (físicas e psicológicas), em relação ao espaço público, ou seja, o espaço físico tem que oferecer um conjunto de possibilidades para que o seu utilizador o percorra em liberdade, se sinta seguro e confortável. O acto simples de permanecer de pé, ou de nos podermos sentar são, considera Gil (2009), actividades primordiais a cumprir na concepção dos espaços públicos urbanos. Os espaços mais habitados são os que mais oferecem este tipo de possibilidades.

Os estratos sociais, os escalões etários dominantes, as necessidades presentes (relativas a tipologias de habitação, equipamentos e espaços de permanência, lazer e circulação), as convicções políticas e religiosas caracterizam e motivam um determinado conjunto populacional que, reflectindo as suas necessidades específicas, contribuem para a configuração e desenvolvimento dos espaços públicos da cidade.

Pinto (2008), com base no seu estudo sobre os contributos para a coesão territorial, afirma que a dinâmica social atribui um carácter único ao espaço público urbano, sendo este, definido pelas características específicas da população. Refere que a continuidade do espaço público e a sua permeabilidade é indissociável da qualidade de vida urbana. Quando um espaço permite o seu atravessamento sem oferecer obstáculos físicos ou psicológicos, como já foi referido pela autora Gil (2009), assume uma continuidade que lhe confere identidade. Quando é inexistente, os espaços apresentam-se progressivamente descaracterizados, fragmentados e, conseqüentemente, desapropriados e sem qualquer vivência humana.

A complementaridade dos diferentes espaços e funções da cidade são postos em causa, pois não há ligações físicas nem visuais, o que, por sua vez, também aumenta a insegurança. O espaço público deve acolher o maior número de funções e actividades fazendo cumprir, assim, as necessidades diárias e desenvolvimento pessoal dos seus utilizadores. Pinto (2008) defende que o espaço público constitui o cenário para a vida quotidiana sendo fundamental ostentar uma grande diversidade de usos.

2.2. Como o espaço construído pode afectar a saúde dos seus utilizadores

Simmel, citado por Muga (2006), observa a cidade como uma complexa massa de estimulações sensoriais ininterruptas e variáveis, que gera tensão psíquica, a que o cidadão tem de adaptar-se cognitivamente e emocionalmente, defendendo-se pela habituação e insensibilização, o que leva ao distanciamento emocional (p.205); ou, Wirth (1938), que descreve a cidade como um grande mosaico de fenómenos sociais e espaciais, e por isso um espaço de conflitos e *stress* quotidiano, que conduz à solidão (p.205).

Fernandes (1993) descreve a vida na cidade como sendo difícil e desagradável devido:

- ao aumento das concentrações humanas e aos conflitos entre o cidadão e o seu meio envolvente;
- ao crescimento desmesurado das periferias e à consequente dificuldade de resposta da rede de transportes públicos;
- ao envelhecimento e degradação dos centros urbanos e a consequente situação de pobreza urbana;
- às rápidas transformações tecnológicas e a inexistente adaptação do homem às mesmas originando desemprego, solidão, angústia e a consequente falta de recursos;
- às debilidades relativas à existência de estruturas de ensino e das próprias famílias e os consequentes problemas sociais, de integração e instrução;
- ao sentimento de insegurança que não tornam a vida na cidade fácil e agradável.

O espaço construído e os restantes espaços ocasionam estilos e modos de vida, tal como cria condições para o estabelecimento de relações sociais e condiciona os comportamentos dos seus utilizadores. A saúde é afectada, de forma positiva ou negativa, consoante o nível de qualidade e de conforto que o espaço urbano oferece. Quando as condições e características físicas da cidade propiciam qualidade de vida urbana, é promovido o bem-estar físico e psíquico dos seus residentes e potenciais visitantes.

Na mesma linha de pensamento, Coelho (2010) afirma que os aglomerados residenciais pouco numerosos devem ser favorecidos no sentido de gerar agradáveis espaços de vizinhança e estimular o convívio local nos espaços urbanos. Desta forma, é possível minimizar os problemas através das condições habitacionais e dos espaços

públicos urbanos que promovam identidade, o convívio e uma fusão natural dos diferentes grupos etários.

2.3. Espaço público urbano: conceito, função e avaliação

A cidade é o cenário da vida urbana. Segundo Fernandes (1993) *a cidade é o palco do espectáculo, da manifestação, da grande festa que constitui o seu funcionamento quotidiano* (p. 311). Contemplando uma dimensão lúdica, a cidade deve propiciar iguais oportunidades aos seus utilizadores, pois são todos *actores e espectadores*, com direitos e deveres iguais para com o espaço e a sociedade onde se integram. Assim, a cidade deveria ser de todos e para todos.

O espaço público é parte fundamental da cidade, muitas vezes considerado como espaço sobrando e pouco importante, é nele que se estabelecem as primeiras relações entre as pessoas, o contacto visual, encontros fortuitos e ocasionais.

A qualidade e o sucesso do espaço público, segundo Florentino *et al.* (2009), são cumpridos através da sua intensidade de uso, diversidade e densidade funcional das actividades aí ocorridas no mesmo e na sua envolvente próxima; ou seja, a pluralidade de usos do espaço público urbano, a intensidade das relações sociais e a diversidade de actividades contribuem para a qualidade de vida que o mesmo pode oferecer aos seus utilizadores.

Conceitos como acessibilidade, comunicabilidade, agradabilidade, funcionalidade, segurança, privacidade, adaptabilidade, convivialidade no habitar e no espaço urbano, apropriação e atractividade são alguns dos princípios enumerados e debatidos, na longa lista de trabalhos, coordenados por Coelho (2010), no intuito de interpretar a sua aplicabilidade e efeitos na vida da cidade.

Segundo Zacarias (2011), *a rua é um lugar partilhado cada dia por numerosos usuários em movimento, para circular, residir ou trabalhar* (p.4). A cidade é constituída por diferentes espaços, de permanência, de intersecção, de circulação, articulando as mais variadas funções. A rua é um dos elementos que estrutura a cidade e, pela qual, os utilizadores circulam e, também, permanecem. Considera que ostenta duas dimensões variáveis, estabelece a ligação, é movimento e, é o acesso aos edifícios de habitação, serviços, equipamentos, entre outros, sendo o elemento fundamental da organização da cidade e da vida urbana. Este autor refere que quando a rua não tem capacidade de cumprir as suas funções, *estamos perante uma disfuncionalidade*

urbana que provoca, a consequência, problemas estruturais e sociais na cidade e na própria sociedade (p.4).

Serdoura (2007) refere que a rua é o elemento determinante na configuração e dinâmica da cidade. Os edifícios interferem nas dinâmicas económica, funcional, física e funcional, permitindo a definição do espaço público. Contudo, prioritariamente, antecede o processo de desenho urbano cuja função permite definir a matriz de composição urbana definindo, assim, os espaços vazios (ruas, praças e outros espaços públicos não construídos) e delineando a implantação do edificado. Os diferentes espaços públicos da cidade, podem ser agrupados em dois grupos: os lineares e os não lineares. Os lineares traduzem-se nas ruas e elementos de ligação, os não lineares consideram-se os largos, as praças e os parques urbanos.

Relativamente às actividades decorridas no espaço público, Gehl (2006) afirma que as actividades de sociabilização ocorrem, geralmente, em espaços públicos não lineares. São espaços que pertencem e constituem parte da estrutura urbana, de confraternização e permanência mas, também, de passagem e intersecção, nos quais as pessoas se confrontam e se apropriam, intencional ou ocasionalmente. Refere, ainda, que a ausência de vida no espaço público contribui para que o mesmo se torne vulnerável e cria dificuldades nas pessoas em apropriá-lo.

Segundo Francisco (2005), os humanos enquanto seres sociais, relacionam-se com os outros indivíduos pertencentes ao seu espaço comum. Estas relações são estabelecidas nos espaços públicos urbanos. Considera o espaço público o elemento estruturante e organizativo da forma urbana por permitir o funcionamento equilibrado do complexo sistema urbano. Como elemento integrador que permite a ligação e continuidade espacial e funcional da cidade, funde e consolida laços sociais por incorporarem a função de palco de diversas manifestações que contribuem para a qualidade de vida urbana. Geram elementos que se individualizam como referências de identidade urbana e ostentam uma pluralidade de funções e especificidade de usos acolhendo utilizadores de variados grupos sociais cujas expectativas diferem de utilizador para utilizador. A figura seguinte representa a interpretação da autora face ao espaço público e as suas diferentes formas e especificidades.

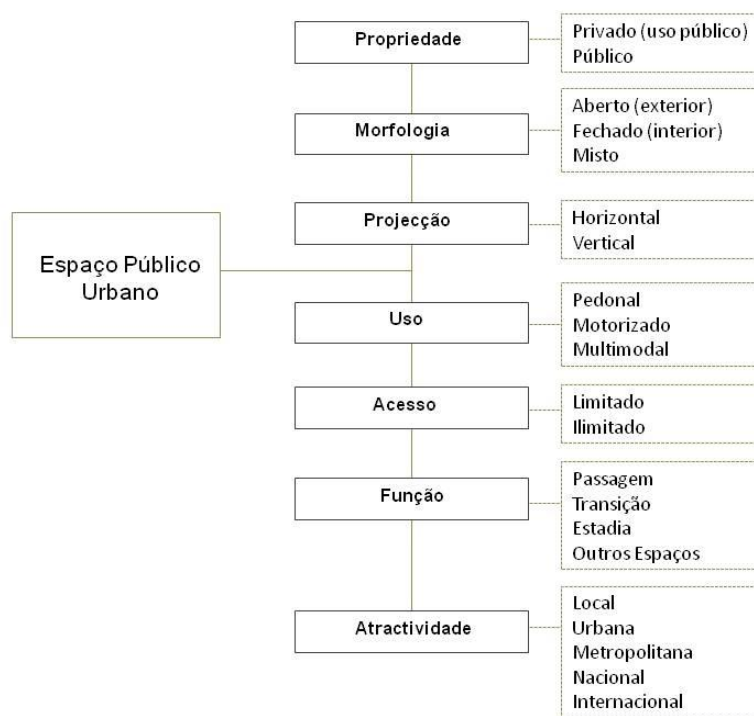


Figura 8 - Sistematização e classificação dos Espaços Públicos Urbanos (Francisco, 2005, p. 6, fig. 1, adaptado por C. Serrano).

O estudo que Pinto *et al.* (2008) desenvolveram, resume a função do espaço público como sendo um *território de uso comum e pertença colectiva* (p. 1), no qual se estabelecem as vivências urbanas e, assim, consideram-no como um elemento fundamental da estrutura social da cidade. As funções do espaço público têm um carácter muito abrangente; são relativas à sua forma, funções económicas, sociais e ambientais; permitem a conexão do território através da continuidade formal e ambiental, da mobilidade e acessibilidade, visibilidade, centralidade, social e económica. O espaço público permite a coerência do tecido urbano e define a forma e a silhueta urbana e as suas respectivas ligações. Os autores salientam a importância do espaço público como elemento determinante da continuidade da malha urbana, por reflectir o sistema de relações sociais e culturais da cidade e promovendo a sua apropriação e sentimento de pertença e, conseqüentemente, para a identidade do lugar. Quando o espaço público cumpre as necessidades físicas, psicológicas e fisiológicas dos seus utilizadores, é um elemento de inclusão social e integração dos mais desfavorecidos. Um espaço público multi-funcional assume características de centralidade e flexibilidade de usos que o capacita de uma importante adaptabilidade à evolução das dinâmicas urbanas, acompanhando as mutações dos espaços urbanos.

O conceito de espaço público está desde a sua origem ligado à praça pública, ou *ágora* (Innerarity, 2006), como o local de discussão de ideais e pensamentos relativos à sociedade e, também, ao próprio governo. Com o passar do tempo, vai assumindo diferentes funções, novas exigências que deveriam acompanhar as exigências da sociedade e suas necessidades, o que em muitas situações não acontece. Sempre teve a sua importância e, consoante a sociedade vai tomando formas e sentidos de apropriação diferentes.

O espaço público (...) *deve possibilitar a confrontação/aproximação das diferentes camadas que constituem as nossas sociedades, tornando-se inclusive metáfora das cidades enquanto centro de debate democrático...* (Baptista, 2009, p.8). O espaço que é público, para todos, deverá ser considerado o nosso segundo lar. É neste que devemos construir a nossa personalidade e os nossos ideais e, essencialmente, aprendemos a conviver como seres humanos, absorvendo os valores da nossa sociedade.

Refere Innerarity (2006), que *o espaço público caracteriza aquilo que é de interesse geral e apela para um espaço de acção em que todos os membros de uma comunidade política resolvem dialogalmente os assuntos que dizem respeito a toda a sociedade. O espaço público é um lugar onde os problemas são assinalados e interpretados, onde as tensões são experimentadas e o conflito se converte em debate, onde é encenada a problematização da vida social. A ideia de espaço público reúne a totalidade dos processos de configuração da opinião e da vontade colectiva* (p.10). Como defende o autor, o espaço público é o lugar onde são encenadas as diferentes personalidades e valores dos utilizadores, no qual é permitida a interacção e relação com o próximo. Salienta que o espaço público é tão importante como o interior de uma habitação.

2.4. A importância do desenho urbano na concepção do espaço público

A valorização ambiental do espaço urbano está intimamente relacionada com o seu desenho. (...), a componente física do espaço urbano exerce uma grande influência na comodidade com que realizamos as actividades quotidianas, condicionando o bem-estar dos cidadãos. (...) importa entender o desenho urbano enquanto arte de construção do espaço público e aprender, então, não só com as boas práticas recentes, como também com as práticas populares e tradicionais de cada lugar. (Florentino, *et al.*, 2009, p. 41)

Assim, a cidade resulta de uma constante sedimentação de extractos do tempo, correspondendo às diferentes metamorfoses do espaço; ou seja, com o tempo a cidade vai transformando-se motivada por diferentes intenções e interesses. O desenho urbano permite orientar, delinear e programar os diferentes espaços da cidade neste processo de transformação, sendo o espaço construído e o não construído, isto é, o espaço público urbano. Pelo contrário, a cidade desenvolve-se podendo não cumprir as necessidades físicas e psíquicas dos seus utilizadores, inadequada e incoerentemente proporcionada à realidade urbana.

A cidade sempre que desenvolvida com base num plano (desenho) tem maior probabilidade de se desenvolver de forma saudável e equilibrada (Gehl, 2006).

Alves (2003) afirma que o desenho dos espaços públicos deve ser orientado segundo um método geral que permita flexibilidade e capacidade de mudança, que garanta a continuidade dos diferentes espaços e funções da cidade. Segundo este autor, os problemas dos espaços públicos urbanos estão, na sua maioria, associados à distribuição, disposição e configuração e complementa-se com os problemas específicos dos seus elementos constituintes. Através do desenho é possível antever e evitar situações urbanas desagradáveis geradas pela distribuição, configuração e disposição dos diferentes espaços da cidade. Algumas destas situações podem vir a gerar espaços de grande insegurança. É fundamental ter em conta na concepção dos espaços a (...) envolvente dos espaços públicos, distribuição funcional das superfícies e tratamento do solo, vegetação, mobiliário urbano, serviços e instalações, elementos de informação, iluminação, elementos arquitectónicos isolados, passagens e passadiços. (Florentino, *et al.*, 2009, p. 34)

Rapoport (1977), citado por Coelho (2010) afirma que o desenho deveria gerar a maior variedade possível de signos de actividade humana, tal como, o uso de canais de informação polisensoriais aumenta a capacidade de congruência (...) dos diferentes espaços equilibrando e harmonizando a cidade.

Por sua vez, Lynch (2000) defende a importância do desenho urbano na concepção da cidade e dos seus diferentes espaços. Considera o espaço público, o elemento propiciador de uma intensa vida urbana contemplando vitalidade, sensação, adequação, acesso e controlo. Jacobs (2000), seguindo o mesmo âmbito, enuncia diferentes objectivos fundamentais a ter em consideração no desenho e configuração de espaços públicos que garantam qualidade de vida urbana, tais como: a vivência, a identidade e o controlo, o acesso a oportunidades, imaginação e distração, a autenticidade e significado, a vida pública e comunitária, a auto-confiança urbana e,

por fim, o bom ambiente para todos. Adianta ainda que os indicadores de qualidade das actividades e percursos no espaço urbano são definidos em três grupos: confortável e seguro, de uso inclusivo e obtenção de uma boa imagem. O espaço público que garanta e promova o uso inclusivo, demonstra capacidade de acomodar todos os tipos de funções e todo o tipo de utilizadores.

A importância do desenho urbano está associada à qualidade de vida urbana e como podem os seus diferentes espaços cumprir não só as necessidades dos seus utentes, como também, torná-los atractivos, singulares, confortáveis, acessíveis a todos incluindo os utentes com mobilidade condicionada e dificuldades de locomoção. Segundo Gil (2009), para garantir a qualidade dos espaços de circulação e espaços de permanência é necessário oferecer condições favoráveis e que estimulem a prática de actividades, sociais e recreativas, para que se possa caminhar e permanecer nesses mesmos espaços. Considera que todo o espaço envolvente tem uma função fundamental e necessária na qualidade dos diferentes espaços públicos e, é através do desenho urbano que se projecta cada espaço tendo em conta cada pormenor, criando estímulos na cidade e a sua continuidade. Na mesma linha de pensamento, Carr, *et al.*, citado por Menezes (2008), refere que (...) o sucesso dos espaços públicos está intimamente associado a tais atributos e que está intimamente ligado às dimensões humanas do espaço; sendo (...) fundamental conhecer a relação entre as pessoas e os espaços, e a forma como esta relação afecta os quadros comportamentais, sendo tal relação tomada como interactiva e complexa (p. 23).

Coelho (2005) menciona que o desenho urbano, aliado a um conjunto de parâmetros de qualidade, é fundamental para a concepção da cidade e espaços públicos que a constituem. Relata, assim, um conjunto de temas que devem ser considerados neste processo e, que têm vindo a ser debatidos:

- vizinhanças de proximidade protectoras, sóbrias e naturais;
- sequências atractivas e singulares;
- sítios únicos e variados (singularidade do espaço);
- gradações de privacidade (eixos urbanos habitados, pormenorizados, estimulantes e conviviais);
- trechos de vida colectiva com desenho urbano de pormenor;
- eixos e pólos urbanos regeneradores dos sistemas de convivência;
- claro ordenamento urbano com referências directas à escala humana (integração entre interior e exterior, pormenorização, protagonismo do verde urbano e caracterização);

- um conjunto integrado de espaços interiores e exteriores bem pormenorizados.

O bem-estar social e pessoal dos habitantes tem relações com as condições de localização, dimensão e desenho urbano do respectivo conjunto residencial e dos tipos de habitações que integra (Coelho, 2010, p.2).

Lamas (2000) salienta que a simples existência de duas construções em proximidade é suficiente para que se estabeleçam relações visuais, estéticas e ambientais que são do domínio da arquitectura (Lamas, 2000, p. 535). O autor afirma que a cidade e todo o território devem ser produzidos desde a sua fase de programação e planeamento até à realização material dos edifícios segundo um desenho que deverá dirigir todos os objectivos delineados na fase de diagnóstico e análise dos diferentes espaços; considerando que o desenho deverá estar no centro de todas as transformações da cidade assegurando a sua configuração e continuidade. O desenho *significa a unidade do método arquitectónico, sem o qual não poderá existir verdadeira criação de espaços urbanos ou transformações qualitativas do território* (Lamas, 2000, p.535).

Portas (2007) por sua vez refere que o desenho/forma da cidade pode ser um risco quando não ponderado e adequado, no sentido de assumir a capacidade de comprometer o futuro do seu desenvolvimento e alterar o entendimento e reacção dos seus utilizadores. É um processo de grande responsabilidade, o qual terá de ser assumido e garantir a produção de formas adequadas ao próprio objecto social a que se destina e se deve harmonizar. Relativamente à fase de planeamento do território, salienta que programa não é objecto sendo, outra forma de contribuição decisiva para o desenvolvimento do território; em complementaridade e na mesma linha de pensamento, o desenho, associado à estrutura física da cidade, estabelece parâmetros qualitativos e quantitativos que cumprem níveis de satisfação das necessidades dos utilizadores (Portas, 2007, p. 27).

Na mesma linha de pensamento, Gehl (2006) refere que o conjunto de sentidos do ser humano é um requisito fundamental para desenhar e dimensionar todas as formas de espaços públicos urbanos e a disposição do edificado. O autor diferencia quatro tipos de distância a considerar no dimensionamento e desenho dos espaços que futuramente serão utilizados segundo diferentes funções e actividades; enumerando a distância íntima (de 0 a 0,45 metros), onde são expressos sentimentos intensos (amor, carinho, consolo, ternura); a distância pessoal (0,45 metros a 1,30 metros), onde são estabelecidas conversas entre amigos íntimos e família; a distância social (1,30 metros a 3,75 metros), a distância necessária para conversação entre amigos, conhecidos, vizinhos, companheiros de trabalho, entre outros; e, a distância pública (mais de 3,75

metros), sendo a distância instintiva e utilizada em situações mais protocolares (Gehl, 2006, p. 79).

2.5. Mobiliário urbano

Gândara *et al.* (1993) aponta que o acto de ordenar o espaço existe desde que o homem se reconhece a si próprio como ser, desde que pratica a agricultura e se sente obrigado a definir o seu espaço dando-lhe e fazendo assumir utilidades e funções específicas e distintas, acomodando-se e apropriando-se desse mesmo espaço consoante as suas necessidades e satisfação: (...) ver as horas e a temperatura em relógios da rua; ler notícias em jornais electrónicos; comprar jornais e revistas em quiosques; deslocarmo-nos em transportes públicos (autocarros, eléctricos,...); parar, abrigarmo-nos do sol ou da chuva e por vezes sentarmo-nos e esperar nas paragens dos transportes públicos; tomar contacto com produtos através dos placards de rua com publicidade – fixos ou móveis; desviarmo-nos das obras; sentarmo-nos nos elementos que impedem os automobilistas de estacionarem os carros; telefonar; comprar gelados, fruta, flores ou castanhas; beber água; meter uma moeda e entrar num sanitário; meter uma moeda, receber um selo e enviar uma carta; perambular por ruas iluminadas (...) (p. 541-542)

O mobiliário urbano surge como resposta a esta multiplicidade de acções resultantes das necessidades e hábitos diários do cidadão comum, residente ou apenas utilizador, como da criança, do jovem, do idoso e das pessoas com limitações físicas. À semelhança da casa e do bairro, o mobiliário urbano consolida o processo cultural das comunidades que nele habitam e dele fruem. Segundo aquele autor, desempenha várias funções e está, ou deve estar, ao alcance de todos; pode ou não contribuir para a educação visual e estética dos diferentes utilizadores.

Valada *et al.* (1999), considera que os espaços públicos de convivência social devem traduzir-se e exprimir os espaços de preferência de integração social e acção cultural. A cidade é caracterizada pelos espaços públicos que a constituem. O mobiliário urbano habilita os diferentes espaços públicos para melhor cumprirem as necessidades do quotidiano dos seus utilizadores. Os autores referem que o uso, a integração e a compreensão são princípios fundamentais a ter em conta quando se procede à avaliação do conjunto de elementos a implantar e integrar nos diferentes espaços públicos da cidade. Assim, a cidade deve estar adequada a qualquer cidadão e, facilitar a mobilidade e utilização do espaço por pessoas com mobilidade reduzida. Assim, não se deve permitir que os espaços públicos sejam equipados e mobilados

com objectos cuja função e utilidade seja ambígua. Estes elementos podem tornar-se obstáculos físicos e psíquicos na fruição do espaço pelos seus utilizadores, interferindo com a agradabilidade e legibilidade urbana.

O mobiliário urbano faz parte do espaço público e é necessário à vida urbana, desempenhando funções relativas à acessibilidade, à estética do espaço, à orientação, à limpeza e higiene, à permanência, entre outras. Com o intuito de garantir uma boa acessibilidade pedonal, o mobiliário urbano deve ser implementado segundo eixos pré-definidos, evitando a sua dispersão e distribuição aleatória; os elementos devem ser distribuídos e aplicados sem perturbarem as dinâmicas e actividades ocorridas, naturalmente, no espaço público. Assim, é necessário definir quais as funções específicas de cada elemento, proceder à selecção dos mesmos consoante as necessidades concretas e quais as funções que devem ser asseguradas para melhor servir os utentes, promovendo qualidade de vida urbana.

Na selecção dos elementos deve ter-se em conta a durabilidade dos materiais, a sua resistência à agressividade do meio urbano, clima e vandalismo, a facilidade de montagem e manutenção. Relativamente ao vandalismo, uma manutenção persistente e uma imagem cuidada do espaço são uma forma de dissuadir práticas de vandalismo. São atitudes que geram outras atitudes da mesma natureza e, é uma forma pedagógica de transformar o comportamento agressivo e negligente dos indivíduos ou da sociedade a quem o espaço procura servir.

Furtado, *et al.*, (1999), citado por Coelho (2010), refere que todos os elementos que constituem a paisagem devem ser minuciosamente adoptados e mantidos com o intuito de garantir os benefícios que intervirão no projecto global, propiciando a melhoria da qualidade do ar, o sombreamento da edificação e adjacências, o controlo da ventilação e da humidade.

2.6. Espaço público e segurança

Autores como Jacobs (2000), Gehl (2006), Newman (1996), Jeffery (1977) e Crowe (1991) encaram o espaço urbano, a forma como este está concebido e o tipo de utilização dado ao mesmo, como um possível factor criador ou inibidor de oportunidades para a prática de crimes e incivildades.

A segurança e o conforto são determinantes indissociáveis da qualidade de vida urbana e da forma como o espaço público é apropriado e utilizado. Florentino *et al.* (2009) referem que (...) *a mistura de usos, a densidade e (igualmente por isso) a*

ocupação frequente do espaço público pelos cidadãos, sem importar a sua condição social, favorecem a coesão e a segurança. Trata-se de conceber o espaço público como o eixo da cidade, libertando-o da função primordial de espaço canal para o transporte motorizado, para convertê-lo em espaço de convivência, que permite o desenvolvimento de espaços verdes e a integração de elementos naturais. O bom funcionamento e a segurança dependem do seu correcto dimensionamento, desenho e qualidade (p. 30). Coelho (2011) afirma que diversificar, densificar e revitalizar é fundamental no combate ao medo e à insegurança no espaço público.

Dada a evolução rápida e desmedida da cidade e correspondente sociedade, aliada à incapacidade de resposta da urbe, surgem problemas de insegurança associados a comportamentos inadequados e incompatíveis com o equilíbrio social e qualidade de vida urbana. Esteves (1999) refere que as pessoas com níveis económicos mais baixos e habilitações literárias inferiores podem constituir maior risco no que diz respeito à marginalidade e criminalidade porque estão numa situação de desigualdade face à sociedade e têm dificuldades em aceder aos mesmos recursos e oportunidades. Assim, podem vir a agir inadequadamente e a ter comportamentos desviantes face à lei. A autora cita Huff (1989) salientando que estes indivíduos *não se sentindo integrados em qualquer grupo social, formam os seus grupos, marginais à sociedade institucionalizada – são os gangs ou grupos causadores de distúrbios e problemas que se regem por regras próprias que impõem a quem a eles se quiser associar* (Esteves, 1999, p. 27), sendo assim uma ameaça ao bom funcionamento e equilíbrio social e da vida urbana.

Na mesma linha de pensamento, a autora cita Wikstrom (1990) referindo que o número de habitantes da cidade influencia a vida urbana e social, *na medida em que quanto maior o número de pessoas, maior a frequência de contactos entre desconhecidos e maiores oportunidades se geram para a prática de furtos, roubos e agressões* (Esteves, 1999, p. 29); assim como, a densidade populacional pois um grande número de pessoas por hectare propicia um menor relacionamento entre elas. O autor defende que a heterogeneidade da cidade nos âmbitos das diferenças sociais, económicas, étnicas e etárias no seio dos residentes e, das funções e actividades desempenhadas e desenvolvidas, contribuem para que surjam actos criminosos e de vandalismo.

Deste modo, para Jacobs (2000), as ruas tornam-se inseguras quando estão vazias, apresentando pouca utilização e, assim, os espaços urbanos que não são apropriados e utilizados originam a ocorrência de crimes dada a falta de vigilância natural que os

utilizadores impõem pela sua presença e utilização. Desta forma, as bases do funcionamento equilibrado de um espaço urbano são: demarcação nítida entre o espaço público e privado; vigilância por parte daqueles que habitam na zona e exercem o controlo social informal; passeios que proporcionem uma utilização contínua, de forma a aumentar a vigilância e, conseqüentemente, a segurança, assim como, a relação entre os edifícios que ladeiam a rua e as janelas abertas para a mesma, como a autora designa *olhos para a rua*, mantendo as calçadas com utilização permanente.

À semelhança de Jacobs (2000), Gehl (2006) reforça que o equilíbrio de um determinado espaço depende da sua resistência ao perigo, danos físicos e insegurança relacionada com o medo, a criminalidade e o tráfego rodoviário. A segurança está, também, associada ao volume de tráfego dos diferentes espaços de circulação e à vigilância natural da cidade.

Por sua vez, Newman (1996) afirma que o aumento da visibilidade e a separação dos espaços, em áreas atribuídas a um pequeno número de residentes, incentiva ao aparecimento de um sentimento de territorialidade e a uma maior capacidade de controlo dessa área, uma vez que, presumivelmente, os eventuais infractores perceberiam esta atitude por parte dos cidadãos, abstendo-se de praticar ilícitos criminais nessas áreas. Na mesma linha de pensamento Heitor (2001) salienta que a inexistência de uma delimitação precisa dos espaços torna-os impessoais e anónimos, o que leva a uma ausência de vigilância por parte dos residentes que não vêem e sentem o espaço como sendo seu. Enquanto Crowe (1991) enumera algumas formas de melhorar o controlo natural de acessos, a vigilância e controlo visual:

- estabelecer zonas de reunião e permanência onde é possível a vigilância natural;
- implementar actividades seguras em zonas inseguras e actividades inseguras em zonas seguras;
- estabelecer obstáculos naturais ao conflito entre actividades;
- atenuar a distância e o isolamento através da melhoria das comunicações;
- melhorar a programação do espaço definindo níveis de controlo e intensidades de utilização;
- desenhar o espaço fomentando o aumento da vigilância e controlo natural do espaço.

Lynch (2000) associa a segurança à legibilidade espacial, a possibilidade e necessidade de cada cidadão se situar física e cognitivamente na cidade, e sequentemente situar-se na sociedade correspondente. Jacobs (2000) afirma que a rua com determinadas características e condições, é o mais seguro dos espaços sociais, por ser o mais visível e, portanto, o mais fácil de controlar colectivamente.

Para Gil (2009) a segurança e o conforto urbano são dois aspectos fundamentais e indissociáveis a ter em conta quando se analisa ou se concebe um espaço público. Afirma, ainda, que a segurança é um factor muito complexo e, essencialmente, de carácter psicológico que varia de utilizador para utilizador. A continuidade dos usos e funções no espaço público urbano garante a segurança no mesmo, atraindo pessoas com frequência, o que contribui para a agradabilidade, a dinâmica e a facilidade de acesso a todos os grupos e a diferentes tipos de espaço.

Relativamente ao tráfego de veículos motorizados, Gil (2009) faz referência ao estudo realizado por Appleyard (1981), através do qual se verificou que este tipo de tráfego está directamente relacionado com o número de interacções sociais de uma determinada rua. Nesse estudo, Appleyard associa três tipos de tráfego às relações estabelecidas, às vivências ocorridas no espaço público; quando o tráfego é calmo as vivências são abundantes, quando já é visível um tráfego moderado as vivências também o são e quando se verifica um tráfego intenso as vivências quase são inexistentes e o espaço público deixa de ser utilizado e apropriado de forma adequada pelo transeunte. Defende ainda que deve existir algum tráfego motorizado no espaço público para que haja um certo equilíbrio e segurança, no entanto, um tráfego excessivo vai provocar má qualidade da vida urbana, trazendo barulho, tornando-o desagradável e poluído e, o que antes dava lugar a oportunidades de estabelecimento de relações sociais e urbanas, agora são espaços vazios e inseguros por não serem utilizados adequadamente. Gil (2009) afirma mesmo que *a nossa solidão aumenta com o número de automóveis à nossa porta* (p. 32).

Dentro do mesmo âmbito, Pinto *et al.* (2008) referem que a segurança e o conforto de um determinado espaço afectam a forma como este é utilizado e apropriado, a intensidade de uso e a sua capacidade de atracção e apazibilidade. O espaço público deve ser desenhado considerando e contemplando as questões relativas à segurança e ao conforto das pessoas, estando adaptado às suas necessidades físicas e psicológicas. Quando são alcançados estes objectivos, o espaço é um factor determinante na coesão urbana, sendo utilizado de diferentes formas por grupos sociais distintos.

Associado ao conforto na cidade está, necessariamente, a mobilidade e acessibilidade dos seus utilizadores. De acordo com Pinto (2008) a questão da mobilidade e da acessibilidade é fundamental para o funcionamento integrado das funções urbanas, pois contribuem para uma adequada e saudável apropriação e utilização dos espaços públicos. Assim, é referido que uma boa acessibilidade e mobilidade é garantir que todos os utilizadores tenham iguais oportunidades independentemente das suas capacidades, cultura ou local de residência, em todas as actividades que fazem parte do seu desenvolvimento pessoal e social. Ou seja, a acessibilidade deve fomentar a igualdade de oportunidades diferenciadas contrariando o desenvolvimento de uma sociedade homogénea. A continuidade dos espaços e a possibilidade de articulação entre as funções da cidade permitem a mobilidade das pessoas, física e cognitiva (não havendo obstáculos físicos e psicológicos), contribuindo assim para o seu conforto e segurança.

Ramos *et al.* (2007) acrescentam que os espaços da cidade têm, para além de serem seguros, de transparecer essa segurança. Os utilizadores devem ter a percepção que estão num espaço seguro e, os autores, apontam alguns factores que contribuem para que tal aconteça:

- a importância da envolvente social (a associação de funções);
- a ausência de sinais de vandalismo (caso estejam presentes sinais de vandalismo poderá sentir-se falta de protecção e que aquele espaço foi vandalizado e negligenciado e, revelando a presença de grupos de indivíduos com comportamentos não sociais);
- a limpeza (um espaço que tenha um aspecto limpo, para além das questões estéticas e de higiene pública, caso seja presente lixo demonstra que não há cuidados e manutenção suficientes convidando a que os seus utilizadores também não cuidem do mesmo);
- o acesso visual como um factor determinante no combate à insegurança nos espaços urbanos públicos.

O acesso visual pode estar condicionado pela forma como os elementos construídos e a vegetação estão distribuídos, provocando a limitação e obstrução da visualização do espaço envolvente, o que, segundo os autores, pode contribuir para aumentar o medo e a sensação de insegurança.

2.7. Conclusão

O espaço público urbano não só é a parte sobran­te do espaço construído, mas mais que isso é o cenário no qual se estabelece a vida social e onde estão representadas as relações sociais que nele se consolidam e mantêm. Para tal, deve-se fomentar o desenvolvimento de actividades de forma a estabelecer contactos de diferentes intensidades e integrar e agrupar os seus eventuais utilizadores. A cidade pode condicionar ou ocasionar diferentes modos de vida tendo um contributo relevante na saúde e bem-estar físico e psíquico das pessoas.

A cor, o som, o silêncio, o olfacto, o movimento, assim como outros factores, influenciam o estado emocional e psíquico das pessoas. O desenho urbano pode atenuar ou acentuar a influência destes factores na qualidade de vida urbana. Para tal, deve garantir e permitir a diversidade e plurifuncionalidade dos espaços públicos urbanos e das diferentes funções urbanas fomentando a mesma diversidade nos contactos e laços sociais. O espaço público urbano deve ser contínuo e permeável criando, assim, condições de socialização entre os utilizadores e de segurança.

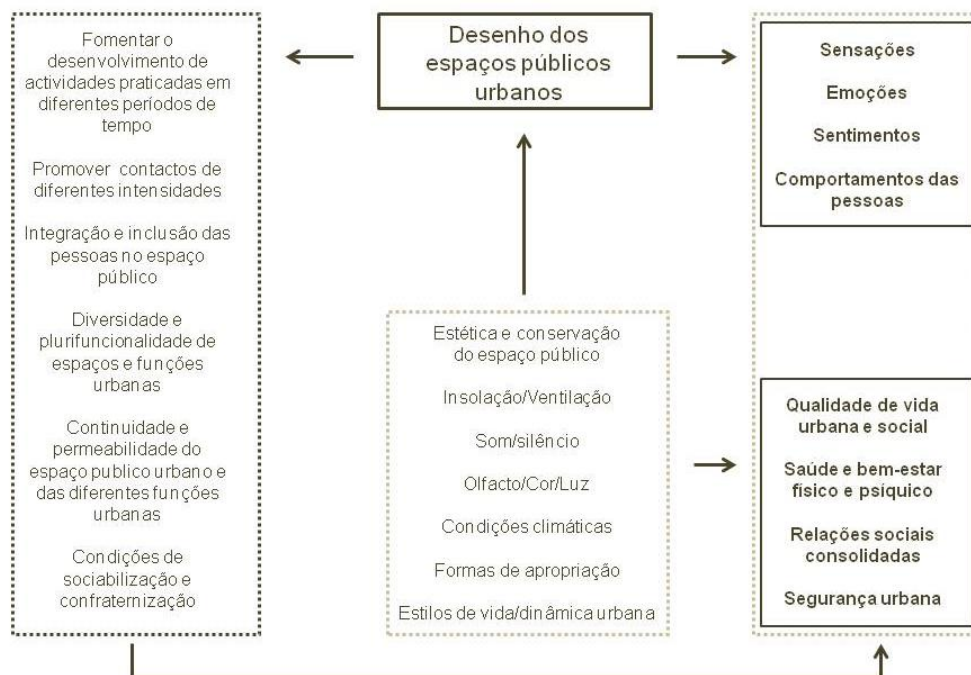


Figura 9 – Modelo da influência do desenho e configuração urbana na saúde e bem-estar físico e psíquico das pessoas (C. serrano, 2011)

Capítulo III – Relações estabelecidas entre as pessoas e o espaço público urbano

3.1. Psicologia e sociologia urbana

O ambiente urbano não só é constituído pelos elementos físicos (espaço público, ruas, espaços de permanência, praças, avenidas, espaços públicos e privados, entre outros...), como também, pelas vivências, comportamentos e as diferentes formas de apropriação do espaço, pela comunidade e a sua forma de entender e utilizar os espaços da cidade. Augé (2005) refere que cada ser humano constrói a sua vida em relação à dos outros seres humanos, sendo influenciados pela cultura, instituições e pelas actividades. Assim, se manifestam os diferentes comportamentos humanos face a um determinado lugar, cultura e comunidade.

A Psicologia Social é uma ciência que, segundo Augé (2005), tenta compreender e interpretar como os pensamentos, sentimentos e comportamentos dos indivíduos são influenciados pela presença momentânea, imaginada ou implicada por outros. A psicologia social constitui-se como objecto e uma das bases da compreensão dos sentimentos, das atitudes, da atracção e afiliação, da consciência, dos processos cognitivos, dos processos de grupo, dos comportamentos, das emoções e, da solidão, presentes no desenvolvimento do presente estudo.

Neste capítulo são interpretados os comportamentos que advêm, conseqüentemente, dos sentimentos e emoções dos utilizadores. A apropriação do espaço, sentido de pertença e a identidade do mesmo são afectados pelos sentimentos e determinam os diferentes comportamentos das pessoas.

No seu estudo Bondaczuk (2005), realça que a solidão difere de pessoa para pessoa, é um conceito bastante vago o que dificulta a sua interpretação. A sua definição tem sido contraditória entre os diferentes especialistas mas, é frequente, estabelecer-se que é uma experiência subjectiva que pode não estar relacionada com o isolamento objectivo, é muito desagradável do ponto de vista psicológico e resulta de formas de relacionamento frágeis e deficientes. Não implica estar fisicamente sozinho, pois poder-se-á sentir desta forma quando se está acompanhado. A solidão é a insatisfação de um determinado indivíduo relativamente ao seu relacionamento social (Bondaczuk, 2005). À sua semelhança, Weiss (1973), afirma que *a solidão é causada não só por se estar só, mas por se estar sem alguma relação precisa de que se sente a necessidade ou conjunto de relações... A solidão aparece sempre como sendo uma resposta à ausência de algum tipo particular de relação ou, mais precisamente, uma*

resposta à ausência de alguma provisão relacional particular. (p. 53) Como refere o autor, somos animais sociais e dependemos de outros para a satisfação plena de diversas necessidades psicológicas. No mesmo sentido, Perlman e Pplau (1981), citados por Bondaczuk, consideram a solidão uma experiência desagradável que ocorre quando a rede de relações sociais de uma pessoa é deficiente em diferentes aspectos importantes, quantitativa e qualitativamente.

O isolamento afecta o comportamento das pessoas, a nível social como na sua fruição do espaço. Angústia, insatisfação e exclusão são algumas experiências vividas quando se sente solidão. A pessoa exclui-se da sociedade e isola-se. Esse isolamento pode ser cognitivo e/ou físico, afectando o seu comportamento face ao espaço físico que a envolve.

Bondaczuk (2005), refere, ainda, que a solidão está associada ao desespero, à depressão, ao aborrecimento impaciente e auto desvalorização e, implica o desejo do passado, frustração com o presente e medo relativamente ao futuro.

3.2. Identidade e singularidade do espaço

A identidade de uma cidade é determinada pelos seus elementos constituintes, físicos e sociais. Segundo Dias (2006), caracteriza-se como um território ajustado para a vida em comum, a vivência urbana partilhada por muitos utilizadores diferentes definindo e envolvendo as diferentes culturas e hábitos de forma harmoniosa e, do ponto de vista psicológico, equilibradamente.

A identidade de um lugar está associada às características sociais, físicas e psíquicas do grupo de pessoas que pertencem a esse mesmo lugar. A cor, a luz, o som e o silêncio, o cheiro da rua e dos diferentes espaços, até a temperatura e o vento desse lugar conferem a sua identidade. A singularidade do espaço torna-o único e incomparável a todos os outros. Uma particularidade única torna o espaço singular.

Dias (2006), à semelhança de Lerner (2010), salienta que o som e o silêncio, o cheiro da rua e dos diferentes espaços, a cor, a luz, a temperatura e o vento sustentam a identidade e a singularidade de um determinado espaço, tal como as funções, os hábitos, os comportamentos e os laços sociais. (...) *o afiador de facas, o vendedor de frutas, os serviços anunciados e prestados em domicílio, o grito das manchetes dos jornalistas, (...).* (Lerner, 2010, p. 39)

Cada cidade tem a sua cultura, os seus sons, os seus pontos de referência, as suas memórias que se associam a determinados espaços e que contribuem, também, para a sua identidade e carácter singular. O som natural da cidade, o bater e sacudir dos tapetes nas janelas, o som das conversas de rua, os murmúrios entre vizinhos, o ladrar do cão e chilrear dos pássaros, as crianças a brincar na rua e os seus risos de satisfação, o vendedor que diariamente divulga o seu produto para que possa a todos chegar; em fim, um determinado conjunto de situações que caracterizam a vida social dos espaços públicos urbanos (Lerner, 2010), é, muitas vezes, deixado de ouvir e substituído por ruídos, consequência da intensidade do tráfego motorizado, indústrias e outras funções que põem em causa o conforto auditivo dos utilizadores e o seu necessário período de descanso e reflexão diário.

Assim, a identidade é uma componente importante para a qualidade de vida urbana, pois se uma cidade possui a sua identidade, os seus utilizadores identificam-na como lhes pertencendo, sentindo-se como parte dela.

3.3. Sentido de pertença e apropriação do espaço

A cidade com identidade significa que os seus utilizadores se identificam com ela, apreendem-na, fruem-na e cuidam-na. Lerner (2010) afirma que dificilmente se respeita um espaço se não for conhecido e correspondido. Os utilizadores ao identificarem-se com os espaços públicos apropriam-se deles porque há um sentimento de pertença.

A identidade de um determinado local está intimamente relacionada com a apropriação e intensidade de uso desse mesmo espaço pelos seus utilizadores. Pinto (2008), salienta que o sentimento de pertença surge na sequência da frequente e desejável utilização do espaço público, através das memórias, ideias, sentimentos, valores, significados, preferências e atitudes face a esse determinado espaço, que é habitado e vivido, ostentando as actividades diárias das pessoas. A relação entre o ser humano e o lugar é assim construída, estando a identidade relacionada com factores físicos e sociais. É referido, assim, que as características físicas estão associadas às características ambientais, às especificidades da forma urbana (arquitectura, morfologia urbana, elementos urbanos) e às características biofísicas do local (clima, solo, água, fauna, flora). As características sociais ligam-se às componentes sociais e culturais dos utilizadores: as suas tradições, costumes, estratos sociais e vivências. Estes últimos factores podem ser de alguma forma influenciados pelos primeiros, pois as condições climáticas e o espaço urbano podem não oferecer o que os seus

eventuais utilizadores procuram e daí as relações sociais não se estabelecerem adequadamente. Guterres (2002) refere que a qualidade da vida urbana está associada ao comportamento humano associado ao ambiente físico.

Por sua vez, Gehl (2006) identifica os diferentes usos e formas de apropriação dos diferentes espaços públicos e as experiências e opiniões dos diferentes utilizadores, enaltecendo sempre a importância da qualidade dos espaços públicos urbanos. A capacidade sensorial de cada utilizador afecta a forma como ele apropria e utiliza o espaço. São enumeradas diferentes técnicas de como se pode incentivar uma utilização frequente do espaço público explorando as sensações e emoções dos seus utilizadores.

Mas, é importante uma continuidade entre todos os elementos do espaço público e, como, devem contribuir para a consolidação de uma malha urbana coerente. Pinto (2008) evidenciou os *espaços – traçado*, pois são nestes onde se estabelecem as relações primárias, os encontros e por onde nos deslocamos. A *rua* é um espaço próprio, cuja função passa por compatibilizar diferentes tipos de usos como espaço multi-funcional, assim como, permite a circulação de veículos e pedestres, contempla os acessos aos edifícios, bem como permite o fornecimento da luz e ventilação aos edifícios, é um percurso da cidade para os seus utilizadores, permite os lugares de estacionamento para os veículos motorizados e, ainda, possibilita e deve promover a interacção e sociabilidade. Assumem-se dois tipos de obstáculos distintos: os físicos e os psicológicos. Os físicos são essencialmente opções urbanísticas e elementos físicos que por opção foram aplicados no espaço público, ou seja, estão relacionados com o automóvel, a velocidade, a poluição, o estacionamento e a segregação dos espaços. Enquanto que os psicológicos são considerados sensoriais e podem abranger todo o tipo de utilizador; são referentes à má visibilidade do espaço; que tipo de pessoas frequenta determinado local; o uso e funções dos edifícios que delimitam o espaço urbano e o ruído causado pelo tráfego de veículos motorizados; ou seja, estão relacionados com a distância entre os usos e funções e as etapas. Salienta-se que a alternância entre as ruas, praças, largos faz parecer o percurso mais curto, torna-o exequível de uma forma natural, assim são definidas várias etapas.

Menezes (2008) reforça que a compreensão e *análise do uso e apropriação dos espaços permite compreender melhor a relação entre organização social do espaço* (p. 12). As diferentes formas de como é o espaço público urbano, apropriado e fruído estão relacionadas com a diversidade de relações existentes entre o espaço físico e a comunidade que este acolhe.



Figura 10 – Uso e apropriação do espaço (Menezes, 2008, p. 13, fig. 1, adaptado por C. Serrano).

Segundo o autor esta análise é fundamental na concepção dos diferentes espaços urbanos da cidade, contribuindo para que sejam dimensionadas situações urbanas que cumpram as necessidades físicas e psíquicas dos seus utilizadores, tal como, impede que surjam espaços segregados e descontínuos que a longo prazo se tornam espaços vandalizados e inseguros. No sentido de compreender a relação dos espaços urbanos com o comportamento das pessoas, Menezes (2008) sistematiza como pode contribuir a referida análise para o *conhecimento de cenários comportamentais* (p. 13), associados às diferentes formas de utilização e apropriação dos espaços públicos urbanos. Desta forma, relaciona as pessoas, o espaço e o tempo.

| Cenários Comportamentais | | |
|---|--|---|
| Indivíduos (e/ou grupos) | Tempo (em termos de percursos e momentos) | Espaço (formas e práticas de uso/apropriação) |
| <ul style="list-style-type: none"> • Faixa etária – crianças, adolescentes, adultos, idosos. • Género – homem, mulher. • Ligação socio-espacial – de âmbito residencial, profissional, educacional, ocasional (transeunte e/ou visitante). • Especificidades sociais – estudantes, trabalhadores, incapacitados, deficientes, segregados, sem-abrigo, toxicodependentes, desempregados. | <ul style="list-style-type: none"> • Momentos e períodos de tempo linear – quotidiano (manhã, tarde, noite/dias da semana), tempo histórico, passado, presente do futuro. • Momentos e períodos de tempo circular – tempos fora do quotidiano (momentos de festas e rituais, feriados, férias). • Frequências de uso e apropriação do espaço. • Percursos/trajectórias de vida. • Memórias e projectos. | <ul style="list-style-type: none"> • Comportamentos e práticas socio-espaciais. • Tipos e características dos objectos (de utilidade, estético/decorativo, equipamento de uso social) e os modos como são organizados o espaço. • Recursos socioculturais accionados e a intensidade da apropriação. • Constituição de territórios. • Trajectos, diferenciações, identificação, orientação, delimitação. |

Figura 11 – Elementos de compreensão dos cenários comportamentais (Menezes, 2008, p. 14, quadro 1, adaptado por C. Serrano).

O espaço público é, por si, gregário e de confluência, onde se estabelecem os mais primários laços sociais, apenas de contacto visual e meramente de dinâmicas físicas, onde o conhecimento pessoal e contacto físico não são impostos, acontecendo intuitivamente.

Coelho (2011) salienta a importância da configuração urbana na delimitação de espaços e funções da cidade. A unidade de vizinhança remete para um conjunto de laços sociais de grande intimidade. Este sentimento constrói-se em espaços partilhados por utilizadores diferentes que estabelecem relações sociais e sentem um sentido de pertença relativamente ao mesmo espaço. Segundo este investigador, a convivialidade urbana e as relações de vizinhança são um trunfo fundamental para a construção, sedimentação e reconstrução dos espaços públicos urbanos vitalizados e atractivos. Assim, é fundamental fomentar este tipo de sentimento dos diferentes espaços da cidade.

3.4. Sociabilização versus privacidade

Relativamente à convivialidade, Coelho (2010) afirma que as condições de convívio e de privacidade são complementares; sendo essencial que a habitação promova o

convívio doméstico e a cidade proporcione as condições de privacidade no espaço público. A cidade como espaço comum a todos os seus utilizadores deve contemplar espaços onde se mantenha alguma privacidade implicando, assim, uma hierarquia e delimitação dos diferentes espaços. O autor afirma que não haverá convivialidade num determinado espaço urbano, se não houver outros locais do mesmo espaço onde existam boas condições de privacidade e vice-versa.

Convivialidade e privacidade são, assim, no meio residencial e urbano, faces da mesma moeda, e assim pode dizer-se que conjuntamente com a privacidade, a convivialidade residencial é responsável pelo expressivo desenvolvimento de adequadas condições, simultaneamente, estimulantes da interação social e da expressão individual. (Coelho, 2010, p.3)

Associado à convivialidade está a segurança urbana. Segundo Gehl (2006) é um dos aspectos estruturadores das convívências sociais. Quando é possível a convivialidade nos espaços públicos e de vizinhança, propicia-se excelentes condições de segurança nos mesmos. Quanto maior a intensidade e qualidade de uso, conseqüente de uma adequada configuração urbana física e social, maior é o controlo visual a que estão sujeitos esses espaços garantindo a sua segurança. Sentir segurança no espaço urbano é condição fundamental para fomentar a convivialidade e apropriação dos espaços públicos.

A pluralidade de funções é outra das condições para que as pessoas venham a sociabilizar e confrontarem-se no espaço urbano público. Gehl (2006) salienta a importância da definição de cenários de actividade adequados aos diferentes utilizadores e a vivências cujo tempo não é obstáculo para a sua concretização. As pessoas, muitas vezes, não têm tempo nem disponibilidade física e psicológica para fruírem do espaço público e das actividades que este possa oferecer, no entanto e, segundo o autor, estas actividades podem estar mais adequadas a esses utilizadores.

O estabelecimento de uma estrutura social e a sua correspondente estrutura física, composta por espaços comuns hierarquizados permitindo a deslocação das pessoas dos espaços maiores e menores e, desde os espaços mais privados para os mais públicos, de forma gradual, oferece uma maior sensação de segurança e intensifica o sentido de pertença dos diferentes espaços.

3.5. Conclusão

Pela sua diversidade e plurifuncionalidade, a cidade é o lugar onde a liberdade do homem pode encontrar a sua maior dimensão cuja expressão se demonstra das mais variadas formas. Com a sua identidade, o seu suporte físico e funções que ostenta e lhes estão associadas, a cidade deveria ser um espaço de equilíbrio físico e psicológico, associados às sensações, comportamentos e processos cognitivos.

A identidade e singularidade da cidade, o sentimento de pertença e apropriação do espaço, a unidade de vizinhança e a convivialidade são conceitos estruturantes da vida social indissociáveis para a qualidade de vida urbana. Na concepção do espaço público e configuração da cidade, são elementos estruturantes a ter em conta.

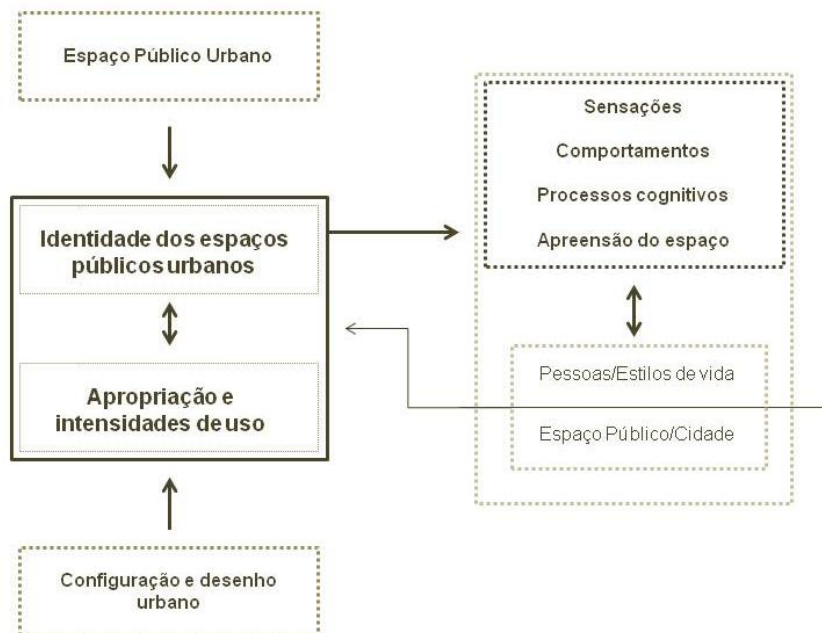


Figura 12 – Modelo da relação entre a forma de apropriação do espaço, a sua relação com os utilizadores e estado psíquico e social dos mesmos (C. Serrano, 2011).

Capítulo IV – Casos de Estudo

4.1. Introdução

A cidade é um espaço comum de estabelecimento e consolidação de relações entre as pessoas. É um corpo único, com identidade própria que se vai sedimentando ao longo dos tempos, configurando-se e transformando-se. O desenho da cidade sofre mutações por diversas razões e torna-se, muitas vezes, resultado de inúmeros processos, de consolidação, de agregação e associação, de adição e/ou subtracção ou, poderá ser resultado de um processo planeado cujos objectivos se destinam a um fim específico e façam cumprir os parâmetros estabelecidos para a melhoria do espaço público, concretizando-se materialmente num projecto desenhado.

A cidade é, assim, composta por diferentes espaços públicos que se ligam, associam, compõem e complementam, intencional, aleatória ou fortuitamente. Este estudo propõe uma discussão alargada sobre a forma como estes espaços poderão afectar a vida quotidiana dos seus utilizadores. O espaço público assume formas variadas complementando as funções e usos da cidade o que muitas vezes não acontece de uma forma equilibrada e coerente. Tendo em conta os ingredientes compositivos destes espaços proceder-se-á à compreensão de como podem afectar a saúde física e psíquica dos seus utilizadores.

Interpretar qual o sentimento de pertença que um utilizador sente face a um determinado local, é fundamental para analisar o nível de identidade do mesmo. Os espaços públicos urbanos podem ser apropriados, ou não, e o nível de qualidade do mesmo é determinante para que se estabeleçam sentimentos, comportamentos e relações entre os seus utilizadores e o próprio espaço fruído.

O espaço público urbano deve complementar outras funções da cidade (habitação, equipamentos e serviços), contemplando agradabilidade e conforto na sua utilização. Caso não se confira as condições favoráveis à sua utilização (conforto, segurança, agradabilidade, entre outras), é sinónimo de que a cidade apresenta um desequilíbrio e falta de identidade, pondo em causa a qualidade de vida urbana e a apropriação dos seus diferentes espaços. No desenvolvimento do estudo irão ser aferidos os principais factores condicionantes da qualidade de vida urbana (configuração e organização do espaço público urbano e do edificado, condições climáticas, esteticidade e opções cromáticas, ambiente urbano e estilos de vida, formas de apropriação do espaço, identidade e singularidade do espaço, relações sociais, sentido de pertença e

apropriação) que, em articulação com o estado físico e psíquico dos seus utilizadores (estado de saúde dos utilizadores, sensações, emoções e comportamentos), permite compreender quais as melhores opções de desenho urbano a considerar relativamente a diversas situações urbanas (situações desagradáveis como impasses, zonas degradadas e descontinuas, desfragmentadas, sem interesse estético, configuração e definição dos espaços públicos e privados, espaços inseguros, entre outros).

Foi elaborada a figura 13 que esquematiza o âmbito de estudo e representa as variáveis presentes no mesmo e a forma como elas se articulam e complementam. A coluna do lado esquerdo *A Cidade*, enumera os diferentes campos relativos à cidade, características físicas que definem os diferentes espaços e outras situações de maior amplitude já definidas em projecto ou durante todo o processo de formação e consolidação do espaço. Do lado direito, a coluna *Pessoas* enumera os diferentes estados das pessoas, a situação em que se encontram física e psicologicamente. Os diferentes estados de saúde das pessoas (físico e psíquico), dos eventuais utilizadores, face a uma determinada situação urbana reagem e alteram o seu comportamento, a sua forma de estar e de se apropriar do mesmo. As características físicas do espaço público, as diferentes situações urbanas conjugadas com os diferentes estados dos seus utilizadores estimulam e modelam as relações sociais, a qualidade de vida urbana, o nível de segurança do espaço, a forma como é apropriado e usufruído, a singularidade e identidade do mesmo e criam situações ambíguas de repulsa e/ou atracção. Da mesma forma, também se poderá verificar o inverso, sendo que os comportamentos e as diferentes formas de apropriação, ou a falta de singularidade ou identidade de um espaço, podem alterar o sentido de pertença do mesmo modificando o estado físico e psíquico dos seus utilizadores. A figura representa a forma como se pode articular as diferentes questões e, como é importante garantir condições e componentes do espaço público para estimular e gerir dinâmicas urbanas de diferentes intensidades, tal como, diferentes comportamentos e formas de apropriação do espaço.

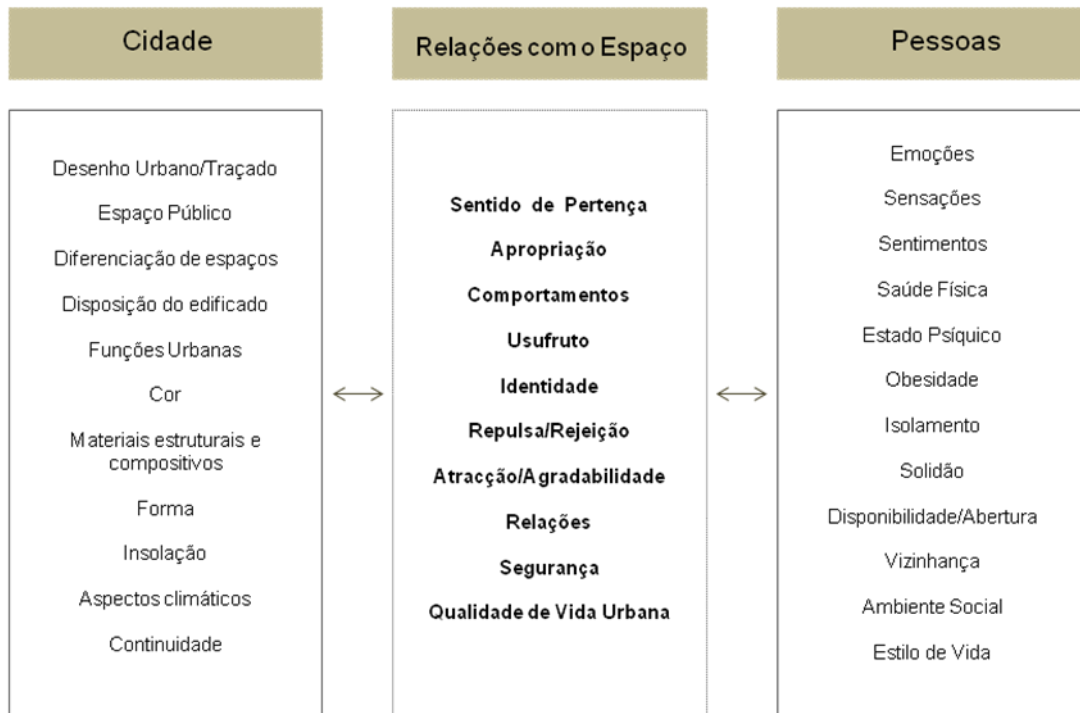


Figura 13 - Modelo de desenvolvimento do estudo (C. Serrano, 2011).

(...) Lisboa era, em vários aspectos, uma cidade desequilibrada, sendo um dos maiores desequilíbrios a fraca qualidade urbana da zona oriental perante as restantes zonas, central e ocidental. A zona oriental da cidade era associada (...) uma área com indústrias perigosas, nomeadamente petrolíferas e químicas, com indústrias obsoletas e desactivadas e com edifícios fabris em ruínas em alguns locais industriais mais antigos (Ferreira et al., 1999, p. 163).

São casos de estudo: no concelho de Lisboa, a freguesia de Santa Maria dos Olivais nos Bairros de Olivais Norte e Olivais Sul, assim como, parte do Parque das Nações; no concelho de Loures, a freguesia de Moscavide e parte do Parque das Nações e, na freguesia de Sacavém com parte do Parque das Nações. As zonas referidas são o *cenário* onde foram realizados os inquéritos. Estas áreas foram seleccionadas, dado que representam processos de formação e consolidação diferentes, traduzindo-se em situações urbanas distintas, com o objectivo de avaliar se poderiam contribuir para sentimentos diferentes nos seus utilizadores e, conseqüentemente, modelar e fomentar os diferentes comportamentos face ao espaço.



1 – Bairro dos Olivais Norte; 2 – Bairro dos Olivais Sul; 3 – Moscavide; 4 – Parque das Nações

Figura 14 - Representação das áreas de estudo (Fonte: Google Earth, imagem de 2007, retirada em 10 de Agosto de 2011, adaptado por C. Serrano).

Confinadas entre si, definem uma extensa área da cidade mas com origens e metamorfoses muito diferentes. Os Olivais Norte e os Olivais Sul primeiro e, mais tarde, o Parque das Nações são exemplo de uma realidade que resultou de um projecto pensado e planeado. Os Olivais Norte assumem uma relação de campo-cidade, onde predominam grandes massas verdes pontilhadas de edifícios organizados segundo métodos dissonantes ao da cidade tradicional. Os Olivais Sul foram concebidos com base em ideologias cuja forma urbana se baseia em volumes geométricos, diferenciação de cores, formas, texturas e materiais, no entanto, já existe uma definida forma do espaço público, em detrimento dos Olivais Norte.

O Parque das Nações, palco da Exposição Mundial, era na sua génese uma zona industrial, poluída, descuidada e omissa onde predominavam vastas áreas de sucata e de indústria petroquímica. Moscavide está confinada ao Parque das Nações e aos Olivais, no entanto pertence ao concelho de Loures. As suas origens e formação estão profundamente ligadas a Lisboa, à formação da zona Oriental da cidade. Surgindo de forma organizada mas aleatória segundo um processo de adição, representa um marco na história pela sua específica função de albergar a população operária da época. É uma área homogénea, de malha reticular, característica que lhe confere determinados usos e apropriação do espaço.

É fundamental reflectir o espaço no qual construímos a nossa vida social. Este espaço é, essencialmente, o não construído da cidade, e muitas vezes tratado como parte menos importante. O estudo que se pretende desenvolver tem como objectivo minudenciar como pode o desenho urbano contribuir para a saúde física e psíquica das pessoas, tendo em conta as relações possíveis entre os diferentes estados dos utilizadores com o espaço de que se apropriam e usufruem. O espaço assume diversas formas que criam uma vasta sequência de situações urbanas, que podem ser resultado da sedimentação e consolidação da cidade e das opções tomadas ao longo dos tempos ou resultado de um estudo e posterior projecto desenhado contemplando as soluções que cumprem as necessidades dos seus utilizadores. As situações urbanas são criadas e geridas, por vezes, de forma incoerente e aleatoriamente, sem uma base estrutural que deve coincidir e fazer cumprir as necessidades sociais do cidadão. A cidade é um sistema complexo que articula diferentes funções e permite que os seus utilizadores se relacionem; é um organismo dinâmico cuja transformação é bastante rápida e está dependente de diversos factores físicos, sociais, temporais e climáticos.

A cidade é um sistema dinâmico e em constante mudança que muitas vezes ocorre aleatoriamente, sem qualquer regra ou plano. O desenho urbano é um instrumento que permite controlar essa situação pois garante a concepção de espaços pensados para cumprir as necessidades físicas e psíquicas dos seus utilizadores e situações urbanas de qualidade na cidade. O desenho da cidade procura responder na íntegra aos parâmetros de qualidade exigidos pelos cidadãos que o utilizam. O espaço público, como elemento estruturante da cidade, tem de ter capacidade de mutação cumprindo sempre as necessidades futuras dos seus utentes.

O espaço público é comum a todos os utilizadores, onde são estabelecidas relações exteriores à habitação e, deve pressupor ao seu utilizador, uma continuidade do conforto e sentimento de lhe pertencer. Actualmente, é cada vez maior a preocupação com o espaço que as pessoas utilizam e se apropriam.

Estudos elaborados por Pinto *et al.* (2008), Coelho (2010), Gil (2009), entre outros, revelam uma preocupação com o bem-estar das pessoas e a qualidade de vida urbana associado ao espaço público, no entanto, não abordam de forma aprofundada como se apropriam e que relações as pessoas estabelecem com o espaço público que envolve a sua casa e que tipo de espaços procuram para satisfazer as suas necessidades diárias de lazer, de consumo e de circulação. Sabe-se que a qualidade do espaço público tem reflexos na qualidade de vida das pessoas; tendo em conta que é um espaço de confraternização e de estabelecimento de relações, pode-se considerar que contribui para o seu desenvolvimento social, bem-estar físico e psicológico.

Actualmente, o ambiente físico e social, as condições climáticas, a configuração urbana, a forma de apropriação dos espaços, a segurança, os problemas de exclusão social, de saúde física e psíquica das pessoas, os seus comportamentos e sentimentos, afectam de muitas formas o espaço e a forma como ele é utilizado e, directamente, quem deles frui.

O presente estudo pretende contribuir para a compreensão e interpretação desta problemática, no sentido de encontrar soluções que possam contribuir para uma boa gestão dos conflitos e problemas gerados pelas diversas situações urbanas, concluindo quais as melhores e as menos adequadas opções de desenho urbano a considerar, tendo em conta o bem-estar físico e psíquico dos seus utilizadores residentes e visitantes.

Com a finalidade de enumerar e estruturar os objectivos que definem o desenvolvimento do estudo foi formalizado um conjunto de questões, cuja resposta vai permitir compreender, analisar e alcançar o objectivo final do mesmo. O inquérito constituiu a metodologia adoptada para a investigação de campo, tendo sido, um instrumento fundamental do ponto de vista operacional na busca das respostas pretendidas.

As interrogações têm abrangências e amplitudes diferentes e estruturam o processo de recolha da informação pretendida.

- ✓ O que é o espaço público e o que ele significa para o seu utilizador?
- ✓ Quais as melhores soluções a adoptar na concepção da cidade e na formulação dos diferentes espaços públicos?
- ✓ São estabelecidos sentimentos de pertença com os espaços públicos urbanos, os quais pretendem ser utilizados e apropriados?
- ✓ Quais as formas de apropriação do espaço público?
- ✓ Existe alguma relação entre a identidade de um lugar, a sua singularidade e a forma como ele é utilizado e apropriado?
- ✓ Como conciliar os elementos constituintes dos espaços urbanos, de forma coerente e equilibrada, tendo em conta o bem-estar dos seus utilizadores?
- ✓ Como atingir e otimizar o bem-estar físico e psíquico das pessoas?
- ✓ Que problemas físicos e psíquicos podem surgir como consequência do desenho da cidade?

As diferentes zonas que serviram como cenário de estudo contemplam processos de formação muito diferentes e, acentuadas metamorfoses que foram transformando o território ao longo dos tempos dando origem a espaços consolidados e variadíssimas situações urbanas de melhor e pior qualidade, de maior ou menor conforto, mais atractivas ou não, do ponto de vista urbanístico. Assim, contribuíram para uma análise aprofundada e específica de âmbito local para melhor aferir que situações urbanas são mais adequadas às diferentes necessidades dos utilizadores.

4.2. Metodologia

Pelo pragmatismo que o estudo impõe, a abordagem efectuada teve um carácter físico muito concreto que requereu o contacto directo com as zonas incidentes do estudo e com os seus utilizadores, permanentes e temporários, residentes e visitantes. O instrumento de investigação que foi aplicado em campo, consistiu num inquérito cujo público-alvo foram os residentes das diferentes zonas, assim como, aqueles que, no momento, estavam de visita ao local. Estabeleceu-se também que o número de inquéritos a realizar, para cada um dos casos de estudo, seria de 50; por um lado, porque havia uma limitação temporal e por serem quatro casos de estudo a avaliar. O Parque das Nações foi onde foi mais fácil realizar os inquéritos, tendo esta fase terminado muito antes do previsto; assim, foram contabilizados 52 inquéritos o que, por uma questão de coerência, levou a ambicionar o mesmo número nas restantes zonas.

Com a concepção do inquérito, que foi aplicado em todas as áreas referidas, pretendeu-se, tendo em conta a informação recolhida, construir um diálogo aberto com a pessoa inquirida, de forma a apreender as suas emoções e reacções às questões que lhe eram apresentadas. Na maioria dos casos, foram elaboradas questões fechadas, com o intuito de interpretar respostas que poderiam ser ambíguas do ponto de vista psicológico. Desta forma, foi possível uma recolha mais rica do ponto de vista da sensibilidade e intimidade pessoal, o que um inquérito on-line omitia pela falta de frontalidade. O inquérito foi desenvolvido de forma a esclarecer as seguintes questões:

- ✓ Características socioeconómicas da pessoa inquirida;
- ✓ O sítio onde reside;
- ✓ Ambiente urbano e social;
- ✓ Espaço, forma e função;
- ✓ Conforto e segurança;
- ✓ Cromaticidade e esteticidade;
- ✓ Identidade e singularidade, formas de apropriação do espaço e sentido de pertença;

- ✓ Comportamentos, emoções e sensações;

- ✓ Estado físico e psicológico da pessoa (satisfação emocional).

Por conseguinte, o questionário aplicado procura aferir as situações urbanas e de configuração do espaço público que melhor se adequam às necessidades das pessoas e, as que geram mais conflitos e dificuldades na apropriação e utilização dos diferentes espaços públicos. Tendo sido construído para avaliar os aspectos referidos anteriormente, é constituído por dois grandes grupos. O primeiro consiste na caracterização física e psíquica da pessoa inquirida e o segundo nas relações do espaço, neste caso do espaço onde a mesma se encontra no momento do questionário.

No primeiro grupo procura-se saber o estado físico e psíquico em que se encontra a pessoa (a sua satisfação emocional), que hábitos sustenta e a sua sensibilidade face ao espaço que a rodeia.

O segundo grupo é focado no espaço onde é inquirida a pessoa. Pretende-se compreender qual a razão porque frequenta o local, procedendo-se à descrição dos elementos urbanos consoante uma escala de classificação, que vai exprimir o grau de qualidade do espaço em estudo. Além disto, há também a preocupação em saber como a pessoa inquirida se apropria, como se movimenta e que imagem cognitiva tem do espaço. Desta forma, foi possível assimilar e interpretar as sensações, as emoções e os comportamentos em cada zona de estudo, tendo em conta as condições da pessoa que foi inquirida.

Na parte final do inquérito foi proposta outra forma de análise, que consistia em perceber que imagem mental tem a pessoa do espaço. São designados por *mapas mentais* (Lynch, 2000) ou por *mapas cognitivos* (Muga, 2006), mas remetem sempre para uma imagem mental que cada cidadão tem de um determinado conjunto físico.

Um dos processos, através dos quais as pessoas experienciam a cidade, traduz-se nos mapas cognitivos, construídos em torno da mesma. (...) uma representação mental que não coincide com o ambiente espacial objectivo, mas que revela a significativa e consistente relação entre o individuo e a cidade. (Muga, 2006).

Kaplan, citado por Muga (2006), *aponta quatro actividades ligadas à existência do mapa cognitivo: reconhecimento, previsão, avaliação e acção.* Holahan (1982), igualmente citado por Muga (2006), *identifica três funções que os mapas cognitivos*

desempenham: resolver problemas espaciais, fornecer a base para a comunicação sobre a cidade e contribuir para o desenvolvimento da identidade pessoal e social.

Na mesma linha de pensamento, Proshansky (citado por Holahan em (1982) e por Muga (2006), afirma que *a última função da representação mental da cidade é fornecer uma base para organizar o nosso sentido de identidade pessoal. As nossas memórias, crenças, sentimentos e fantasias podem ser organizadas de acordo com os nossos mapas cognitivos do mundo.*

Lynch (1976), acrescenta que *esta importante função organizativa dos mapas cognitivos permite ao indivíduo um sentido de segurança emocional (...).*

Muga (2006) faz alusão a Downs e Stea, que *consideram que o sentido do lugar é essencial para a nossa capacidade de compreender as nossas vidas, de um modo ordenado e holístico.*

Esteves (1999) salienta que *todos os seres humanos guardam no seu cérebro uma imagem do mundo onde vivem, a qual é mais nítida e detalhada quando se reporta aos espaços físicos e socialmente mais próximos* (p. 31). Reforça que cada indivíduo constitui a sua própria imagem, sendo essa imagem diferente de pessoa para pessoa apenas porque a forma como cada um vê o espaço que o rodeia acontece de forma diferente. A autora refere que pela formação intelectual e educativa algumas pessoas estão mais atentas, logo, são mais sensíveis à disposição e existência de objectos físicos, móveis ou fixos, no espaço urbano (edifícios, mobiliário urbano, veículos); assim como, a outros elementos: aos peões que circulam pelas ruas (movimento e actividades desenvolvidas que constituem a vida social e urbana), outras são mais sensíveis ao ambiente urbano (constituído por todos os elementos físicos e sociais) e, à forma como os outros se apropriam do espaço e utilizam o mesmo; à disposição e configuração das ruas, praças e edifícios; e, aos edifícios que são marcantes e considerados como referências na cidade (igrejas, câmaras municipais, tribunais, de arquitectura singular, teatros, entre outros).

Desta forma, a imagem que cada pessoa constrói cognitivamente varia consoante a sua capacidade de observar, ler e interpretar o meio que a rodeia e envolve, sendo possível diferenciar a sensibilidade e capacidade das pessoas para apreender a informação do espaço envolvente consoante a idade do indivíduo, bem como o seu género, tendo em conta o seu tempo de vivência no espaço urbano que, aprimora o seu grau de pormenor, conhecimento e susceptibilidade face ao meio urbano.

A forma de apropriação e razão porque o espaço é utilizado modifica a forma como o utilizador o vê, (...) pois um estudante, um activo, uma doméstica ou um reformado vêem o mundo com olhos diferentes, consoante têm ou não que se deslocar diariamente até à escola, emprego, lojas ou jardim público (Esteves, 1999, p. 38).

A imagem mental ou cognitiva de um determinado espaço é formada por duas fontes de informação. Segundo Esteves (1999) são duas fontes de origens diferentes, sendo, uma directa e outra indirecta. O homem capta a informação directamente através dos seus sentidos – a visão, o olfacto, o tacto e a audição – apreendendo e interpretando o universo que o envolve. Por outro lado, de forma indirecta, capta o que o universo social lhe transmite, sendo esta informação constituída pela opinião das pessoas que fazem parte do mesmo – os amigos, os familiares, os vizinhos, os meios de comunicação, publicações periódicas, representações cartográficas, entre outros.

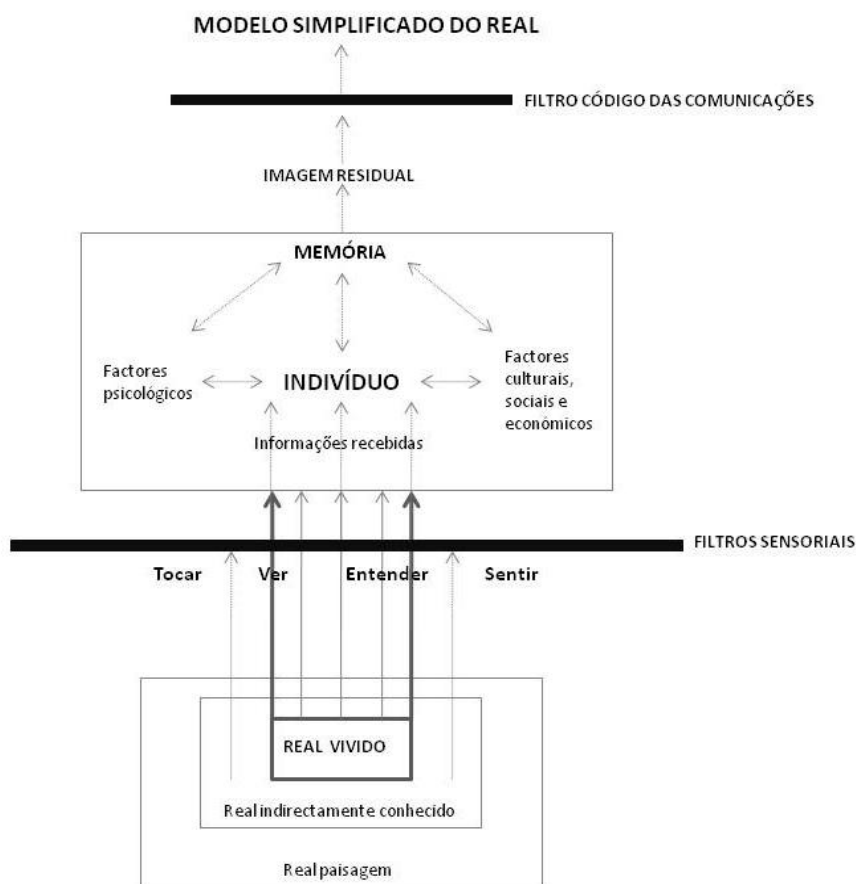


Figura 15 - Processos de percepção (Esteves, 1999, p. 33, adaptado de Bailly, 1977, p. 30).

O indivíduo desenvolve a capacidade de codificar, recordar, decodificar e assimilar a informação que o mundo exterior lhe oferece acerca de áreas, espaços, fenómenos, pessoas e objectos.

Dias (1990), citada por Esteves (1999), refere que *imagem mental pode ser definida como o conjunto de informações conceptuais provenientes da memória a longo prazo, e perceptivas, resultantes da experiência directa dos sentidos, que existem na presença dos objectos observados* (p. 32). Dias (1990) refere que a imagem resultante deste processo de assimilação e interpretação da informação é fundamental para o comportamento dos indivíduos por este, em simultâneo, adquirir valores e princípios que mais tarde são fundamento dos seus actos, opções e reflexão das suas decisões.

Lynch (2000) dá relevância à *necessidade de conhecer e estruturar o nosso meio* (p. 14), considerando que esta imagem (o laço entre o homem e o espaço) tem um carácter pessoal e tem um papel único nos sentimentos das pessoas e na sua vida social pela forma como fica marcada no seu passado. Neste sentido, são imagens mentais excessivamente pessoais e íntimas, variando de pessoa para pessoa mas, mesmo assim, é possível encontrar pontos e elementos comuns entre algumas ou, até, na sua maioria, como refere o autor, podem ser consideradas *imagens públicas* do espaço.

São muitos os autores que estudam e aplicam os mapas cognitivos como instrumento de análise e avaliação de uma determinada sociedade face a variados locais. Assim, com intenção de enriquecer o processo de investigação e os seus resultados considerou-se fundamental a aplicação deste instrumento no sentido de complementar o inquérito já referido. A importância e função da aplicação dos mapas cognitivos estão associadas à necessidade de interpretar a forma como as pessoas se relacionam e apreendem o espaço que as envolve e o qual utilizam. Esteves (1999) afirma que a sua aplicação *permite descobrir a forma como as pessoas vêem o espaço que as rodeia* referindo, ainda, que *é de grande importância para o planeamento de âmbito local e regional, pois constitui uma forma de arquitectos, sociólogos, geógrafos e planeadores em geral, conhecerem a leitura que os cidadãos para quem realizam o planeamento (...)* (p. 32).

Assim, é proposto à pessoa desenhar, através de símbolos, linhas, setas, figuras geométricas e até palavras, o que conhece do espaço, tendo em conta referências físicas que mais absorveu, assimilou e se recorda, tais como: a descrição de

percursos, identificação de elementos particulares no espaço urbano, nós, edificado peculiar e identificação de áreas urbanas, entre outros. Este instrumento foi bastante relevante no estudo, pois através dele foi possível perceber a legibilidade, a existência de continuidades e as ligações visuais de um determinado lugar.

4.2.1. Fundamentação das questões presentes no modelo aplicado - Inquérito

As questões formalizadas e contempladas no inquérito baseiam-se nos temas e âmbitos, já mencionados anteriormente, e constituem o ponto de ligação entre o objecto de estudo e o recurso utilizado, o inquirido. O inquérito é composto por dois grandes grupos, cada um focado em temáticas distintas mas complementares e indissociáveis.

No primeiro grupo é efectuada uma abordagem ao inquirido, a qual resulta numa caracterização física e psicológica do próprio correspondendo às primeiras vinte perguntas.

Da primeira à quarta questão, sendo perguntas fechadas, são recolhidos dados como a idade, o género, o nível de escolaridade e a situação profissional. A situação profissional pode estar relacionada com o estado psíquico da pessoa inquirida, caso se encontre desempregada ou reformada, a desmotivação e todo o tipo de sentimento que a conjuntura implica, a forma como lida com essa situação poderá estar relacionada com a forma como ela se relaciona com o espaço.

A quinta questão é uma pergunta fechada e, na sequência da anterior caracterização, afere-se o estado civil da pessoa. Uma situação de divórcio ou viuvez, poderá ser motivo de uma tristeza aparente ou profunda, solidão e desmotivação e, assim, alterar o seu estado psíquico e a vontade ou motivação para a fruição do espaço que a envolve. Os problemas psicológicos podem ser gerados por factores distintos relacionados com o ambiente físico ou social, sendo gerados por situações não relacionadas com os diferentes espaços públicos frequentados pelo utilizador: existir uma patologia crónica identificada e associada a uma mudança na vida da pessoa ou, factores genéticos e a pessoa ter tendência para esse tipo de problemas transformando-se numa situação crónica. Estes tipos de problema podem ser passageiros e estarem associados a determinadas e diferenciadas situações da vida pessoal do eventual utilizador.

A sexta questão remete para o estado de saúde em que a pessoa se encontra, sendo a própria a reflectir sobre a sua saúde. *Sente-se Saudável?* É uma pergunta fechada

e, caso seja negativa, procura-se identificar quais os problemas de saúde. São enumeradas várias hipóteses, tais como, *Problemas Psicológicos, Obesidade, Tensão arterial, Problemas Respiratórios, Problemas Cardíacos, Diabetes, Mobilidade Condicionada, e Problemas a nível de articulações*, havendo a possibilidade da pessoa indicar outro que não esteja referido. Alguns dos problemas de saúde apontados podem afectar a mobilidade do inquirido, o seu nível de satisfação pessoal, a sua disponibilidade, abertura e receptividade, logo alterando e condicionando a utilização do espaço público e a forma como ela se apropria do mesmo.

Esta análise poderá auxiliar na interpretação dos diferentes tipos de problema, na compreensão da sua origem e como poderão estar relacionados com a forma como o utilizador se apropria do espaço. Por mais que um determinado espaço tenha a capacidade de promover uma qualidade de vida urbana aceitável, a pessoa não tem capacidade cognitiva para apropriá-lo e estabelecer relações com o mesmo e com os outros utilizadores. Assim, estes problemas afectam de igual forma a abertura e os relacionamentos do utilizador com a sociedade que o envolve, com o espaço do qual se pretende ou não apropriar, daí a importância de compreender e identificar o que leva a pessoa a encontrar-se num estado mais ou menos depressivo.

Na sequência da pergunta anterior, a sétima pergunta, procura identificar se os problemas identificados anteriormente são de carácter crónico ou passageiro, ou, caso sejam crónicos, se são recentes.

Com as duas questões seguintes pretende-se avaliar a situação emocional do inquirido. A pergunta *Sente-se feliz?*, é de resposta fechada, sendo dadas cinco hipóteses de classificação do seu possível estado, como se sente face ao seu ambiente físico envolvente, psíquico e emocional. Tal como muitas questões, esta convida a pessoa a reflectir sobre a sua situação psicológica e física.

A pergunta seguinte, *Teve algum desgosto nos últimos dez anos?*, procura identificar se há factores externos ao espaço físico que delineiam o estado psicológico da pessoa. O facto de alguém viver gerindo um desgosto seja ele de que natureza for, uma maior dificuldade em relacionar-se com o seu meio envolvente, pode bloquear a sua disponibilidade e receptividade. Esta questão, articulada com a questão sete do inquérito, complementam-se.

A décima questão: *Como ocupa os seus tempos livres?*, tem como hipóteses de resposta: *No espaço interior da minha casa, No espaço exterior que a envolve* ou, ainda, poderá ser identificado outro local. Procura-se aferir se as pessoas têm

preferência pelo seu lar para as suas actividades e ocuparem os seus tempos livres ou, se preferem estar fora de casa nomeadamente no espaço público. A pergunta é seguida e complementada pela identificação das actividades que o inquirido tem por hábito praticar nos seus tempos livres. Num plano final poder-se-á concluir que as pessoas preferem estar em casa porque não se sentem seguras, o espaço exterior não contempla as características necessárias para que os seus potenciais utilizadores possam praticar as suas actividades ou não cumpre as suas necessidades diárias (circular, permanecer, estudar, consumo, entre outras...). A enumeração das actividades praticadas pelos utilizadores inquiridos vai auxiliar na interpretação das respostas e poderá reforçar a avaliação feita sobre as respostas a outras questões, por exemplo, se tem realmente o hábito de caminhar como actividade física, se gosta de usufruir do espaço público, ou se quando sai de casa é porque lhe dá prazer e não o faz por obrigação. Caso as actividades sejam possíveis de realizar em espaço público, e a pessoa refere que está a maior parte do tempo no espaço interior da sua casa, poderá evidenciar que o espaço não responde à sua necessidade específica.

A pergunta seguinte, número onze, identifica o tipo de utilizador, residente ou visitante, e há quanto tempo se apropria e utiliza aquele espaço.

A décima segunda questão procura aferir, se o inquirido se sente seguro naquele espaço. De resposta imediata e fechada, obtém-se a primeira reacção do inquirido face aquele espaço e pretende-se iniciar um processo de reflexão e introspecção sobre o mesmo.

É seguida da pergunta *Como caracteriza o nível de qualidade deste espaço?*, que tem como hipóteses de resposta *Mau, Deficiente, Razoável, Bom e Ótimo*, onde o inquirido classifica o espaço consoante o seu nível de satisfação pessoal. Com as primeiras reacções, também, se adquire uma primeira percepção da relação do inquirido com o espaço e como ele se identifica com o mesmo.

A questão seguinte já está relacionada com hábitos específicos do quotidiano relativamente à disponibilidade física da pessoa inquirida, procurava-se conferir se tem o hábito de andar/caminhar como hábito e prática de actividade física. O tipo de utilizador com hábitos muito específicos e que, nomeadamente, tem a necessidade e a rotina de andar a pé, usufrui de forma intensa do espaço público. Contudo, torna-se mais exigente porque ao assumir uma relação intensa, uma apropriação específica com o espaço, adopta uma expectativa mais rigorosa e espera mais daquele espaço, do ponto de vista urbanístico e gerador de qualidade de vida urbana. A identificação deste tipo de utilizador ajuda na interpretação do tipo de população que se apropria e

procura aquele espaço para cumprimento das suas necessidades e prática das suas actividades.

A questão é complementada por três questões abertas, *Se sim, onde?* E *Se não, porquê*. Respostas positivas ou negativas poderão ajudar a identificar espaços dentro das zonas em estudo, atractivas ou repulsivas. Caso se tenha obtido uma resposta positiva, procura-se aferir que locais específicos ou zonas a pessoa prefere para praticar a sua actividade, consoante as suas necessidades e exigências de conforto, segurança e mobilidade. Caso seja obtida uma resposta negativa, procura-se perceber porque razão a pessoa inquirida não sustenta este hábito, se pelo espaço não lhe permitir, não ser atractivo, ser inseguro, não se identificar com o mesmo, ou porque tem problemas de saúde que a impossibilitam de manter uma actividade física, ou apenas porque não lhe agrada e não está motivada a praticar exercício físico.

A décima quinta pergunta surge na sequência da anterior, caso seja positiva e é de resposta fechada. A sua aplicação ajuda a definir qual o percurso que o utilizador faz na sua caminhada, se percorre sempre os mesmos locais ou procura outros como alternativa e porque razões o faz. A procura de lugares alternativos pode estar relacionada com diversos factores, sendo um deles, possivelmente, uma questão da segurança. O utilizador que mantém uma rotina, neste caso associada à prática de actividade física, usa e apropria o espaço de forma permanente mantendo, na maioria das vezes, uma hora específica do dia para o fazer. Esta situação facilita o conhecimento por outros utilizadores da sua frequente utilização do espaço público e, permite abordagens inesperadas e menos agradáveis de utilizadores de má índole propiciando a ocorrência de crimes e comportamentos desadequados.

A pergunta seguinte afere, articulada com a décima questão, se o utilizador gosta de estar em casa ou se tem a necessidade de sair e, assim, estar em contacto visual e físico com outras pessoas, de se relacionar ou cumprir as suas necessidade básicas como usufruir de algum serviço, consumir, entre outras. A questão tem como hipóteses de resposta *...é movido por uma obrigação...* e *...é por prazer e vontade própria, reflectir e passear...*, que permite concluir se o inquirido sai de casa a fim de cumprir uma necessidade específica diária e assim utiliza o espaço público dando um passeio ou, se o inquirido tem uma necessidade física e psicológica de sociabilizar e confraternizar, apropriando-se do espaço público, ou seja, não há uma necessidade específica que obrigue a sair de casa.

Com a décima sétima questão (*Sente-se isolado?*), pretende-se aferir se o utilizador se sente isolado física ou psicologicamente. De forma a complementar a resposta, é

pedido que justifique a sua resposta caso seja positiva. O estar isolado é como estar limitado, posto de parte, o que fisicamente pode estar relacionado com a rede de acessibilidades do local, com a mobilidade do utilizador, com o nível de segregação do espaço face à sua envolvente e, assim, fazer com que a pessoa se sinta isolada e limitada ao mesmo. Relativamente ao isolamento psicológico, está relacionado com as questões que já foram referidas anteriormente. No entanto, o isolamento físico pode vir a desencadear o isolamento cognitivo e psicológico.

A questão número dezanove é de resposta fechada aferindo-se se a pessoa foi alguma vez assaltada ou vítima de algum tipo de agressão em pleno espaço público, nomeadamente na zona de estudo onde foi aplicado o inquérito. Como resultado, pode-se concluir o nível de segurança daquela área, tendo que ser avaliadas as suas condições físicas.

A questão vinte, *Sente-se sozinho (psicologicamente)?*, foi aplicada no sentido de complementar a questão dezassete, certificando que a pessoa inquirida se sente, de facto, sozinho e isolada psicologicamente, alienada da sociedade que a envolve não estando disponível para o estabelecimento de relações com os outros utilizadores/vizinhos e, podendo alterar a forma de se apropriar de um determinado espaço. Nesta pergunta, são dadas a escolher cinco hipóteses de resposta, de forma a otimizar os resultados obtidos. Optou-se por uma resposta fechada, pois numa resposta aberta o inquirido poder-se-ia dispersar na sua resposta o que poderia dificultar a interpretação final dos resultados.

O segundo grupo tem como objectivo perceber como se caracteriza o espaço onde foi aplicado o inquérito, como é apropriado e utilizado.

A questão vinte e um, *Qual o motivo porque frequenta este espaço?*, determina a razão pela qual a pessoa se encontra em determinado lugar. Na questão onze já se aferiu se a pessoa era residente ou mero visitante, no entanto não se aferiu se a pessoa está presente apenas porque gosta do local e onde residia caso não fosse ali residente. Esta questão é seguida de uma extensa caracterização dos diferentes espaços públicos onde é aplicado o inquérito. Para isto é apresentado um quadro que contempla um conjunto de parâmetros confrontados com quatro níveis de classificação (Muito Mau, Mau, Razoável e Bom), aferindo-se o nível de qualidade do espaço e a satisfação do inquirido face ao mesmo. São mencionados diversos parâmetros como:

- a inclinação do espaço;

- os aspectos climáticos (se é soalheiro, húmido, se é ruidoso, ventoso com correntes de ar, se é húmido);
- a qualidade da iluminação;
- se existe capacidade de estacionamento;
- se a rede de transportes públicos é suficiente e coesa;
- equipamentos;
- comércio;
- serviços;
- espaços lúdicos;
- espaços verdes;
- a cultura e história do local;
- o interesse estético do lugar;
- a agradabilidade do local;
- a qualidade do desenho e configuração do espaço público (a cor, o mobiliário urbano, as zonas de permanência, estruturas de ensombramento e abrigo da chuva, a limpeza);
- caminhos pedonais existentes e arruamentos, a dimensão dos passeios, a qualidade dos pavimentos;
- preservação e conservação do espaço, o escoamento e drenagem das águas);
- a segurança;
- zonas escuras e degradadas que geram insegurança e tornam-se espaços vazios tal como os impasses e becos sem saída;
- se é um espaço fragmentado, sem ligações e, relativamente à sua forma, composição, morfologia.

Relativamente aos impasses e becos sem saída, são considerados espaços sem continuidade que geram vazios na malha urbana sem utilidade e que, mais tarde, não são apropriados adequadamente. Pela exaustiva caracterização do espaço, a pessoa inquirida reflecte, intuitivamente, sobre o que lhe agrada e satisfaz naquele determinado espaço e as carências e debilidades do mesmo.

Com a aplicação da pergunta vinte e três, complementando o resultado da anterior, afere-se o que o inquirido alterava naquele espaço para melhorar cumprir as suas necessidade físicas e cognitivas.

As questões seguintes (vinte e quatro e vinte e cinco), *Sente que este espaço o ajuda a ultrapassar os seus problemas do quotidiano?* e *Sente que este espaço contribui*

para os seus momentos de infelicidade?, são complementares e indissociáveis, pretendendo-se aferir qual a relação existente entre o espaço físico e o estado psicológico do inquirido e, como esse espaço pode contribuir, positiva ou negativamente, para o seu desempenho diário, no gerir de situações diárias e sentimentais. Considerando que a qualidade do espaço é fundamental para o equilíbrio físico e psicológico dos seus utilizadores, se o mesmo não contemplar as características físicas necessárias ao equilíbrio urbano e social é difícil que as pessoas se apropriem dele e o procurem para desanuviar, distrair e reflectir ultrapassando os seus problemas diários. Quando esse espaço é realmente mau do ponto de vista urbanístico, torna-se um local não usado e apropriado e, como resultado, facilmente se degradará com maior probabilidade e rapidez, gerando insegurança urbana o que dá origem a desagradáveis situações.

Com a pergunta vinte e seis, *Gosta da vizinhança?*, pretende-se aferir as relações entre vizinhos, sendo proposto ao inquirido, numa outra questão, caracterizá-los. Após se perceber qual o grau de satisfação do inquirido, é-lhe apresentado um quadro onde se enumeram um conjunto de situações características de diferentes tipos de relacionamento cujo inquirido terá de classificar consoante uma escala (Nada, Razoável e Muito). Adicionalmente são enumeradas outras situações como: *não os conhece, é raro vê-los, são desinteressados/desligados, saúdam-se, são acessíveis e disponíveis (preocupados), visitam-se e se fazem muito ruído*.

Assim, será possível interpretar a relação de vizinhança que é estabelecida no local. Esta pergunta apenas é válida para os utilizadores que residem naquele espaço/zona onde foi aplicado o inquérito.

As duas questões seguintes evocam uma reflexão mais aprofundada sobre o conhecimento adquirido daquele espaço e a percepção do seu utilizador. *Sente que conhece esta zona da cidade?*, é uma pergunta de resposta imediata mas complementada com o pedido de justificação da resposta dada, seja positiva ou negativa. Pretende-se com a sua justificação que o utilizador enumere as razões porque diz conhecer aquela zona da cidade. Poderá ter a ver com a legibilidade do espaço, o seu equilíbrio funcional e social ou apenas porque esse utilizador já o frequenta ou reside á muito tempo.

Na questão seguinte, *Existe algum local/área que evite atravessar, permanecer, frequentar...?*, pretende-se verificar se o utilizador não atravessa ou não usufrui um determinado local. Esta pergunta é complementada, após se identificar quais os locais enumerados pelo utilizador, com a exposição das razões que o levam a não

atravessar e permanecer naquele local; factos estes que poderão estar associados a serem inseguros, escuros, mal frequentados, estarem vazios; aspectos que se considerara poderem ser mais pertinentes e conducentes a serem evitados no seu uso.

Na questão trinta e dois, de resposta fechada, pretende-se saber como se desloca o utilizador naquele cenário de estudo onde foi aplicado o inquérito.

Na questão seguinte, *Tem recordações agradáveis, memórias presentes de situações passadas aqui?*, pretende-se perceber se a pessoa inquirida participou em momentos de confraternização passados naquele local. Quando a resposta obtida é *Muitas ou mesmo Algumas*, verifica-se que aquele espaço tem a capacidade de acolher e propiciar o estabelecimento de relações, fazendo com que as pessoas permaneçam e se apropriem do mesmo. Assim, poder-se-á concluir como este espaço se relaciona com os seus utilizadores fazendo parte do processo de consolidação dos laços sociais.

As duas últimas perguntas têm um carácter mais aberto. *Qual a importância que tem para si o espaço público?*, estimula, mais uma vez, a uma reflexão sobre o espaço público mas, agora, com uma maior amplitude e abrangendo o seu conceito e função e, se tem noção da sua importância para a qualidade de vida. A pessoa inquirida tem a oportunidade de expor a sua opinião do que representa para si um espaço público que promova a qualidade de vida urbana, coerente e equilibrado.

No entanto, pode também verificar-se falta de sensibilidade e o utilizador não saber responder à questão, ou porque nunca pensou sobre o assunto ou, porque definitivamente não é importante para ele.

Numa questão derradeira do inquérito é solicitado que se desenhe um mapa mental cognitivo cuja intenção é perceber se existe um padrão comum nos desenhos obtidos. A legibilidade, os pontos de referência, a singularidade e identidade do espaço vão determinar o sucesso da aplicação deste instrumento. A interpretação dos seus resultados vai complementar os resultados das questões expostas enunciando se há uma identificação com o espaço. Um território sem referências, sem identidade e singularidade pode ser menos apelativo e incapaz de gerar as condições físicas e sociais à qualidade de vida urbana.

Os quatro casos de estudo referidos no presente estudo representam uma porção da cidade de Lisboa e outra de Loures cuja formação e evolução tem sido resultado da alienação de muitos factores associados ao equilíbrio, coesão e qualidade de vida

urbana, tal como, a configuração e desenho dos espaços urbanos, a definição clara dos espaços públicos e privados, a integração e articulação das diferentes funções (comércio, habitação serviços, equipamentos e estrutura verde) da cidade, a qualidade da rede de acessibilidades e a integração de espaços de lazer e permanência. Assim, tem vindo a consolidar problemas e conflitos que afectam directamente a vida social das pessoas, assim como, a forma como estas se apropriam e utilizam o espaço.

A zona Oriental da cidade de Lisboa foi nalguns períodos secundarizada, muito segregada e negligenciada face a todo resto da cidade. Trata-se de um território ocupado por um conjunto de freguesias que apresentam acentuadas descontinuidades de ocupação e, simultaneamente, mantém núcleos de alguma dimensão e, alguns com condições precárias de conforto.

Nos fins do séc. XVIII e início do séc. XIX, com a industrialização surgiu uma nova realidade; a era da máquina veio transformar toda a dinâmica rural e a *expectativa de emprego continuado, que a agricultura não garantia, (...) a procura de melhores condições de vida estimularam também, nesse período de expansão económica e urbana, a deslocação da população activa dos campos para as cidades industriais,* (Fadigas, 2010).

As pessoas deixam a vida precária a que a agricultura lhes obrigara e, procuram uma situação mais confortável e que, também, lhes garantia uma vida mais facilitada em termos económicos e agradável em termos sociais. Este fenómeno veio alterar profundamente a realidade física do território fazendo surgir novas zonas industriais e, *a concentração de mão-de-obra nas áreas industriais fez com que as suas envolventes urbanas crescessem, (...), a um ritmo muito elevado,* (Fadigas, 2010).

Desta forma, nascem os bairros operários e vilas operárias que tinham intenção de albergar a nova população vinda dos campos. Este desenvolvimento foi muito rápido e, também, incoerente, pois em paralelo ocorrem fenómenos de desorganização social, carência habitacional, más condições de vida e uma profunda alteração das paisagens rurais e urbanas.

Os fluxos migratórios dos campos para as cidades contribuíram para que, nestas, a falta de alojamentos, de infra-estruturas e de redes de abastecimento alimentar tivessem um efeito de agravamento das condições de vida, que constituiu um problema urbano de forte impacte social e político. (Fadigas, 2010)

A construção da linha de caminho de ferro levou à consolidação de barreiras físicas que em conjunto com as ocupações urbanas desordenadas contribuíram para a desorganização e os desequilíbrios urbanos.

Tendo como fundamento o período da industrialização, desenvolveram-se e consolidaram-se os aglomerados que hoje são conhecidos e, retratam as metamorfoses daquele lugar. As áreas nas quais o estudo incide têm muito presente na sua origem e formação o que foi esta realidade, contudo, algumas já sofreram transformações urbanísticas bem nítidas dando resposta aos graves problemas gerados pelo mau ou inexistente ordenamento.

4.3. Caracterização da população

4.3.1. Bairro dos Olivais Norte e Sul

A caracterização da população foi efectuada segundo os censos de 2001, uma vez que a informação referente a 2011 ainda não se encontrava disponível.

Após a reacção de Duarte Pacheco, representante do Estado Novo, aos problemas dramáticos que os censos realizados em 1950 viriam a denunciar, foram tomadas medidas que procuravam resolver as situações de habitação precária em que viviam os habitantes. Resultado desta nova realidade foi o aumento da população que do ano 1950 até 1959, ano em que fora dada a responsabilidade à Câmara Municipal de proceder à realização de novas zonas habitacionais (Bairro dos Olivais Sul e Olivais Norte, entre outros), aumentou de 11 900 para 55 000 habitantes (Dias, *et al.*, 1993, p. 26).

A figura 16 exprime a evolução da população residente nos Bairros dos Olivais Norte e Sul, simultaneamente, no qual se pode observar que após 1940 houve um decréscimo que se prolongou até ao ano 1950 que, dada as condições precárias de habitação a população teve dificuldade em fixar-se na freguesia. A partir deste último verifica-se uma grande evolução (observando-se um crescimento populacional de cerca de 10 milhares de habitantes para 55 milhares de habitantes) até ao ano 1970, período este que coaduna com a realização dos Planos de Urbanização dos Bairros dos Olivais Norte e Olivais Sul. Embora houvesse um pequeno decréscimo entre 1981 e 1991, estes valores não oscilaram de forma significativa entre 1970 e 1991.



Figura 16 – Representação da evolução da população dos Olivais Sul (Dias, *et al.*, 1993, p. 27, adaptado por C. Serrano).

Em 2001, a população dos Bairros dos Olivais Norte e Olivais Sul caracteriza-se por ser homogénea. Na figura 17 estão representados os mapas que ilustram e expressam a distribuição da população residente por género através dos quais se pode verificar que mulheres e homens estão distribuídos de forma equilibrada e o valor percentual varia entre os 41% e 60%. Na zona norte dos Bairros, Olivais Norte e Olivais Sul, é visível uma pequena variação de valores sendo que nos primeiros a percentagem de homens decresce para o intervalo anterior (21% a 40%) enquanto que, nos segundos, a percentagem de mulheres é acrescida e situa-se no intervalo percentual dos 61% a 80%.

População residente por género



Figura 17 – Representação da população residente por género (Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 2001, mapas realizados por C. Serrano).

Os dados recolhidos através do estudo no Bairro dos Olivais revelaram que a população, na sua generalidade, era envelhecida e a população jovem pouco expressiva. Na figura 18 é representada a estrutura etária dos Olivais em 2001, sendo possível observar, dez anos antes da recolha e realização dos inquéritos, a situação é semelhante. A população jovem (dos 0 aos 19 anos) é inferior a 20% e a população activa (dos 20 aos 64 anos) e idosa (com 65 e mais anos) representam cerca de 80% da população total. Ambos os bairros expressam as maiores percentagens na classe dos activos que varia entre os 41% e 80%. Na zona central do Bairro dos Olivais Sul há uma maior concentração de população idosa (41% a 80%). Relativamente ao Bairro dos Olivais Norte, este concentra mais população idosa que o Bairro dos Olivais Sul, proporcionalmente tendo em conta a dimensão física de cada um. No entanto, é a população considerada activa que maior expressão tem nos dois bairros e os caracteriza (41% a 80%).

Estrutura etária da população residente

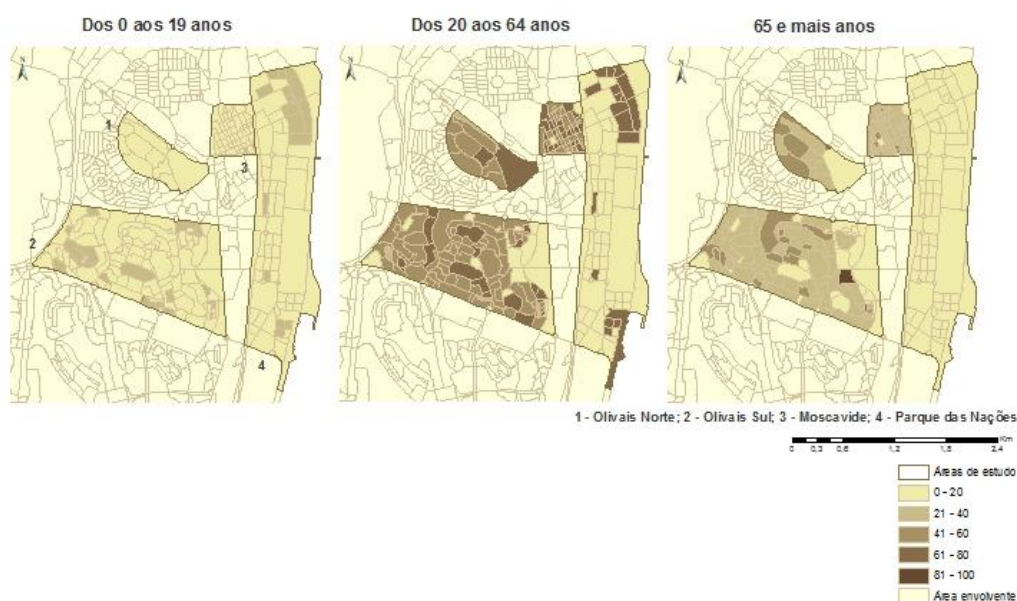


Figura 18 – Representação da estrutura etária da população residente (Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 2001, mapas realizados por C. Serrano).

Segundo a figura 19 pode aferir-se que em 2001 parte da população que não sabe ler nem escrever tinham valores significativos, sendo no Bairro dos Olivais Norte cerca de 10% e no Bairro dos Olivais Sul entre 11% e 30%. Apesar dos valores anteriores terem a sua expressão, os indivíduos com o primeiro ciclo do ensino básico (considerada a 4^a classe), os que concluíram o ensino secundário ou um curso médio (cursos profissionais, complementares, baicharelatos, entre outros...) e os que prosseguiram e concluíram cursos superiores representam uma porção significativa da população dos bairros. Relativamente aos indivíduos que concluíram o ensino básico, verifica-se que entre 11% e 60% da população concluiu somente o primeiro ciclo. Os indivíduos que concluíram o ensino secundário e cursos médios representam entre 11% e 35% da população residente nos bairros. Estes valores são mais elevados e concentrados no Bairro dos Olivais Norte, no qual varia entre os 16% e 35%. A porção da população que concluiu cursos superiores varia entre os 11% e 80%, no entanto, é no Bairro dos Olivais Sul onde se verificam os maiores valores percentuais (21% a 80%) distribuídos de forma heterogênea.

Nível de instrução da população residente

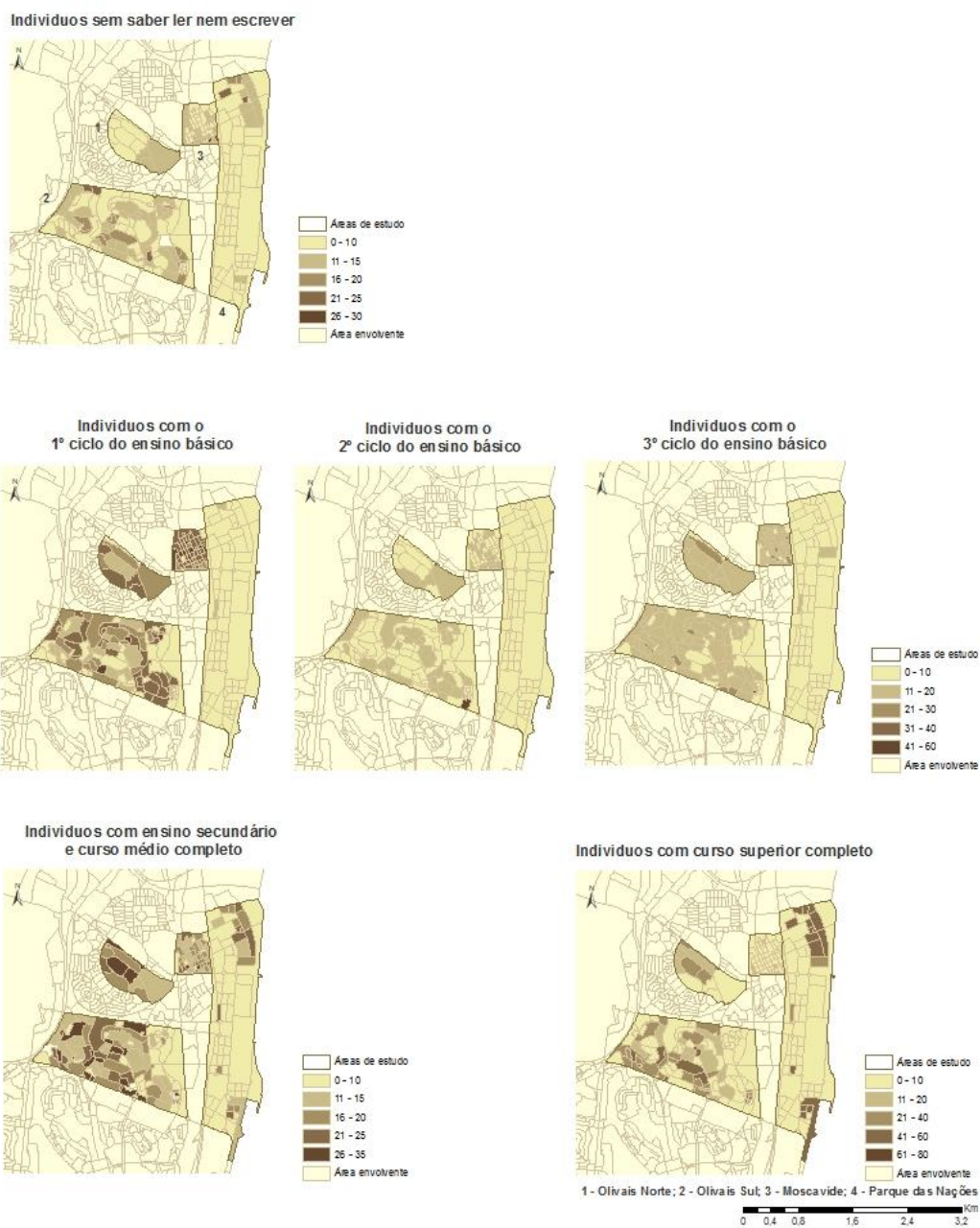


Figura 19 – Representação do nível de instrução da população residente (Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 2001, mapas realizados por C. Serrano).

Os mapas representados na figura 20 revelam que, em 2001, mais de 81% da população residente concluiu o ensino e, somente, de 21% a 40% ainda frequentam o ensino. Tendo em conta que a população jovem tem pouca expressão nos bairros, pode aferir-se que este valor percentual corresponde às crianças que frequentavam a escola e são poucos os jovens e indivíduos activos que prosseguiram os seus estudos.



Figura 20 – Representação da população residente que concluiu ou frequenta o ensino (Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 2001, mapas realizados por C. Serrano).

A população residente que trabalha no mesmo concelho onde habita tem uma expressão significativa, variando entre os 21% e 60%. Na figura 21 pode verificar-se que esta porção de indivíduos é distribuída pelos Bairros dos Olivais Norte e Olivais Sul. No Bairro dos Olivais Norte esta situação abrange todo o bairro, ou seja, todos os indivíduos que nele residem trabalham no concelho de Lisboa. Pelo contrário, a população residente que estuda no mesmo concelho de residência varia apenas entre cerca de 11% e 20%. Estes valores percentuais estão associados à porção de população jovem que ainda frequentam o ensino.

População residente que trabalha ou estuda no concelho de residência

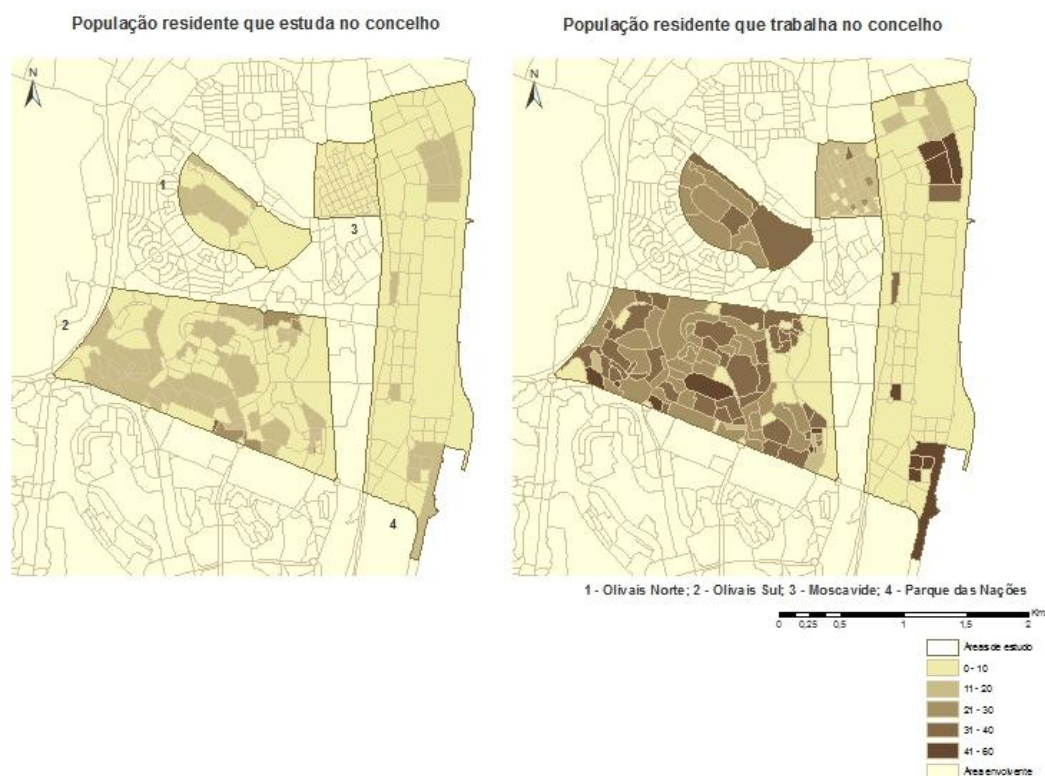


Figura 21 – Representação da população residente que trabalha ou estuda no concelho de residência
(Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 2001, mapas realizados por C. Serrano).

Relativamente à situação de emprego em 2001, ambos os bairros apresentam valores entre cerca de 21% a 60% com uma população residente empregada, sendo que no Bairro dos Olivais Sul pode verificar-se na figura 22, na zona central essa porção atinge os 80%. A população desempregada sem actividade económica tem uma maior expressão, no Bairro dos Olivais Norte, onde varia entre 41% e 80%. No Bairro dos Olivais Sul há uma maior variação (entre 20% a 80%) mas os valores são igualmente elevados. A população residente reformada está mais concentrada no Bairro dos Olivais Norte (41% a 60%), no entanto, distribui-se significativa e homogeneamente pelos dois bairros. A população somente desempregada mas que procura um novo ou o primeiro emprego tem valores inferiores que variam entre 3% a 11%, sendo que no Bairro dos Olivais Norte quase não tem expressão (3% a 4%). Assim sendo, é possível

verificar que há uma grande percentagem de pessoas que apesar de estarem activas não desenvolvem qualquer actividade económica e que as pessoas idosas, na sua extensa maioria, subsistem de reforma ou pensão.

Empregabilidade da população residente

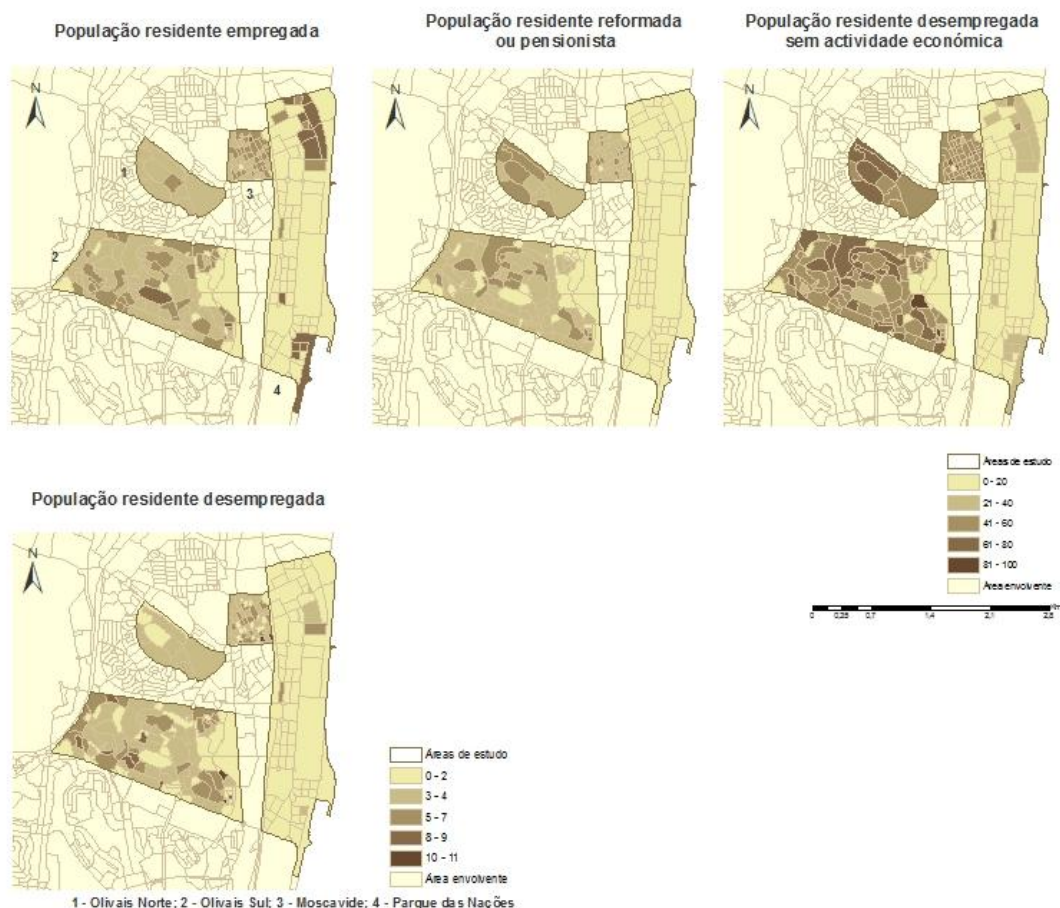


Figura 22 – Representação da empregabilidade da população residente (Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 2001, mapas realizados por C. Serrano).

Na figura 23 são representados os sectores de actividade da população residente, através da qual se apreende que de 81% a 100% da população tem como actividade o sector terciário. Apesar da antiga ruralidade da zona e das vastas áreas de terrenos agrícolas, após a reforma habitacional dos anos 60, em 2001 os valores percentuais relativos à população residente que se ocupa da actividade agrícola (sector primário)

são mínimos variando entre 0% e 8,3%. A população que exerce actividades do sector secundário varia entre 0% e 50% nos dois bairros, no entanto, o Bairro dos Olivais Sul tem uma maior expressão e distribuição dos valores percentuais mais elevados (11% a 50%). No Bairro dos Olivais Norte, na sua maioria, residem indivíduos que se ocupam o sector terciário.

Sectores de actividade da população residente

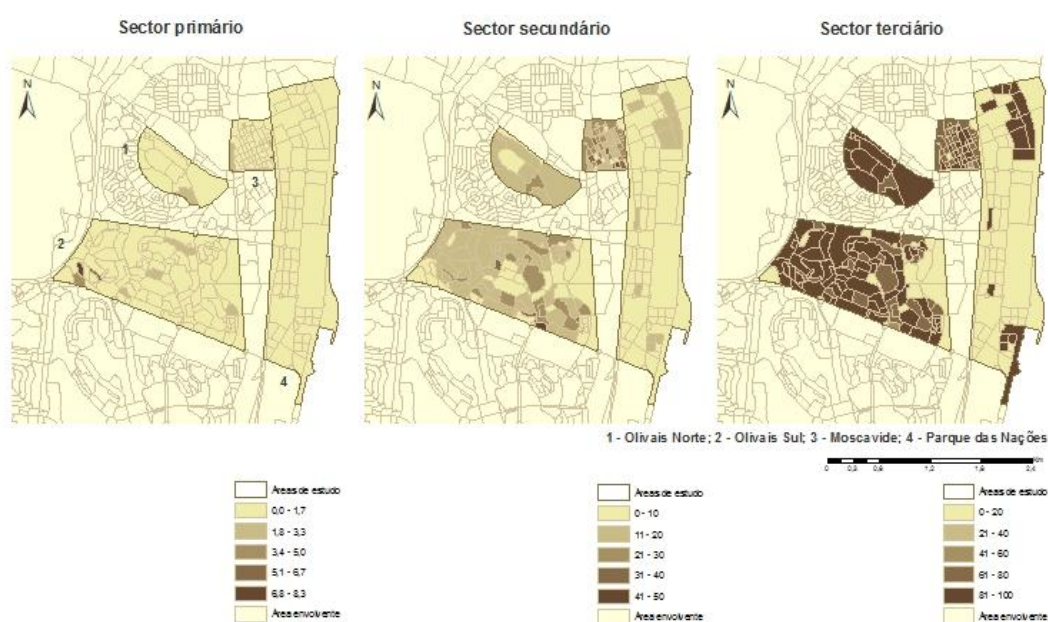


Figura 23 – Representação dos sectores de actividade da população residente (Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 2001, mapas realizados por C. Serrano).

4.3.3. Moscavide

Moscavide está designada, segundo o Diagnóstico Social da freguesia, como uma *Área Predominantemente Urbana* (César *et al.*, 2005). Tinha uma densidade populacional de 11 888,4 hab./km² e o seu número total de residentes de 12 184 indivíduos, dos quais 11 420 habitantes tinham naturalidade portuguesa e 764 habitantes possuíam outras nacionalidades.

O mesmo diagnóstico refere que o número total de homens residentes são 5 641 habitantes e de mulheres são 6 543 habitantes, no entanto, esta zona alberga muitos habitantes ilegais oriundos do Brasil e Países de Leste.

A população tem vindo a aumentar desde 1950, no entanto, entre 1981 e 1991 teve um acentuado decréscimo continuando até 2001 (Quadro 1).

| | 1950 | 1960 | 1970 | 1981 | 1991 | 2001 |
|------------------|-------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Moscavide | 8 911 | 22 065 | 21 647 | 24 390 | 14 497 | 12 184 |

Quadro 1 – Evolução da população residente em Moscavide em 2001 (Fonte: Rede Social do Concelho de Loures, Diagnóstico Social da freguesia de Moscavide, 2005, p. 12, adaptado por C. Serrano).

Na figura 17 são representados os mapas referentes à população residente por género em 2001, segundo os Censos, nos quais se pode verificar que existe um equilíbrio entre 61% e 80% de Homens e Mulheres residentes.

A estrutura etária de Moscavide é envelhecida, segundo o Diagnóstico Social, tendo havido um decréscimo da população jovem (dos 0 aos 19 anos) e um aumento significativo da população idosa entre 1991 e 2001, como se pode verificar no quadro 2.

| | Jovens (0 aos 19 anos) | Activos (dos 20 aos 64 anos) | Idosos (com 65 anos e mais) |
|------------------|------------------------|------------------------------|-----------------------------|
| Moscavide | 8 % | 64 % | 27 % |

Quadro 2 – Grupos funcionais de Moscavide em 2001 (Fonte: Rede Social do Concelho de Loures, Diagnóstico Social da freguesia de Moscavide, 2005, p. 12, adaptado por C. Serrano).

Como demonstra a já representada figura 18, a zona é caracterizada predominantemente pela população activa (dos 20 aos 64 anos) variando entre 41% os 80%. A população jovem (dos 0 aos 19 anos) varia entre 0% a 20% e a idosa (com 65 e mais) entre 21% e 60%, estando em concordância com o diagnóstico social de

Moscavide. No quadro 2 pode verificar-se que a população activa tem, de igual forma, maior expressão.

O nível de instrução da população residente é considerado baixo, tendo 3 506 indivíduos concluído o Ensino Básico, 1 132 indivíduos não sabem ler nem escrever e somente 1 171 concluíram o Ensino Secundário (César, *et al.*, 2005). Segundo o Diagnóstico Social (2005), quanto maior o grau de ensino menor é o número de indivíduos que o possui. A figura 19 demonstra graficamente que o número de indivíduos com cursos superiores completos varia entre 0% e 10%, a porção de população que não sabe ler nem escrever que varia entre 11% a 15%, tal como os indivíduos que concluíram o Ensino Básico (de 11% a 60%) e os que concluíram o Ensino Secundário e Cursos Médios (de 11% a 35%).

Comparando a população residente que concluiu ou que frequenta o ensino, pode verificar-se que em Moscavide 0% a 20% da população ainda frequenta o ensino, mas de 81% à sua totalidade já concluíram o seu nível de ensino (fig. 20).

A população residente que apenas estuda no concelho de Loures não tem uma percentagem expressiva, variando entre 0% a 10%, contrariamente, a população que reside e trabalha no mesmo varia entre 11% a 40%.

Tendo em conta a percentagem de população idosa que, varia entre 21% a 60% segundo a figura 18, compreende-se que apenas 21% a 60% da população esteja empregada (fig. 22). A população reformada ou pensionista possui valores significativos (21% a cerca de 60%), no entanto, é em maior número a população que se encontra desempregada sem qualquer actividade económica (de 41% a 80%). A população desempregada mas que se encontra à procura de novo ou do primeiro emprego tem uma menor expressão cujos valores variam entre 0% a 7% (fig. 22). Segundo o diagnóstico, 5 218 indivíduos estão empregados, 4 012 encontram-se reformados e 453 estão desempregados.

É referido no mesmo diagnóstico que da população considerada activa, é o sector secundário (1 052 indivíduos) e terciário (4 152 indivíduos) que têm maior predominância tem, sendo que 80% dos estabelecimentos existentes pertencem ao terciário e 605 são unidades comerciais, restauração e semelhantes. Os indivíduos que se integram no sector primário são em muito menor número (14 indivíduos). A figura 23 representa os sectores de actividade da população, no qual pode verificar-se que, à semelhança do diagnóstico anteriormente referido, é o sector secundário e terciário que maior expressão possuem, variando entre 11% e 50% e, 81% e 100%,

respectivamente. O sector primário varia entre 0% e 3,3%, representando valores significativos. Em todos os sectores verifica-se uma predominância de Mulheres em quase todas as áreas económicas, os Homens predominam em serviços administrativos, no comércio e serviços (César, *et al.*, 2005).

4.3.4. Parque das Nações

O Parque das Nações é o cenário de estudo com menor tempo de consolidação e, por conseguinte sentiu-se alguma dificuldade na recolha dos dados para proceder à sua caracterização dada a escassa informação existente. As figuras 17 a 26 foram elaboradas a partir dos dados do Censos de 2001 cuja informação recolhida foi a primeira para fins estatísticos da zona. Assim, os edifícios localizados na zona central desempenhavam, em 2001, funções algumas ainda associadas à exposição. Nos mapas representados estes edifícios não aparentam ter sido contabilizados nos Censos.

Relativamente à população residente por género em 2001, a figura 17 demonstra que Homens e Mulheres apresentam valores percentuais próximos variando entre 41% a 60%, concentrados a Norte e a Sul da zona. As idades da população residente diferem bastante dos cenários de estudo já referidos.

A figura 18 representa a estrutura etária do Parque das Nações e demonstra que a população jovem (dos 0 aos 19 anos) representa 21% a 40% e a população activa (dos 20 anos aos 64 anos) representa outra porção que varia entre 61% a 100%. A população idosa (com 65 ou mais anos) quase não tem expressão face aos valores percentuais já revelados. Segundo Ferreira (1999), (...) *estudos realizados, em 1996, (...), apontavam para uma população maioritariamente jovem, com idades situadas entre os 21 e 35 anos, apresentando níveis de escolaridade predominante médios e superiores (79%), residindo, na altura, na área de Lisboa (60%) e correspondendo, em termos de estrato social, ao que se convencionou chamar de classe média e média-alta. (...) tipologias pretendidas (...) a opção mais significativa é pelo T2 (40%), seguindo-se o T3 (35%)* (Ferreira, *et al.*, 1999, p. 228).

A citação anterior caracteriza a população que se pretendia e considerava vir a constituir o meio social do Parque das Nações. O valor das habitações oscilava consoante a localização, a proximidade ao rio, qualidade construtiva, o que contribui e

faz constatar uma certa selectividade de estratos sociais na procura residencial da zona da Expo.

(...) a intenção de ir habitar para uma zona, que o palco da Exposição Mundial, parece constituir uma atitude de clara "distinção" social, não só pelo nível socio-economico atribuível aqueles hipotéticos residentes, mas também por um variado leque de comportamentos e atitudes que culturalmente lhe vão sendo associados, como é o caso da fruição dos equipamentos culturais e desportivos, das arquitecturas assinadas, do sistema de vistas e do próprio ambiente urbano. (Ferreira et al., 1999, p. 229). O desenho dos espaços públicos e funções desta nova realidade urbana foram pensados e projectados, tal como, a quem os mesmos se destinavam fora, de igual forma, projectado e calculado. Os mapas representados na figura 18 demonstram que a evolução e ocupação no Parque das Nações tem vindo a satisfizer a estratégia inicialmente delineada.

O nível de instrução da população residente é superior comparativamente às restantes zonas de estudo. Observando a figura 19 pode-se verificar que os indivíduos que não saberem ler nem escrever revelam valores percentuais significativos, variando entre 0% a 30%. No entanto, tendo em conta que a população idosa representa valores quase nulos, pode ser considerado que estes valores são referentes a crianças que ainda não iniciaram o seu processo de instrução escolar. Os indivíduos que completaram o Ensino Básico representam uma porção de 0% a 10% da população residente. À medida que o grau de ensino evolui, os valores percentuais da população residente no Parque das Nações também aumenta. Os indivíduos que completaram o Ensino Secundário e Cursos Médios representam 11% a 35% e, os que concluíram Cursos Superiores variam entre 21% e 80% da população total. Os indivíduos que completaram qualquer grau de ensino variam entre 81% a 100% no Parque das Nações (fig. 20), estando ainda, entre 21% a 40% a frequentar o mesmo.

Relativamente à população residente que trabalha ou estuda no concelho onde reside, figura 21, afere-se que 11% a 20% estudam e, entre 11% a 60% trabalham no mesmo concelho de residência. Tal como na análise anterior, as percentagens referentes aos indivíduos que estudam podem estar relacionadas com o grupo de jovens (dos 0 aos 19 anos) que ainda frequentam o ensino.

Na sua maioria, a população residente no Parque das Nações encontra-se empregada (de 61% a 80%), estando entre 21% a 40% da população desempregada sem adquirir qualquer tipo de actividade económica. Os desempregados que procuram o primeiro

ou novo emprego variam entre 3% a 7%. Nesta zona existem poucas pessoas reformadas ou que subsistem de pensão (fig. 22). O sector de actividade predominante é o terciário. No Parque das Nações há predominância de diferentes Serviços, Equipamentos e Comércio, variando entre 81% e 100% das unidades existentes. O sector secundário tem menor expressão variando entre 21% a 40%. O sector primário não tem qualquer expressão gráfica.

4.4. Caracterização do edificado

4.4.1. Bairro dos Olivais Norte e Sul

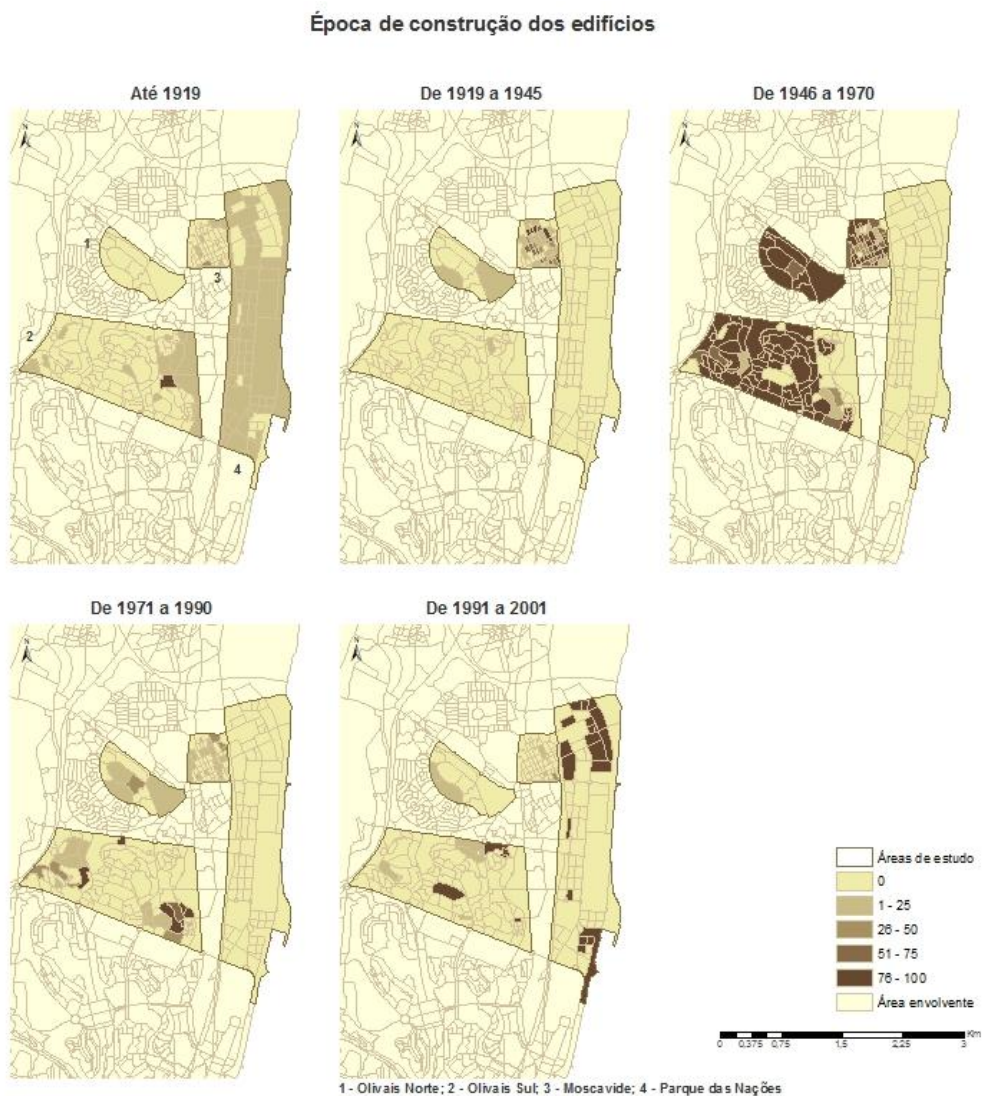


Figura 24 – Representação da época de construção dos edifícios (Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 2001, mapas realizados por C. Serrano).

São representados, na figura 24, os mapas correspondentes à época de construção dos edifícios. O mapa referente ao Bairro dos Olivais Sul revela que subsistem edificações construídas antes de 1919 que correspondem a uma parte industrial dos Olivais. No Bairro dos Olivais Norte não há registo da existência de edificações dessa época. Os planos foram desenvolvidos em terrenos agrícolas e expropriados, o que possibilitou a construção de raiz de ambos os bairros. Entre 1919 e 1945 foram registadas edificações que, segundo Dias *et al.*, (1993), correspondem às primeiras instalações das unidades fabris associadas à petroquímica. Entre 1946 e 1970 ocorre a elaboração e concretização dos Planos correspondentes ao Bairro dos Olivais Norte e Olivais Sul. Neste período foram construídos cerca de 26% a 100% dos edifícios hoje conhecidos, tendo sido concluídos ambos os planos na sua totalidade. Após 1971 registam-se menos construções apesar de no Bairro dos Olivais Sul ainda serem construídos 51% a 100% em zonas específicas do bairro. Entre 1991 e 2001 deu-se a construção do centro comercial, hoje designado por *Olivais Shopping*, antigo Centro Cívico Comercial Principal (segundo o plano) e onde a sua envolvente foi cenário para aplicação dos inquéritos. Neste mesmo período fora concluído o plano do Bairro dos Olivais Sul com a construção dos últimos edifícios.

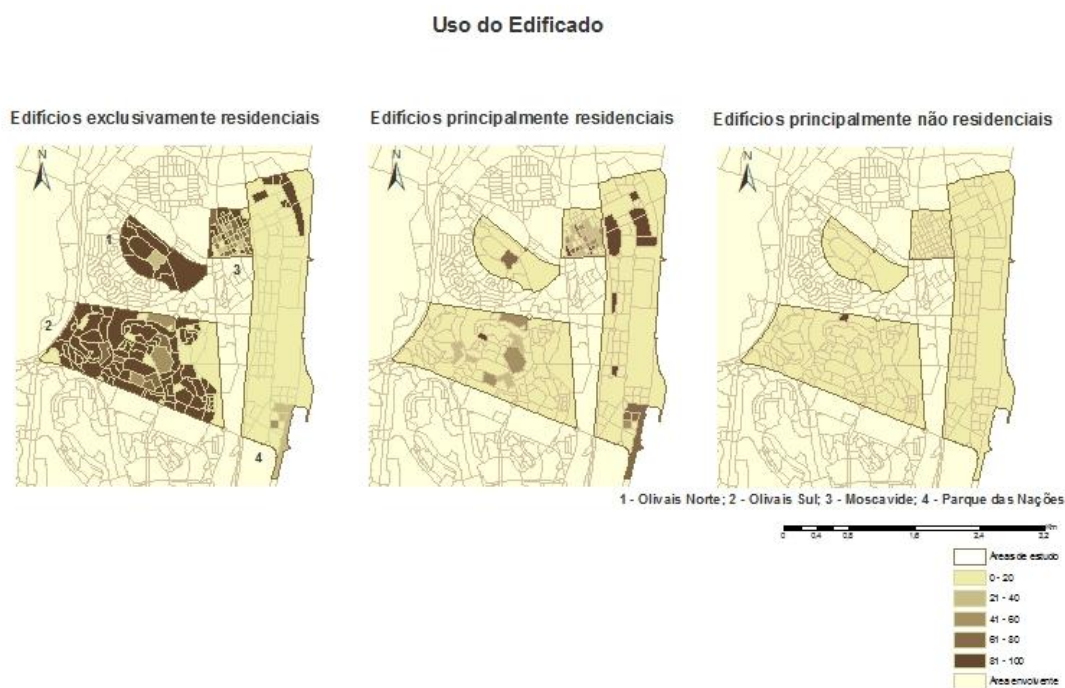


Figura 25 – Representação do uso do edificado (Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 2001, mapas realizados por C. Serrano).

Relativamente ao uso do edificado dos Bairros Olivais Norte e Olivais Sul, a figura 25 demonstra que a maioria (41% a 100%) dos edifícios é exclusivamente residencial. No bairro dos Olivais Norte, localizado centralmente, regista-se um conjunto de edifícios que entre 61% a 80% são principalmente residenciais. No bairro dos Olivais Sul regista-se uma variação de edifícios principalmente residenciais, entre 21,5 a 80%. Verifica-se que em ambos os bairros não foram construídos edifícios principalmente não residenciais, embora nos Olivais Sul haja um registo localizado a norte do bairro de pequena expressão.

Tipos de ocupação dos alojamentos existentes em 2001



Figura 26 – Representação dos tipos de ocupação dos alojamentos existentes em 2001 (Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 2001, mapas realizados por C. Serrano).

Na caracterização do edificado foram, de igual modo, considerados os tipos de ocupação dos alojamentos existentes em 2001. Ambos os bairros expressam, segundo a figura 26, que de 41% a 100% os alojamentos são ocupados pelo proprietário do mesmo e, de 0% a 40%, os alojamentos estão ocupados através de arrendamento. No bairro dos Olivais Sul registam-se duas grandes áreas onde esta situação varia entre os 21% e 40%. Apenas no bairro dos Olivais Norte é registada uma pequena porção a norte em que os alojamentos estão vagos.

4.4.2. Moscavide

Relativamente à análise do edificado em Moscavide, a figura 24 representa a época de construção dos edifícios. Até 1919 foram construídos até 20% dos edifícios, de 1919 a 1970 foi o período de transição e mudança de concelho (1928) e, em que Moscavide se consolidou e adquiriu a estrutura e a forma que hoje é conhecida. Entre 1971 a 1990 foram realizadas algumas novas construções. Segundo o Diagnóstico Social (2005), é uma zona de construção antiga e a única freguesia do concelho de Loures que exprime um défice de fogos face ao número de famílias residentes.

A maioria dos edifícios tem uso exclusivamente residencial (de 21% a 100%), os edifícios com uso principalmente residencial têm menor expressão mas têm algum significado. Em Moscavide são raros os edifícios com uso principalmente não residencial (de 0% a 20%) (fig. 25).

Dos alojamentos existentes (6 274 alojamentos), 6 257 são alojamentos familiares clássicos de 3 ou 4 divisões e, a maioria possui saneamento básico e electricidade (César *et al.*, 2005). Em Moscavide muitos alojamentos são arrendados, segundo (2 648) e em 2 439 o proprietário é ocupante. A figura 26 ilustra esta afirmação, na qual se pode verificar que os alojamentos cujo proprietário é ocupante representam 21% a 60% e os alojamentos que se encontram arrendados representam de 21% a 80%. Em Moscavide são quase inexistentes os alojamentos familiares vagos.

4.4.3. Parque das Nações

Relativamente ao edificado, o Parque das Nações, dada a sua morfologia inicial e carácter industrial, distingue-se pela grande transformação urbana e territorial dos restantes cenários de estudo. Até 1919, figura 24, são registados de 1% a 25% edifícios construídos que após este período até ao período entre 1991 e 2001 não têm qualquer expressão. Os edifícios registados nesse período antes de 1919 têm utilidade

industrial e caracterizam esta porção da cidade de Lisboa na época. Entre 1991 e 2001 decorre a Exposição Mundial, são elaborados programadas de transformação, planos de pormenor e nasce o Parque das Nações que hoje é conhecido como a zona mais recente da cidade e sendo um exemplo de reabilitação e requalificação urbana.

O uso do edificado das zonas Norte e Sul distingue-se entre edifícios exclusivamente residenciais (21% a 40% na zona Norte e 21% a 40% na zona Sul) e, edifícios principalmente residenciais (de 61% a 100%). Os edifícios principalmente não residenciais não têm valores percentuais significativos (fig. 25).

São analisados, em simultâneo, os tipos de ocupação dos alojamentos existentes em 2001 (fig. 26) e, pode-se aferir que de 21% a 80% os alojamentos são ocupados pelo seu proprietário e de 0% a 20% dos alojamentos estão arrendados. Ambas as zonas, zona Norte e Sul do Parque das Nações, 41% a 80% dos alojamentos encontravam-se vagos em 2001 por estarem, ainda, em fase de construção.

4.5. Bairro dos Olivais Norte e Sul

4.5.1. Morfogénese e metamorfoses do lugar



Bairro dos Olivais Norte (esq.) Bairro dos Olivais Sul (dir.)

Figuras 27 e 28 - Ortofotomapa dos Bairros dos Olivais Norte e Sul (Fonte: Google Earth, imagem de 2007, retirada em 10 de Agosto de 2011).

A freguesia de Santa Maria dos Olivais situa-se na zona oriental da cidade de Lisboa, é das freguesias mais antigas de Lisboa. Havendo (...) *conhecimento da existência da fixação do homem desde tempos pré-históricos* (Santana, 1994); da sua história há apenas testemunhos desde 1397. Sabe-se que neste ano o Arcebispo de Lisboa, D.

João Anes, criou uma nova paróquia, ainda construída no séc. XIV, no entanto, não são conhecidos pormenores da sua história e são muitas as incertezas acerca da mesma. *Pensa-se que deu nome à nova igreja, segundo a lenda, o aparecimento de uma imagem da Virgem na cavidade de um tronco de oliveira, que foi conservado até 1700* (Santana et al., 1994, p. 667).

Todavia, o nome da freguesia estará ligado a um outro facto. No reinado de D. Maria I, a falta de iluminação na cidade gerava muitos assaltos e insegurança em plena via pública. Como solução, o Intendente da Polícia, Pina Manique, tem a ideia de colocar candeeiros de azeite. Como forma de sustentabilidade desta nova realidade, D. Maria I impõe a plantação de olivais nesta zona como em toda a área circundante da cidade de Lisboa, o que estará, também, relacionado com a origem do nome da freguesia.

Um dos aspectos interessantes da articulação entre a actividade agrícola e "industrial" (...) é o da produção de azeite, que os olivais dos Olivais detinham em abundância, desde épocas muito recuadas.

Os azeiteiros que bordejavam Lisboa eram os principais fornecedores da capital sobretudo quando se introduziu a iluminação a azeite na cidade, (...). Era entre os Olivais a Vialonga que ficavam as árvores azeiteiras que forneciam o combustível aos candeeiros de cegonha, estabelecidos por ordem do Intendente. (Santana et al., 1994, p. 665)

No séc. XVI, a aldeia começa a definir-se, já compreendia pequenos aglomerados dispersos aleatoriamente, (...) *rodeada por terrenos rústicos que estiveram primeiro no domínio das comunidades religiosas, mas que foram passando, a partir do séc. XVII, para a nobreza que escolheu, também, os Olivais para construir quintas de lazer. A pequena povoação foi crescendo moderadamente junto à igreja e na direcção do rio, no sítio conhecido por Aldeia (...)* (Santana et al., 1994, p. 667). Nos nossos dias, apenas são visíveis as ruínas de alguns elementos de edifícios religiosos.

(...) sabe-se que no séc. XVIII estava já definido o largo ou "rossio", atrás da igreja, antigo campo da feira, que veio ser a actual Praça da Viscondessa dos Olivais. (...), na 1ª. metade do séc. XVIII, um prédio onde estava instalado um hospital ao cuidado da Irmandade de N. S. do Rosário, várias casas térreas e alguns prédios de 2 pisos (Santana et al., 1994, p. 667).

Em 1756, foi criada a freguesia do Beato, o que veio desmembrar a freguesia dos Olivais, deixando de lhe pertencer Chelas, Fonte do Louro, Grilo, Beato, Marvila e Poço do Bispo. Os Olivais-Velho eram então uma *pequena aldeia isolada (...)*, situada numa zona periférica da cidade, considerada um *antigo Arrabalde da capital (...)* importante parcela do passado histórico da cidade, ponto de transição entre a ocupação do solo de características agrícolas tradicionais e um novo tipo de organização do espaço urbano, intimamente ligado ao processo de industrialização dos finais do séc. XIX. (Godinho, 2001) A pequena povoação Olivais-Velho já estava definida no séc. XVIII. *Apesar do universo de quintas que, em geral, caracterizava, ainda a paisagem dos Olivais no séc. XIX e na primeira metade do séc. XX, (...), começou a ser apetecível de um ponto de vista industrial.* (Santana et al., 1994, p. 665)

Em 11 de Setembro de 1852, os Olivais como hoje são conhecidos subiram a concelho, compreendendo 21 freguesias onde era incluída a de Moscovide. Denominado por *Olivaes, (...) nunca teve a sua sede na povoação (...)*. *Funcionou primeiro no Campo Grande e depois no Largo do Leão, a Arroios.* (Consiglieri et al., 1993, p.141) Albergava vastas áreas de terreno agrícola e na sua paisagem predominavam grandes propriedades, azinhagas, aglomerados dispersos das quintas, já contemplando o aglomerado habitacional, ainda hoje existente, Olivais-Velho. O concelho foi extinto em 22 de Julho de 1886, e, em substituição do mesmo, surge o concelho de Loures.

Até ao final do séc. XIX, Olivais-Velho pouco se desenvolveu devido à permanência de grandes unidades rústicas (Santana et al., 1994, p. 667). Os Olivais conhecem a sua primeira grande transformação quando se deu a fixação da indústria junto ao rio e a abertura da avenida marginal oriental, a qual separou o antigo aglomerado de Olivais-Velho da área junto à estação. Aqui se instalaram inúmeras unidades fabris nomeadamente, o Vale de Chelas, Beato, Marvila, Poço do Bispo e Braço de Prata. (...)

Em 1938, (...) *aquando das primeiras expropriações, concretizado a partir dos anos 60*, a Câmara Municipal de Lisboa implementa uma (...) *amalgama de prédios distribuídos por envolventes espaços verdes (...)* (Santana, 1994, p. 665), encetando as primeiras transformações da paisagem local.

A política habitacional do Estado Novo, designada por *Política de Obras Públicas*, dinamizada por Duarte Pacheco, presidente da Câmara Municipal em 1928, dá início ao processo de reforma de toda a cidade de Lisboa nomeadamente os bairros com mais problemas do ponto de vista urbanístico, desde os seus usos até às questões habitacionais. Segundo Santana (1994), por acção da política habitacional do Estado Novo, o Bairro da Encarnação, acabado em 1944, fora concretizado em terrenos expropriados pela Câmara Municipal. O autor considera o bairro das primeiras obras concebidas durante o Estado Novo com uma identidade muito própria, forma definida e morfologicamente homogéneo.

Duarte Pacheco, incentivando os programas de obras públicas e fomentando o novo urbanismo na cidade de Lisboa, convida o urbanista Etienne de Groer a desenvolver um plano pioneiro que abranja toda a cidade. O urbanista desenvolve um modelo radio-cêntrico que consistia num conjunto geometrizado de arcos e raios no qual são aplicados métodos de planeamento urbano inovadores para a época e *são lançadas as bases para o sistema viário que estrutura a cidade e comanda o seu desenvolvimento (...)* (Dias, 1993, p. 24). A aplicação do modelo veio a revelar-se inadequado ao território, porque é desajustado ao relevo, à relação da cidade com a região e contrariava a estrutura viária espontânea de Lisboa consistindo numa malha ortogonal reticulada de vias paralelas e perpendiculares ao rio que, para se adaptar às condições topográficas, apresenta formas ondulantes e flexíveis.

Ainda durante o Estado Novo, no pós-guerra, verificam-se grandes dificuldades, nomeadamente, habitacionais. Procedeu-se, assim, à resolução das condições dramáticas de habitação, problema evidenciado pelo Censo de 1950 e pelo Inquérito às Condições de Habitação da Família. Estas fontes revelaram que cerca de 22% da população residente em Lisboa vivia em alojamentos ou quartos alugados (6% do total de famílias viviam numa só divisão), tal como, 16,5% desses alojamentos não tinham electricidade, 14,2% não tinham água canalizada e 51% não tinham casa de banho (Dias *et al.*, 1993). Dez anos decorridos, nos Censos de 1960 não se faz a mesma análise; mas, inquéritos elaborados parcialmente voltam a enunciar situações de precariedade bastante graves: 12 000 famílias viviam em bairros de construções abarracadas, das quais, 16.6% partilhavam com outras os seus precários alojamentos. Tratava-se de 45 000 pessoas a viverem em situações dramáticas de precariedade que obrigava a uma solução urgente.

No fim da década de 50 é publicado o DL 42 454 (Agosto de 1959), que atribui competência à Câmara Municipal de Lisboa (CML) a urbanização de novas zonas habitacionais. É presente no diploma, nos artigos finais, *que seriam declaradas de utilidade pública urgente as expropriações necessárias à realização dos trabalhos previstos, mediante a aprovação em Conselho de Ministros dos planos gerais das áreas a urbanizar (...)* (Dias et al., 1993). Estaria, assim, a CML autorizada e coagida a criar um serviço técnico cuja natureza seria executar as acções e medidas descritas no diploma (preparação, direcção e fiscalização da obra). Desta forma, é implementado o Gabinete Técnico de Habitação (GTH) e elaboram-se, seguidamente, os Planos de Olivais Norte e Olivais Sul. O GTH foi criado em 1990, e ficou incumbido de proceder à recuperação de Olivais-Velho.

A CML fica responsável pela elaboração de Planos de Urbanização para toda a cidade cujo intuito seria responder às necessidades das entidades interessadas, de interesse público e privado, e principalmente às da população. As medidas previstas obrigava a que (...) *os terrenos necessários para a construção de habitações tendo em vista a satisfação das necessidades da população, nomeadamente dos aglomerados familiares de menores recursos, a substituição gradual dos chamados bairros de lata, o realojamento das famílias atingidas por obras de urbanização ou vivendo em partes de casa e quartos arrendados ou outras formas de habitação social e moralmente inconvenientes.* (Dias et al., 1993, p. 27) Seria, de igual modo, responsável pelo estabelecimento e execução dos trabalhos de grande urbanização, dos arruamentos principais e a rede de esgotos domésticos e pluviais.

Apesar desta iniciativa de planeamento de maior abrangência, segundo Dias et al. (1993), *é uma espécie de manta de retalhos, variadíssima, harmonicamente cerzida por uma vasta e complexa série de factores. Poder-se-á dizer, simplificando, que dois processos conduzem a forma da cidade. Num, o padrão dos retalhos resulta de um lento adicionar, individualizado, resultante do cadastro e do sítio com o respeito único a regras tacitamente aceites ou minimamente codificadas, tais como, alinhar a casa pelo lado, respeitar as serventias, garantir o mínimo de ar e luz e a sua privacidade e dos vizinhos. Noutra, os tecidos são concebidos a partir de uma ideia base, um plano que lhe desenha a imagem, um regulamento que comanda os aspectos quantitativos e um estudo económico que os promotores, particulares, as Câmaras ou o Poder Central adoptam e executam. Noutras vezes é a concentração de funções, habitacionais, industriais, aeroportuárias, por exemplo, que plasma a forma dos edifícios e a relação que se estabelece entre eles.* (Dias et al., 1993, p.30)

Segundo Dias *et al.* (1993), o Arquitecto José Rafael Botelho é o responsável pelo plano afirmando que *os Olivais (...) fazem parte, no conjunto dos tecidos urbanos que constituem Lisboa, daqueles em cuja génese está uma ideia-base a que vem a corresponder uma imagem da cidade.*

É resultado evidente da acção do planeamento, tendo sido alvo de todas as escalas de actuação, desde o Plano Geral de Urbanização até ao pormenor construtivo. (...) *um desenho urbano e uma concepção dos edifícios que afastou o inerente perigo da formação de ghettos (...)* (Dias *et al.*, 1993, p.39)

Os bairros dos Olivais são exemplo de como as opções urbanísticas decididas e programadas no início de um projecto planeado desde a sua raiz podem condicionar ou promover a futura vida urbana dos seus utilizadores e o estabelecimento de laços sociais, tal como a qualidade de vida nos espaços públicos da cidade.

Ambos os bairros apresentam ruas ondulantes e uma estrutura que se desvia da cidade tradicional na qual a rua e o edifício definem o quarteirão que é inexistente nos Olivais.

4.5.2. Morfologia e imagem urbana

4.5.2.1. Bairro dos Olivais Norte

Os Olivais Norte, situados a nordeste do Bairro da Encarnação, foram a primeira área construída ao abrigo do DL 42 454, ocupando as reservas dos terrenos que a política fundiária de Duarte Pacheco conseguiu pela compra ou expropriação de vastas propriedades na periferia da cidade. O GTH após obtenção dos terrenos, elaborava e apresentava o primeiro plano de construção de habitação social.

O plano foi concebido entre 1955 e 1958 e traduziu-se na primeira aplicação urbanística, em larga escala aplicando os princípios da Carta de Atenas cuja qual reúne as preocupações de exposição solar, ventilação e espaços verdes (Consiglieri, 1993, p. 151). Na elaboração do mesmo participaram, entre outros, os Arquitectos Pedro Falcão e Cunha e Sommer Ribeiro. No Plano Director Municipal (PDM), a área onde assentaria o projecto, já estava contemplada para fins habitacionais. Por já serem conhecidos os arruamentos e toda uma estrutura conceptual e orgânica, foi o primeiro, de outros planos, a concretizar-se. (Santana *et al.*, 1994, p. 667)

A Carta de Atenas, considerada (...) *a bíblia dos jovens arquitectos que procuravam dedicar-se ao urbanismo com uma atitude cultural inovadora.* (...) (Dias et al., 1993, p. 45), constituía um documento fundamental para o desenvolvimento das cidades que fora formalizado em Novembro de 1933. Estabelece exigências para o futuro das cidades, sendo constituído por 95 *máximas*, a última das quais afirma que o interesse privado será subordinado ao interesse colectivo e este deve garantir a cada indivíduo acesso às *alegrias* fundamentais: o bem-estar do lar e a beleza da cidade.

Dias et al. (1993), defende (...) *as que mais, evidentemente, se protagonizam nos Olivais:*

...que os bairros de habitação ocupem de ora avante no espaço urbano as melhores localizações, tirando partido da topografia, levando em conta o clima, dispondo da exposição ao sol mais favorável e de superfícies verdes adequadas;

...que implantadas a grande distância umas das outras (as construções) libertem o solo em favor de amplas superfícies verdes;

...que estas novas superfícies verdes sirvam fins nitidamente definidos: que tenham jardins para as crianças, escolas, centros de juventude e todos aqueles edifícios de uso comunitário intimamente ligados à habitação;

...que as vias de circulação sejam classificadas de acordo com a sua natureza e construídas em função dos veículos e das suas velocidades;

...que a implantação dos edifícios de habitação se liberte do alinhamento imposto pelas vias de trânsito motorizado interno;

...que o peão possa seguir caminhos diferentes dos do automóvel;

...que zonas de verdura isolem, em princípio, o leito das vias de grande circulação.

(p.46)

Estes princípios são evidentes nos Olivais Norte, a organicidade e desprendimento que o edificado assume com a estrutura viária aliada às preocupações reveladas relativamente ao espaço, ao conforto na sua utilização, à forma como se poderá apropriar o espaço garantem que quem o habitará poderá usufruir de um espaço de qualidade (Dias et al., 1993).

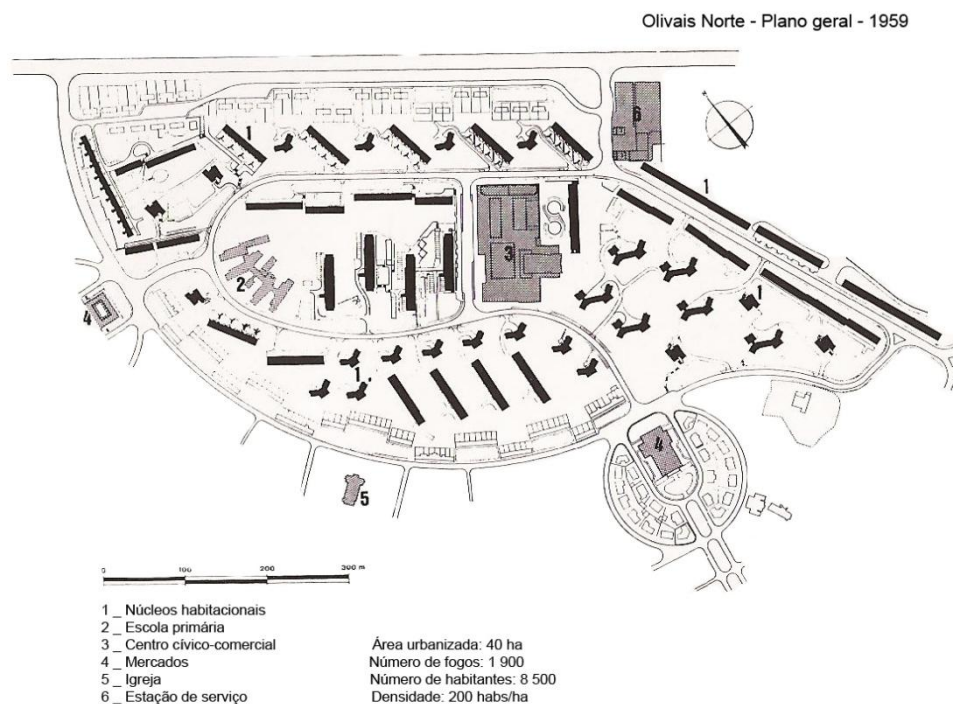


Figura 29 - Plano geral do Bairro dos Olivais Norte (Dias, et al., 1993, p. 48, adaptado por C. Serrano).



Fotografias 1 e 2- Espaços verdes adjacentes ao edificado no Bairro dos Olivais Norte (registo de 2011 por C. Serrano).

Sobre um manto arrelvado, quase contínuo, os blocos e as torres, as duas formas de edifícios (...), dispõem-se isolados, permitindo que a escola primária surja entre eles rodeada de verdes e que as funções vivificadoras da vida urbana, o comércio, os serviços e o equipamento edificado de convívio se concentrem no centro cívico; as

vias de circulação de automóvel e os passeios separam-se e o acesso aos edifícios de habitação faz-se por meio de impasses, impedindo atravessamentos do interior das zonas que se exigem tranquilas; os edifícios procuram o Sol e à sua organização interior é exigido que, no solstício de Inverno, ele entre, pelo menos, duas horas em cada alojamento. (Dias et al., 1993, p. 46)



Fotografia 3 - Caminhos pedonais e espaços verdes adjacentes ao edificado no Bairro dos Olivais Norte (registo de 2011 por C. Serrano).

Segundo Dentinho, citado por Dias *et al.* (1993), as árvores e toda a cobertura verde, os pavimentos e as preexistências têm um papel cénico. Os espaços públicos e os espaços verdes têm um papel relevante e determinante na estrutura e organização da cidade e na hierarquização das suas continuidades espaciais e funcionais. Os espaços verdes são porções da cidade que representam lugares de acção e interacção específicas que permitem o desenvolvimento de uma grande diversidade de actividades sociais, usos colectivos e formas de apropriação espacial diferenciadas e próprias da comunidade que o utiliza. A integração de espaços verdes permite a abertura e disposição física e psíquica dos seus utilizadores promovendo a qualidade de vida urbana. Na concepção do plano e no desenho dos espaços públicos foi dada importância a diferentes escalas: ao desenho dos pavimentos, à aplicação do mobiliário urbano, à estrutura verde e vegetação implementada e à inclusão da componente artística.



Fotografia 4 - Zonas permeáveis de permanência (registo de 2010 por C. Serrano).

Papel especial foi dado aos pavimentos no que se refere ao seu desenho e à gama dos materiais utilizados, consoante se tratava de revestir caminhos de peões ou de fazer a ligação destes às vias de trânsito motorizado onde, por uma vez e para além do traçado, o tipo e mesmo a cor dos materiais condicionariam as velocidades e o comportamento dos condutores. (Dias et al., 1993, p. 49)

4.3.2.2 Bairro dos Olivais Sul

Os Olivais Sul confinam a poente com o Aeroporto da Portela e foi o segundo plano elaborado pelo GTH, ao abrigo do DL 42 554. O plano ocupa uma área de 186 hectares, delimitada por quatro artérias principais (Av. de Berlim, Av. Infante D. Henrique, Av. Marechal Gomes da Costa e a Segunda Circular); é definido por uma malha que resulta de um sistema de radiais e circulares estruturantes do desenvolvimento da cidade. À semelhança dos Olivais Norte, o plano apesar de se basear em ideias e princípios orgânicos, a sua estrutura celular era mais clara, comparativamente aos Olivais Norte, havendo uma maior autonomia de equipamentos e serviços, uma maior definição dos espaços urbanos públicos e privados e dos quarteirões. Consequentemente, os princípios que estruturam os Olivais Norte são mantidos nos Olivais Sul, no entanto a malha urbana é, no último, mais nítida; há uma maior definição dos elementos estruturantes, e são perceptíveis as cinco unidades de vizinhança (as células) que constituem o conjunto e envolvem o centro cívico.

Olivais-Sul. A estrutura celular

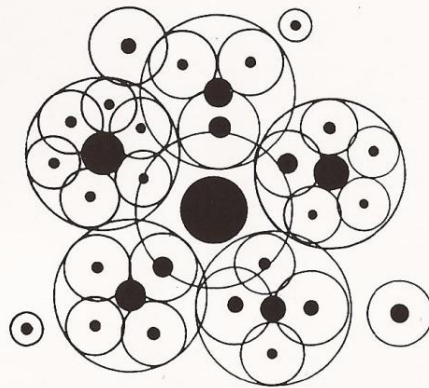


Figura 30 - Esquema representativo da morfologia e conceito do Bairro dos Olivais Sul (Dias, *et al.*, 1993, p. 52).

A malha urbana dos Olivais Sul é organizada e estruturada segundo arruamentos definidos hierarquicamente por vias principais e secundárias em conjunto com uma rede de vias pedonais que articula as diferentes funções (habitação, espaços de permanência, serviços e comércio), zonas habitacionais e permite o acesso às vias mais importantes. O sistema viário motorizado e pedonal confere a articulação das células tendo sido concebidas para funcionarem de modo autónomo no que se refere ao comércio local o qual foi estruturado e programado através de núcleos de 10 a 12 lojas que, por sua vez, se encontravam separados de 150m a 200m. As mesmas células dispunham de escolas infantis e de ensino primário cuja distância a percorrer nunca poderia exceder os 400m, de zonas de recreio, lazer e permanência ao ar livre para crianças e adultos e, equipamentos com acesso à rede de vias pedonais. Uma das células (célula G), estendia-se por uma área de 5.6 ha e destinava-se à implantação de um centro cívico constituído por um mercado, um cine-teatro, uma igreja, correios, polícia, bancos, serviços públicos de assistência e administração e, blocos de escritórios (Santana *et al.*, 1994).



Figura 31 - Plano geral do Bairro dos Olivais Sul (Dias, et al., 1993, p. 54-55, adaptado por C. Serrano).

O plano desenvolveu-se segundo várias fases que correspondem a sucessivas ideias urbanísticas ou diferentes ideologias: (...) *parte da Carta de Atenas, anos 30, idealizando uma cidade sem ruas nem quarteirões; passa pela revisão dessa Carta (...), com semi-ruas e quarteirões, e vai até ao Urbanismo Realista dos anos 60, com prédios de galeria e espaços colectivos. Representa a última grande operação imobiliária realizada pelo Estado Novo* (Santana, et al., 1994, p. 667).

Dias, et al. (1993) refere que seria de se considerar a concentração naquela área elementos como o comércio ocasional, supermercados, salas de espectáculos, hotéis e serviços de utilidade pública que complementassem e estimulassem as movimentações diárias das pessoas contrariando o predominante uso habitacional do espaço, salientando que, são componentes dinamizadores da vida urbana e das

relações sociais que contribuem para a vivificação e equilíbrio social e físico do espaço urbano público.

Na elaboração do Plano surgiram algumas contrariedades e condicionantes, como sejam a existência do antigo cemitério dos Olivais, de instalações da Companhia das Águas de Lisboa e de um bairro de casas económicas nos limites Sul e Oeste. Eram, também, condicionantes, alguns arruamentos já estabelecidos num projecto anterior ao do Gabinete de Estudo de Urbanização (GEU) da CML. Assim, o traçado destes arruamentos foi mantido, atendendo às adaptações mínimas necessárias à concepção da nova proposta.

No fim da década de 50 e início de 60 mantinha-se o mesmo pensamento, a Carta de Atenas regia o desenvolvimento dos planos e, na concepção de Olivais Sul acrescem outras preocupações, a população e as condições socioeconómicas, dificuldades deixadas ainda pelo período pós-guerra. Um dos objectivos do plano era (...) *estruturar as zonas residenciais com base no número de habitantes e estabelecer um quadro geral de equipamentos e serviços ajustados a quatro escalões: o Grupo Residencial (...), a Unidade de Vizinhança (...), a Célula (...), a Malha (...)* (Dias, et al., 1993, p. 53).

O conceito de célula ganhou o seu protagonismo, até ser considerado nome do bairro e ter tomado o papel de referência na orientação dos que o visitavam. Nesta nova realidade urbana os elementos que até à data faziam parte da nossa leitura e compreensão da cidade deixam de existir e são substituídos pelo novo conceito. (...) *as ruas e alamedas, as praças, os lagos, as esquinas e até as lojas e edifícios usualmente marcantes na paisagem da cidade, substituídos por blocos e torres isolados no meio de jardins.* (Dias, et al., 1993, p. 54)



Fotografias 5 e 6 - Espaços públicos urbanos do Bairro dos Olivais Sul (registo de 2011 por C. Serrano).

Tal como defende a Carta de Atenas, o plano obedece aos princípios considerados (...) *fundamentais para a caracterização do Plano: a relação, exhaustivamente estudada, entre as exigências de equipamento ditadas pelo número de habitantes, estrutura etária, níveis económicos e as áreas de terreno necessárias à sua implantação, incluindo nessa relação uma ampla e inusitada capitação de zonas verdes públicas.* (Dias, et al., 1993, p. 56)

4.5.5. Caracterização e avaliação da qualidade do espaço público do Bairro dos Olivais Norte



Figura 32 - Bairro dos Olivais Norte (realizado por C. Serrano).

A realização do inquérito no Bairro dos Olivais Norte foi um pouco difícil. Apesar da persistência, essencial, na tentativa de adquirir o maior número de inquéritos para uma mais sólida e rica amostra de estudo, as pessoas não se mostraram disponíveis e confortáveis quando abordadas para participar no estudo. Assim, foi com muita dificuldade que se recolheu a informação necessária.

Após várias visitas a diferentes zonas do bairro, em dias e horários diferentes e observado e interpretado os movimentos das pessoas, com o objectivo de encontrar os melhores locais para proceder à realização do inquérito, verificou-se que esses seriam aqueles onde se concentravam mais pessoas e portanto os espaços de maior convivência. Mesmo assim, no Bairro dos Olivais Norte este procedimento não ajudou como se esperava, pois embora fossem espaços de maior confluência percebeu-se que não existiam laços sociais e convivência urbana natural de um espaço urbano saudável e equilibrado.



Fotografia 7 - Espaços permeáveis de permanência no Bairro dos Olivais Norte (registo de 2010 por C. Serrano).

Foi possível recolher 28 inquéritos, elaborados entre a Rua Alferes Barrilaro Ruas e a Rua Capitão-Tenente Oliveira e Carmo, onde se concentra algum comércio, nomeadamente a grande superfície comercial A. C. Santos, alguns serviços, espaços de permanência, parque infantil e restauração. No plano, esta zona foi referenciada como um núcleo que se destinava a ser o Centro cívico-comercial (fig. 29).



Fotografia 8 - Área de aplicação do inquérito no Bairro dos Olivais Norte (registo de 2011 por C. Serrano).

As pessoas, quando abordadas, exprimiam alguma tristeza, insegurança e medo o que impedia uma possível aproximação. Durante a realização dos inquéritos, decorreram algumas situações de afastamento e repulsa, de medo no contacto visual directo entre os intervenientes do inquérito, de negação face à disponibilidade para realizar o mesmo e, ainda, de desconfiança acerca do âmbito do estudo e seu objectivo apesar dos esclarecimentos devidamente fornecidos. Foi necessário mais tempo para a conclusão da recolha de informação pelas razões supracitadas.

Como já foi referido, foram elaborados 28 inquéritos ao qual responderam 39.3% do género feminino e 60.7% do género masculino, sendo 77,8% residentes e 22,2% apenas utilizadores frequentes (18,5% frequentam porque gostam e 3,7% trabalham no bairro). Aparentemente a população apresentava um índice de envelhecimento elevado (não somente pelo aspecto físico, mas também pela disposição, a dificuldade de locomoção, na expressão de sentimentos, na reflexão e percepção sobre a sua envolvimento) apesar do valor percentual das pessoas entrevistadas expressar uma concordância entre a classe de pessoas activas e a classe de pessoas mais idosas. Relativamente à classe de cidadãos mais jovens (0-19 anos) não foi possível abordar e recolher o seu testemunho por não estarem presentes no local. Analisando quantitativamente a classe de pessoas activas (20 – 64 anos) a mesma varia entre os 36 e os 64 anos de idade (não foram inquiridas pessoas com idades compreendidas

entre os 20 e os 36 anos); e a classe de pessoas idosas (65 e mais anos) distribui-se equilibradamente entre os 65 e os 89 anos de idade; ou seja, só participaram no estudo pessoas a partir dos 36 anos havendo uma maior concentração em idades superiores aos 65 anos. No quadro seguinte são representados os valores percentuais das diferentes classes etárias acima referidas.

| Idades | 0 – 19 Anos | 20 – 64 Anos | 65 e mais anos |
|---------------------------------|--------------------|---------------------|-----------------------|
| Bairro dos Olivais Norte | 0 % | 50% | 50% |

Quadro 3 - Classificação etária dos inquiridos nos Olivais Norte (C. Serrano, 2011)

Perante uma população envelhecida e, segundo os inquéritos efectuados verifica-se que 7.1% da população não sabe ler nem escrever e os maiores valores percentuais referem-se ao grupo de pessoas que concluiu e não concluiu a 4ª classe como mostra o quadro abaixo.

| Nível de Instrução | Bairro dos Olivais Norte | Bairro dos Olivais Sul | Moscavide | Parque das Nações |
|-----------------------------|---------------------------------|-------------------------------|------------------|--------------------------|
| Não sei ler | 7,1% | 0% | 5,8% | 0% |
| 4ª Classe incompleta | 21,4% | 5,9% | 7,7% | 0% |
| 4ª. Classe | 39,3% | 19,6% | 28,8% | 7,6% |
| Ensino Básico | 14,3% | 25,5% | 17,3% | 15,4% |
| Ensino Secundário | 17,9% | 27,5% | 25% | 21,2% |
| Ensino Superior | 0% | 21,6% | 15,4% | 55,8% |

Quadro 4 - Nível de instrução dos inquiridos nos Olivais Norte (C. Serrano, 2011).

Pode considerar-se que no Bairro dos Olivais Norte a amostra expressa um baixo nível de instrução, tendo em conta, também, que não participaram no estudo pessoas que frequentaram cursos superiores. Relativamente à situação profissional das pessoas inquiridas, o gráfico (fig. 33) revela que a percentagem de pessoas reformadas é de 55,2% o que, tendo em conta o número de pessoas com mais de 65 anos, faz

naturalmente sentido. Não responderam ao inquérito pessoas desempregadas e o valor percentual de pessoas empregadas é significativo (41,4%). No entanto, 3,4% das pessoas inquiridas revelaram que nunca tinham trabalhado e não possuíam qualquer actividade económica, situação esta considerada peculiar considerando que a pessoa inquirida com menor idade referia ter 36 anos.



Figura 33 - Situação profissional dos inquiridos nos Olivais Norte (C. Serrano, 2011).

Relativamente ao estado civil dos inquiridos, 67,9% são casados e 3,6 % são viúvos, 7,1% divorciados e 21,4% solteiros, o que demonstra que a maioria deverá viver acompanhado com o seu cônjuge. As pessoas viúvas e divorciadas podem sentir alguma solidão e tristeza dada a sua situação. No gráfico seguinte (fig. 34) são representados os valores percentuais referentes ao estado civil cujos intervenientes que vivem conjugalmente têm uma expressão significativa perante os restantes resultados.

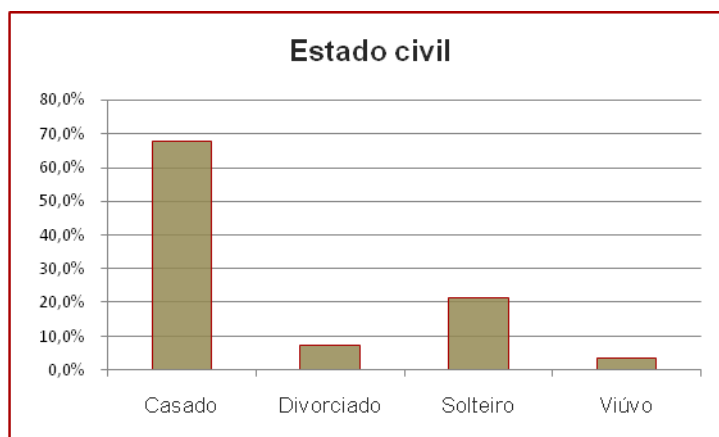


Figura 34 - Estado civil dos inquiridos nos Olivais Norte (C. Serrano, 2011).

À pergunta realizada, *Sente-se saudável?*, responderam positivamente 63% e, negativamente, 37% das pessoas inquiridas, referindo, as últimas, como principais problemas de saúde a tensão arterial (23.5%) e os problemas nas articulações (20.6%) que, dada a predominância de população envelhecida, é evidentemente uma consequência natural. Das restantes possibilidades de resposta, foram ainda referidos frequentemente problemas cardíacos (14.7%), diabetes (14.7%), problemas de mobilidade e locomoção (11.8%) e problemas psicológicos (5.9%).

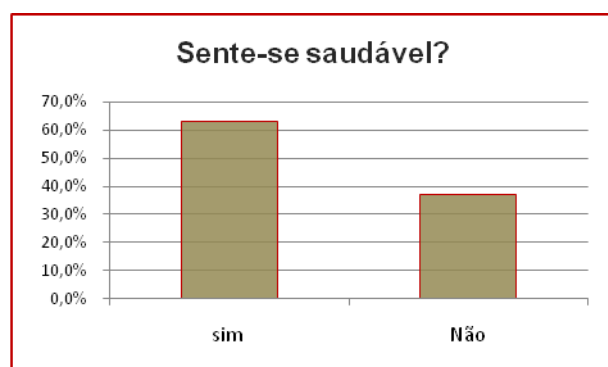


Figura 35 - Estado de saúde dos inquiridos nos Olivais Norte (C. Serrano, 2011).

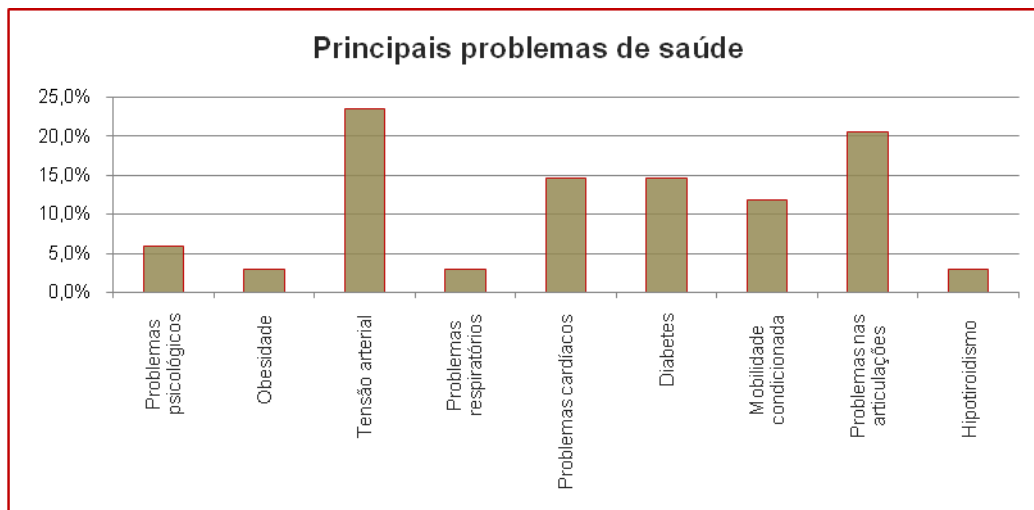


Figura 36 - Principais problemas de saúde dos inquiridos nos Olivais Norte (C. Serrano, 2011).

Para melhor se aferir a gravidade e tipo de problema foram colocadas as hipóteses de poderem ser problemas de ordem crónica, crónicos recentes ou de carácter passageiro, ao que responderam 66.7%, 33.3% e 0%, respectivamente. A maioria das pessoas inquiridas sofre de doenças crónicas que podem condicionar a forma como se integram no seu espaço físico e social envolvente. O gráfico seguinte representa os valores percentuais revelando que não foram aferidas situações em que os estados de doença referidos são de carácter passageiro.

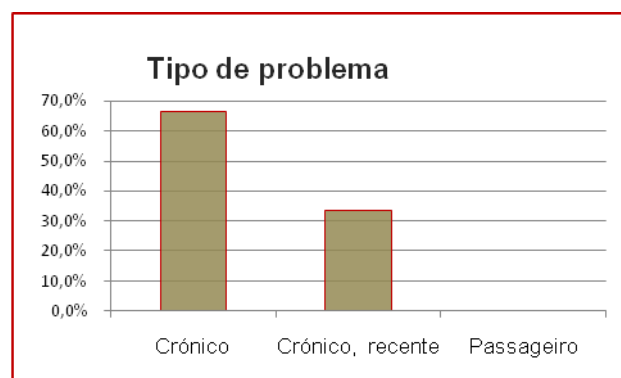


Figura 37 - Gravidade do tipo de problema de saúde dos inquiridos nos Olivais Norte (C. Serrano, 2011).

Seguidamente foi colocada a questão *Sente-se feliz?* com a qual se aferiu que a maioria dos intervenientes se consideram felizes e satisfeitos após uma reflexão ao seu estado físico e psíquico. No quadro seguinte pode observar-se que as respostas *Algumas Vezes* (29.6%), *Quase Sempre* (25.9%) e *Sempre* (25.9%) são as respostas

com maior valor percentual. No entanto, a resposta Nunca (7.4%) representa um resultado com alguma expressão.

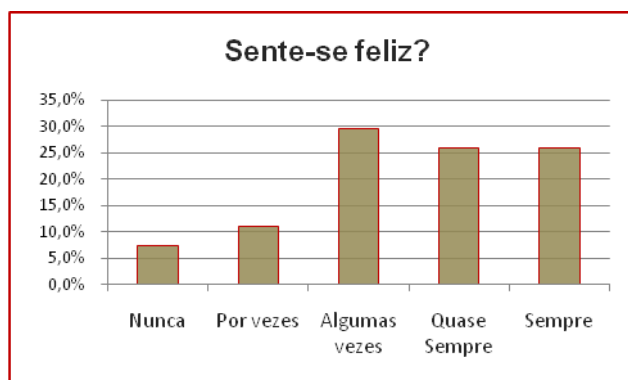


Figura 38 - Estado emocional dos inquiridos nos Olivais Norte (C. Serrano, 2011).

Para uma melhor percepção da situação emocional das pessoas, procurou aferir-se se já teriam tido algum desgosto há menos de 10 anos atrás, dos quais 65,4% dos intervenientes responderam positivo e 34,6% negativo. A maioria das pessoas revelou estar a ultrapassar processos de tristeza, referindo que muitas vezes porque se sentiam deprimidas o seu desempenho no seu dia-a-dia era afectado; segundo Stokols (1990) o espaço urbano está associado aos sentimentos, reacções, emoções e comportamentos dos seus utilizadores. Esta questão está relacionada com a anterior no sentido de complementar e melhor entender se existem factores externos à insatisfação sentida.

A preferência pelo lar, quando se trata da ocupação dos tempos livres ou o desenvolvimento de actividades, é sinónimo de procura e necessidade de isolamento . Foi colocada a pergunta de como ocupa os seus tempos livres, à qual as pessoas respondiam em casa ou no espaço exterior que a envolve, enumerando, seguidamente, as actividades que desenvolviam com frequência. As pessoas que preferem o seu lar representam 52,6 % da amostra e 47,4 % as que procuram o espaço exterior para as desenvolver. A maioria procura, de alguma forma, isolar-se, facto este que poderá estar relacionado com o seu estado emocional, com o seu gosto ou, ainda, associado à qualidade e conforto do espaço público.

Registaram-se as actividades realizadas pelas pessoas e, que de alguma forma, caracterizam os conjuntos sociais de um determinado local. Procurou-se aferir quais

os tipos de actividades desenvolvidas pelas pessoas inquiridas no sentido de aferir quais as diferentes formas de apropriação do espaço, se há preferência por actividades de grupo, que tipo de espaços são procurados e se há preferência entre o espaço público urbano ou o espaço interior do edifício onde reside. Foram referidas inúmeras actividades, no entanto 5.5% dos inquiridos respondeu que não desenvolvia qualquer tipo de actividade no seu dia-a-dia. As actividades poderão ser desenvolvidas em grupo ou isoladamente e, segundo os dados recolhidos verificou-se que a maioria das actividades referidas poderão ser desenvolvidas de forma isolada, dentro ou fora de casa, tais como: *Ler* (12.7%), *Andar/Jogging* (18.2%), *Ver televisão* (10.9%), *realização de trabalhos domésticos* (10.9%) e a *prática de desporto* (9.1%). *Estar com amigos* (12.7%) foi a única actividade referida com valores percentuais significativos que promove o estabelecimento de relações sociais.

As restantes actividades obtiveram resultados menos expressivos mas evidenciam a preferência das pessoas em desenvolver actividades cujo isolamento poderá ser uma consequência, sendo: cozinhar, fazer malha/renda, navegar na internet, fazer jardinagem, passear e escrever. As actividades que não obriguem ao estabelecimento de relações sociais e que possam ser desenvolvidas de forma solitária promovem a solidão e o isolamento. No bairro dos Olivais Norte a maioria das actividades desenvolvidas referidas pelos intervenientes são deste último grupo.

A teoria de Gehl (2006) fundamenta este tipo de comportamento, uma vez que a qualidade do espaço público é relevante para a apropriação dos diferentes espaços urbanos e para o desenvolvimento de actividades neles praticadas as quais contribuem para os contactos de diferentes intensidades entre os utilizadores. Neste bairro não se verifica um diversificado número de actividades ocorridos no espaço público.

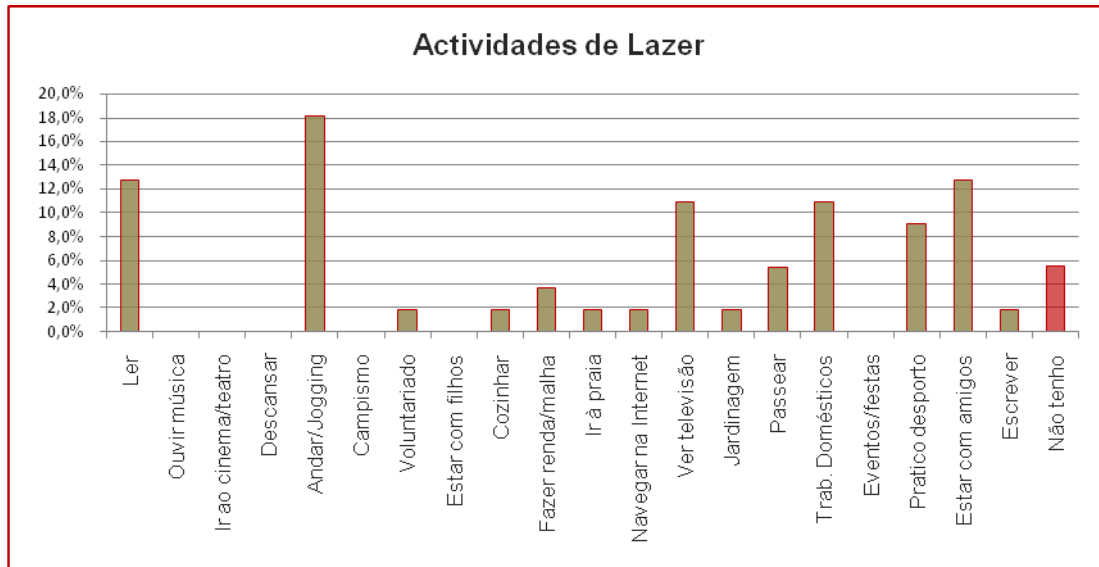


Figura 39 - Actividades de lazer dos inquiridos nos Olivais Norte (C. Serrano, 2011).

A resposta à pergunta *Sente-se seguro neste espaço?*, está representada na figura seguinte e permite verificar que 59,3% das pessoas inquiridas não se sentem seguras no Bairro dos Olivais Norte referindo, as mesmas, que a Rua Barrilaro Ruas é das zonas mais inseguras onde já ocorreram assaltos durante o dia embora apenas cerca de 15% dos inquiridos tenham afirmado que existem determinadas zonas inseguras no bairro (fig. 42).

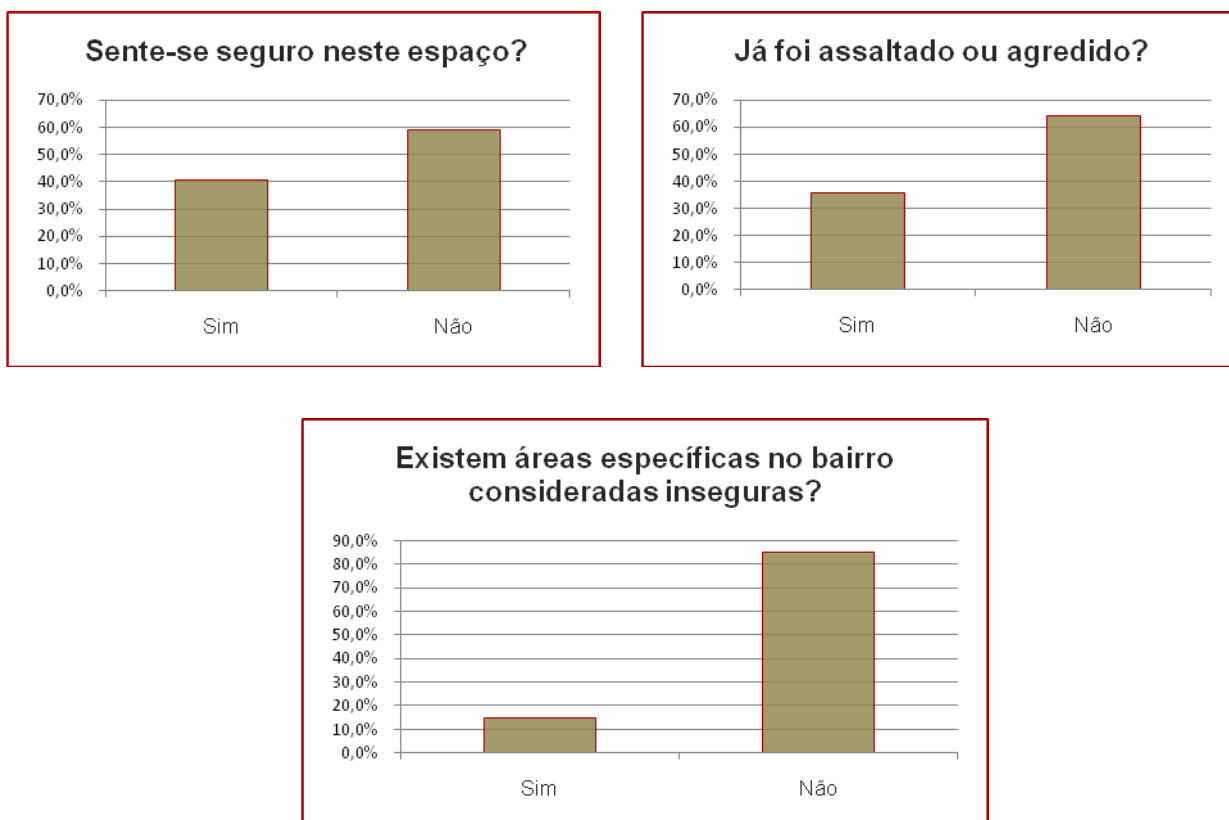


Figura 40, 41 e 42 - Gráficos representativos da segurança sentida pelos inquiridos nos Olivais Norte, tal como, da existência de áreas de maior insegurança (C. Serrano, 2011).

A segurança é fundamental para que as pessoas se sintam confortáveis e atraídas a utilizar e apropriar um lugar específico da cidade. Muitas vezes não é necessário ter ocorrido qualquer crime físico e pessoal, é suficiente o espaço encontrar-se degradado, estar vazio ou ser mal frequentado como refere Jacobs (2000), o espaço torna-se inseguro quando não é apropriado e é abandonado; ou, considerar-se uma situação urbana de impasse sendo, assim, um problema de desenho urbano. A figura 43 representa as razões que justificam a insegurança sentida no bairro e demonstra que 20% refere que o bairro esta vazio e 40% que é mal frequentado.

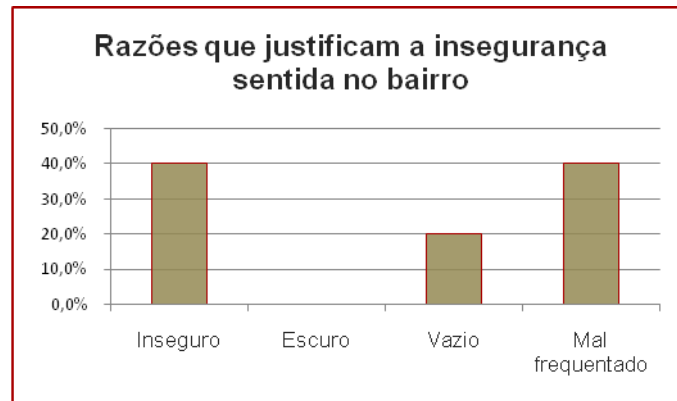


Figura 43 - Razões pelas quais o Bairro dos Olivais Norte é considerado inseguro (C. Serrano, 2011).

A qualidade do espaço público é fundamental para que os seus utilizadores se sintam confortáveis e se apropriem adequadamente do mesmo. Com a realização do inquérito obtiveram-se resultados positivos tendo sido as respostas Razoável e Bom as que tiveram maior expressão obtendo valores percentuais perto dos 30%. O gráfico seguinte demonstra, ainda, que existe alguma insatisfação significativa relativamente à qualidade do espaço público.

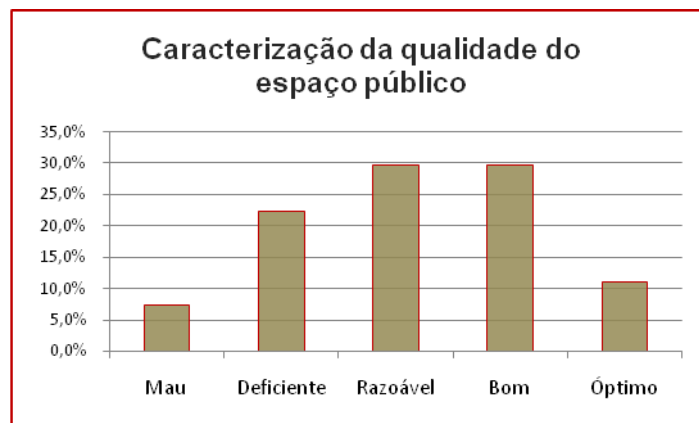


Figura 44 - Nível de qualidade do espaço público dos Olivais Norte (C. Serrano, 2011).

A figura 45 demonstra a forma como o espaço público urbano pode contribuir para a saúde física e psíquica dos seus utilizadores. Como salienta Lerner (2010), as pessoas estabelecem uma relação de identificação com o espaço público e quando esta não acontece há uma indiferença para com o mesmo. No bairro dos Olivais Norte, a percentagem de pessoas que expressam alguma indiferença face ao espaço que a

envolve é bastante significativa, tendo em conta que na coluna *Ajuda* varia entre os 60% e os 100% e na coluna *Prejudica* varia entre 80% a 100%. Mesmo tendo sido verificado que não há sensibilidade na percepção do espaço, a percentagem de pessoas que considera que o espaço público contribui positivamente para o seu bem-estar tem uma expressão de 30%. De uma forma intuitiva, observando e analisando o gráfico no seu conjunto pode concluir-se que o Bairro dos Olivais Norte contribui positivamente para o bem-estar dos seus utilizadores dada a percentagem da coluna da esquerda (resposta *Sim*, ajuda entre 0% a 30%) e a da esquerda (resposta *Não*, prejudica entre 20% a 70%).

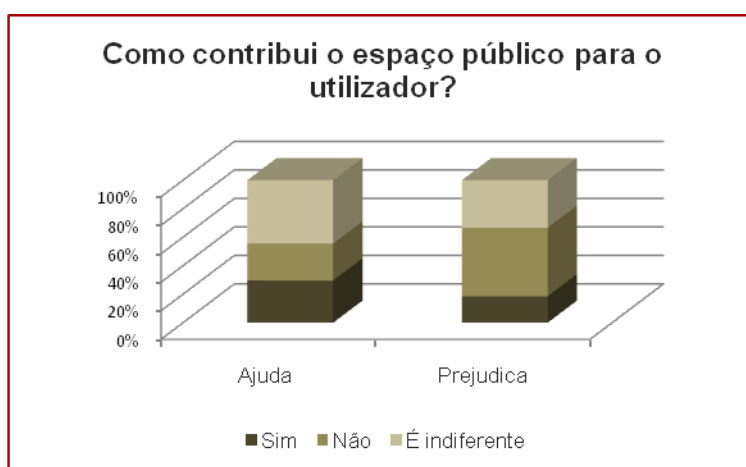
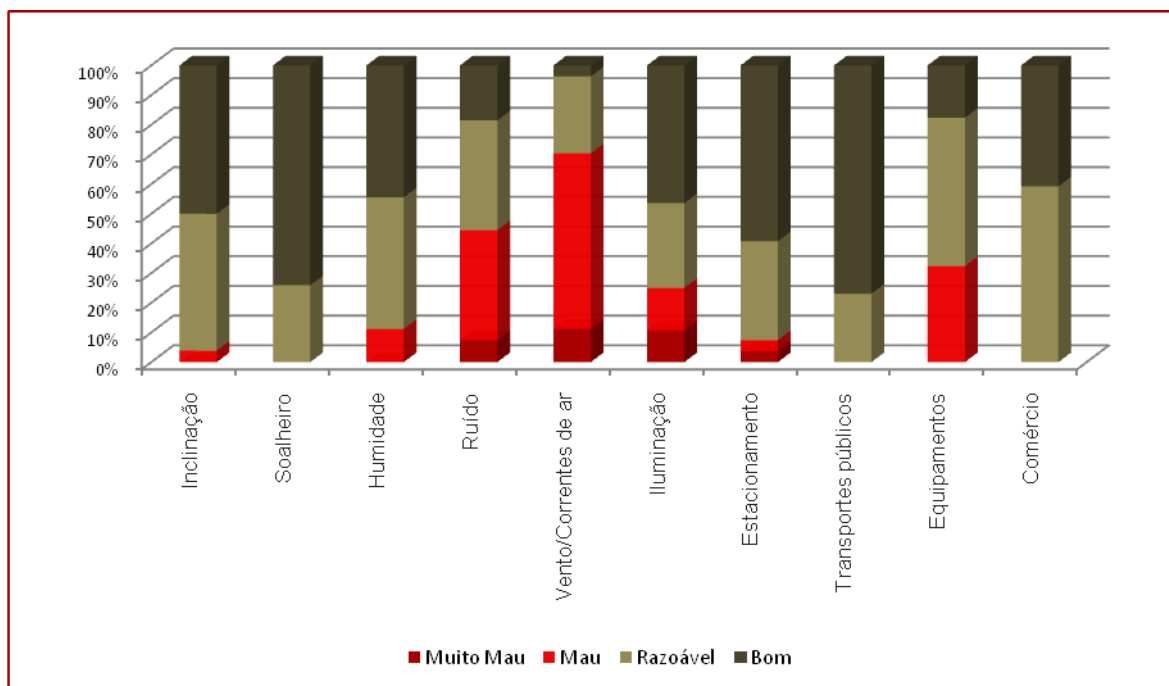


Figura 45 - Contributo positivo e/ou negativo do espaço público dos Olivais Norte para o seu utilizador (C. Serrano, 2011).

No sentido de complementar a análise, foram construídos os gráficos seguintes (figuras 46, 47 e 48) os quais permitiram aferir como os utilizadores caracterizam o espaço público do bairro e entender quais os principais problemas do mesmo. Foi referido que o bairro é muito ventoso e são frequentes correntes de ar, o que condiciona a utilização e apropriação do espaço; assim como, o ruído, a falta de estruturas de ensombramento e abrigo da chuva, a falta de limpeza, a má qualidade dos pavimentos, a falta de preservação e conservação dos diversos elementos urbanos (pavimentos, espaços verdes, mobiliário urbano), a falta de segurança, a existência de zonas escuras e degradadas, tal como, a existência de impasses (espaços contidos, fechados sem utilidade nem continuidade urbana). A existência de impasses e de zonas escuras e degradadas são situações urbanas que geram insegurança, pelo facto de não permitir a vigilância natural, assim como, facilitar e dar oportunidade à ocorrência de crimes e vandalismo.

Um dos aspectos positivos referidos pelos intervenientes é o bairro ser bastante soalheiro e assentar num terreno pouco inclinado, o que facilita o movimento das pessoas e permite a todos um acesso mais adequado, no entanto, a falta de iluminação é um factor que contribui para que as pessoas tenham receio de se deslocar à noite (figura 46).

Alguns intervenientes referiram que o bairro tem comércio e serviços suficientes e com qualidade, algum interesse estético, cor e são agradáveis; no entanto, também foi referida a falta de espaços lúdicos, de mobiliário urbano e de zonas de permanência. O Bairro dos Olivais Norte oferece uma boa rede de transportes públicos aos seus utilizadores.



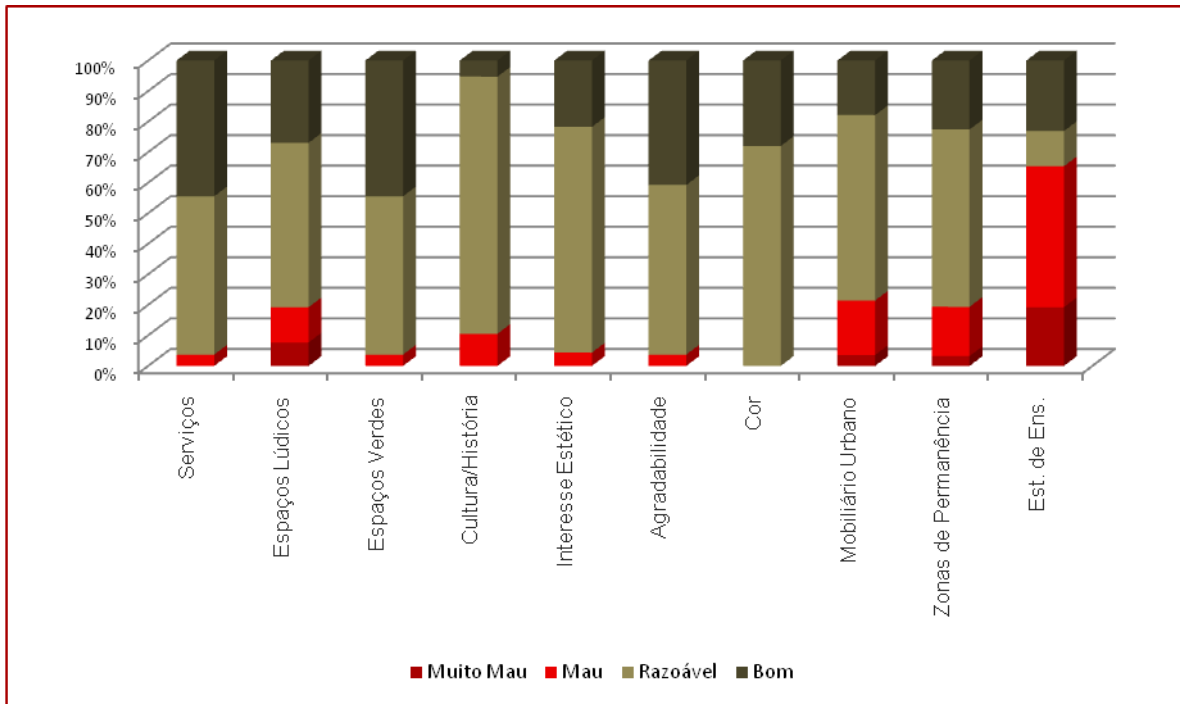
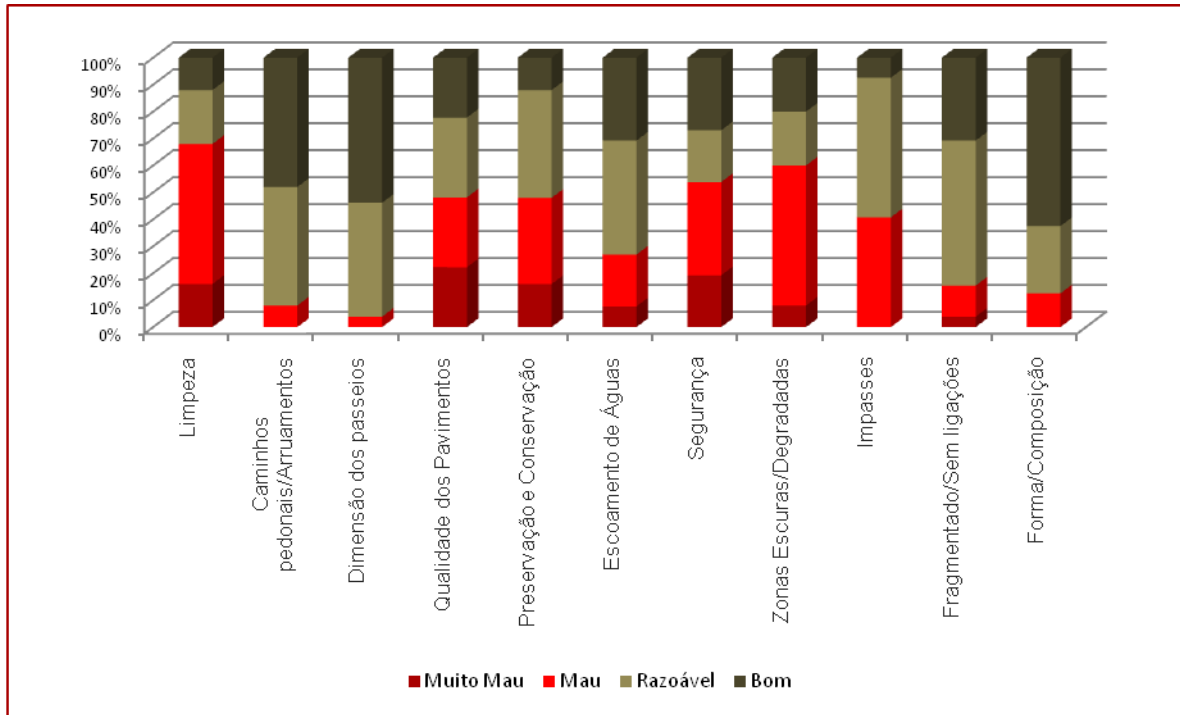


Figura 46, 47 e 48 - Avaliação da qualidade dos espaços públicos dos Olivais Norte (C. Serrano, 2011).

A limpeza, tal como, a preservação e conservação do espaço é fundamental para que se tenha uma imagem cuidada e promover a sua adequada utilização e apropriação. Foram ambos parâmetros conotados de forma negativa, o que também contribui para que as pessoas não sintam conforto e aquele espaço como seu. Foi referido que a

dimensão dos passeios está adequada à sua função e utilidade e os caminhos pedonais/arruamentos são suficientes e cumprem a necessidade dos seus utilizadores.

A maioria dos intervenientes deu o seu contributo quando se solicitou que mencionassem sugestões e opiniões que pudessem melhorar o espaço público do bairro dos Olivais Norte. Foram muitos os que referiram mais limpeza, seguido de melhorar os pavimentos e mais manutenção dos arruamentos e jardins, o que significa que as pessoas têm consciência dos principais problemas do bairro, tendo em conta que já fora referido numa análise anterior. Foi de igual forma referido que os espaços públicos em geral deviam ser melhorados e reestruturados, que os espaços verdes encontram-se escondidos no interior dos edifícios (o que impossibilita o atravessamento e usufruto dos mesmos, logo não são utilizados adequadamente), que há falta de referências urbanas (espaços singulares, edifícios arquitectónicos singulares, a forma como estão hierarquizados os espaços e as ruas, a acentuada fluidez dos espaços verdes), a não ocorrência de eventos urbanos e a falta de espaços lúdicos e de permanência.

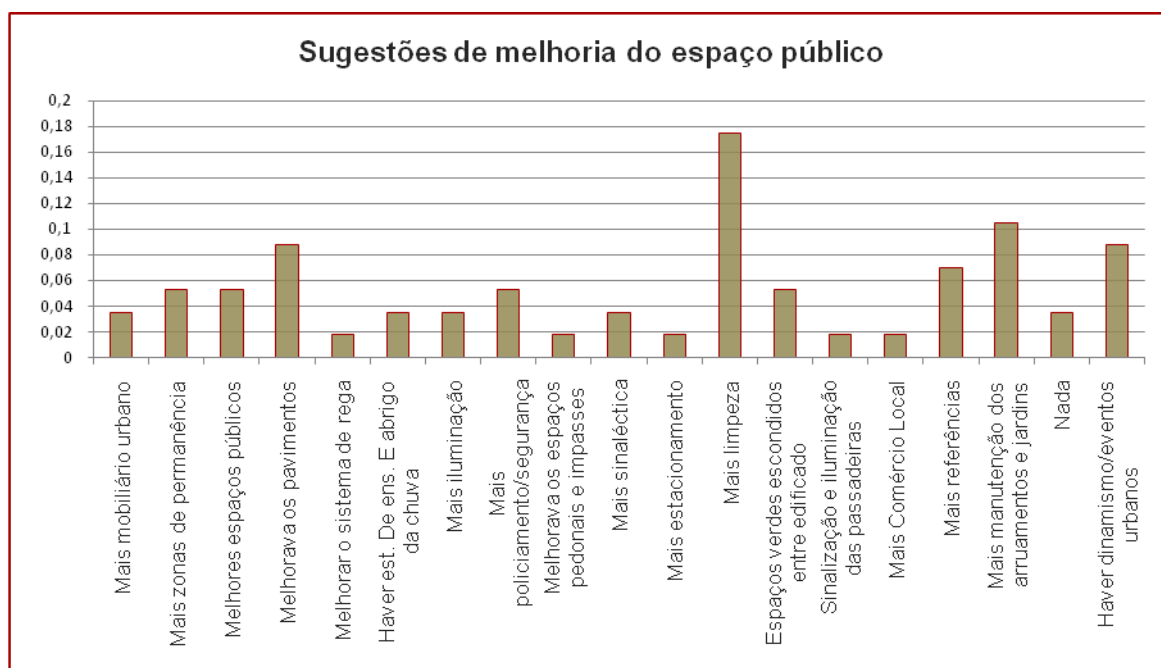


Figura 49 - Sugestões para melhoria do s espaços públicos dos Olivais Norte (C. Serrano, 2011).

Os espaços verdes foram comentados pelos intervenientes por ser uma potencialidade para o bairro mas, por serem, em simultâneo, espaços que geram insegurança. Foi dito que *os espaços verdes não deviam ser tão fechados* e que *deviam existir mais*

peças na rua, é muito inseguro porque faltam peças na rua. O espaço público dos Olivais carece de movimento e dinamismo originando o medo de quem o utiliza.

Relativamente à relação de vizinhança sentida no bairro (fig. 50), pode verificar-se que cerca de 40% das peças inquiridas responderam que gostam dos seus vizinhos e outros 30% responderam que gostam bastante. Durante as diferentes visitas ao local verificou-se que as peças não confraternizam no espaço público, no entanto, há um sentimento agradável de amizade entre as peças residentes. Segundo Coelho (2010), as zonas habitacionais devem promover as boas relações de vizinhança, contemplando espaços de confraternização e estimulando a convivência entre as peças. O bairro dos Olivais Norte deveria promover contactos de maior intensidade entre os vizinhos e ter a capacidade de acolher actividades urbanas.

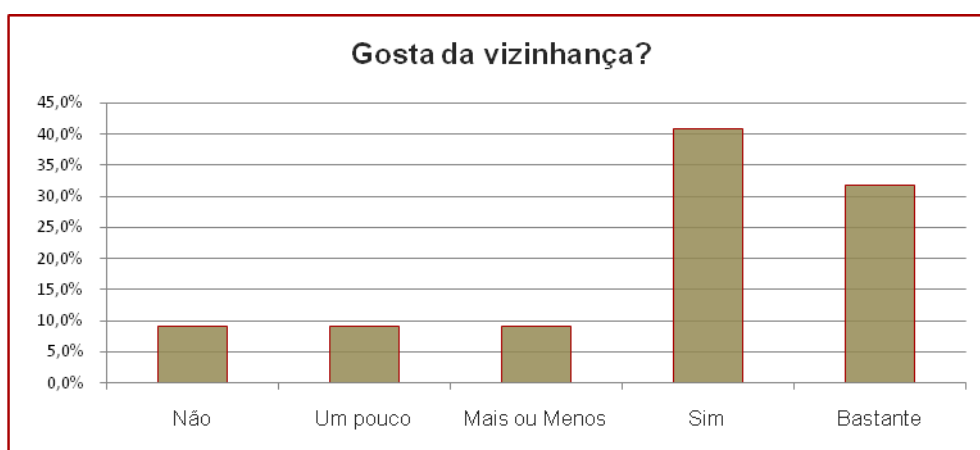


Figura 50 - Níveis de satisfação da vizinhança nos Olivais Norte (C. Serrano, 2011).

Na tentativa de evidenciar o tipo de relações estabelecidas entre os intervenientes e os seus vizinhos foi construído um gráfico (fig. 51) que representa as diferentes proporções entre o conhecer, saudar e estabelecer contacto com os mesmos. Assim, pode aferir-se que existe uma boa relação de vizinhança, conhecem-se mutuamente de forma razoável, vêem-se com alguma frequência e não são desinteressados e desligados. A maioria dos inquiridos referiu que os seus vizinhos são muito acessíveis e estabelecem contacto visual diário com bastante frequência, saúdam-se e cumprimentam-se, no entanto, não se estabelece mais que contacto social. Não são estabelecidas relações pessoais o que não permite que frequentem o lar um dos outros.

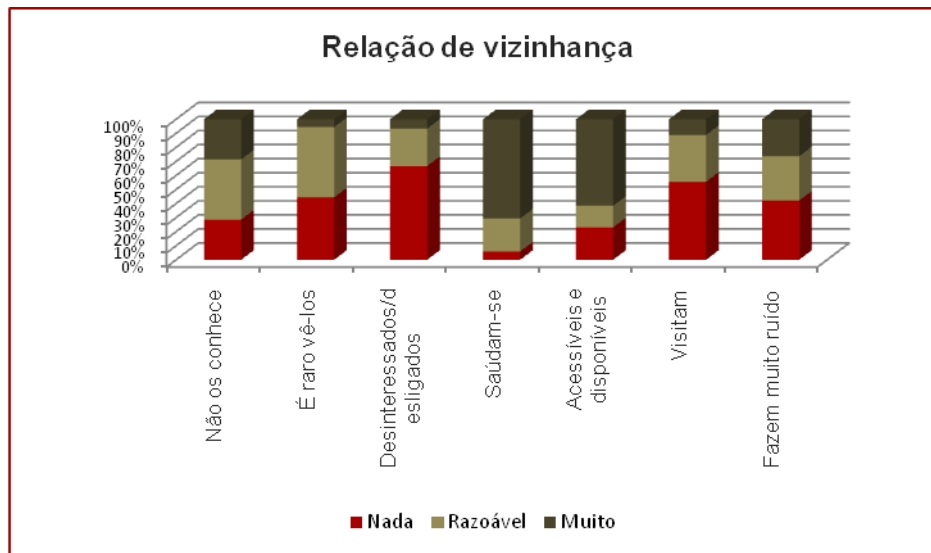


Figura 51 - Relação de vizinhança nos Olivais Norte (C. Serrano, 2011).

No sentido de compreender como as pessoas utilizam o bairro, foi colocada a questão *Se tem o hábito de andar a pé ou caminhar como actividade física* e as respostas obtidas foram 55,6 % que sim e 44,4% que não. A amostra revela que existe uma porção da população residente que tem este hábito frequente, no entanto, apenas 16,7% referiu que caminhava no bairro. A maioria das pessoas salientou que procurava outros sítios (50% o Parque das Nações, 11,1% a Portela, 16,7% a praia e 5,6% a zona ribeirinha de Belém) para caminhar. Foram aferidas as razões que levavam as pessoas a procurar outros espaços para efectuar a actividade e concluiu-se que consideram o bairro inseguro e vazio. Dos intervenientes 44,4% referiram que não ostentavam esse hábito, como já foi referido, dos quais 46,2% responderam que não tinham mobilidade devido aos muitos problemas de saúde, 23,1% porque não gostavam e 7,7% porque se sentiam inseguros naquele espaço e não procuravam outro.

A insegurança sentida no bairro e a composição e morfologia urbana, conseqüente no desenho urbano, pode ter conseqüências na forma como as pessoas se adequam a um determinado lugar/espaço como também refere Coelho (2010). Foi aferida a razão porque as pessoas saem de casa, se por obrigação, porque têm algo específico que a obriga a sair à rua, ou se por vontade própria e sem motivo aparente. A maioria das pessoas (57,1%) respondeu que era uma obrigação ter de sair à rua e 42,9% respondeu que saía para descomprimir, desanuviar e muitas vezes não tinha qualquer motivo que a obrigasse a sair. Esta situação pode levar ao isolamento, no entanto

apenas 11,1% das pessoas referiram que se sentiam isoladas e porque se sentiam sós.

| | Nunca | Poucas vezes | Por vezes | Quase sempre | Sempre |
|---------------|-------|--------------|-----------|--------------|--------|
| Olivais Norte | 63% | 14,8% | 18,5% | 3,7% | 0% |

Quadro 5 – Estado psicológico e necessidade de isolamento dos inquiridos no Bairro dos Olivais Norte (C. Serrano, 2011).

De acordo com o quadro 5 resultante da pergunta *Sente-se sozinho psicologicamente*, pode verificar-se que 18,5% da amostra sente uma certa solidão com alguma frequência. O espaço público pode contribuir positivamente para que esta situação não suceda, promovendo momentos e espaços de qualidade para o estabelecimento de relações sociais entre os seus utilizadores.

É fundamental que o espaço público promova o seu uso pedonal. O transporte motorizado contribui não só para o aumento do ruído como também da poluição e, condiciona as vivências urbanas, o contacto físico e social dos seus utilizadores.

A figura 52 demonstra que 45% dos inquiridos movimentam-se a pé no bairro, 33,3% utilizam o transporte colectivo e, somente 21,4% utilizam o transporte privado. Apesar da insegurança sentida no bairro, as pessoas deslocam-se a pé uma vez que, também, os passeios oferecem as dimensões adequadas ao seu percurso. Foi referido que o transporte colectivo cumpre as necessidades dos utilizadores, o que contribui para a boa acessibilidade de todo o conjunto urbano.

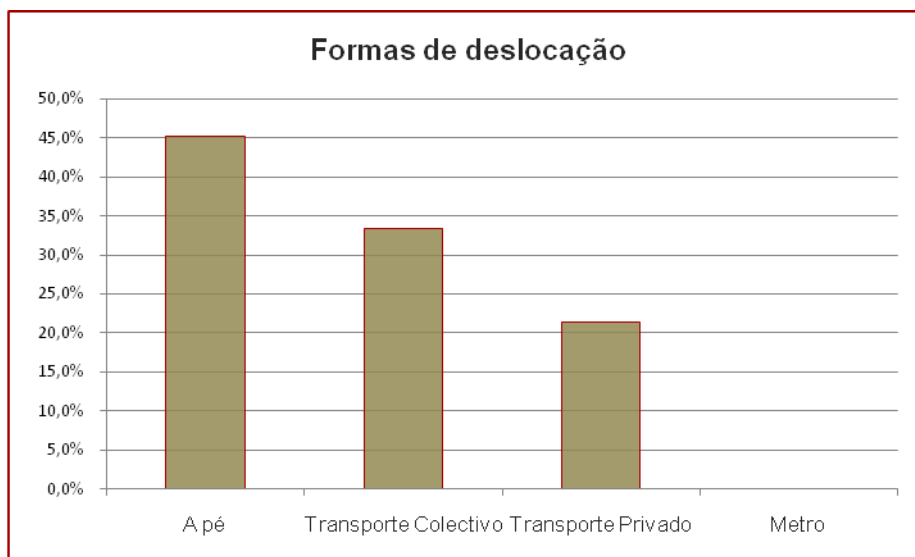


Figura 52 - Formas de deslocação dos inquiridos nos Olivais Norte (C. Serrano, 2011).

A maioria dos intervenientes (66,7%) afirmou conhecer o bairro, porque vivem nele há muito tempo (64,3%), porque o percorrem muito a pé (7,1%), o frequentam com regularidade (21,4%); outros ainda responderam que conhecem o bairro porque conhecem muitas pessoas (7,1%). Contrariamente, 33,3% dos intervenientes afirmam não conhecer o bairro. A figura 53 representa as razões que justificam o facto de as pessoas afirmarem não conhecer o bairro. Muitos dos inquiridos (60%) diz que o bairro é confuso e não têm referências, seguindo-se 20% que refere que não anda muito a pé pelo bairro e 13,3% diz que não há segurança suficiente para se poder andar a pé.

A falta de referências de um determinado espaço pode condicionar a legibilidade que o mesmo tem para o seu utilizador. O Bairro dos Olivais Norte é muito orgânico, não havendo uma distinção clara entre os diferentes espaços e funções urbanas, não havendo espaços de referência, elementos urbanos marcantes, intersecções e nós com maior importância e associados a funções urbanas específicas; não surpreende portanto que algumas pessoas tenham referido que *o bairro é todo igual*. Tal como refere Dias (2006), a cidade é constituída pelos seus elementos constituintes, físico e social, e o espaço público é uma parte física estruturante desse conjunto urbano que articulado com a parte social, geram ou não relações de pertença e identidade entre a cidade e os seus utilizadores.

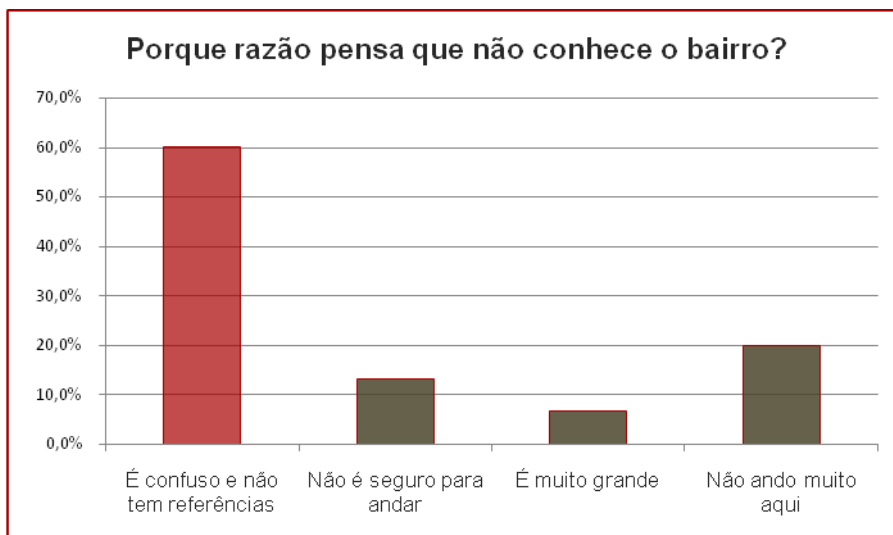


Figura 53 - Razão pela qual os utilizadores dizem não conhecer o Bairro dos Olivais Norte (C. Serrano, 2011).

Quando um espaço público urbano é agradável e atractivo, as pessoas procuram usufruí-lo, vivê-lo e, estabelecendo laços sociais com os outros utilizadores. As recordações dessas vivências são parte da imagem que as pessoas adquiriram de um determinado lugar. Nos Olivais Norte, 59,3% dos inquiridos responderam que tinham guardado algumas memórias e, 25,9% que não tinham memórias de quaisquer de vivências e momentos de confraternização no bairro. Este último valor percentual é significativo e revela que o espaço público não tem capacidade de acolher e propiciar o convívio e estabelecimento de laços sociais, condicionando, da mesma forma, a sua utilização e apropriação.

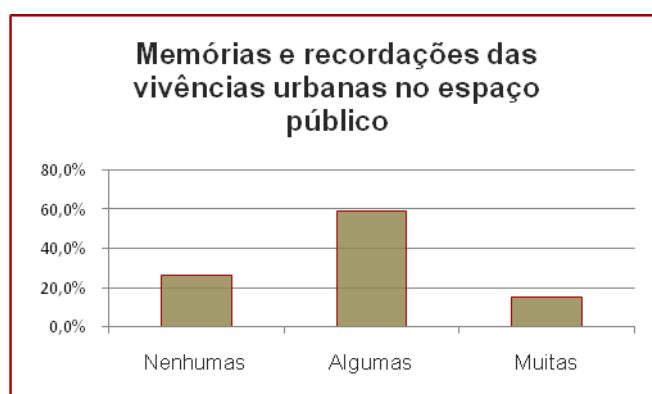


Figura 54 - Vivências urbanas passadas nos Olivais Norte (C. Serrano, 2011).

No Bairro dos Olivais Norte percebeu-se que 13,6% das pessoas inquiridas nunca tinham reflectido sobre a importância que o espaço público tinha na sua vida urbana, desempenho das actividades e necessidades diárias e no estabelecimento e conservação dos seus laços sociais. São poucas as pessoas com sensibilidade necessária para entender as funções do espaço público urbano e como ele pode estruturar toda a cidade e as suas dinâmicas urbanas. A segurança foi referida como sendo fundamental, tendo 13,6% dos intervenientes respondido que o espaço público tem de estar associado ao sentimento de segurança para que todos os utilizadores possam viver o seu dia-a-dia com qualidade. Por ser um bairro muito inseguro, é um dos factores com maior relevância. A maioria dos inquiridos (15,9%) salientou que *poder conviver* é a principal condição para que o espaço público demonstre qualidade.



Figura 55 - Importância do espaço público para os utilizadores do Bairro dos Olivais Norte (C. Serrano, 2011).

O conviver está, de alguma forma, relacionado com a segurança porque as pessoas só se sentem confortáveis e atraídas por um determinado lugar se esse garantir segurança suficiente para o desempenho das actividades. Assinalam ainda que o espaço público é importante porque permite passear, circular, conhecer pessoas, deve oferecer conforto, deve contemplar tudo o que precisamos para realizar as nossas

actividades diárias e, é considerado um espaço de confraternização e distração. No entanto, ainda são muitas as pessoas que revelam indiferença e consideram que o espaço público urbano tem pouca importância.

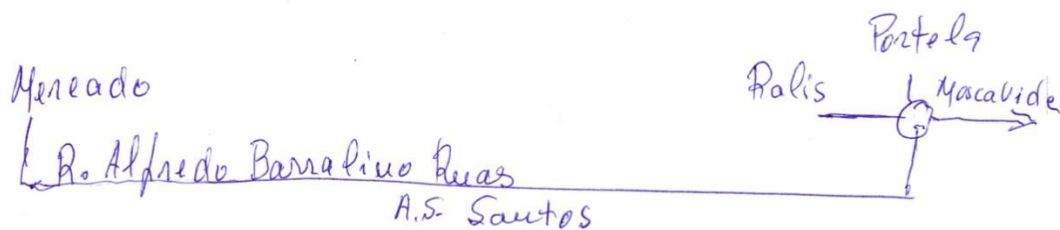
O bairro dos Olivais Norte revelou que não cumpre as necessidades de conforto e segurança dos seus utilizadores. Um dos intervenientes demonstrou o seu desagrado citando *é fundamental para qualquer cidadão. Gosto de ir ao Chiado, porque vou na rua e todos falam comigo. As pessoas comunicam umas com as outras sem se conhecerem*; no bairro não são perceptíveis momentos de confraternização entre grupos sociais e, a disposição é na generalidade propensa a momentos depressivos e de isolamento. As pessoas revelam tristeza e medo do contacto social e, até, visual.

No sentido de complementar a análise, foi solicitado no findar do inquérito, um desenho esquemático, uma imagem mental (mapa cognitivo) que representasse o que conhece do bairro. Cerca de 21% aceitou elaborar o mapa enquanto os restantes 79% negaram e demonstraram alguma repulsa e indignação quando lhes foi solicitado tal tarefa.

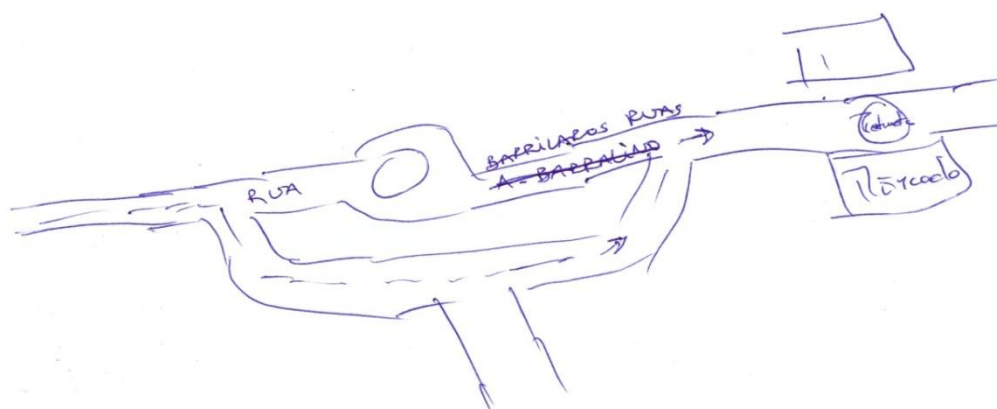
Nos Olivais Norte sentiu-se alguma dificuldade na recolha dos mapas, como já foi referido anteriormente, e os que resultaram do esforço dos intervenientes demonstraram não conhecerem o bairro no seu conjunto. A figura 56 representa alguns exemplos conseguidos, mas como instrumento de análise não correspondem ao que se pretendia. De forma genérica, as pessoas revelaram que apenas tinham apreendido a zona do bairro ou onde residiam ou que mais usufruíam, embora se deslocassem de transporte colectivo era-lhes difícil conceber uma ideia mental de todo o bairro.

Foi pedido a cada pessoa que utilizasse pontos, linhas, palavras, símbolos que descrevessem lugares de referência, edifícios peculiares, pontos de referência e continuidades entre os diferentes espaços urbanos que conhecessem, tal como, diferentes zonas da cidade. Nas figuras seguintes são registados alguns nós de referência, ruas e alguns trajectos mas nada mais que isso. Não são identificados edifícios e pontos de referência, nem diferentes zonas e funções do bairro. Poderá concluir-se que o Bairro dos Olivais Norte por ser demasiado orgânico e apresentar uma acentuada fluidez de espaços verdes, não permite ao seu utilizador contemplar e apreender todo o seu conjunto dada a falta de referências, demarcação de espaços públicos e semi-públicos, hierarquia de ruas e espaços de circulação, tal como, das diferentes funções urbanas.

A - Residente



B - Não residente



C - Não residente

Figura 56 – Exemplos de mapas cognitivos recolhidos nos Olivais Norte (elaborados pelos inquiridos, 2010 e 2011)

Os mapas mentais representados na figura 56 foram elaborados não só por residentes no bairro como também por visitantes que frequentam o bairro à mais de 20 anos. E,

apesar de frequentarem o bairro há muitos anos, apenas conseguiram apreender cognitivamente e registar a zona do bairro que melhor conhecem. O desenho C, elaborado por um visitante que trabalha no Parque das Nações, expressa um nó viário que dada a frequente passagem pelo local toma-o como uma referência contudo não tem uma ideia de todo o conjunto urbano. Os desenhos A e B foram desenhados por um residente e um ex-residente que residiu no bairro durante 30 anos continuando, a sua família, a residir no mesmo. Apesar do longo tempo de frequência e utilização, demonstraram não conhecer o bairro e nem demonstraram capacidade para identificar alguns pontos de referência. A falta de legibilidade e ambiguidade do bairro é um factor determinante da forma como os seus utilizadores o utilizam e como se identificam com o mesmo. Tal como referem Muga (2006) e Lynch (1976) a percepção mental do espaço gera uma base que permite às pessoas criar a sua entidade pessoal e, contribui para a sua segurança emocional. O facto de as pessoas demonstrarem falta de sensibilidade e incapacidade em apreender o espaço poderá estar relacionado com a conjuntura emocional e situações de depressão e a aparente tristeza das pessoas inquiridas.

A ideia mental de um determinado espaço significa reconhecimento e previsão face ao mesmo. Ao bairro está associada, muitas vezes, a falta de segurança sentida pelas pessoas. Após a análise, pode aferir-se que pelo facto de não haver previsibilidade do espaço pode ser gerada a sensação de insegurança. Os espaços verdes existentes estão localizados no interior dos conjuntos habitacionais e para além da sua densidade contemplam percursos labirínticos, o que contribui para que também sejam imprevisíveis e os seus utilizadores tenham receio em utiliza-los e percorrê-los. Estes espaços verdes estão associados, apenas, aos conjuntos habitacionais. Verificou-se, depois de algumas visitas ao local, que não eram devidamente apropriados, e por isso foram encontradas poucas pessoas e não era sentida uma vigilância natural. Contrariamente, por serem espaços cerrados e não serem expostos para as ruas principais, quando atravessados e percorridos tem-se a sensação que são espaços privados e não pertencem a qualquer eventual utilizador. Desta forma, estes espaços verdes dissociados das restantes funções urbanas não permitem a sua utilidade adequada e são inseguros.

4.5.6. Conclusão



Figura 57 – Zonas consideradas inseguras no Bairro dos Olivais Norte (C. Serrano, 2011).

No Bairro dos Olivais Norte aferiu-se que as pessoas que participaram no estudo revelam um elevado nível de insatisfação, associado ao seu bem-estar físico e psicológico, assim como, à qualidade do espaço público urbano que utilizam. Na sua maioria sentem-se saudáveis, no entanto, referiram graves e crónicos problemas de

saúde que condicionam a forma como fruem dos espaços públicos, tal como, a sua disposição e abertura para estabelecer e manter uma vida social e urbana saudável.

A maioria das pessoas inquiridas reside no bairro, apresentando um elevado índice de envelhecimento e um baixo nível de satisfação emocional. Esta situação contribui para que as pessoas se isolem nos seus lares. O lar é a opção da maioria dos inquiridos para realizar as suas actividades e ocupar os seus tempos livres e, cerca de 50% referiu que é necessário um motivo ou obrigação para sair à rua. As pessoas inquiridas revelaram alguma solidão e propensão ao isolamento.

Relativamente à qualidade do espaço público urbano, pode concluir-se que contribui para o facto das pessoas não se sentirem seguras e confortáveis. Durante as várias visitas ao local, verificou-se a pouca afluência de pessoas e espaços vazios por longos períodos de tempo, nomeadamente, no interior das células habitacionais. As zonas que revelaram maior dinamismo foram a Rua Barrilero Ruas (onde foram aplicados os inquéritos) e as zonas de acesso aos edifícios (fotografias 9 e 10).



Fotografias 9 e 10 – Acessos pedonais a zonas de habitação (registo de 2010 por C. Serrano).

Aferiu-se uma grande indiferença face ao espaço público urbano e à sua importância. O bairro dos Olivais Norte não contribui de forma negativa para a vida urbana e social, no entanto, também não ajuda e atrai os seus utilizadores a apropriá-lo e usufruí-lo. Foram referidos aspectos negativos, tais como, a má iluminação do espaço público, os espaços exageradamente ventosos, o ruído, a conservação e preservação dos

passeios (fotografia 11). De uma forma geral, o espaço público caracteriza-se por ser mau a razoável.



Fotografia 11 – Espaço público entre dois conjuntos habitacionais do Bairro dos Olivais Norte (registo de 2010 por C. Serrano).

A falta de segurança no bairro foi referida com bastante frequência. Abaixo estão representados (fotografias 12 a 16) exemplos urbanos que podem vir a gerar sentimento de insegurança no bairro. A fachada descontínua do edifício pode propiciar a má ou falta de vigilância natural dos utilizadores. Esta situação convida a que quem pretende ocasionar o crime tenha a facilidade de se poder esconder.



Fotografia 12 – Pormenor da fachada de um conjunto habitacional no Bairro dos Olivais Norte.

Os caminhos pedonais deveriam estar associados a funções diversas da cidade. No Bairro dos Olivais Norte, estes caminhos são, muitas vezes, integrados no espaço verde urbano e ligam zonas apenas habitacionais, uma vez que também o bairro é definido segundo células que concentram as diferentes funções urbanas. Os espaços verdes são bastante cerrados (fotografias 13 e 14) contribuindo e reforçando a falta de vigilância natural, a apropriação desadequada dos espaços e o aumento da insegurança.



Fotografias 13 e 14 – Caminhos pedonais integrados nos espaços verdes urbanos adjacentes aos conjuntos habitacionais (registo de 2011, C. Serrano).

As zonas de permanência são também favoráveis à ocorrência de crimes ou ao sentimento de insegurança, caso estejam desarticuladas de diferentes funções urbanas (fotografia 15 e 16). No bairro, estas ocorrem associadas aos caminhos pedonais e ambos integrados nos espaços verdes urbanos. Nos diferentes momentos de visita ao local verificou-se que a maioria destas zonas de permanência e confraternização estavam vazias e eram poucas as pessoas que circulavam nos espaços públicos. No entanto, os resultados dos inquéritos mostraram que existe uma boa relação de vizinhança. Neste sentido, pode concluir-se que todo o conjunto urbano não corresponde a algumas necessidades dos seus utilizadores. Os espaços públicos urbanos do Bairro dos Olivais Norte não reúnem as condições favoráveis à sua apropriação adequada, à vida urbana e social dos seus utilizadores; não promovem a confraternização e permanência, tal como, o seu usufruto.



Fotografias 15 e 16 – Caminhos pedonais e zonas de permanência integrados em espaços verdes urbanos nos Olivais Norte (registo de 2011 por C. Serrano.).

As pessoas que caminham frequentemente, como actividade física, procuram outros espaços, nomeadamente, o Parque das Nações. Consideram o bairro dos Olivais Norte inseguro e pouco agradável para ser percorrido. Os espaços verdes são espaços de repulsa e rejeição dada a sua configuração e pouca afluência. A maioria das pessoas dizem conhecer o bairro, no entanto, são ainda muitas as que dizem não conhecê-lo por falta de referências urbanas e dado ser bastante confuso.

De igual modo, são poucas as memórias e recordações das vivências urbanas, o que é consequência da desapropriação do mesmo. Mais uma vez, o bairro demonstra não promover a permanência curta ou longa dos seus eventuais utilizadores.

Como já foi referido, verificou-se uma grande indiferença face ao espaço público e a sua importância para o bem-estar físico e psíquico das pessoas. Foi referido que este está intrinsecamente associado à segurança urbana, factor este que mais se evidenciou quando se tentou compreender o aspecto mais negativo no bairro. Os inquiridos sentem, notavelmente, esta insegurança o que os faz associar a qualidade de vida urbana com o espaço público e, por sua vez, a segurança como factor principal para o bem-estar.

A maioria dos inquiridos não efectuou os mapas cognitivos solicitados no momento final de realização do inquérito. Esta situação revela que não existe uma identificação

entre o utilizador e o espaço público urbano, tal como, não se verifica sentido de pertença. As pessoas tiveram uma grande dificuldade em apreender todo o conjunto urbano. Como já foi referido, o bairro não tem referências urbanas e é bastante confuso. A inexistência de espaços e edifícios singulares, de nós importantes, da pluralidade de funções, não permite que as pessoas se relacionem e conheçam o espaço urbano. Os espaços verdes não estão associados a momentos urbanos singulares, assim como, a outras funções urbanas contribuindo assim para uma homogeneidade extrema de todo o conjunto.

4.5.7. Caracterização e avaliação da qualidade do espaço público do Bairro dos Olivais Sul



Figura 58 – Bairro dos Olivais Sul (realizado por Catarina Serrano).

No Bairro dos Olivais Sul, apesar de se sentir algumas reacções negativas, o inquérito foi bem aceite e a maioria dos inquiridos contribuiu com vontade, disponibilidade e até alguma curiosidade, revelando a abertura necessária à recolha da informação pretendida, sentimentos, estado de saúde física e psíquica, relação com o espaço público e, disponibilidade no estabelecimento das relações sociais. De uma forma geral, as pessoas mostraram-se acessíveis e disponíveis, decorrendo, até, situações em que não foi necessário abordá-las, pois houve uma aproximação e vontade própria para participar na realização do inquérito. Tal como no Bairro dos Olivais Norte, foi necessário identificar as zonas de maior confluência e convivência urbana. Foram realizadas várias visitas ao bairro e aferiu-se que muitas das ruas e espaços de lazer estavam vazios e não tinham uma ocupação como espaços de permanência; esta situação dificultava a possibilidade de intersectar e abordar os possíveis intervenientes. Não havendo pessoas nesses espaços disponíveis para a aplicação do inquérito, foram seleccionadas algumas zonas para aplicar o inquérito, sendo a zona envolvente ao centro comercial *Olivais Shopping* (no plano inicial é a zona correspondente ao antigo Centro Cívico Comercial Principal), a Rua Cidade da Praia e a Rua Cidade de Bissau, no entanto, nas últimas não foi possível realizar um número expressivo de inquéritos pelo facto de serem zonas de passagem/circulação onde as pessoas referiam que tinham pressa. A zona envolvente do centro comercial foi onde se realizaram a grande maioria dos inquéritos.

Apesar da disposição revelada para participarem no estudo, algumas das pessoas idosas inquiridas aparentavam alguma tristeza e, durante o período de resposta ao inquérito, descreviam episódios da sua vida privada menos felizes e outros mais alegres partilhando os seus sentimentos como forma de desabafo e exteriorização. Este momento foi de muita cumplicidade o qual leva a concluir que estas pessoas sentem necessidade de falar e conviver.

Foram realizados 52 inquéritos, respondendo 42,3% do género feminino e 57,7% do género masculino, sendo 60,8% residentes e 39,2% utilizadores frequentes dos quais, 17,6% apenas frequentam o bairro porque gostam e 21,6% porque trabalham no mesmo. As idades dos intervenientes que participaram no estudo variaram entre os 17 e os 86 anos. A classe de jovens (menos de 19 anos) representa 5,8% da amostra, a classe dos activos (dos 20 aos 64 anos) representa 63,8% e a população idosa representa 30,8% dos 67 aos 86 anos, do total dos inquiridos (quadro 6). No bairro dos Olivais Sul prevalece a classe de indivíduos activos, no entanto, o número de idosos tem uma expressão significativa.

| Idades | 0 – 19 Anos | 20 – 64 Anos | 65 e mais anos |
|------------------------|-------------|--------------|----------------|
| Bairro dos Olivais Sul | 5,8 % | 63,8 % | 30,8 % |

Quadro 6 - Classificação etária dos inquiridos nos Olivais Sul (C. Serrano, 2011)

Da amostra recolhida, segundo o quadro 7 representado verifica-se que o valor percentual de indivíduos com elevados níveis de instrução é superior comparando com o Bairro dos Olivais Norte. Não tendo sido registados indivíduos sem saber ler nem escrever, apenas 5,9% e 19,5% não completaram e completaram a 4ª classe, respectivamente.

| Nível de Instrução | Bairro dos Olivais Norte | Bairro dos Olivais Sul | Moscavide | Parque das Nações |
|----------------------|--------------------------|------------------------|-----------|-------------------|
| Não sei ler | 7,1% | 0% | 5,8% | 0% |
| 4ª Classe incompleta | 21,4% | 5,9% | 7,7% | 0% |
| 4ª. Classe | 39,3% | 19,5% | 28,8% | 7,6% |
| Ensino Básico | 14,3% | 25,5% | 17,3% | 15,4% |
| Ensino Secundário | 17,9% | 27,5% | 25% | 21,2% |
| Ensino Superior | 0% | 21,6% | 15,4% | 55,8% |

Quadro 7 - Nível de instrução dos inquiridos nos Olivais Sul (C. Serrano, 2011).

No bairro residem e é frequentado por pessoas com níveis de instrução elevados, uma vez que 74,6% dos inquiridos concluíram os ensinos básico, secundário e superior. Dos inquiridos, 21,6% concluiu o Ensino Superior. Em 2001, de 11% a 35% da população já concluíra o ensino Secundário e os indivíduos que concluíram Cursos Superiores tinham maior expressão no Bairro dos Olivais Sul do que no Bairro dos Olivais Norte.

Relativamente à situação profissional (fig. 59), pode aferir-se que 49% dos inquiridos encontram-se empregados e 13,7% estão desempregados e o número de pessoas reformadas é bastante significativo (37,3%).



Figura 59 - Situação profissional dos inquiridos nos Olivais Sul.

O número de pessoas casadas é muito próximo ao de pessoas solteiras, sendo de 38,5% e 36,5%, respectivamente. No entanto, nos Olivais Sul foi registado 21,2% de pessoas viúvas e 3,8% de divorciadas. As pessoas viúvas encontram-se em situações de maior vulnerabilidade pelo facto de terem ficado sozinhas, defrontarem-se com uma nova realidade com tendência para o isolamento. Esta situação pode contribuir, da mesma forma, para uma tristeza interior e estados depressivos.

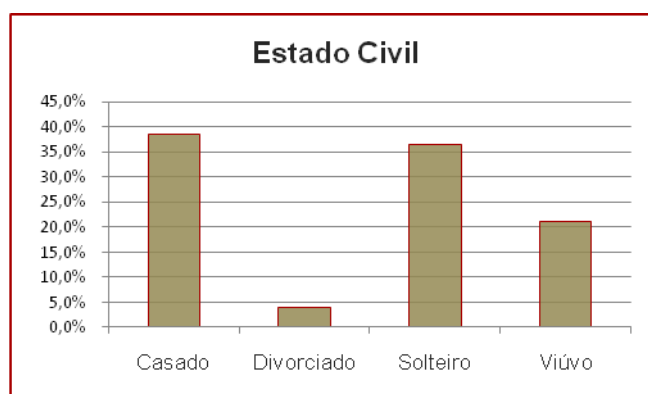


Figura 60 - Estado civil dos inquiridos nos Olivais Sul.

No sentido de aferir o estado de saúde físico e psíquico das pessoas e a sua consciência face ao mesmo, foi colocada a questão referida na figura 61 à qual responderam 80,8% que sim e 19,2% que não. As pessoas que assumiram ter

problemas de saúde referiram na sua maioria a diabetes (38,1%), assim como problemas de mobilidade (9,5%), problemas nas articulações (14,3%) que, de alguma forma, condicionam a locomoção e problemas psicológicos (14,3%). Os problemas psicológicos referidos pelos intervenientes têm valores percentuais significativos e estarão relacionados com diversos factores que serão analisados mais tarde. Foram também referidos com alguma frequência a obesidade, a tensão arterial e problemas respiratórios.

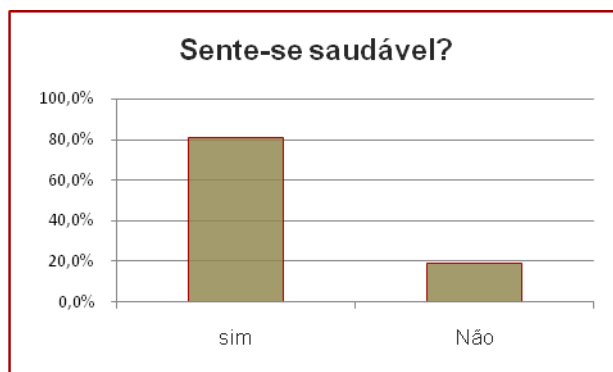


Figura 61 - Estado de saúde dos inquiridos nos Olivais Sul.

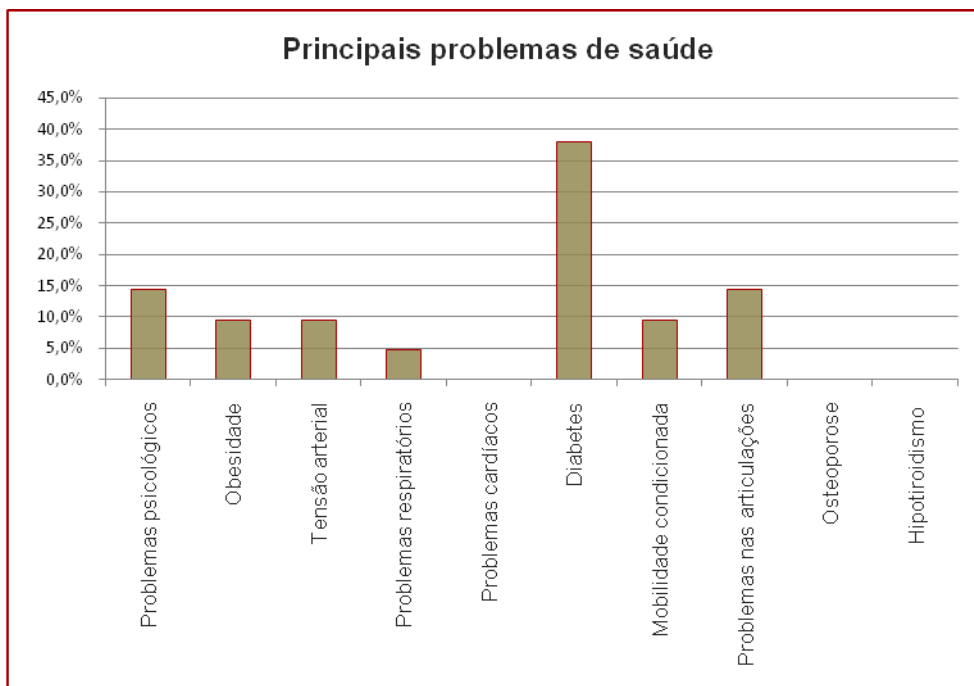


Figura 62 - Principais problemas de saúde dos inquiridos nos Olivais Sul.

A figura 62 representa as percentagens dos tipos de problemas e a sua gravidade, demonstrando que são na sua maioria crónicos (83,3%) e são poucos os casos em que o problema de saúde referido é passageiro. Esta situação condiciona efectivamente a forma como as pessoas utilizam e se apropriam do espaço. Tendo em conta que é a classe dos activos (dos 20 aos 64 anos) que predomina na amostra, são os mesmos que também referem todos estes tipos de problemas crónicos.

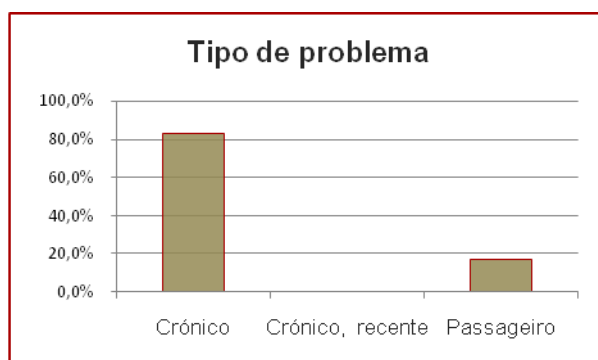


Figura 63 - Gravidade do tipo de problemas de saúde dos inquiridos nos Olivais sul.

O estado emocional dos inquiridos é favorável tendo em conta que 44,2% e 36,5% responderam que se sentia *quase sempre* e *sempre* feliz, respectivamente. Algumas pessoas responderam *algumas vezes* (11,5%), o que ainda revela alguma satisfação e contentamento. Apesar de referirem graves problemas de saúde, as pessoas sentem-se satisfeitas na sua generalidade.

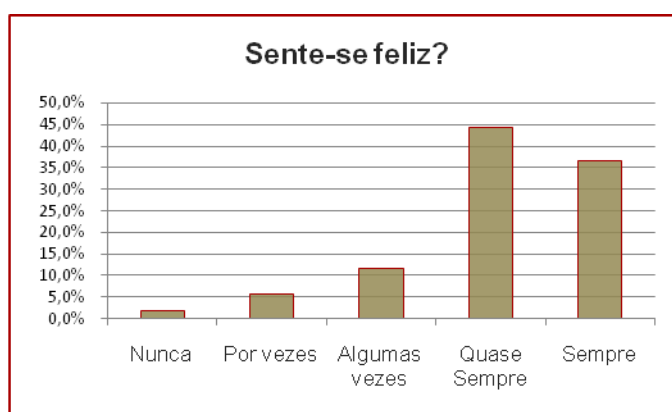


Figura 64 - Estado emocional dos inquiridos nos Olivais sul.

Para melhor entender a situação emocional das pessoas foi colocada a questão (...) *teve algum desgosto nos últimos dez anos*, à qual responderam que *Não* 52,1% dos inquiridos e que *Sim* 47,9%. As percentagens das respostas são muito próximas, no entanto, analisando qualitativamente, não foi um factor que pudesse contribuir para o sentimento de tristeza referido por alguns intervenientes. No Bairro dos Olivais Sul, 52,5% dos inquiridos prefere ocupar os seus tempos livres em casa, já 47,5% prefere o espaço envolvente exterior. Tal como no Bairro dos Olivais Norte, há uma tendência para o isolamento e as actividades mencionadas são, na sua generalidade, desenvolvidas de forma isolada. A actividade com maior expressão é *Andar/Fazer Jogging*, no entanto, verificou-se que *Ler* (14,9%), *Ir ao cinema* (5,9%), *Navegar na Internet* (6,9%), *Ver televisão* (12,9%), *Passear* (5%), *Tarefas domésticas* (4%), *Estar com amigos* (5%) e *Escrever* (4%) são actividades referidas com alguma frequência. A maioria destas actividades podem ser realizadas em casa, contribuindo assim para que o espaço público não seja apropriado e para o isolamento das pessoas. Na figura 65 pode verificar-se que são referidas outras actividades consideradas de grupo (*Campismo, Voluntariado, Andar de bicicleta, Jogar Xadrez, Jogar Paintball, Ir á praia, Fazer jardinagem, Participar em eventos/festas, frequentar o ginásio, Fazer hidroginástica, Jogar à bola, Fazer fisioterapia, Estar com os filhos, Ir ao teatro*), no entanto, não representam valores significativos da amostra.

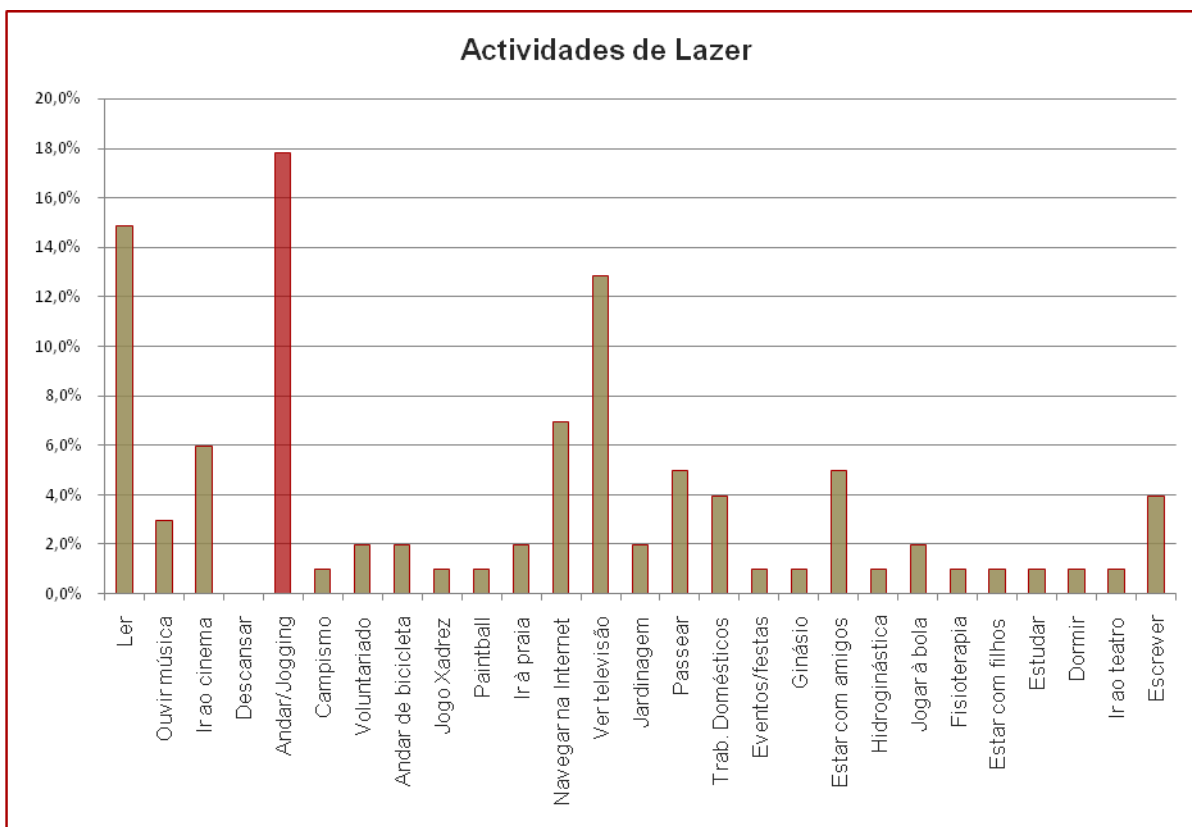


Figura 65 - Actividades de lazer dos inquiridos nos Olivais Sul.

Relativamente à segurança sentida no bairro, a figura 66 demonstra que 79,6% das pessoas afirmam sentirem-se seguras e 20,4% afirmam que não se sentem seguras. Cerca de 40% das pessoas afirmaram que o bairro contempla espaços inseguros referindo-se ao Vale do Silêncio (45%), aos túneis de circulação (5%), toda a área envolvente ao Centro Comercial e do Metro (20%), as zonas verdes (20%) e alguns intervenientes apontaram como inseguro o bairro no seu conjunto dado o vandalismo perceptível na má conservação do espaço público (10%). No entanto, a maioria (66%) dos intervenientes revelaram nunca ter sido assaltados ou agredidos fisicamente.

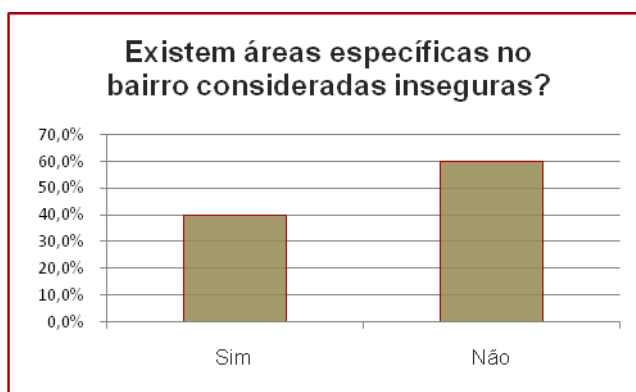
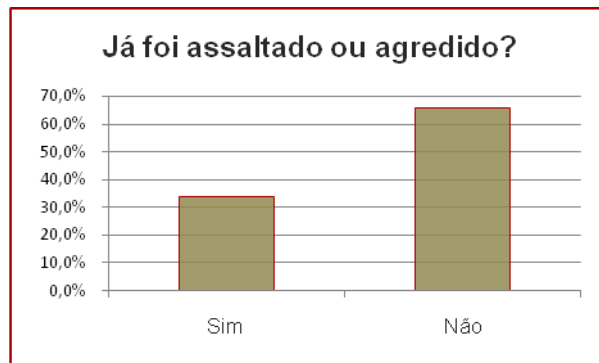
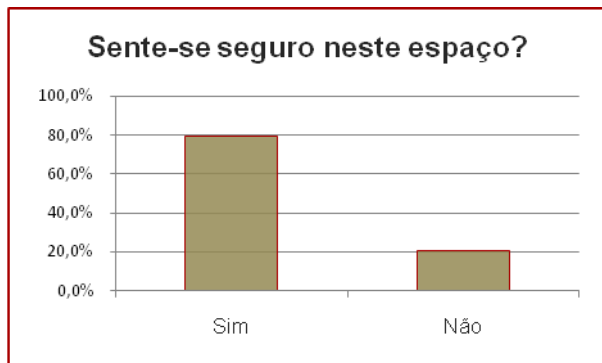


Figura 66, 67 e 68 - Segurança sentida pelos inquiridos nos Olivais Sul, tal como, a existência de áreas de maior insegurança.

Já tendo sido mencionado, a segurança é um dos factores determinantes para que o espaço público seja apropriado adequadamente e confira conforto e qualidade de vida aos seus utilizadores (Coelho, 2010). No bairro dos Olivais Sul, apesar de não terem sido registados assaltos ou outras formas de agressão, as pessoas revelam alguma insatisfação. Na figura 68 representada pode observar-se que 35,7% das pessoas consideram o bairro inseguro, 21,4% escuro, 7,1% vazio, 28,6% mal frequentado, 2,4% isolado e 4,8% afirmaram que está vandalizado. Estas são as razões que justificam todo o sentimento de insegurança sentido pelos intervenientes.

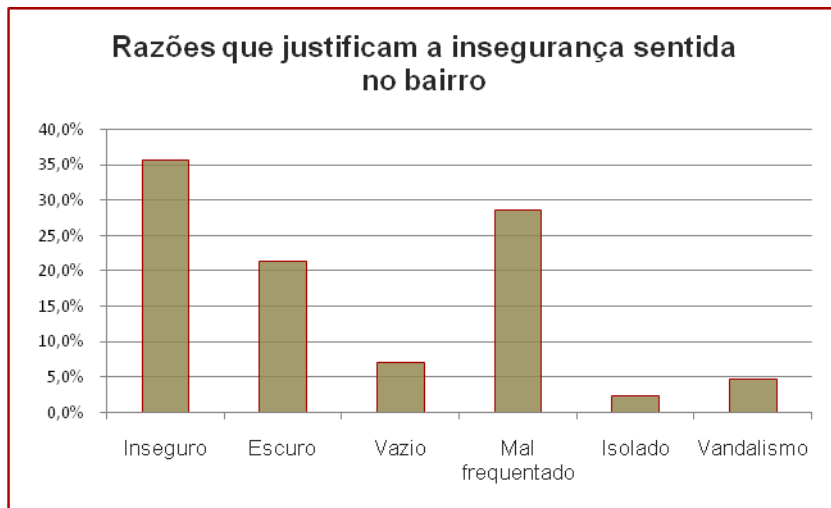


Figura 69 - Razões pelas quais o Bairro dos Olivais Sul é considerado inseguro.

Por se encontrar vandalizado, ser mal frequentado, estar vazio e ser escuro, é considerado desconfortável e bastante inseguro. O vandalismo demonstra abandono e negligência. Se um determinado espaço se encontra abandonado significa que está vazio, não é utilizado nem apropriado. A questão da vigilância natural que decorre da utilização frequente e conjunta do espaço público não se verifica no bairro, assim, qualquer utilizador poder-se-á sentir receoso e inseguro em permanecer no mesmo.

A qualidade do espaço público está relacionada, directamente, com a qualidade de vida urbana e a saúde física e psíquica das pessoas. As pessoas consideram os espaços públicos do bairro com alguma qualidade, tendo respondido 34% das pessoas que são razoáveis e 46% bons, revelando satisfação relativamente à sua qualidade.

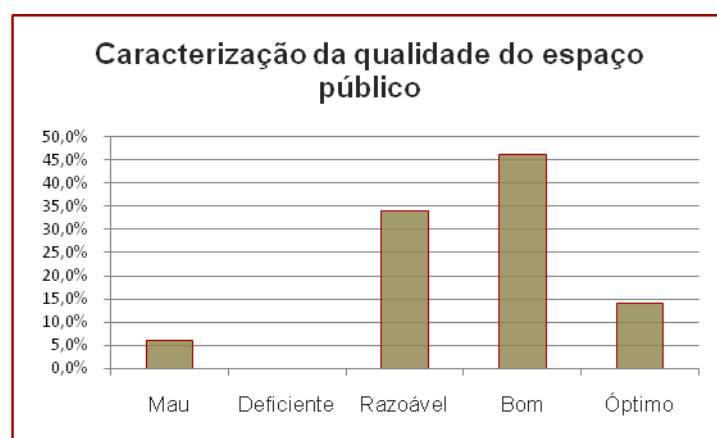


Figura 70 - Nível de qualidade do espaço público dos Olivais Sul.

A figura 71 demonstra como o espaço público pode contribuir para a qualidade de vida das pessoas, através da qual se pode aferir que o bairro contribui de forma positiva para os seus utilizadores e residentes. Verifica-se que a percentagem de pessoas que refere que o espaço público do bairro dos Olivais Sul contribui para o seu bem-estar físico e psíquico é bastante significativa (43,5%) o que ainda é reforçado, pelos 46,5% indivíduos que negam o facto de o bairro prejudicar ou contribuir para os seus momentos de insatisfação e indisposição. No entanto, também se pode aferir que há muitas pessoas indiferentes aos espaços públicos do bairro. De uma forma genérica, pode concluir-se que o bairro no seu conjunto não é um factor negativo considerado determinante na vida das pessoas mas que gera alguma indiferença para com os seus utilizadores.

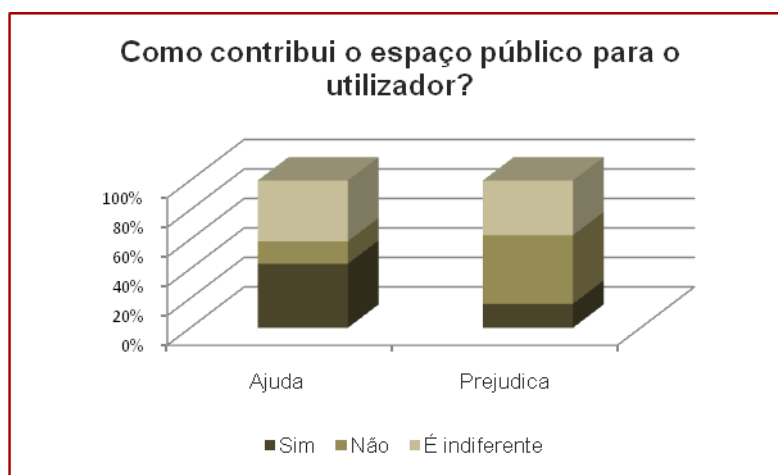


Figura 71 - Contributo positivo e/ou negativo do espaço público dos Olivais Sul para o seu utilizador.

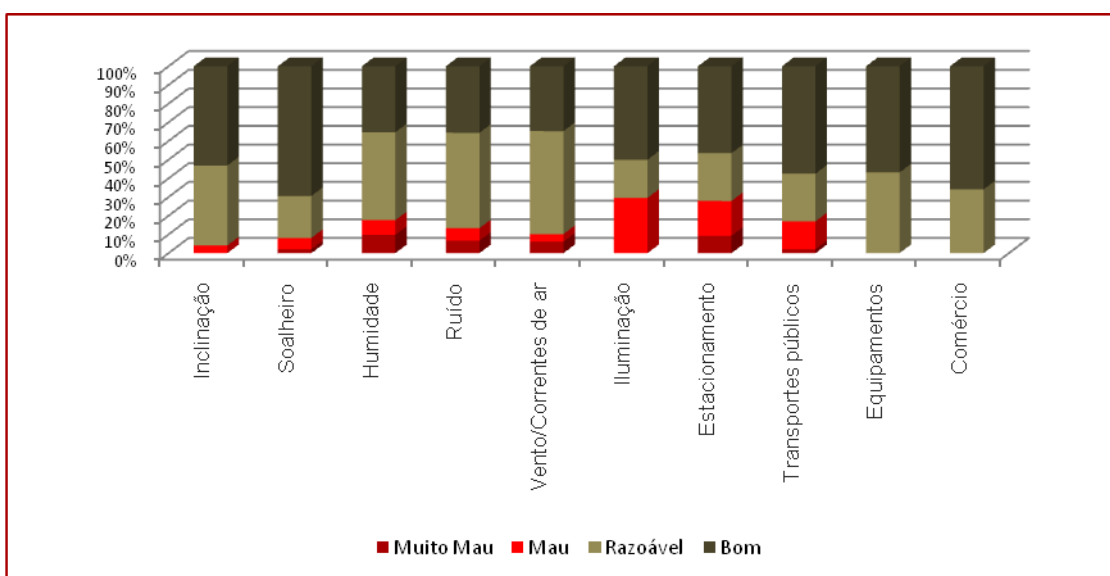
Associado ao conforto urbano está a qualidade do espaço público urbano como referiu, de entre outros, Gil (2009), Jacobs (2000). Seguidamente são representados três gráficos referentes à caracterização do espaço público dos Olivais Sul, nos quais podem ser aferidos os principais problemas urbanos. Os problemas mencionados com maior frequência foram a Humidade, o Ruído, a Iluminação, o Estacionamento (porque não existem regras e as pessoas estacionam o seu veículo em espaços desadequados interrompendo a circulação de peões). Uma das pessoas inquiridas citou que *os passeios por serem largos são usados para estacionamento*. Foi, também, referido que o bairro não ostenta uma história e cultura própria, assim como, não tem interesse estético, tem falta de limpeza, os caminhos pedonais e arruamentos têm má qualidade, não existe preservação e conservação, tem falta de segurança,

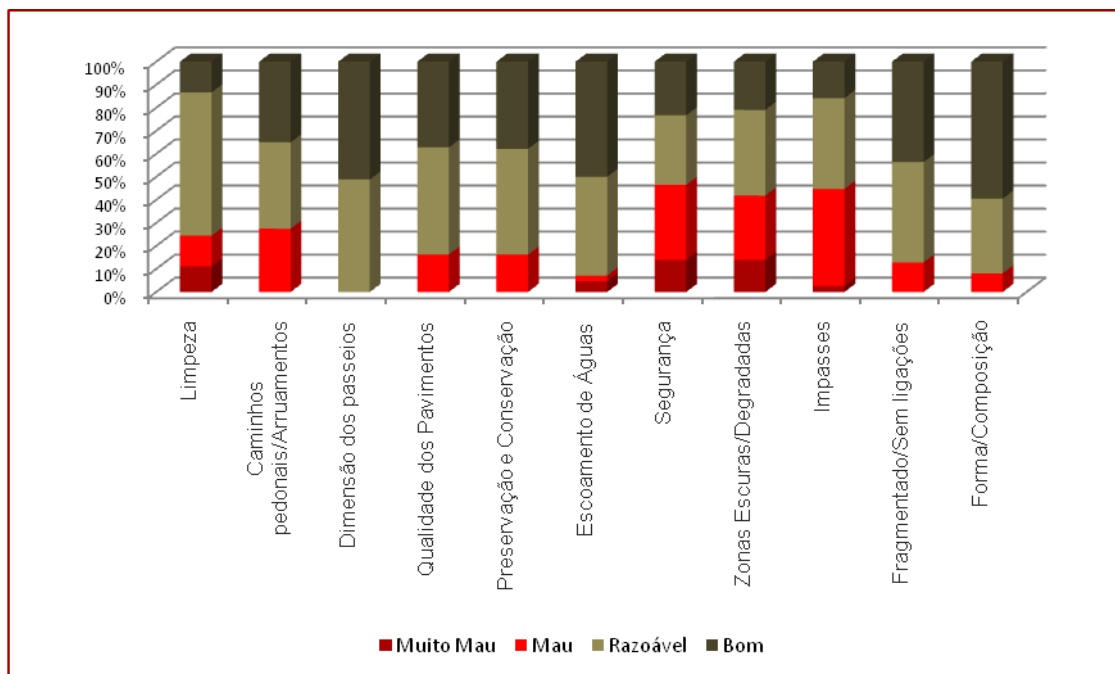
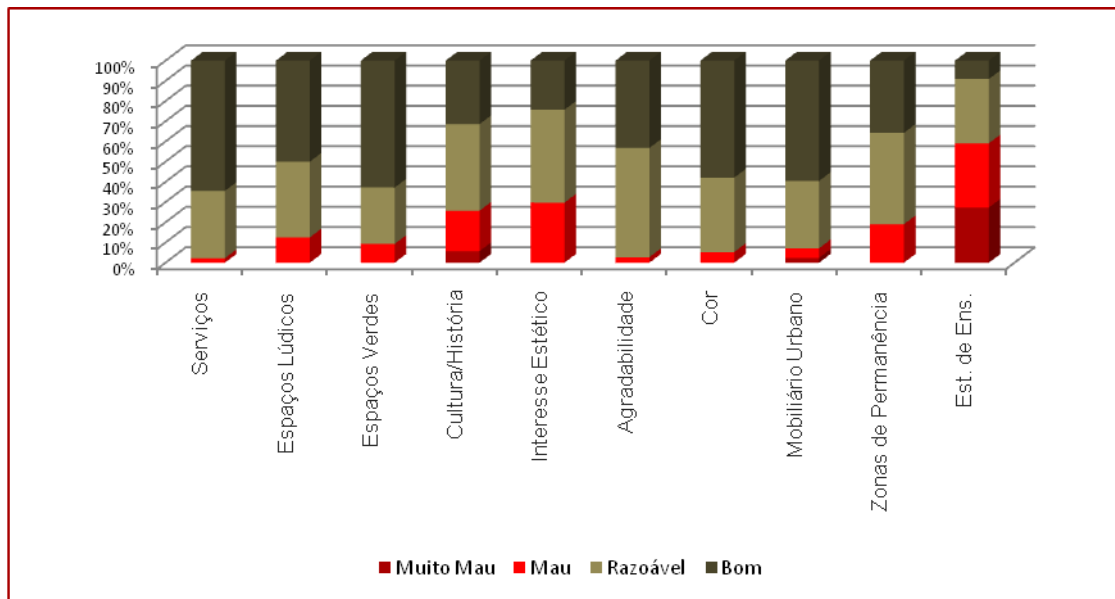
existem zonas escuras e degradadas, impasses (espaços sem continuidade urbana) e foi salientado que o bairro é fragmentado e não tem continuidades entre as funções urbanas ou espaços públicos.

A falta de estruturas de ensombramento e abrigo da chuva também foi outro dos factores apontados e que tem alguma relevância. Estes elementos urbanos são importantes para que se possa apropriar os espaços de forma confortável. O bairro dos Olivais Sul é bastante disperso, com arruamentos devidamente dimensionados, no entanto, carece de espaços abrigados da chuva e do sol. A dimensão dos passeios foi considerada pelos intervenientes uma qualidade do espaço público do bairro, tal como, a existência suficiente de comércio, equipamentos e serviços.

Para as pessoas, o bairro tem os seus atributos, nas figuras 72, 73 e 74 podem aferirse os espaços lúdicos e espaços verdes, o mobiliário urbano suficiente ao cumprimento das necessidades dos seus utilizadores, oferece zonas de permanência, é agradável e tem cor.

Relativamente à cultura e história do bairro, pode dizer-se que ambas estão associadas à memória, a recordações e às vivências urbanas. O bairro tem vindo a degradar-se e os momentos de confraternização são curtos e muito contidos. Não se verifica o desenvolvimento de actividades em simultâneo de vários grupos ou conjuntos sociais. Embora o bairro ofereça espaços para que elas possam ocorrer, não reúne as condições de segurança e conforto necessárias.





Figuras 72, 73 e 74 - Avaliação da qualidade do s espaços públicos dos Olivais Sul.

Foi solicitado aos intervenientes que dessem o seu contributo, sugerindo formas e alterações que melhorassem o espaço público urbano. Cerca de 25% referiram que nada tinham a dizer e que o espaço estava bom, no entanto, 11,9% considera que deveria existir mais comércio local, 7,5% mais iluminação, 10,4% mais segurança e, 4,5% mais referências no espaço público urbano. O comércio local poderia ser uma solução no sentido de gerar mais dinamismo no bairro. Havendo pontos de comércio localizados estrategicamente e associados a espaços de convívio e confraternização

(de permanência) seria um estímulo à deslocação das pessoas que percorreriam largos troços do bairro, aumentando a vigilância natural e fomentando e consolidando laços entre os utilizadores através dos diversos contactos (visual, social e pessoal) defendido por Gehl (2206) e Muga (2006).

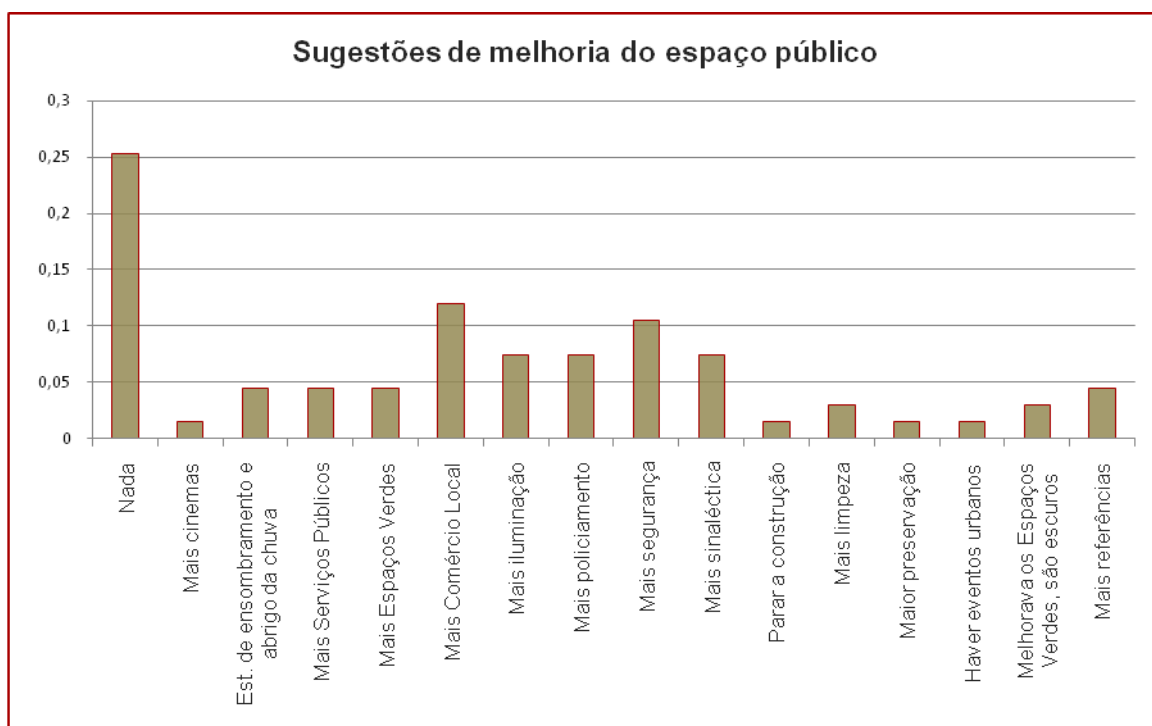


Figura 75 - Sugestões para melhoria do s espaços públicos dos Olivais Sul.

As relações estabelecidas entre vizinhos são determinantes para o entendimento do espaço público que lhes é comum por permitir a interacção entre os mesmos. A figura 76 demonstra que existe uma certa satisfação entre vizinhos, tendo respondido que *gostava* e *gostava bastante* dos seus vizinhos, cerca de 42% e 25%, respectivamente.



Figura 76 - Níveis de satisfação da vizinhança nos Olivais Sul.

No sentido de compreender melhor as relações existentes entre as pessoas foi construído o gráfico 77 que ilustra e esclarece como as mesmas se relacionam. Assim, pode aferir-se que as relações existentes são apenas sociais, ou seja, existe contacto visual e cumprimentam-se mas não existe um contacto mais íntimo ou pessoal, pelo que é respondido muito frequentemente que não se visitam. As relações de vizinhança também são caracterizadas pela abertura e disponibilidade entre as pessoas, embora não sintam a obrigatoriedade em interagir uns com os outros constantemente, verifica-se que demonstram interesse, cooperação e compreensão entre os seus vizinhos.

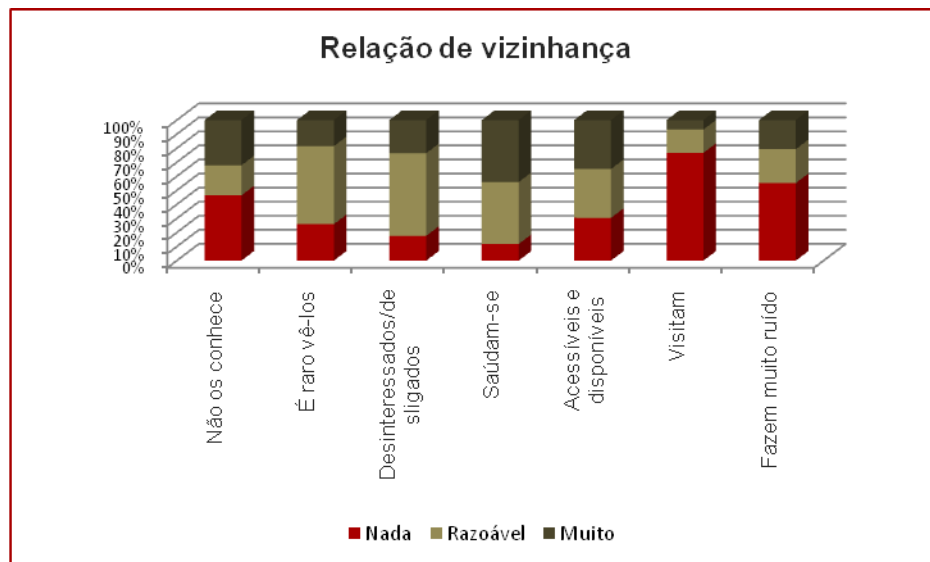


Figura 77 - Relação de vizinhança nos Olivais Sul.

Com o intuito de aferir como se deslocam as pessoas, como estas utilizam o bairro e se o bairro oferece condições para caminhar a pé, questionaram-se para saber se mantinham o hábito de caminhar a pé. Cerca de 63% afirmou que andavam como ocupação dos seus tempos livres mas que preferiam o Parque das Nações (46,7%) e não o bairro dos Olivais Sul. Foram mencionadas outras áreas cuja actividade seria mais confortável de ser realizada, tais como: Portela (4,4%), outros espaços verdes e parques da cidade (8,9%), Belém (4,4%), Bairro da Encarnação (2,2%) e Estoril (2,2%). Os Olivais Norte e Sul foram referidos por 13,3% das pessoas inquiridas e o Vale do Silêncio, localizado no bairro dos Olivais Sul, por 11,1% das pessoas. O Vale do Silêncio é um parque urbano, a maior área ampla verde do bairro, cuja função é dissociada das restantes funções urbanas. Por essa razão torna-se inseguro à noite e durante o dia, tendo sido apontado como uma das áreas a não frequentar nos Olivais Sul. O parque é procurado por alguns utilizadores para realizar as suas actividades de manutenção física. Dos intervenientes, 37,5% referiu que não tinha esse hábito por diversas razões: porque nunca tinha tempo, ou porque não gostava, por falta de disposição, porque não se sentia seguro, ou, com maior expressão, porque tem muitos problemas de saúde.

Relativamente à segurança sentida no bairro, é importante perceber se as pessoas saem do seu lar porque existe um motivo que as obriga (ir às compras, recorrer a um serviço ou motivos de outra ordem) ou porque lhes apetece a distração e passear, não existindo um motivo aparente que a obrigue. Da amostra, 57,7% respondeu que quando sai de casa é por vontade própria e nada as obriga a fazê-lo, os restantes 42,3% assumiu que seria preciso um motivo maior que as obrigasse a sair que apenas a distração. Estas pessoas podem sentir-se inseguras e desconfortáveis no espaço urbano ou, preferem o seu lar e é nele onde se sentem bem. O espaço urbano deve reunir as condições necessárias para que o mesmo seja atractivo e convidativo à sua utilização. Tal como já foi referido anteriormente, a repulsa a um determinado espaço pode levar ao isolamento das pessoas ou à utilização inadequada do mesmo. Apenas responderam à questão *Sente-se isolado?* cerca de 13% dizendo, alguns testemunhos, que *sinto-me abandonado, sinto-me triste, não comunico com ninguém, tenho falta de uma ocupação, este espaço não me atrai nem me estimula para sair.*

| | Nunca | Poucas vezes | Por vezes | Quase sempre | Sempre |
|--------------------|-------|--------------|-----------|--------------|--------|
| Olivais Sul | 60,8% | 5,9% | 21,6% | 9,8%% | 2% |

Quadro 8 - Estado psicológico e necessidade de isolamento dos inquiridos no Bairro dos Olivais Sul (C. Serrano, 2011).

O quadro 8 demonstra que é sentida alguma solidão, dado que cerca de 33% dos intervenientes respondeu entre sentir sozinho psicologicamente *Por vezes*, *Quase sempre* e *Sempre*. O desenho dos espaços públicos deve contemplar espaços urbanos que estimulem a permanência e confraternização das pessoas na cidade. Quando são estabelecidos contactos visuais entre as pessoas há desde logo uma relação social mesmo que não se troquem palavras, pela presença de ambas (também associado à vigilância natural).

No bairro dos Olivais Sul foram registadas um maior número de pessoas a deslocar-se a pé do que nos Olivais Norte. Na figura 78 pode verificar-se que 40,5% das pessoas deslocam-se a pé, 39,3% utilizam o transportam colectivo, incluindo o Metropolitano, e 20,3% deslocam-se no seu transporte privado.

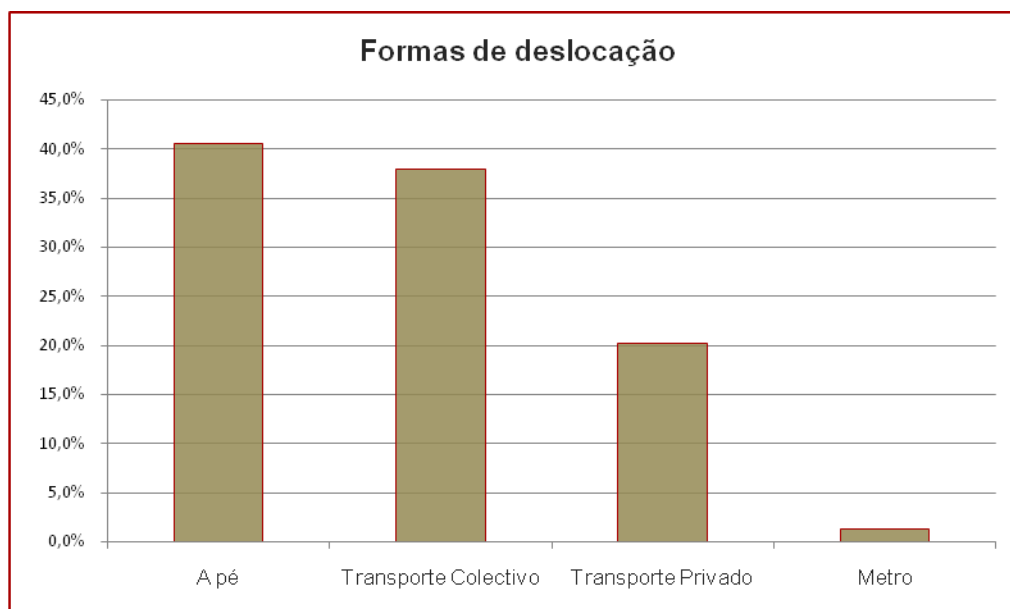


Figura 78 - Formas de deslocação dos inquiridos nos Olivais Sul.

O bairro oferece as condições físicas ideais para ser percorrido a pé, tais como, passeios devidamente dimensionados, inclinação adequada e pavimentos apropriados embora por vezes não sejam preservados. Conhecer o bairro implica tê-lo percorrido, dos intervenientes 77,8% afirma que o conhece porque ou reside no bairro há muito tempo (53,3%), anda muito a pé (40%) e frequenta-o com regularidade (6,7%). A figura 79 demonstra as razões porque as pessoas pensam não conhecer o bairro, podendo-se aferir que 57,1% afirma não conhecer o bairro porque é confuso e não tem referências. Durante a concretização do inquérito, uma das pessoas referiu *a falta de referências, de sinalética, e que era muito confuso*. Outra razão que faz as pessoas não conhecerem o bairro é o facto de se isolarem em casa, 28,6% afirma que é muito raro sair de casa e 14,3% que não tem tempo. As referências urbanas são determinantes para a apreensão de um determinado lugar, sendo que quando se trata de zonas ambíguas não há hierarquia de espaços e funções do bairro, dificultando a legibilidade e percepção de todo o conjunto urbano.

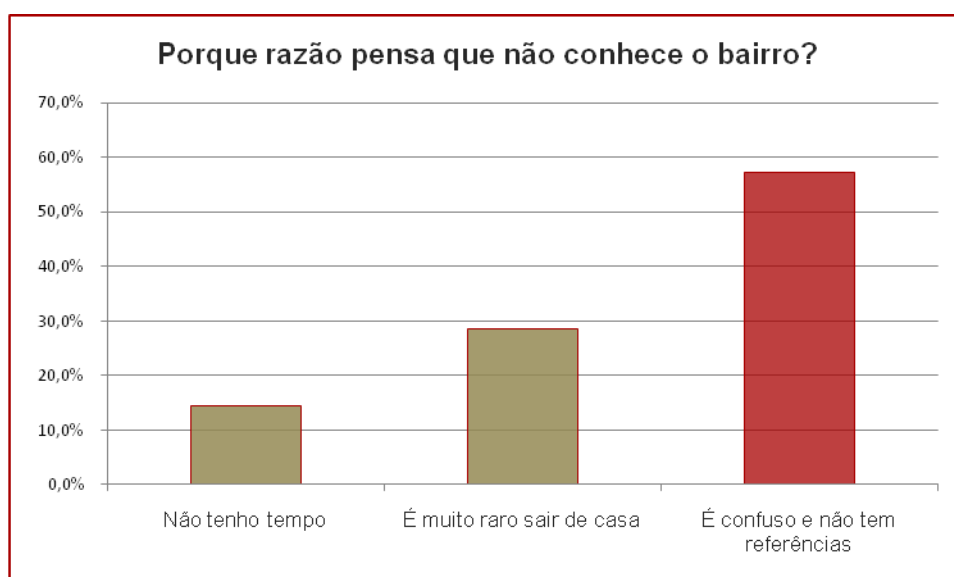


Figura 79 - Razão pela qual os utilizadores dizem não conhecer o Bairro dos Olivais Sul.

As memórias e recordações guardadas pelos utilizadores de um determinado espaço caracterizam e exprimem a sua capacidade de servir uma cidade. No bairro dos Olivais Sul 25,5% revelam não ter gravado na sua memória momentos felizes de confraternização e outras vivências no espaço urbano. No entanto, 47,1% guardam algumas memórias e 27,5% dizem ter imensas recordações de bons momentos passados no bairro. O bairro, de uma forma genérica, oferece alguns espaços

agradáveis para permanecer e estabelecer laços sociais, mas também, foi manifestado por algumas pessoas a preferência pelo lar e repulsa pelo espaço público e espaços verdes, tendo sido referido por um interveniente que *os espaços verdes geram insegurança e são escuros...*

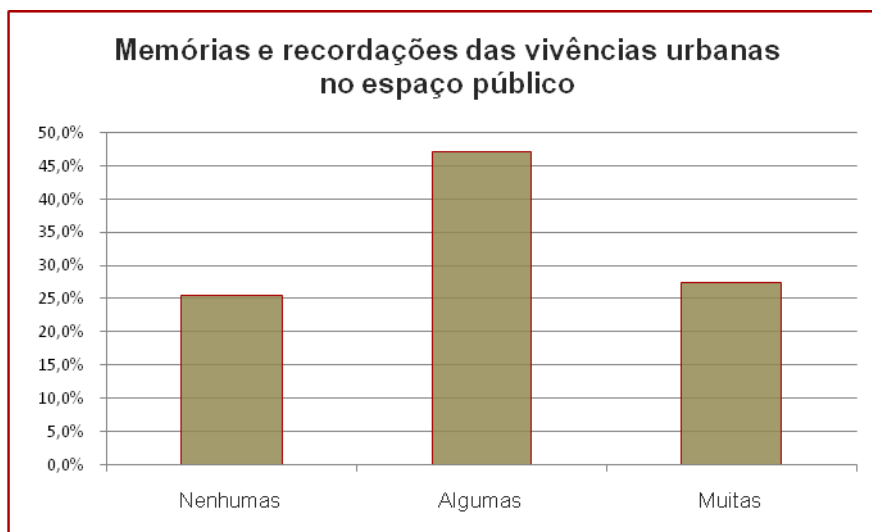


Figura 80 - Vivências urbanas passadas nos Olivais Sul.

No bairro dos Olivais Sul 27,9% dos inquiridos afirma que o espaço público é muito importante, revelando, que as pessoas têm sensibilidade para perceber quando um espaço público pode ou não contribuir para o seu bem-estar físico e psíquico. Não foram registadas pessoas que dissessem nunca ter pensado nessa questão, ao contrário do bairro dos Olivais Norte. Foram referidas razões que justificassem a importância do espaço público urbano, sendo: tem de garantir liberdade para caminhar, está associado ao bem-estar psicológico, sociabilizar, descontraír, onde se pode conviver (associado a sociabilizar), tem-se contacto com tudo o que nos rodeia, liberdade de expressão, vêem-se pessoas (contacto visual), onde podemos circular e tem de garantir conforto e segurança. Alguns intervenientes ainda referiram que é um espaço comum a todos os cidadãos, é um espaço de partilha e não deve estar vazio.

Por ser comum a todos deve cumprir as necessidades físicas dos seus utilizadores no que diz respeito às acessibilidades (tendo em conta as pessoas com mobilidade condicionada), de conforto, segurança e garantir espaços públicos articulados e associados com as diferentes funções urbanas de forma a estabelecer relações de continuidade na cidade.



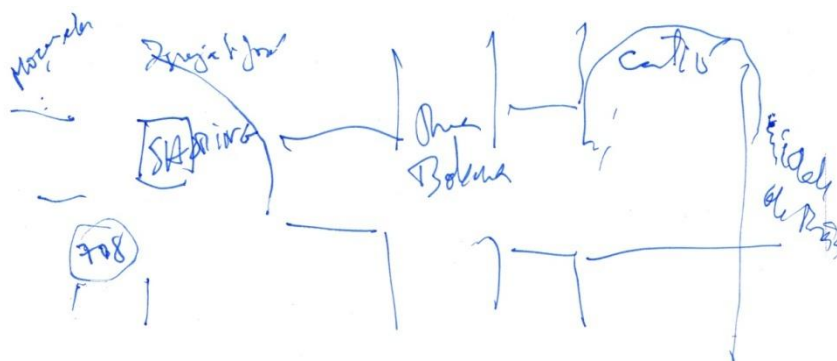
Figura 81 - Importância do espaço público para os utilizadores do Bairro dos Olivais Sul.

Após ter sido solicitado o desenho esquemático que representa a imagem mental que as pessoas têm do bairro aferiu-se que a maioria dos inquiridos aceitou o desafio. No entanto, cerca de 62% das pessoas negaram fazê-lo.

A recolha dos mapas foi conseguida com alguma persistência, apesar de ter sido esclarecido a função e importância deste instrumento e, apesar da boa vontade e disposição das pessoas para o elaborarem, sentiu-se uma enorme dificuldade na recolha da informação. Os mapas apenas representavam pequenos troços do bairro e muitos dos intervenientes desenharam, com alguma dificuldade, a zona onde se estava a concretizar o inquérito, o que não era pretendido.

Na figura 82 pode observar-se alguns exemplos de mapas recolhidos e que demonstra que não há, tal como no bairro dos Olivais Norte, uma percepção geral do seu conjunto. Foi referido por um interveniente que *tem poucos pontos de referência parecendo-se com um labirinto*. Esta afirmação explica, de alguma forma, os resultados obtidos com a elaboração dos mapas cognitivos. Após a análise dos mesmos, pode concluir-se que o bairro não adquire referências urbanas para que os seus utilizadores o consigam entender como conjunto. Foi sentida a falta de delimitação entre espaços públicos e privados, a hierarquia de espaços, ruas e funções e a falta de espaços e elementos urbanos de referência. Tal como no bairro dos Olivais Norte, o bairro dos Olivais Sul é bastante orgânico e apresenta espaços similares, o que contribui para que as pessoas não se identifiquem com o mesmo e não o sintam como sendo seu.

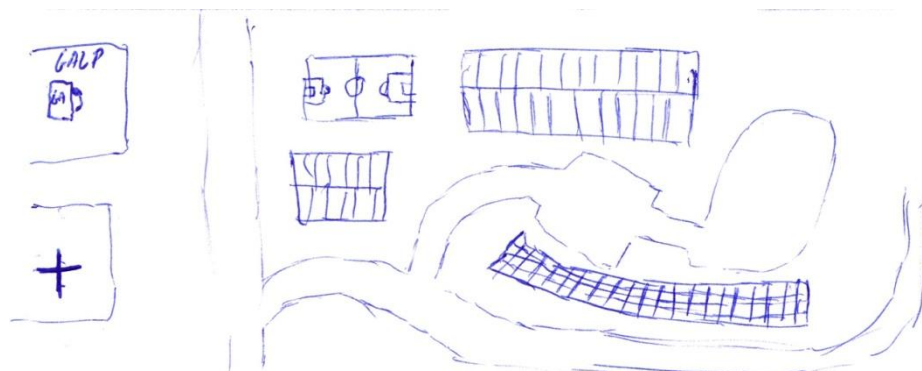
A - Residente



B - Residente



C - Residente



D - Residente

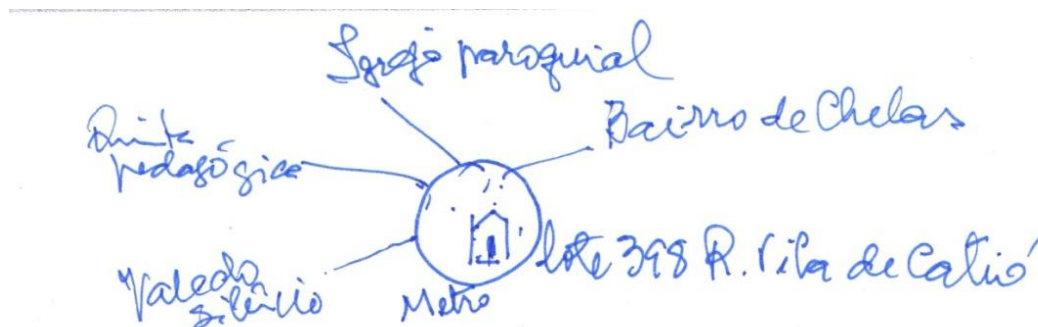


Figura 82 - Exemplos de mapas cognitivos recolhidos nos Olivais Sul (elaborados pelos inquiridos, 2010 e 2011).

Elaborados por residentes, com idades compreendidas entre os 59 e 80 anos, que utilizam e fruem o bairro há mais de 40 anos; os exemplos representados na figura 82 revelam, mais uma vez, que o bairro não é entendido como conjunto urbano mas apenas foram identificadas algumas referências em particular no desenho A. Esteves (1999) defende que o elevado nível de instrução dos inquiridos (licenciados) contribui para uma melhor apreensão do espaço que as envolve e onde as mesmas se integram por terem uma maior sensibilidade e capacidade de observação. Nos Olivais Sul pode ser este o factor pelo qual os desenhos elaborados registem alguns pontos de referência e o conhecimento de algumas ruas do bairro. Contudo, os mapas reflectem a falta de identificação com o bairro, foram registados nós e algumas ruas, no entanto, não se podem associar ao bairro como hoje é conhecido. Não existem elementos desenhados que demonstrem que os desenhos representam o bairro dos

Olivais Sul, podendo ser um desenho esquemático de qualquer outra porção da cidade. O sentido de pertença de um determinado espaço está associado à forma como os seus utilizadores se identificam com o mesmo, assim, não pode existir a preocupação em conservá-lo e preservá-lo porque não lhes pertence.

A importância dos espaços públicos urbanos é transversal à sua singularidade e identidade como espaço único cujas características são próprias e só a ele se pode associar. O sentido de pertença resulta da relação que existe entre um determinado espaço e os sentimentos de quem o utiliza.

4.5.7. Conclusão



Figura 83 - Zonas consideradas inseguras no Bairro dos Olivais Sul (C. Serrano, 2011).

A maioria dos inquiridos é residente no bairro e revelaram maior abertura ao questionário, comparando com o bairro dos Olivais Norte. Das respostas, 40% são utilizadores frequentes do bairro, cerca de 20% trabalham no mesmo. Pode concluir-se, assim, que são poucas as pessoas que fruem o bairro somente para passear ou caminhar. Verificou-se uma grande predominância de pessoas activas cujo nível de instrução pode considerar-se de razoável a elevado, não tem sido registadas pessoas sem saber ler nem escrever e, cerca de 20%, concluíram o Ensino Superior.

As pessoas empregadas têm uma expressão bastante significativa, tal como, os reformados que, no entanto, não representam uma maioria.

Relativamente ao estado de saúde e emocional das pessoas, 80% das pessoas sentem-se saudáveis e felizes registando-se a mesma percentagem de problemas de saúde crónicos que afecta a população activa, sendo esta a que mais predomina no bairro. Foram referidos, entre outros, problemas do foro psicológico. A maioria dos inquiridos afirma não terem sofrido qualquer tipo de desgosto, logo esta situação não se considerou estar associada a qualquer tipo de tristeza ou solidão. As actividades de lazer mais frequentes são a caminhada e o Jogging, no entanto, tal como no Bairro dos Olivais Norte, as pessoas procuram outros locais para o fazer (Parque das Nações, entre outros...).

A qualidade do espaço público e segurança do bairro está associada às vivências que este proporciona e à sua configuração/forma urbana. As zonas que revelaram ser mais inseguras foram o Vale do silêncio, os túneis de circulação e os espaços verdes na sua generalidade.



Fotografias 17 e 18 – Acessos aos edifícios do bairro dos Olivais Sul (registo de 2010 por C. Serrano.).

Os acessos estritos associados a zonas verdes muito densas não permitem a vigilância natural e condicionam a fruição dos espaços públicos. As fotografias 17 e 18 são exemplos de situações em que podem vir a ocorrer crimes e foi registado um sentimento de insegurança por serem espaços que estão longos períodos de tempo vazios e isolados.



Fotografias 19 e 20 – Espaços verdes adjacentes e acessos às habitações no bairro dos Olivais Sul (registo de 2011 por C. Serrano.).

No bairro dos Olivais Sul há uma melhor definição entre espaços públicos, privados e dos diferentes espaços de circulação. Resultado da indefinição de todo o conjunto

urbano é a ambiguidade dos espaços públicos urbanos que gera a sua má e desadequada apropriação. No bairro verificou-se que existe uma melhor definição entre os espaços de utilização diferente. No entanto, ao longo das diferentes visitas ao local apurou-se que são espaços pouco apropriados e quase sempre vazios.



Fotografias 21 e 22 – Vale do Silêncio (registo de 2011 por C. Serrano.).

O Vale do Silêncio (fotografias 21 e 22) é considerado o *pulmão* do Bairro dos Olivais Sul; tratando-se de uma extensa área verde que integra espaços de permanência e para a prática de actividade física. Representa um dos locais mais inseguros no bairro encontrando-se com alguma frequência vazio e mal frequentado. Por esta razão, as pessoas que dizem ter o hábito de praticar caminhadas procuram o Parque das Nações.

A qualidade do espaço público condiciona a forma de utilização pelos seus eventuais utilizadores. As pessoas inquiridas revelaram um grande desinteresse e indiferença pelo assunto mas caracterizaram os espaços como sendo razoáveis a bons. Foi referido que o bairro deveria ter mais referências e sinalética, mais segurança e policiamento e mais serviços e comércio local. Um dos problemas evidenciados foi o facto de, devido ao dimensionamento dos passeios, se estacionar nos espaços de circulação pedonal (fotografias 23 e 24).



Fotografia 23 e 24 – Zonas de circulação pedonal no bairro dos Olivais Sul (registo de 2011 por C. Serrano.).

No bairro dos Olivais Sul já se verifica uma maior distribuição do comércio local, situação que não se verificava no bairro dos Olivais Norte e demonstrou ser uma das causas da falta de vida social e urbana. O comércio local estimula e gera a confraternização entre as pessoas e momentos de permanência nos espaços públicos, contribuindo para a segurança (aumenta a vigilância natural e dinamismo entre os diferentes espaços da cidade) urbana e a qualidade de vida dos seus utilizadores.



Fotografias 25 e 26 – Comércio local no bairro dos Olivais Sul (registo de 2011 por C. Serrano.).

De uma forma geral, verificou-se que as pessoas estavam satisfeitas com a qualidade dos espaços públicos do bairro embora revelassem alguma tristeza e necessidade de isolamento. Na sua maioria deslocam-se a pé e utilizam com bastante frequência o transporte colectivo e afirmam não conhecer o bairro por ser confuso e não ter referências. Muitas das pessoas inquiridas não guardam recordações das vivências urbanas passadas no bairro.



Fotografias 27 e 28 – Ambiente urbano do bairro dos Olivais Sul (registo de 2011 por C. Serrano.).

Ao longo da realização dos inquéritos aferiu-se que as pessoas consideram o espaço público importante tendo sido referido que a qualidade do mesmo está associado ao sociabilizar, confraternizar e ao bem-estar psicológico. Estas observações poderão estar relacionadas com as principais debilidades do espaço público demonstrando, assim, que o bairro afecta de alguma forma a saúde psíquica dos seus utilizadores.

A falta de identificação entre as pessoas e o espaço que as rodeia é a razão fundamental pela qual foi negada a realização dos mapas cognitivos. Cerca de 60% dos inquiridos não foi capaz de desenhar a sua imagem mental que representara todo o conjunto urbano. Mais uma vez, não se verificou identidade urbana nem sentido de pertença. As pessoas não apreenderam o bairro como unidade e conjunto urbano, sendo fragmentado, cujos espaços e funções urbanas são pouco singulares e desarticuladas. Apenas foram registados os trajectos percorridos com maior frequência em zonas específicas do bairro.

4.6. Moscavide

4.6.1. Morfogénese e metamorfoses do lugar



Figura 84 - Ortofotomapa de Moscavide (Fonte: Google Earth, imagem de 2007, retirada em 10 de Agosto de 2011).

Moscavide é uma das zonas de estudo apesar de não pertencer ao concelho de Lisboa, mas ao concelho de Loures. Está delimitada pelas freguesias da Portela e de Sacavém a norte, pelo concelho de Lisboa a sul e poente e, pelo rio Tejo a nascente. Situa-se a leste da freguesia de Santa Maria dos Olivais e do Parque das Nações, confinando-se com a cidade de Lisboa.

No início do séc. XX, nomeadamente durante o Estado Novo, a freguesia de Moscavide, pertenceu à freguesia de Santa Maria dos Olivais até 1928. Nesta data, Santa Maria dos Olivais desmembrou-se e, simultaneamente, o mesmo acontece com a freguesia de Sacavém reconstituindo-se o concelho de Loures, ao qual passa a pertencer Moscavide. Através do decreto n.º 15 222, Moscavide constitui-se freguesia em Março de 1928. O aglomerado desenvolveu-se a partir de um eixo de circulação designado por Estrada de Moscavide. Não teve origem num projecto planeado definido como conjunto, mas de um processo faseado de adição que pela morfologia e as condições físicas dos seus limites foi-se definindo e resultou numa malha reticular. Apesar de ser considerada uma das melhores estruturas urbanas situadas na periferia urbana de Lisboa, desenvolve-se como dormitório.

Não são muitos os vestígios deixados como testemunho deste período, no entanto, ainda se mantêm alguns edifícios considerados com algum interesse patrimonial.

A instalação das indústrias INDEP e Petrogal, a partir das décadas de 40 e 50, foram consideradas as principais responsáveis pelo desenvolvimento e consolidação da zona e fizeram com que essas pessoas se fixassem. Este rápido processo de fixação da população em Moscavide dá-se nos primórdios das décadas acima referidas, que na sua maioria era vinda do Alentejo e das Beiras.

Por conseguinte, surgiu a necessidade de dar resposta às necessidades habitacionais, o que provocou um desenvolvimento muito rápido e, assim, qualquer espaço vazio dava lugar a um novo edifício. Consequentemente, amplos espaços vazios foram ocupados por edifícios estreitando as ruas e, escasseando as oportunidades de implementação de futuros espaços verdes ou apenas espaços de permanência desafogados da densa malha urbana.

A 3 de Abril de 1964 (decreto n.º 45 637), ascendeu a vila mas nunca teve capacidade de expansão territorial por estar estrangulada entre as Quintas da Vitória, a Quinta do Cabeço, o Seminário dos Olivais, o Rio Tejo e toda a porção da cidade de Lisboa que com ela confina. Esta situação justifica a alta densidade da vila, e a falta de espaços verdes e de permanência. A vila tem uma área de pouco mais de 1 Km², nos meados da década de 50 albergava mais de 20 000 habitantes, (...) *fazendo dela a freguesia que regista a maior densidade populacional de Loures.*

4.6.2. Morfologia e imagem urbana



Fotografia 29 – Vista aérea parcial de Moscavide (2011).

Moscavide traduz-se numa forma regular apresentando uma malha reticular cuja formação emana de um eixo transversal, a Estrada de Moscavide, estruturante que ainda hoje define o espaço envolvente. No entanto, a ruralidade que a caracteriza e que esteve na origem do seu desenvolvimento e da concepção nas primeiras décadas do século XX, confere-lhe más condições urbanas, tais como a falta de espaços verdes, falta de serviços e equipamentos, má qualidade do espaço público e do edificado.

A morfologia e actual malha resulta de um processo de adição que não teve em consideração todas as necessidades da população, foram apenas consideradas as necessidades habitacionais devido ao crescimento rápido e fixação das pessoas. Hoje em dia, predomina o comércio local, testemunho que foi deixado pelos migrantes da época da industrialização e que, hoje, é o principal gerador da dinâmica social que caracteriza a zona. A imagem de dormitório que há muito tempo possui foi anulada pela dinâmica que os seus espaços comerciais estimulavam e continuam a ser o factor que mais contribui para o estabelecimento de laços sociais. O comércio tradicional, hoje, compõe toda a malha urbana capaz de cumprir as necessidades dos seus residentes e visitantes pela diversidade que oferece, nomeadamente a nível de restauração, vestuário, calçado e no consumo dos bens essenciais.



Fotografia 30 – Ambiente urbano de Moscavide (registo de 2010 por C. Serrano.).

A Exposição Mundial, Expo´98, veio colmatar a falta de espaços de confraternização, de permanência e espaços verdes e de lazer para a população residente. Moscavide veio a estabelecer, novamente, a sua relação com o rio que, até então, estava impossibilitada pelo uso desadequado da frente ribeirinha resultante da forte componente industrial, as zonas de depósito e armazém, lixeiras e espaços devolutos.

Ferreira *et al.* (1999) cita que o concelho de Loures considerou a concretização da Exposição como uma oportunidade para a resolução de diversos problemas do ponto de vista urbanístico (acessibilidades e fruição de espaços de lazer), ambiental, cultural, económico e social e, permitindo a fruição do rio Tejo pela população de Moscavide.

4.6.5. Caracterização e avaliação da qualidade do espaço público



Figura 85 – Moscavide (realizado por C. Serrano).

A aplicação do inquérito em Moscavide teve uma boa aceitação tendo sido bem sucedida relativamente à reacção dos intervenientes e recolha da informação pretendida. As pessoas inquiridas com idades compreendidas entre os 30 e os 90 anos demonstraram disponibilidade e satisfação para responderem ao inquérito apesar de, na maioria dos casos, os seus problemas de saúde serem evidentes e factor condicionante da sua mobilidade tornando aquele tempo dispendido de boa

vontade um momento de sofrimento, por terem que estar de pé enquanto respondiam ao inquérito. Nem sempre houve sucesso após a abordagem efectuada às diferentes pessoas, tendo sido evidente que as pessoas mais idosas exprimiam alguma tristeza e receio o que justificava a sua indisponibilidade para participar no estudo. A zona em estudo aparenta ter um grande dinamismo que resulta das relações urbanas consolidadas e de qualidade, tal como das relações de vizinhança estabelecidas e sedimentadas. O comércio, como já foi referido, é o sector que predomina e estimula as movimentações diárias das pessoas, factor que contribui para o dinamismo urbano e as relações sociais existentes. No sentido de obter uma amostra significativa do local, foram efectuadas diferentes visitas (tal como nas restantes áreas de estudo) que serviram, inicialmente, para perceber qual a zona com maior afluência uma vez que nos bairros dos Olivais Norte e Olivais Sul sentiu-se uma grande dificuldade em intersectar as pessoas. Moscavide, como já foi referido, revela um grande dinamismo o que garantiu que a aplicação dos inquéritos seria diferente das zonas até agora analisadas. Os inquéritos foram realizados, na sua maioria, ao longo da rua principal e estruturante, Estrada de Moscavide, e outra pequena porção foi elaborada nas ruas que lhe são perpendiculares.

Foram elaborados 52 inquéritos, ao qual responderam 69,2% do género feminino e 30,8% do género masculino, sendo 72,6% residentes e 27,4% apenas utilizadores frequentes (dos quais 23,5% apenas frequentam a zona porque gostam e 3,9% trabalham no bairro). Moscavide é frequentado por pessoas residentes em Alverca, no bairro dos Olivais Sul, Margem Sul do Tejo, Sacavém, Bobadela, Santa Iria da Azóia, Vila Franca de Xira, Parque das Nações e Portela.

Após a conclusão dos inquéritos e a construção dos gráficos, aferiu-se que a classe dos jovens (dos 0 aos 19 anos) não teve registos e a classe predominante foi a da população activa (dos 20 aos 64 anos) representando 57,7% da amostra (quadro 9). A classe da população idosa (dos 65 e mais anos) representa 42,3% da amostra, valor este que se pode considerar significativo. Em 2001, a população jovem representava 8% da população residente, valor que tem vindo a diminuir ao longo destes dez últimos anos. Neste ano, a classe da população activa também predominou registando o valor percentual de 64%. Da classe predominante resultante da amostra, apenas responderam pessoas com idades compreendidas entre os 30 e os 64 anos. Não foram registadas pessoas com idades inferiores a 30.

| Idades | 0 – 19 Anos | 20 – 64 Anos | 65 e mais anos |
|-----------|-------------|--------------|----------------|
| Moscavide | 0 % | 57,7 % | 42,3 % |

Quadro 9 - Classificação etária dos inquiridos em Moscavide (C. Serrano, 2011).

Tendo Moscavide uma população envelhecida, o seu nível de instrução é relativamente baixo. O quadro 10 demonstra que 28,8% das pessoas concluíram a 4ª classe e 5,8% não sabe ler nem escrever. A percentagem de pessoas que prosseguiram e concluíram o Ensino Superior é de 15,4%, sendo um valor considerando significativo pois a população apresenta um nível de envelhecimento elevado.

| Nível de Instrução | Bairro dos Olivais Norte | Bairro dos Olivais Sul | Moscavide | Parque das Nações |
|----------------------|--------------------------|------------------------|--------------|-------------------|
| Não sei ler | 7,1% | 0% | 5,8% | 0% |
| 4ª Classe incompleta | 21,4% | 5,9% | 7,7% | 0% |
| 4ª. Classe | 39,3% | 19,6% | 28,8% | 7,6% |
| Ensino Básico | 14,3% | 25,5% | 17,3% | 15,4% |
| Ensino Secundário | 17,9% | 27,5% | 25% | 21,2% |
| Ensino Superior | 0% | 21,6% | 15,4% | 55,8% |

Quadro 10 - Nível de instrução dos inquiridos em Moscavide (C. Serrano, 2011).

Tendo em conta o número de idosos, 53,8% das pessoas inquiridas são reformadas. A figura 86 representa a situação profissional dos inquiridos demonstrando que 38,5% das pessoas estão empregadas e 7,7% estão desempregadas. O facto de muitas pessoas estarem reformadas e não terem uma ocupação permanente faz com que utilizem e se apropriem com maior frequência do espaço público.



Figura 86 - Situação profissional dos inquiridos em Moscavide.

Embora já tenha sido referido que a população idosa é elevada, os valores percentuais de pessoas em situação de viuvez não têm grande expressão tendo sido registados cerca de 13,5% de viúvos. Cerca de 54% das pessoas estão casadas, 15,4% são divorciadas e 17,3% não mantêm nenhum tipo de relacionamento.

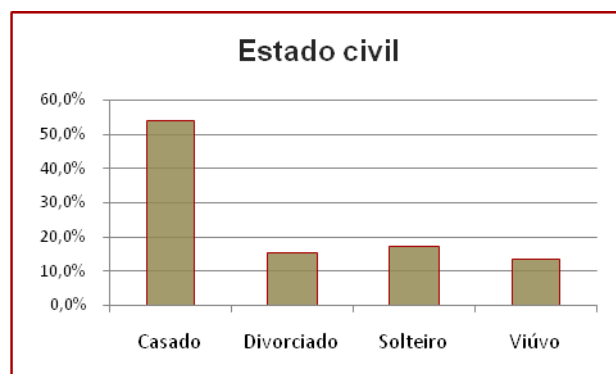


Figura 87 - Estado civil dos inquiridos em Moscavide.

No sentido de avaliar o estado de saúde das pessoas, colocou-se a questão *Sente-se saudável?*, tendo respondido de forma positiva 61,5% das pessoas e negativa cerca de 38,5%. Em Moscavide as pessoas têm outra abertura e disposição face aos bairros anteriormente analisados, embora por vezes refiram problemas de saúde. Os problemas psicológicos nunca foram mencionados, o que demonstra satisfação e bem-estar psíquico. Os principais problemas referidos foram tensão arterial (18,8%), problemas respiratórios (6,3%), problemas cardíacos (15,6%), diabetes (6,3%) problemas de locomoção e mobilidade (18,8%) e problemas nas articulações (18,8%) também associado a problemas de mobilidade.

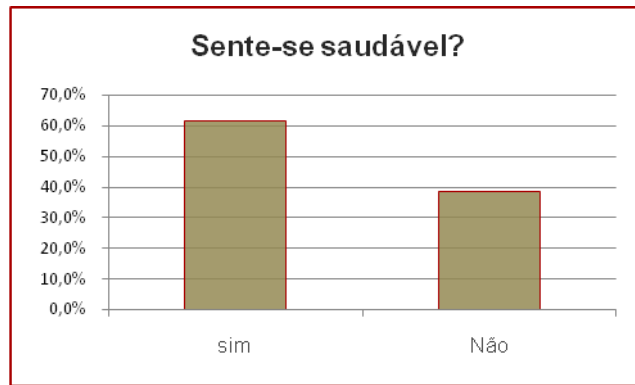


Figura 88 - Estado de saúde dos inquiridos em Moscavide.

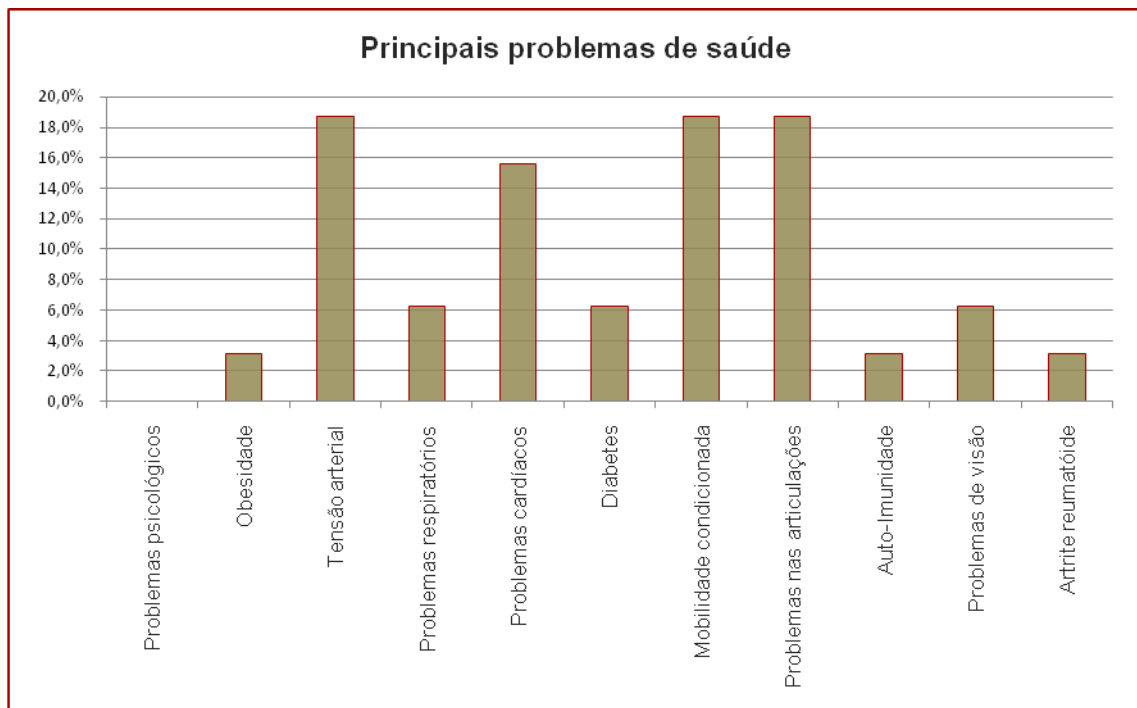


Figura 89 - Principais problemas de saúde dos inquiridos em Moscavide.

A gravidade dos problemas acima mencionados, condiciona efectivamente a mobilidade e a disposição das pessoas. Na figura 90 pode observar-se que 85,7% dos problemas acima referidos são crónicos, o que pode contribuir para que nem sempre as pessoas possam concretizar as suas actividades diárias, alterando a forma como se integram e utilizam o espaço público (espaço físico e social).

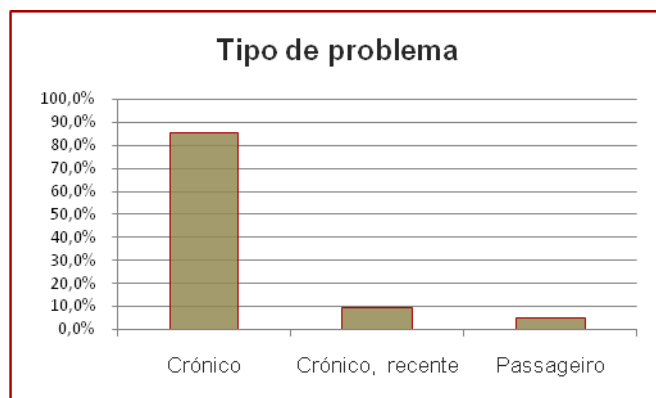


Figura 90 - Gravidade do tipo de problema de saúde dos inquiridos em Moscavide.

Para melhor entender a actual situação emocional das pessoas, procurou-se saber se as mesmas se consideram felizes e satisfeitas de uma forma geral. Responderam que *Quase sempre* e *Sempre* cerca de 75% (57,5% e 17,3%, respectivamente), que demonstra que há um estado emocional mais satisfatório e positivo, comparativamente com o bairro dos Olivais Norte e Olivais Sul.

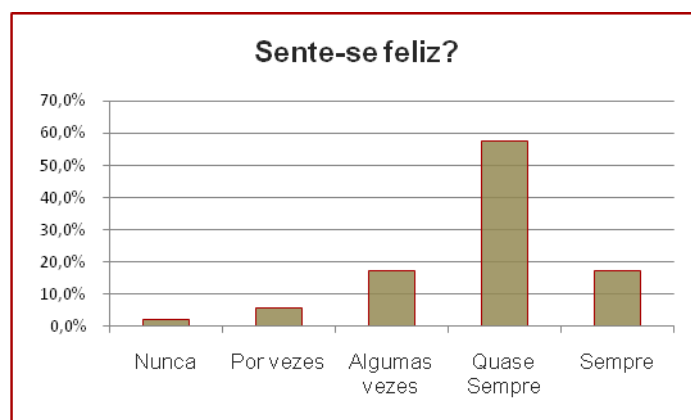


Figura 91 – Estado emocional dos Inquiridos em Moscavide.

No sentido de complementar a perguntar anterior, procurou-se saber se as pessoas teriam sofrido algum tipo de desgosto nos últimos dez anos. À pergunta responderam positivamente cerca de 61%. A maioria das pessoas revelam estar a ultrapassar momentos de tristeza, no entanto consideram-se felizes. Neste caso, há outros factores que contribuem para a qualidade e o bem-estar físico e psíquico e atenua situações e momentos de maior tristeza.

Da amostra, cerca de 51% das pessoas preferem desenvolver as suas actividades fora de casa, a restante porção (cerca de 50%) prefere desenvolvê-las no seu lar. Em Moscavide verifica-se que há maior prazer na utilização e fruição do espaço público que nos bairros dos Olivais Norte e Olivais Sul.

As actividades de lazer referidas com maior frequência foram Andar/Jogging (24,2%) e ler (15,3%). As restantes actividades como ir ao cinema, andar de bicicleta, ver televisão, tarefas domésticas, participar em eventos/festas, fazer renda/malha, estar com os amigos e fazer desporto têm valores menos expressivos mas demonstram a forma como as pessoas ocupam os seus tempos livres na generalidade.

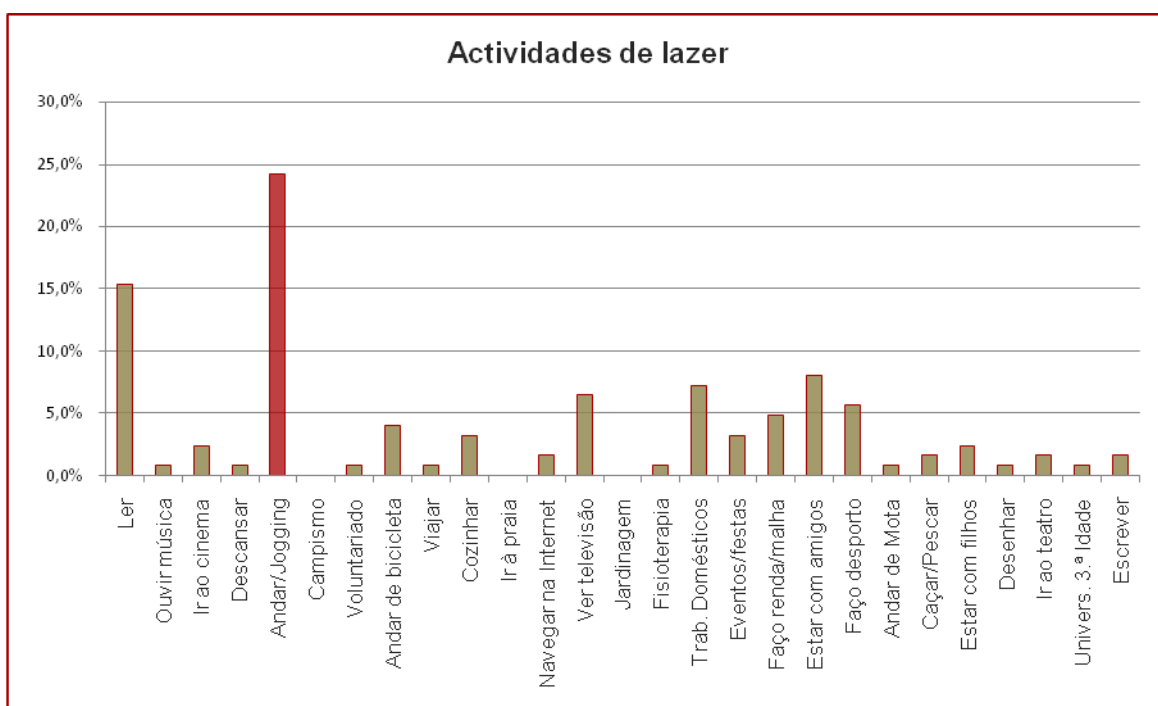


Figura 92 - Actividades de lazer dos inquiridos em Moscavide.

Relativamente à segurança, Moscavide aparenta garantir segurança aos seus utilizadores, pois cerca de 92% afirma sentir-se seguro e apenas 9,8% das pessoas refere ter sido assaltada ou agredida. Cerca de 23% considera como áreas inseguras a Avenida de Moscavide à noite, a zona da Estação de Caminho-de-ferro e a zona Norte adjacente aos Olivais.

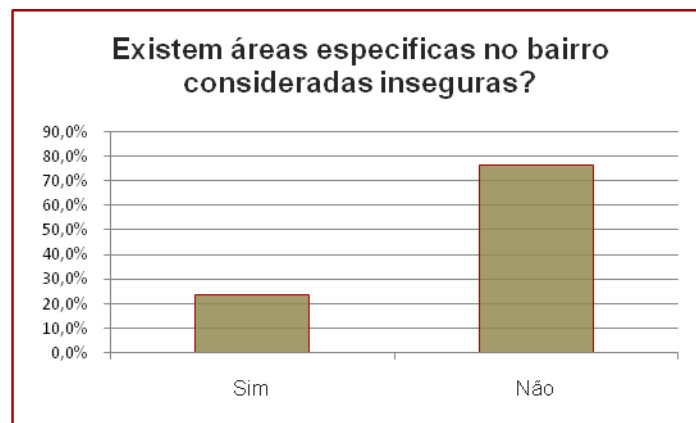
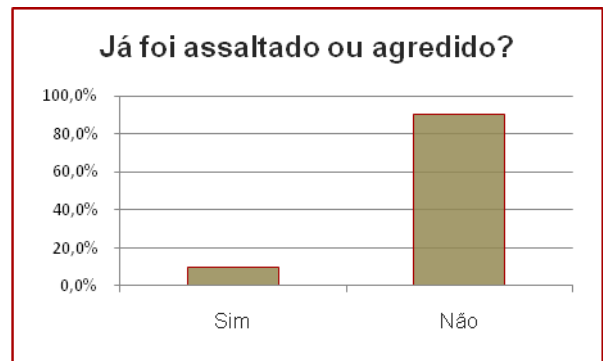
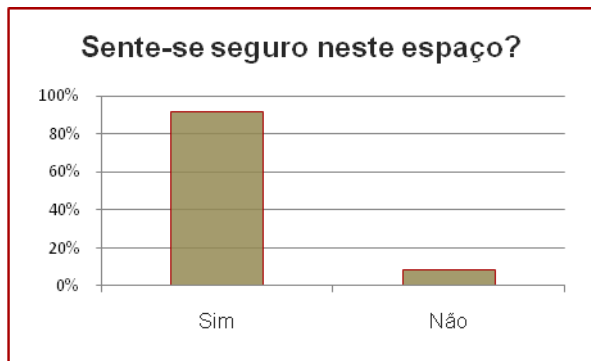


Figura 93, 94 e 95 - Segurança sentida pelos inquiridos em Moscavide, tal como, a existência de áreas de maior insegurança.

Moscavide é considerado um bairro seguro, no entanto, algumas pessoas referem o contrário caracterizando-o como inseguro, escuro, vazio, mal frequentado e isolado. A figura 96 demonstra que cerca de 35% dos intervenientes não se sentem seguros e, evitam sair de casa a certas horas, nomeadamente, perto do anoitecer.

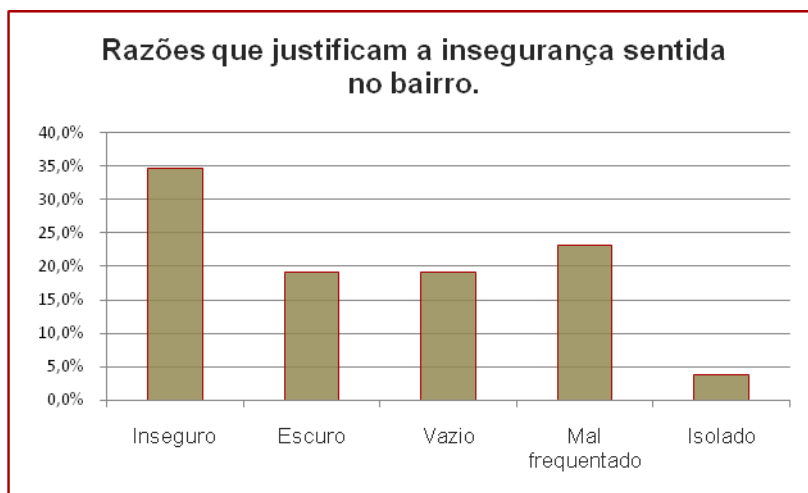


Figura 96 - Razões pelas quais o bairro de Moscavide é considerado inseguro.

A qualidade do espaço público condiciona a forma como os seus utilizadores o apropriam e utilizam. Os espaços públicos de Moscavide são caracterizados, pelos inquiridos, como sendo *Razoáveis* (42%) e *Bons* (42%) e, cerca de 6% afirmaram ser *Óptimos*. A figura 97 demonstra que as pessoas estão satisfeitas relativamente à qualidade do espaço público.

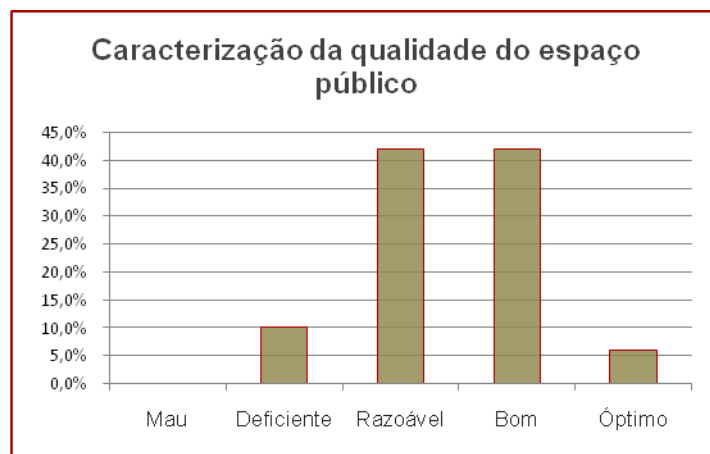


Figura 97 - Nível de qualidade do espaço público em Moscavide.

A figura 98 representa a relação entre o espaço público e como este pode contribuir para a qualidade de vida das pessoas. Embora se possa verificar que a maioria dos utilizadores considera que a qualidade do bairro não interfere no seu bem-estar físico e psíquico, cerca de 40% das pessoas dizem que o espaço público contribui positivamente e cerca de 20% que não prejudica. De uma forma genérica, pode

concluir-se que Moscavide propicia qualidade de vida, tal como, promove o bem-estar social.

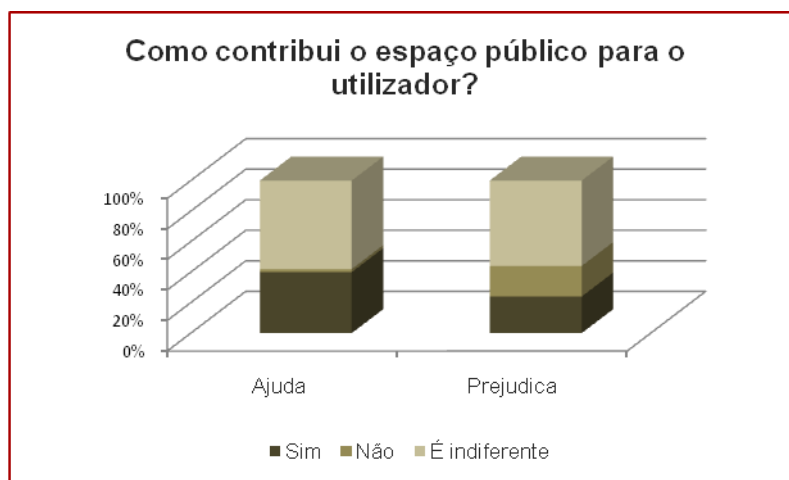


Figura 98 - Contributo positivo e/ou negativo do espaço público de Moscavide para o seu utilizador.

Os gráficos seguintes (fig. 99, 100 e 101) representam, consoante o resultado dos inquéritos, a caracterização do espaço público segundo diversos parâmetros de análise, os quais permitem aferir os principais problemas urbanos. Foi referido que Moscavide carece de estacionamento tendo em conta a densidade populacional e o número de pessoas que trabalham no comércio (para além do que existe ter de ser pago), de equipamentos, espaços lúdicos, espaços verdes, mobiliário urbano, zonas de permanência, estruturas de ensombramento e abrigo da chuva.

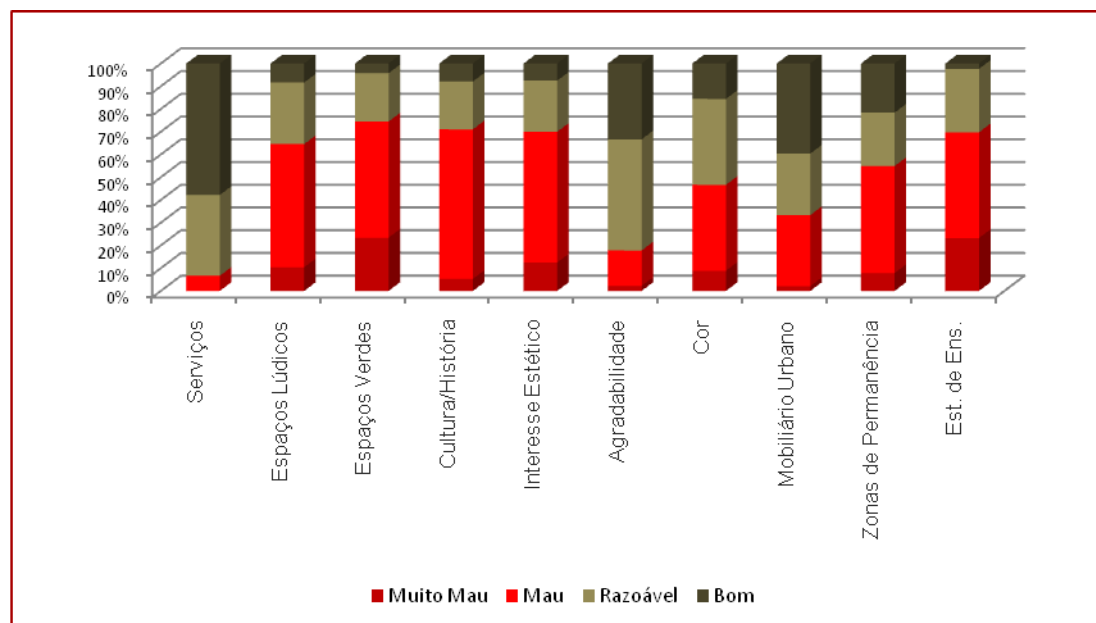
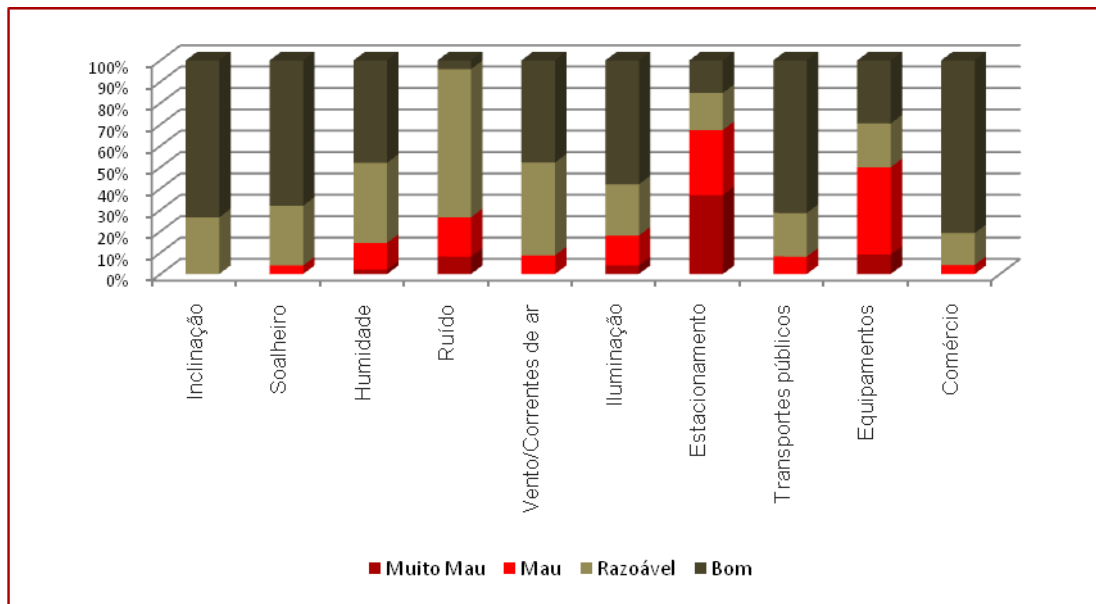
O ruído foi um aspecto referido com alguma frequência por alguns utilizadores, sendo mais intenso na Avenida de Moscavide que atravessa dois extremos importantes e, é considerado o eixo estruturante e principal, encontrando-se, assim, sujeita a maior fluxo de veículos motorizados.

Moscavide manifesta algum edificado degradado, aspecto que foi referido por alguns intervenientes, tal como, não ter interesse estético nem cor, a falta de limpeza, a qualidade dos pavimentos, a falta de preservação e conservação, as zonas escuras e degradadas, espaços urbanos sem continuidades (impasses), podendo, no seu conjunto, vir a alterar a imagem, o conforto e satisfação dos seus utilizadores.

A limpeza é um factor determinante na forma como as pessoas cuidam do espaço que sentem pertencer-lhes e, como elas se integram no mesmo. Quando o espaço público

tem um aspecto limpo e cuidado é maior a probabilidade das pessoas terem o cuidado em mantê-lo da mesma forma, quando se verifica o contrário convida, até, à ocorrência de situações de vandalismo.

As zonas escuras, degradadas e espaços urbanos sem continuidade geram insegurança por trazerem oportunidade à ocorrência de crimes. Alguns intervenientes referiram que Moscavide não tem ligações e consideram um espaço fragmentado da sua envolvente, assim como, dizem não ter uma forma e composição urbana específica.



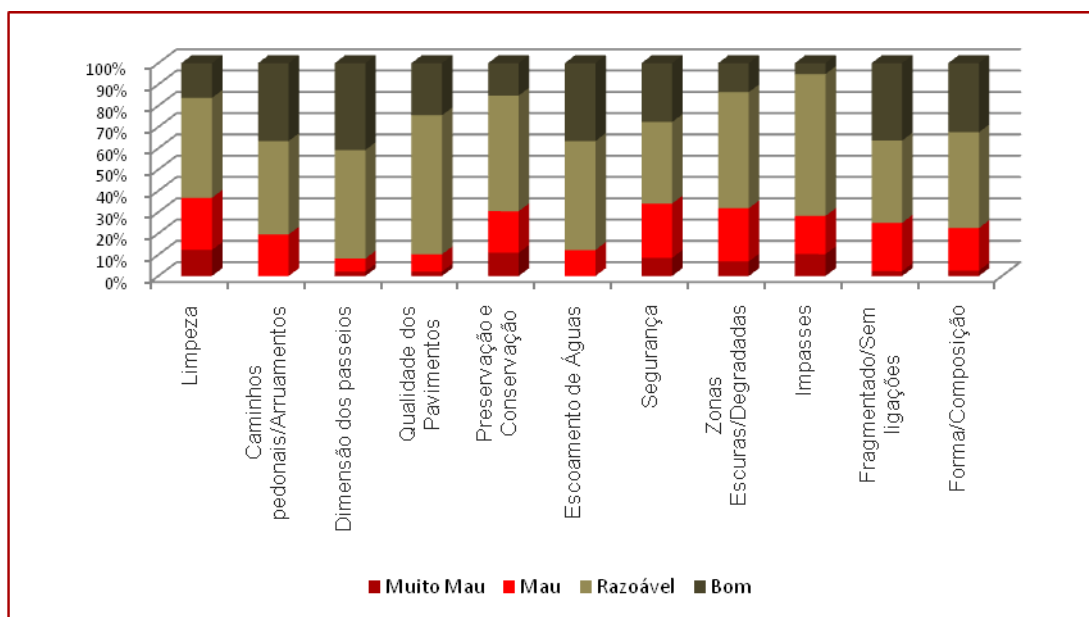


Figura 99, 100 e 101 - Avaliação da qualidade dos espaços públicos de Moscavide.

Seguidamente, são mencionadas sugestões para que se pudesse melhorar o espaço público, com o intuito de complementar os gráficos anteriores. Cerca de 13% das pessoas afirmaram que não mudariam nada no seu bairro, no entanto, cerca de 14% implementaria mais espaços verdes e cerca de 15% criaria mais espaços lúdicos. Tal como já foi referido, foi sugerido que se melhorasse a imagem dos edifícios, criasse mais zonas de permanência, que se mantivesse o bairro limpo e que houvesse mais estacionamento. Alguns intervenientes referiram que *o cheiro do bairro é, por vezes, muito mau*. Algumas das sugestões não poderiam ser concretizadas na realidade pela elevada densidade populacional e habitacional do bairro, tais como, a existência de uma ciclovía, haver mais espaços verdes e mais arborização devido ao dimensionamento do espaço público, as estruturas de ensombramento e abrigo da chuva e mais estacionamento.

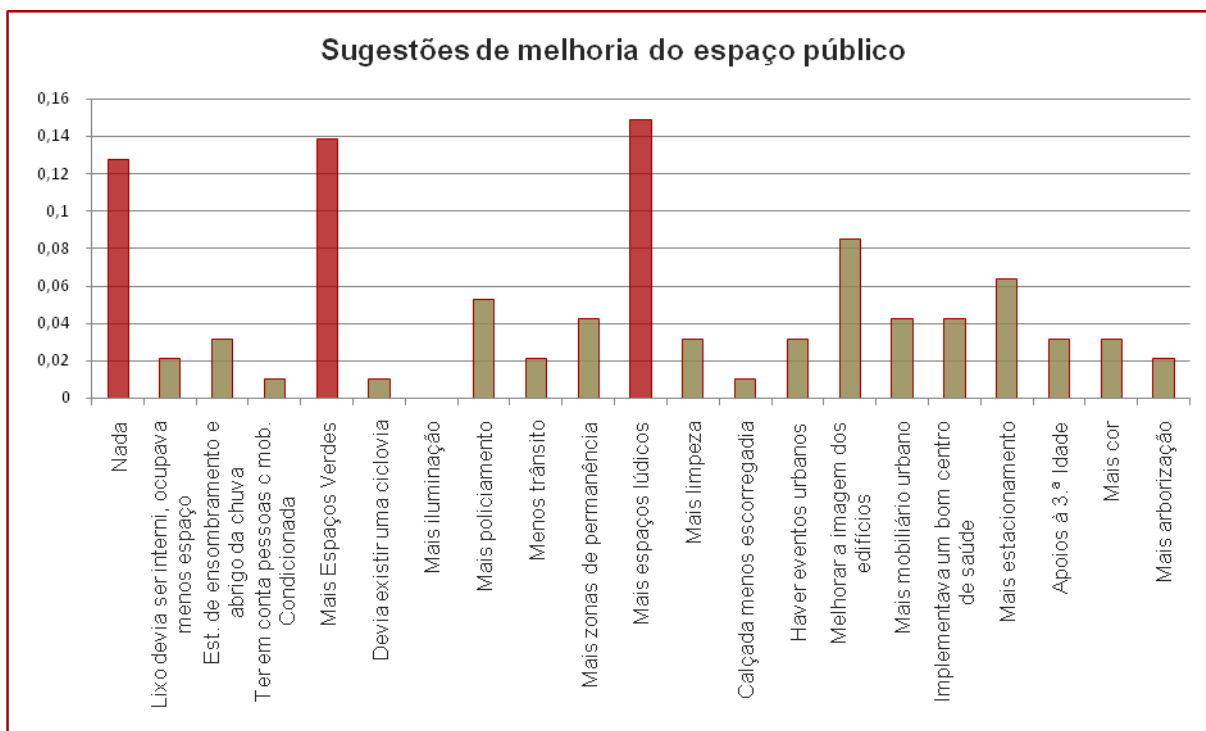


Figura 102 - Sugestões para melhoria dos espaços públicos de Moscaide.

Relativamente à relação entre os vizinhos, a figura 103 demonstra que 50% das pessoas inquiridas gosta dos seus vizinhos, de uma forma geral pode aferir-se que existe uma boa relação de vizinhança.



Figura 103 - Níveis de satisfação da vizinhança em Moscaide.

No sentido de apreender as relações realmente estabelecidas entre as pessoas, construiu-se o gráfico seguinte (fig. 104) demonstra que são laços consolidados e existe uma relação que ultrapassa o mero contacto visual e social. Saúdam-se com bastante frequência, são respeitosos, conhecem-se razoavelmente bem, vêem-se com frequência, são interessados e unidos, e bastante disponíveis. Embora sejam sentidos laços de amizade, não têm o hábito de frequentar os lares mutuamente, o que faz concluir que não existem relações mais pessoais e íntimas.

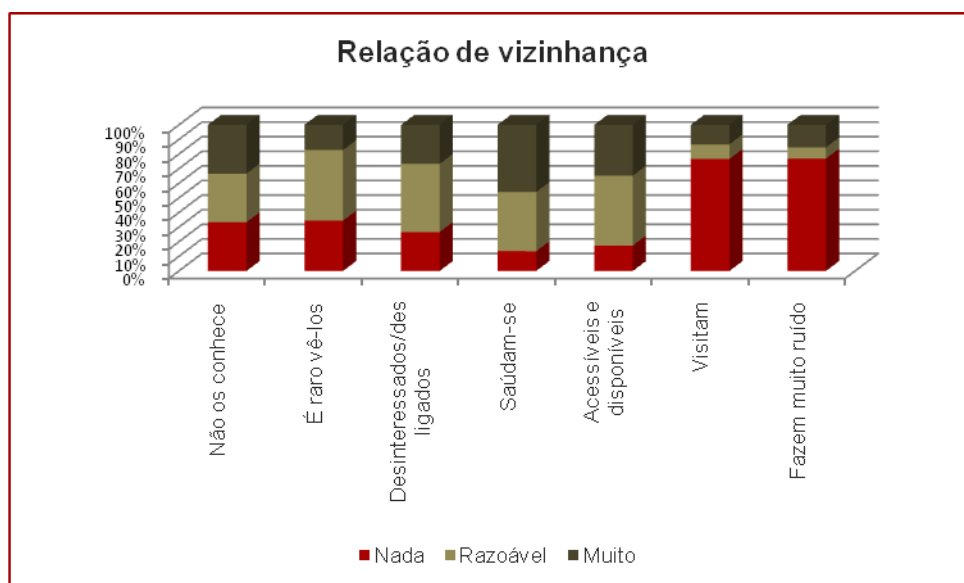


Figura 104 - Relação de vizinhança em Moscavide.

Em Moscavide, cerca de 75% das pessoas têm o hábito de andar a pé ou caminhar, no entanto, foi aferido que procuram outros locais para efectuar a actividade. O local mencionado com maior frequência foi o Parque das Nações (57,1%) cuja qualidade dos espaços públicos urbanos permitem a preferência e fruição de pessoas vindas de muitas outras origens, assim como dos já analisados, bairro dos Olivais Norte e Olivais Sul. Dos 25% que afirmaram não caminhar a pé como actividade física, 50% diz não o fazer devido aos problemas de saúde e de mobilidade.

A maioria dos intervenientes (81,1%) refere que quando sai de casa não necessita de um motivo maior que o obrigue a fazê-lo, tal como, 86% das pessoas dizem não se sentirem isoladas. Em Moscavide as pessoas estabelecem relações com o espaço público, de usufruto e pertença, o que não se verificou nos casos de estudo anteriores.

| | Nunca | Poucas vezes | Por vezes | Quase sempre | Sempre |
|-----------|-------|--------------|-----------|--------------|--------|
| Moscavide | 62,7% | 21,6% | 3,9% | 5,9% | 5,9% |

Quadro 11 - Estado psicológico e necessidade de isolamento dos inquiridos no Bairro dos Olivais Norte (C. Serrano, 2011).

O espaço público pode contribuir para que as pessoas não se sintam sozinhas através dos espaços e funções que podem oferecer aos seus utilizadores e ao estabelecimento de laços sociais que o mesmo permite. O quadro 11 demonstra que cerca de 63% das pessoas nunca se sente sozinha, o que é resultado do dinamismo urbano e das relações de vizinhança já consolidadas no bairro. As pessoas vêem-se com frequência, sentem movimento e partilham o espaço urbano comum. Um dos intervenientes salientou que *as ruas próximas das outras, as casas são umas em cima das outras, os vizinhos vêem-se uns aos outros...não é isolado, vê-se muita gente na rua.*

Em Moscavide, cerca de 43% das pessoas movimentam-se no bairro a pé e cerca de 40% utiliza o transporte colectivo para sair do mesmo. A figura 105 demonstra que o transporte privado tem valores pouco expressivos (17,5%) comparativamente aos últimos referidos. Uma das qualidades indicada, pelos intervenientes relativamente ao bairro, foi a coesa e organizada rede de transportes colectivos.

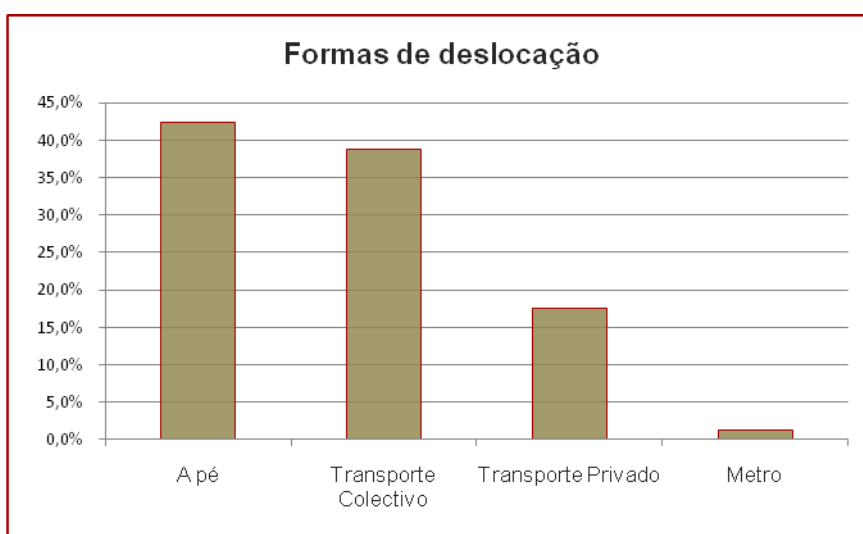


Figura 105 - Formas de deslocação dos inquiridos em Moscavide.

O bairro assenta segundo uma malha reticular e organizada, na qual surgem vários elementos urbanos, edifícios ou quarteirões singulares, o jardim público, escolas ou pontos comerciais de maior afluência que definem os diversos momentos urbanos e constituem, assim, as mais variadas referências urbanas. Cerca de 90% das pessoas inquiridas afirmam conhecer o bairro porque residem nele há muito tempo (53,3%), porque percorre o bairro a pé com alguma frequência (20%), porque é uma zona pequena (2,2%) e porque é legível e, por isso, fácil de conhecer (20%). O valor percentual referente às pessoas que dizem não conhecer o bairro não é expressivo (10,2%). Embora seja uma malha apertada e bastante densa, com carência de funções (espaços verdes, espaços lúdicos, equipamentos e alguns serviços), promove e estimula, através da articulação do comércio local com praças, pequenas aberturas e alargamento de passeios, a confraternização e permanência das pessoas.

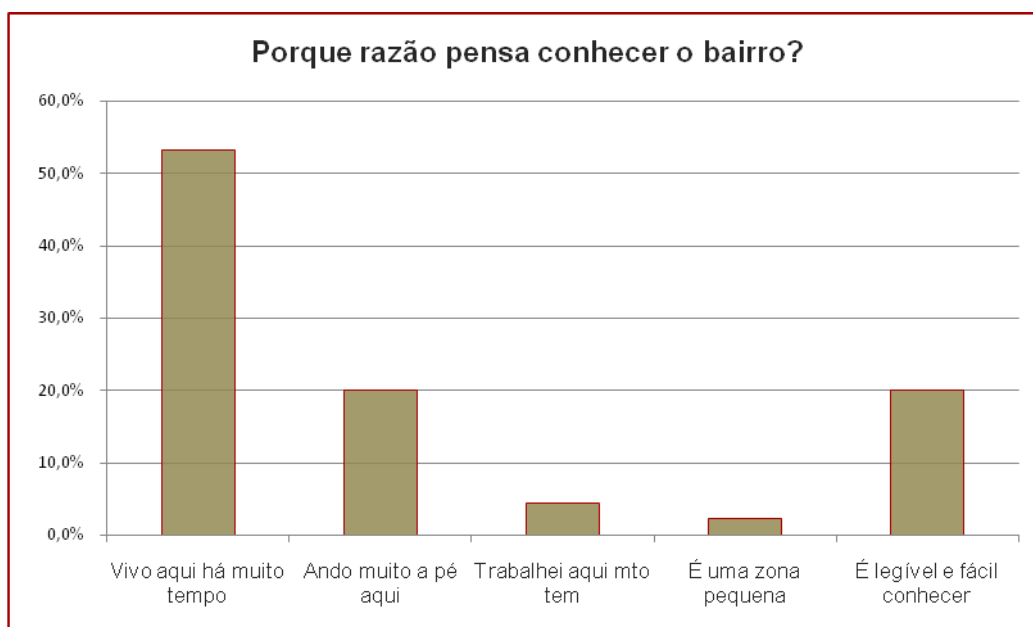


Figura 106 - Razão pela qual os utilizadores dizem conhecer o Bairro de Moscavide.

As memórias e recordações agradáveis que resultam das vivências urbanas em determinados espaços públicos reflectem a sua capacidade de acolhimento e oportunidade para a confraternização entre os seus utilizadores. Cerca de 45% dos intervenientes diz ter *Algumas* recordações e cerca de 35% diz ter *Muitas* memórias e recordações de momentos passados no espaço público de Moscavide.

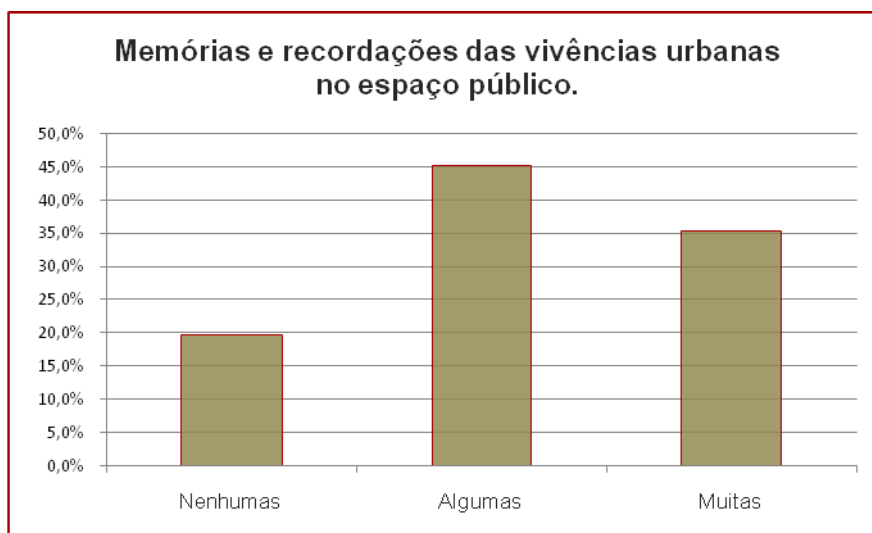


Figura 107 - Vivências urbanas passadas em Moscavide.

Em Moscavide, cerca de 27% dos inquiridos consideram que o espaço público tem uma importância relevante do que diz respeito ao bem-estar físico e psíquico dos seus utilizadores. Foi referido que o espaço público urbano faz parte das nossas vivências e da nossa vida social (13,6%), respondendo às necessidades de todos os seus utilizadores (6,2%). De uma forma geral, pode verificar-se que em Moscavide as pessoas preocupam-se com o mesmo, associam o espaço público ao conforto urbano, à consolidação e ao estabelecimento de novas relações sociais.



Figura 108 - Importância do espaço público para os utilizadores de Moscavide.

Um dos intervenientes referiu que um espaço só garante a qualidade devida ao bem-estar do cidadão quando o próprio é mais do que as pessoas necessitam, precisamente para dar a sensação de plena satisfação.

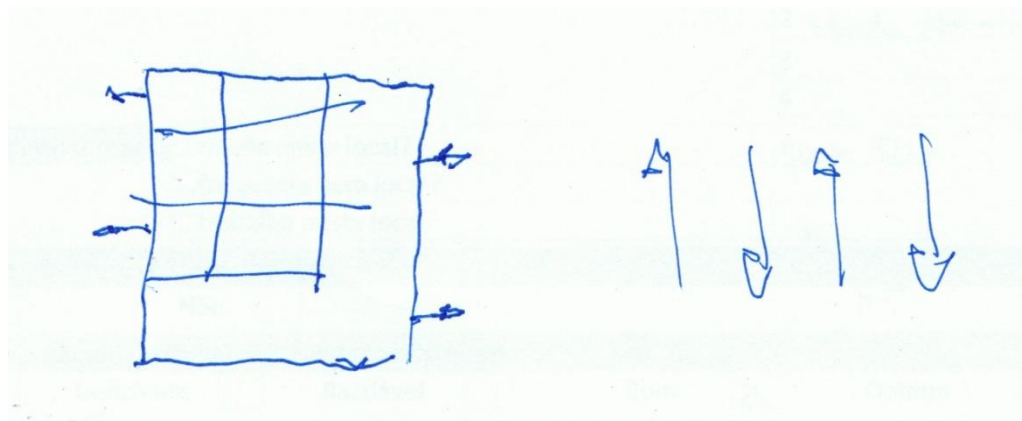
Os mapas cognitivos tiveram uma boa aceitação por parte dos inquiridos, embora devido à dificuldade de comunicação e entendimento do que se pretendia e o método de elaboração, nem todos os mapas realizados correspondiam ao que fora solicitado. Metade das pessoas aceitaram realizar o esquema mental segundo o que teriam apreendido do bairro no seu conjunto.

Os mapas seguintes (fig.109) são exemplos que demonstram a forma como o bairro é entendido pelos seus utilizadores. Verifica-se que a sua forma é um elemento determinante para obtenção da imagem mental do mesmo.

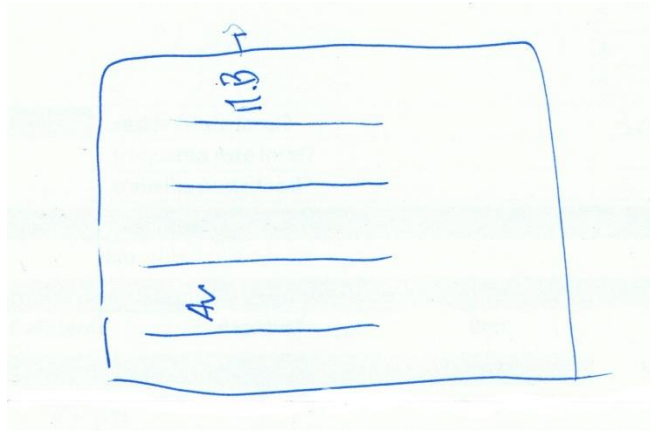
O desenho urbano (a malha), a identificação de nós e do eixo estruturante, a Avenida de Moscavide, são elementos que definem imediatamente todo o conjunto. Foi referido com frequência por diversas pessoas, durante a realização dos mapas, que o bairro era um conjunto de ruas perpendiculares e que o sentido do fluxo automóvel alternava segundo as ruas paralelas (registado graficamente no mapa).

Nos mapas seguintes foram registados os mesmos elementos embora agora se visualizam pontos de referência, tais como, a linha de caminho-de-ferro, o jardim público, o Centro Cultural, nós importantes e os limites físicos de Moscavide.

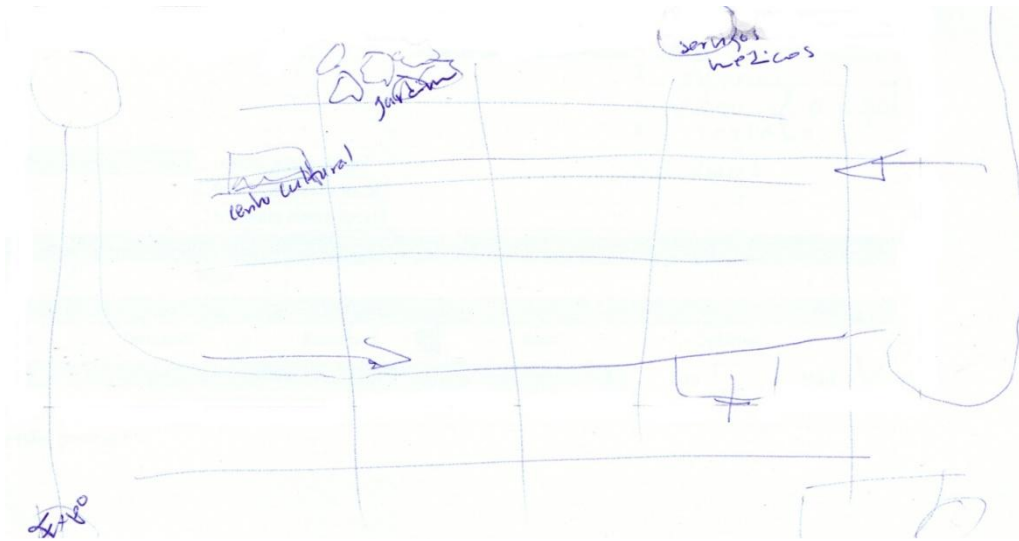
O único espaço verde existente é o jardim público de utilização restrita devido ao seu horário de abertura e encerramento. Por ser um espaço de características únicas, constitui um elemento de referência, no entanto, não serve as necessidades dos seus utilizadores.



A - Residente

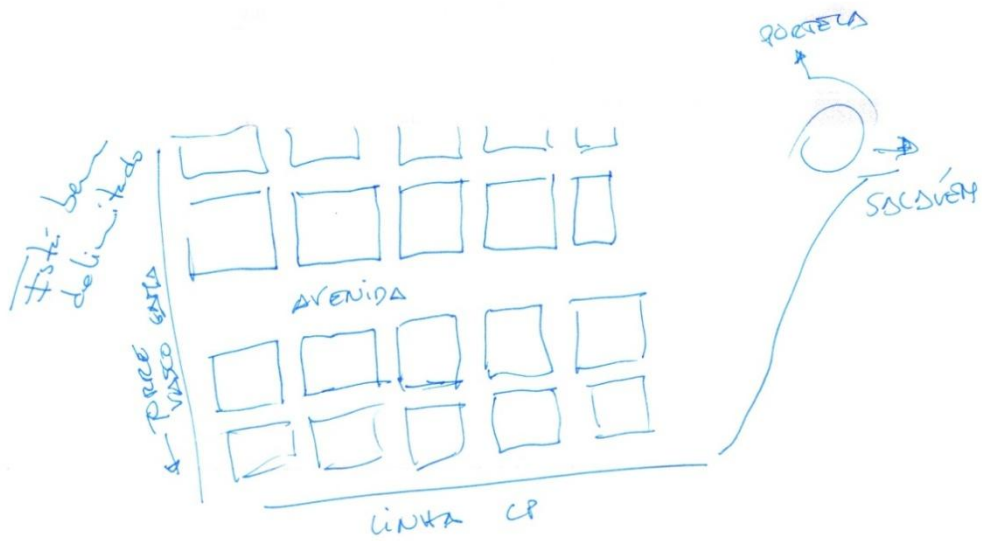


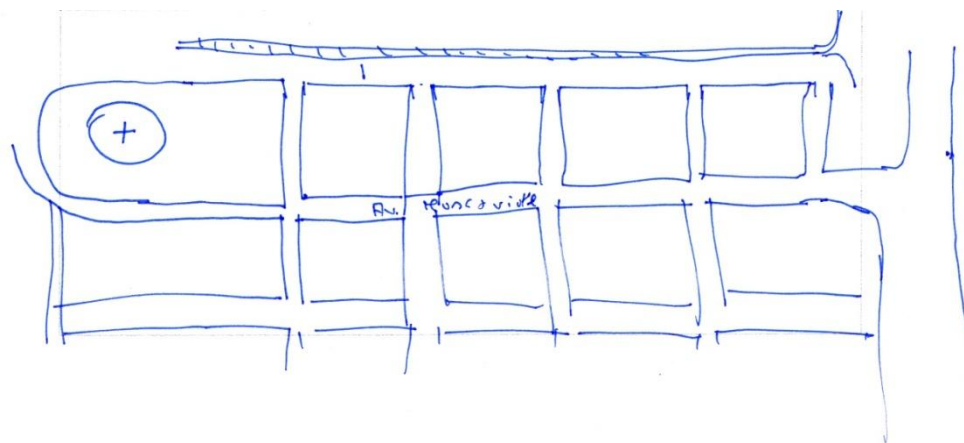
B - Residente



C - Residente

D - Residente





E – Não residente

Figura 109 - Exemplos de mapas cognitivos recolhidos em Moscavide (elaborados pelos inquiridos, 2010 e 2011).

Os mapas foram elaborados por intervenientes que residem no bairro há mais de 3 dezenas de anos (desenhos A, B, C e D) e cujo nível de instrução é elevado (licenciatura); as suas idades estão compreendidas entre os 50 e 56 anos. Apesar de Moscavide conferir continuidade e permeabilidade entre os espaços públicos, legibilidade do conjunto urbano e estabelecer relações de pertença e identidade com os seus utilizadores, estes intervenientes possuem um nível de exigência maior. Relativamente à qualidade do espaço público e a forma como este contribui para a qualidade de vida urbana, estes utilizadores possuem maior sensibilidade e capacidade de apreensão do conjunto urbano que o envolve. Aferiu-se que o bairro é entendido como um conjunto urbano, caracterizado pelos seus limites, pela sua malha reticular e pelos seus espaços públicos e edifícios peculiares. O desenho A foi elaborado por um inquirido que reside no bairro há, apenas, 3 anos com um nível de instrução razoável e expressa a previsibilidade e permeabilidade do conjunto urbano.

4.6.5. Conclusão.



Figura 110 – Zonas consideradas inseguras em Moscaide (C. Serrano, 2011).

Em Moscaide as pessoas demonstraram-se mais abertas e disponíveis aferindo-se um intenso dinamismo e afluência de pessoas no espaço público. A população é heterogénea e apresenta um nível de instrução relativamente baixo tendo-se registado que 6% das pessoas não sabe ler. A grande maioria dos inquiridos são reformados e fruem o espaço com bastante frequência e prazer. Cerca de 60% das pessoas sentem-se saudáveis apesar de terem problemas de saúde considerados crónicos.



Fotografias 31 e 32 – Ambiente e configuração urbana de Moscavide (registro de 2010 por C. Serrano.).

Apesar dos muitos problemas de saúde, as pessoas demonstravam boa disposição e são mais felizes que os bairros anteriormente referidos. Não foram registados problemas a nível psicológico.

As actividades são desenvolvidas, preferencialmente, no espaço público. Esta situação contribui para que o bairro seja vivenciado por diferentes utilizadores, a diferentes horas do dia e de formas diversas. O bairro não contempla espaços lúdicos e de permanência, no entanto, a rua é pontilhada por diversos pontos comerciais que estimulam o atravessamento frequente do espaço urbano. Os espaços verdes são, de igual modo, inexistentes. As fotografias 33 e 34 demonstram o jardim público de Moscavide que é, em simultâneo, um espaço lúdico e de permanência contendo alguma expressão da Natureza. É um dos locais com maior afluência do bairro, tendo hora de abertura e fecho, o que também não permite o seu uso desadequado no período nocturno.



Fotografias 33 e 34 – Jardim público de Moscavide (registo de 2010 por C. Serrano.).

Os espaços mais inseguros são a Avenida de Moscavide à noite (de dia é o espaço urbano com maior afluência), a Estação de Caminho-de-ferro e a Zona Norte que normalmente é escura e mal frequentada (fotografias 35 e 36).

A qualidade do espaço público é determinante na forma como o mesmo é utilizado. Moscavide contribui bastante para o bem-estar físico e psicológico dos seus utilizadores, no entanto, como já foi referido, faltam mais espaços verdes, zonas de permanência e equipamentos.

Verificou-se uma forte relação de vizinhança e sentido de pertença. As pessoas preocupam-se com o espaço e com os que residem no mesmo bairro. Não foi sentida tristeza nem necessidade de isolamento. Ao longo da realização dos inquéritos aferiu-se que existe uma certa apazibilidade em frequentar e permanecer nos espaços públicos de Moscavide.



Fotografias 35 e 36 – Zona Norte de Moscavide (registo de 2010 por C. Serrano.).

É considerado legível e com algumas referências o que, aliado à simples malha reticular, o torna bastante coerente e fácil de apreender. Foram registadas algumas situações urbanas menos confortáveis, nomeadamente, atravessamentos mal dimensionados (fotografia 37), espaços fragmentados e desarticulados das funções urbanas associados a vias de grande fluxo automóvel (Zona Norte do bairro) e, zonas em que o estado de conservação dos edifícios denigre a imagem estética do bairro. Estes espaços urbanos podem ser geradores de insegurança urbana e convidar ao seu uso desadequado.



Fotografia 37 – Atravessamento entre edifícios de Moscavide (registo de 2010 por C. Serrano.).

O comércio local é o sector predominante e contribui para o intenso dinamismo de Moscavide. As fotografias 38 e 39 demonstram alguns exemplos de lojas distribuídas pelas ruas. Foi referido por alguns inquiridos que o bairro é como que um centro comercial ao ar livre, onde as pessoas entram e saem de loja em loja, cumprimentam-se, confraternizam e consolidam os seus laços sociais.



Fotografia 38 e 39 – Comércio local de Moscavide (registo de 2010 por C. Serrano.).

As pessoas relembram as vivências urbanas passadas no bairro com alegria e satisfação. Apesar de não existirem espaços específicos (de permanência e lazer) que proporcionem momentos de confraternização, os espaços públicos (ruas) de Moscavide em simultâneo com o comércio que agrega contribui para o estabelecimento e consolidação de relações sociais.

A fotografia 40 demonstra uma das poucas zonas possíveis de permanecer e confraternizar no bairro. Está associada a pontos comerciais e a diferentes paragens de transporte colectivo. Estas zonas têm um uso intenso uma vez que as pessoas desfrutam bastante do espaço público e passam longos períodos de tempo nos mesmos.



Fotografia 40 – Zonas de permanência de Mosca (registo de 2010 por C. Serrano.).

A análise dos inquéritos revelou que para estes utilizadores o espaço público tem relevante importância e está relacionado com as vivências urbanas e o estabelecimento da vida social.

Foram efectuados 50% dos mapas cognitivos que demonstraram uma forte relação e identificação com o bairro. As pessoas consideraram o bairro legível e bastante fácil de percorrer. Alguns inquiridos relataram que *até de olhos fechados conseguiriam chegar a determinados pontos*. Os mapas registam na sua maioria todo o conjunto urbano.

4.7. Parque das Nações

4.7.1. Morfogénese e metamorfoses do lugar

O Parque das Nações representa a zona de estudo de concepção mais recente. Na sua origem está a Exposição Internacional, que decorreu de 22 de Maio a 30 de Setembro de 1998, cujos objectivos eram não só a requalificação urbana e ambiental da área e sua envolvente, mas também, reabilitar e requalificar a frente ribeirinha, fomentar a multifuncionalidade da zona, relevar a economia e o comércio, criar uma nova polarização urbana, valorização e singularidade do território, requalificar e permitir um novo uso e uma nova vivência daquele território.

(...) é decidido que a Exposição Mundial de 1998 seria realizada na zona Oriental de Lisboa (...) era considerado território como o mais capaz de contribuir, decisivamente, para transformar Lisboa numa cidade do séc. XXI. (Ferreira et al., 1999, p. 215)

Como já foi citado na nota introdutória que antecede a caracterização das zonas, a zona oriental de Lisboa apresentava níveis elevados de degradação, estando obsoleta e poluída. Associado à mesma está a ideia de isolamento e segregação, afastamento da cidade e do rio, criando junto do mesmo uma *língua* que o divorcia da cidade. Contrariamente, a zona ocidental associa-se a uma área estruturada, cuidada, dotada de equipamentos culturais, de lazer e outros interesses, uma área qualificada e objecto de constante preocupação que, em princípio, garantirá níveis de qualidade de vida aceitáveis.

Considerada como um dos fortes desequilíbrios na estrutura urbana de Lisboa, a zona oriental, mais especificamente a da Expo 98, era ocupada por um pólo petrolífero, um matadouro, um depósito de material de guerra, uma ETAR, uma estação de compostagem, um aterro sanitário, armazéns/indústrias diversas e instalações portuárias, em suma, instalações obsoletas e desactivadas. Era, também, uma área desqualificada e degradada, do ponto de vista habitacional e urbanístico.

O seu desenvolvimento nunca fora voltado para o rio ou para o centro da cidade aproveitando a sua sinergia e estabelecendo relações, mas sim, voltado para Oriente, fechando-se em si, no seu cariz industrial e portuário, desarticulado da cidade e interrompendo, também, a relação desta com o rio. A zona portuária ocupava uma área de 522.9 hectares que representava cerca de 32.2% da área da zona oriental e, cerca de metade desta área estava sob jurisdição da Administração do Porto de Lisboa, sendo um território vedado e utilizado para fins apenas portuários, o que impossibilitava qualquer intenção de requalificar a mesma, tal como, impedia o usufruto do espaço pelas pessoas.

Até ao ano 1990, a zona oriental era desvalorizada e apresentava uma grande decadência, mas em 1991, com a realização e a previsível localização da Exposição Internacional em 1998, esta zona passa para primeiro plano e é considerada uma (...) *zona de estratégia prioritária* (Ferreira et al., 1999, p. 221). Considerada, então, como (...) *uma nova centralidade urbana e metropolitana*; e como apresenta *riqueza patrimonial; grande disponibilidade de terrenos municipais e privados* (Ferreira, et al., 1999, p. 220), enceta um novo processo de mudança cujos objectivos urbanísticos e medidas, anteriormente mencionados, procuram definir o futuro da mesma.

(...) Concurso de Ideias para a Zona Ribeirinha de Lisboa (1988), como uma iniciativa que pretendia não só lançar o debate sobre a situação actual e futura do território em questão, mas também formalizar um conjunto de ideias arquitectónicas no sentido de se virem a lançar projectos de recriação da cidade e da própria cultura urbana. Mais tarde (...) surge um conjunto de instrumentos urbanísticos que incidem directamente nestas áreas e que, pelo seu carácter vinculativo sobre o território e de acordo com os respectivos conteúdos programáticos, relançam um conjunto de acções de significativo impacte ao nível da futura apropriação das frentes ribeirinhas. (Ferreira, et al., 1999, p. 24)

A exposição tinha como objectivos e funções garantir (...) um grande projecto nacional para afirmar Portugal no mundo (...); (...) (decorrente da 1ª.) publicitar a imagem de Lisboa nos circuitos turísticos internacionais (...); (...) recuperar uma zona altamente degradada da capital. (...) já com o objectivo de legitimar os custos previsíveis da operação (...). (Ferreira et al., 1999, p.325)

Administrativamente, a área envolvida pela zona da Exposição abrangia o Município de Lisboa, parte das freguesias de Stª. Maria dos Olivais e Marvila, paralelamente ao rio Tejo (...) imediatamente adjacente à zona de intervenção da Expo '98, ocupando uma superfície de 264 ha. (Ferreira et al., 1999, p. 221)

Para fazer cumprir os objectivos inicialmente delineados, o Parque das Nações fica sujeito a uma grande e profunda intervenção urbana, fundamentalmente de âmbito ambiental, de forma a valorizar as singularidades da zona e maximizar as potencialidades de usufruto dos futuros utilizadores. Dada a situação de decadência da zona, esta ficou sujeita a inúmeras operações, não só cingidas à mesma como também foram necessárias na sua área envolvente, para que fosse possível uma nova ocupação do espaço. Procedeu-se à descontaminação dos solos, despoluição do rio Trancão, ao encerramento e selagem do Aterro Sanitário de Beirolas e à reformulação da rede de drenagem pluvial e da rede de esgotos. Eram solos com níveis de contaminação e poluição muito elevados que poderiam pôr em risco a saúde, a médio e longo prazo, dos seus futuros utentes.

Para o Projecto de Cidade que se procurava discutir e explicitar nos planos de Lisboa, a realização da Expo '98 constituía, mais do que uma ideia ou um projecto específico

de intervenção urbanística, uma oportunidade de concretizar e dinamizar a reconversão da zona Oriental de Lisboa (...). (Ferreira et al., 1999, p. 159)

Tal como uma requalificação a nível ambiental, também foi necessária uma requalificação a nível das acessibilidades e, assim, procedeu-se à criação de uma nova rede que garantisse as continuidades necessárias desta nova realidade a toda a cidade e áreas envolventes, tendo em conta a Área Metropolitana de Lisboa, uma vez que se tratava de uma nova centralidade. A nova rede de acessibilidades teria de permitir a conjugação de vários modos de transporte e das infra-estruturas, de maior e menor capacidade, viárias e ferroviárias, tais como: a nova Ponte Vasco da Gama, a variante à auto-estrada do Norte, a Circular Regional Interior de Lisboa (CRIL), as linhas ferroviárias suburbanas, o metropolitano e a rede viária da cidade. A construção da nova grande infra-estrutura, a estação intermodal de transportes denominada por Estação do Oriente, veio fortalecer e garantir esta relação e conjugação entre transportes.

(...) a requalificação urbana, enquanto processo de intervenção social e territorial, pressupõe um conjunto de acções integradas numa determinada lógica de desenvolvimento urbano, agindo, assim, ao nível da qualidade e das condições de vida dos diversos grupos sociais - em especial, os que se encontram mais marginalizados da vida social e urbana - numa postura de democraticidade social e de generalizada apropriação individual e colectiva dos espaços em causa. Deste modo, a requalificação urbana constitui-se como um processo social e político de intervenção no território, que visa essencialmente (re) criar qualidade de vida urbana, através de uma maior equidade nas formas de produção (urbana), de um acentuado equilíbrio no uso e ocupação dos espaços e na própria capacidade criativa e de inovação dos agentes envolvidos nesses processos. (Ferreira et al., 1999, p. 208)

Em 1990, a cidade de Lisboa conhece um novo processo de planeamento aplicado a todo o município, cujo âmbito de intervenção seria os projectos direccionados à cidade, (...) *assentou na realização do Plano Estratégico de Lisboa, do PDM e de Planos de Pormenor.* (Ferreira et al., 1999, p. 159). No mesmo ano, Ainda neste ano, é encetado o Plano estratégico da cidade, que finda em meados de 1992, o Plano Director Municipal em 1993, período que coincide com o desenvolvimento de candidatura de Lisboa à Expo'98. A articulação dos projectos entre si foi pouco incipiente, não havendo grande relação entre as opções tomadas com as medidas programas para o desenvolvimento da restante cidade. Apesar desta

fragilidade e inconsequentes articulações dos projectos, foi alcançado algum sucesso em três aspectos/contributos significativos do Projecto de Cidade para o Projecto Expo:

_ (...) opção pela realização da Expo '98 na Zona Oriental de Lisboa (...) constituía uma forte aposta no processo de renovação e requalificação da Zona Oriental de Lisboa; (Ferreira, et al., 1999, p. 160),

_ (...) tradicional posição "porta" da Cidade e de rótula metropolitana, onde se articulam os principais modos de transporte de mercadorias e passageiros (ferroviário, rodoviário, marítimo e aéreo); (Ferreira, et al., 1999, p. 160),

_ (...) uma área tecnológica, industrial e de serviços às empresas com vista ao desenvolvimento e modernização da base económica de Lisboa e à internacionalização da Cidade (Ferreira, et al., 1999, p. 160).

(...) implicava a melhoria das acessibilidades interna e externa, telecomunicações de ponta, nomeadamente através da instalação da rede de fibra óptica e, eventualmente, de um tele-porto, e a requalificação urbanística e ambiental de toda a zona. (Ferreira, et al., 1999, p. 160)

Os contributos acima referidos potenciaram o sucesso da implementação da exposição internacional e a forma como se desenvolveu após ter cessado ao público.

Sendo uma exposição, logo uma efemeridade, foi um projecto de grande envergadura que transformou profundamente aquela zona da cidade e que, após o termo da mesma, as infra-estruturas, os espaços verdes, os edifícios, os espaços públicos intencionalmente projectos e desenhados irão manter-se e conceber uma nova porção urbana da cidade de Lisboa. Assim, surge uma nova realidade, o espaço que resultou daquele evento, que fora o palco de uma exposição de projecção mundial é, agora, um novo pedaço da cidade revitalizada, planeada, requalificada e reabilitada agora capaz de oferecer qualidade de vida aos seus utilizadores, residentes e visitantes.

Uma Exposição Mundial é uma animação efémera onde o encontro e a manifestação de culturas decorrem num espaço confinado. Esse espaço exige prioritariamente um "sítio emblemático", interconexão com transportes de longa distância, edifícios expositivos e de espectáculos de características singulares, espaços abertos de encontro e convívio, edifícios e espaços de apoio a grandes concentrações de

visitantes não residentes, singularidades e inovações tecnológicas que atraíam os visitantes e memorizam para sempre o local. (...) a animação, o sítio, a interconexão com os transportes de longa distância, os espaços abertos de encontro e convívio, as singularidades que atraem e se memorizam. (...) requer ainda uma animação permanente, a não delimitação do seu espaço, a existência de edifícios de funções e usos metropolitanos diversos, de maneira a assegurar a concentração e densidade representativas da identidade urbana metropolitana e a sua integração no seu espaço administrativo, económico e socio-cultural. (Ferreira, et al., 1999, p. 176)

A fim de garantir as exigências que não são comuns, tais como a animação, os edifícios, os espaços, as funções e os usos representativos da identidade urbana metropolitana. Ferreira et al.(1999) refere que o conceito de *Exposição Mundial Mundial* representa a oportunidade de concretizar de forma consistente a operação urbanística e cultural, de dar a esse espaço uma identificação metropolitana assente na imagem urbana, na adesão socio-cultural, na memória do evento, na capacidade de funcionamento urbano e conseqüentemente de passar do efémero ao não efémero e consolidado. (Ferreira et al., 1999, p. 177)

Após o término da Exposição Mundial, procede-se à aplicação das medidas urbanísticas programáticas constituintes do Projecto Urbano, já referido, tais como: a reconversão do plano de circulação, concretização e conclusão das redes de infra-estruturas e arranjos exteriores locais, entre outros...

A habitação era considerada uma função complementar necessária à diversificação da ocupação e à vitalização da zona, mas não uma componente fundamental do processo de renovação. (...) a Zona de Intervenção da Expo '98, então abrangida por legislação especial, foi integrada numa Unidade Operativa de Planeamento e Gestão à qual foram referenciados aquelas intenções programáticas. (...) passou-se de uma estratégia de Cidade para uma estratégia de Projecto. (...) divergência importante no processo de renovação da Zona Oriental (...) (Ferreira et al., 1999, p. 161)

Antes desta intervenção urbana a grande escala, a zona oriental era considerada um espaço devoluto da cidade. Segundo o Dictionnaire de de l'Urbanisme e de l'Aménagement (1988) (...) os espaços devolutos urbanos podem ser diferenciados em duas distintas situações: pela sua localização na periferia urbana - terrenos ainda não construídos, mas que já não são cultivados, pois esperam uma utilização de tipo urbano - ou pela sua situação no tecido urbano construído - parcelas anteriormente

construídas, mas onde o edificado foi demolido. No caso desta zona da cidade, verificam-se ambas as situações, a sua localização é periférica e o frequente processo substancialmente de subtração gerou a consolidação de um território pontilhado de espaços vazios, sem utilidade, desocupados e descontinuados.

Segundo Ferreira *et al.*, (1999) os espaços devolutos (...) *evocam a realização e o fim de um ciclo activo que alude a uma perda. Versus (...) postulam uma potencialidade de reutilização dessas áreas, tornadas disponíveis numa distinta e posterior actividade.* O facto de estes terrenos estarem desocupados reformulou a oportunidade de restabelecer a relação da cidade com a sua frente oriental e de, ambas, com o rio.

Sechi (1984) (citado por Ferreira *et al.*, 1999), partilha a mesma opinião afirmando que (...) *estas áreas são aquelas que constituem a componente mais relevante entre os espaços devolutos, por apresentarem uma verdadeira oportunidade e ocasião para redefinirem a estrutura urbana.*

As zonas portuárias desactivadas, de que é exemplo a zona oriental especificamente onde assentará a exposição, são outro factor propiciador de espaços devolutos. O abandono dos locais e correspondentes instalações pela inexistente actividade, cria espaços abandonados geradores de insegurança. Segundo Ferreira *et al.*, (1999) (...) *todas as cidades portuárias são confrontadas com uma crise urbana ligada ao crescimento ou declínio da actividade portuária, pondo em jogo uma tensão permanente dos espaços, das funções, dos valores de uso e de mercadorias, dos capitais e dos grupos sociais envolvidos.* Segundo o autor parece ter sido inevitável esta acentuada decadência dada a predominância de instalações portuárias abandonadas, entre outras infra-estruturas fabris localizadas na mesma.

O plano esboçado para a realização da Exposição delineava um conjunto de intenções que procuravam aferir qualidade de vida urbana, tendo sido uma reconversão (de usos e ocupação do solo) previamente planeada, no seu desenho geral e na sua regulamentação particularizada. Foram concebidos variadíssimos estudos em diferentes âmbitos, no sentido de programar/planear todos os cenários possíveis e mais adequados àquela nova realidade urbana. Foi feita uma leitura sócio-urbanística, prospectando o perfil urbano ajustado e pretendido na intervenção.

O Parque das Nações poderia vir a criar alguma exclusividade na apropriação e utilização dos diferentes espaços públicos devido à distinção feita relativamente à

habitação. No entanto, foi uma zona planeada e programada para servir não só os residentes, assim como os seus futuros visitantes, oferecendo assim uma grande variedade de espaços associados às diferentes funções. A avaliação concebida pelo visitante ocasional produz um tipo de percepção diferente da que o residente faz da mesma zona, o que permite confrontar diferentes opiniões e opções. Assim, podem ser considerados variadas condições de uso e de apropriação da cidade, *enquanto factor de avaliação da sua qualidade. (...) esta "utilização" não se restringe a um campo meramente funcional, antes se alarga ao campo social e cultural, ou seja, a modelos de vida urbana, que ora são rotulados de "bons", ora de "maus", levando assim a que se adira a eles ou que se rejeitem.* (Ferreira *et al.*, 1999, p. 210)

Segundo Ferreira *et al.*, (1999) o conceito de qualidade de vida em espaço urbano é um objectivo ansiado por muitos e mais diversos utilizadores, não sendo alvo de uma única e coerente avaliação, sejam visitantes ou residentes consciencializam-se e apropriam-se de diferentes formas do mesmo espaço. *Mas não obstante toda esta subjectividade de avaliações, a qualidade da cidade tende a tornar-se, cada vez mais, num valor de uso, de consumo e apropriação, social e culturalmente selectivos, é certo, pelo que acabam por privilegiar quem tenha capacidade para aceder (e para "pagar") a referida qualidade, tanto dos espaços, como da sua própria apropriação.*

Da mesma forma que, *estilos de vida*, não é sinónimo de qualidade de vida, o conceito reforça a ideologia de que, tal como a sociedade, também os espaços de uma cidade podem ser hierarquizados em função de determinadas "marcas" urbanas e de acordo com distintos modelos de comportamento dos grupos sociais que ocupam e se apropriam desses mesmos espaços.

Relativamente ao *desenho urbano*, refere H. Dunin-Woyseth (1993) citado por Ferreira, *et al.*, (1999), alguns urbanistas tentam cumprir as *necessidades sociais* deste tipo de cidadão, as *expectativas individuais destes grupos, nomeadamente, em relação aos espaços onde habitam e onde, precisamente, manifestam os respectivos "estilos de vida" (...)*, surgindo assim espaços fechados para si mesmo, impenetráveis e alienados de toda a cidade, o que pode ser exemplo os condomínios fechados.

A plurifuncionalidade dos espaços públicos que constituem o Parque das Nações procuram garantir uma qualidade de vida urbana, transversalmente relacionada com as necessidades dos utilizadores residentes ou apenas visitantes.

4.7.2. Morfologia e imagem urbana

O Parque das Nações surge de uma necessidade de resposta no âmbito da reconversão e requalificação da zona oriental de Lisboa. Primeiro, afigura uma Exposição que projecta a cidade a nível mundial de larga escala e, transforma totalmente o território preparando-o para receber os milhares de pessoas num curto espaço de tempo. Os grandes edifícios que simbolizam o grande tema da exposição são um marco de referência no espaço urbano, tal como, todo o desenho do espaço público, os elementos e acessórios que foram seleccionados e aplicados no mesmo. Após a Exposição, estas infra-estruturas mantiveram-se embora os seus usos tenham sido adequados às novas necessidades dos futuros utilizadores.

O que resultou da realização da Expo '98 é hoje uma referência incontornável para Lisboa: definiu novos padrões de qualidade e de imagem urbanas e configurou uma nova centralidade na Área Metropolitana (Ferreira, et al., 1999, p. 161).

No projecto concebido para a concretização da Exposição e requalificação da zona, foram programadas áreas para Habitação, de Serviços, de Equipamentos, espaços lúdicos e espaços verdes para que, depois do evento, aquela zona fosse habitável, garantindo qualidade de vida urbana e fosse capaz de gerar uma dinâmica urbana e consolidar relações entre os utilizadores.



Fotografia 41 – Ambiente urbano da zona central do Parque das Nações.

São introduzidas na zona de intervenção, provenientes da Expo'98 (herdados) um conjunto alargado de infra-estruturas e de equipamentos, como a nova rede de acessibilidades (Ponte Vasco da Gama, a extensão da linha de Metro, a Gare do Oriente e os novos acessos rodoviários), o Oceanário, o Pavilhão Multiusos, a FIL, o Teatro Camões, o Pavilhão de Portugal com novos usos, o Pavilhão do Conhecimento dos Mares para o Ministério da Ciência e Tecnologia entre outras edificações, que, sem dúvida, poderão vir a potenciar uma utilização permanente e dinamizadora do ponto de vista urbano (...) (Ferreira et al., 1999, p. 231).

Segundo Ferreira et al., (1999), viver no Parque das Nações é sentir uma (...) atmosfera de festival urbano (...) (p. 34).

O Parque das Nações tendo sido projectado e programado desde raiz, representa um modelo conceptual organizado e coerente. A Norte e Sul encontram-se localizadas as zonas de maior predominância habitacional e, na zona central estão concentrados os Serviços e Equipamentos. Pontualmente e articulando-se às diferentes funções dos edifícios são cerzidos diferentes tipos de espaço público (diferentes dimensionamentos, com maiores e menores espaços de permanência, arborizados ou não, com menos ou mais elementos de mobiliário urbano consoante a afluência de pessoas) e diferentes áreas de espaço verde e espaços lúdicos.



Fotografia 42 – Ambiente urbano das zonas lúdicas do Parque das Nações.

4.7.3. Caracterização e avaliação da qualidade do espaço público



Figura 111 - Parque das Nações (realizado por C. Serrano).

A aplicação do inquérito no Parque das Nações foi muito bem sucedida devido à forma como as pessoas reagiam à abordagem feita no sentido de as convidar a participar no estudo esclarecendo, desde sempre, o seu objectivo. Foram realizadas várias visitas à zona para que se pudesse seleccionar os locais específicos onde seria mais fácil aplicar o inquérito. Opostamente às zonas já analisadas, verificou-se que no Parque das Nações seria fácil intersectar e abordar as pessoas dada a sua afluência no espaço público, nos espaços de lazer e permanência, e nos espaços verdes. As visitas ocorreram em dias da semana diferentes, em horas diferentes e, embora, ocupadas demonstraram sempre disponibilidade e simpatia para dar o seu contributo. Aconteceu, por vezes, ser o eventual inquirido a pretender, voluntariamente, realizar o inquérito porque tinha curiosidade em saber do que se tratava. Foram abordadas pessoas com ideais muito diferentes, com fácil capacidade de expressão e bastante comunicativas, embora por vezes tivessem razões para se sentirem preocupadas, tristes e deprimidas (devido ao facto de ter ficado desempregado, ter-lhe falecido alguém próximo, por estar só, por estar doente, entre outras razões).

O Parque das Nações foi o cenário de estudo que melhor respondeu aos inquéritos tendo sido finalizados muito antes dos bairros dos Olivais Norte, Olivais Sul e Moscavide. Realizaram-se cinquenta e dois inquéritos ao longo do parque urbano, nos espaços de permanência e lazer junto ao rio, em zonas habitacionais da zona Norte e Sul, junto à Marina e junto à escola. Inicialmente, perspectivou-se a realização de

cinquenta inquéritos por zona, no entanto, no Parque das Nações seria possível realizar mais que os pretendidos dada a facilidade da sua aplicação.

Responderam ao inquérito 61,5% pessoas do género feminino e 38,5% do género masculino, sendo 31,4% residentes e 68,6% são utilizadores frequentes que preferem o Parque das Nações para desenvolver as suas actividades. A maioria dos inquiridos tem idades compreendidas entre os 20 e os 64 anos predominando a classe de pessoas activas. Não foi possível recolher o contributo da população mais jovem (dos 0 aos 19 anos) dada a sua ausência (Quadro 12). A classe da população idosa (dos 65 e mais anos) tem um valor percentual pouco expressivo (5,9%), que representa apenas 3 pessoas com idades entre os 67 e os 79 anos.

| Idades | 0 – 19 Anos | 20 – 64 Anos | 65 e mais anos |
|--------------------------|-------------|---------------|----------------|
| Parque das Nações | 0 % | 94,1 % | 5,9 % |

Quadro 12 - Classificação etária dos inquiridos no Parque das Nações (C. Serrano, 2011).

O nível de instrução da amostra recolhida varia comparativamente às zonas já analisadas, verificando-se que são as pessoas que prosseguiram até ao Ensino Superior. Quanto maior é o grau de ensino maior é a percentagem de pessoas, tendo 7,6% concluído a 4ª classe, 15,4% o Ensino Básico, 21,2% o Ensino Secundário e 55,8% concluído o Ensino Superior.

| Nível de Instrução | Bairro dos Olivais Norte | Bairro dos Olivais Sul | Moscavide | Parque das Nações |
|-----------------------------|--------------------------|------------------------|-----------|-------------------|
| Não sei ler | 7,1% | 0% | 5,8% | 0% |
| 4ª Classe incompleta | 21,4% | 5,9% | 7,7% | 0% |
| 4ª. Classe | 39,3% | 19,6% | 28,8% | 7,6% |
| Ensino Básico | 14,3% | 25,5% | 17,3% | 15,4% |
| Ensino Secundário | 17,9% | 27,5% | 25% | 21,2% |
| Ensino Superior | 0% | 21,6% | 15,4% | 55,8% |

Quadro 13 - Nível de instrução dos inquiridos no Parque das Nações (C. Serrano, 2011).

A população que frequenta esta zona é na sua maioria activa e licenciada ou outros graus superiores e, segundo a figura 112, 61,5% estão empregados e 28,9% encontram-se desempregados. O valor referente às pessoas reformadas não é expressivo sendo 9,6%.



Figura 112 - Situação profissional dos inquiridos no Parque das Nações.

Relativamente ao estado civil das pessoas inquiridas, verifica-se uma coerência entre os valores percentuais das pessoas casadas e solteiras, sendo 47,1% e 45,1%, respectivamente. No Parque das Nações não foram registadas pessoas em situação de viuvez e a percentagem de divorciados não tem expressão.

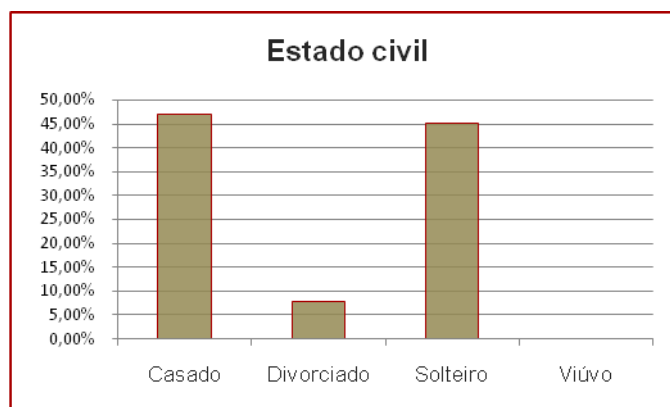


Figura 113 - Estado civil dos inquiridos no Parque das Nações.

No sentido de compreender o estado de saúde das pessoas foi propiciado um momento de reflexão no qual o inquirido responderia se sente que está saudável ou não. A maioria das pessoas, cerca de 94%, afirmou que se sente saudável, no

entanto, cerca de 6% ainda referiu alguns problemas de saúde, tais como, obesidade (9,1%), tensão arterial (27,3%), mobilidade condicionada (9,1%), problemas nas articulações (18,2%), osteoporose (27,3%) e hipotireoidismo (9,1%). Algumas doenças referidas podem alterar ou condicionar a forma como as pessoas utilizam ou apropriam o espaço, impedir que possam caminhar ou aceder a diferentes locais específicos, no entanto, verificou-se que mesmo assim as pessoas sentem-se confortáveis, seguras e sentem prazer quando percorrem toda a zona.

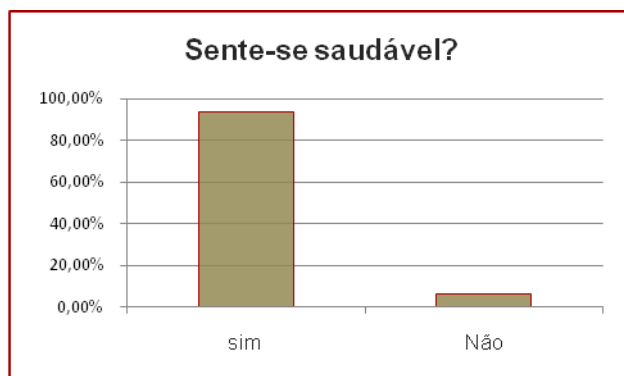


Figura 114 - Estado de saúde dos inquiridos no Parque das Nações.

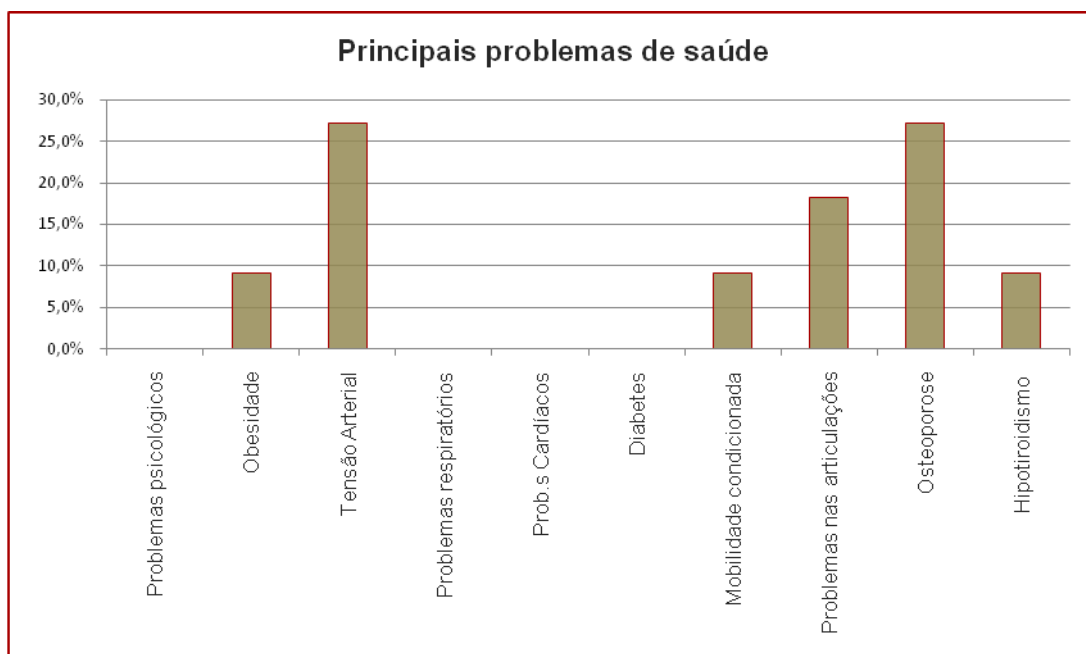


Figura 115 - Principais problemas de saúde dos inquiridos no Parque das Nações.

Os problemas de saúde acima referidos são, segundo a figura 115, na sua maioria crónicos sendo, cerca de 44% crónicos e cerca de 33% crónicos mas diagnosticados

recentemente. Esta situação reforça o que foi dito sobre o estado de saúde das pessoas e a forma como o mesmo as atrai. No Parque das Nações aferiu-se que o seu desenho e composição urbana, a articulação das funções (espaços habitacionais, espaços verdes, espaços lúdicos e de permanência e os pontos comerciais), a relação com o rio e as continuidades que suturam todos os elementos e espaços urbanos estimulam e convidam a confraternização dos seus utilizadores, o que contribui para uma vida social saudável.

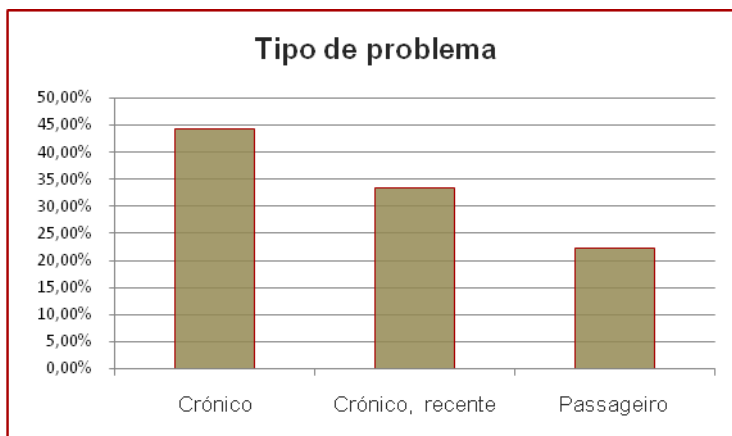


Figura 116 - Gravidade do tipo de problemas de saúde dos inquiridos no Parque das Nações.

De forma a aferir a situação emocional das pessoas que frequentam o Parque das Nações, foi posta a questão *Sente-se feliz?*. A maioria das pessoas sente-se em pleno, sentindo-se na maioria das vezes feliz. Nesta zona os registos de pessoas que exprimem alguma tristeza não são significativos.



Figura 117 - Estado emocional dos inquiridos no Parque das Nações.

No entanto, e neste caso sem estar relacionado com a forma como as pessoas se identificam com o espaço, cerca de 60% das pessoas atravessam e ultrapassam processos de tristeza, referindo que tiveram desgostos nos últimos dez anos. Na mesma linha do que se tem vindo a analisar, verificou-se que cerca de 67% das pessoas preferem o espaço público para desenvolver as suas actividades em detrimento do seu lar. As actividades desenvolvidas no Parque das Nações diferem das que foram referidas nos outros cenários já estudados, sendo de carácter mais social e realizadas no espaço público comum a todos os cidadãos. Cerca de 26% afirma praticar *Jogging*, sendo também referidas como actividades de lazer, ler, ouvir música, andar de bicicleta, praticar ciclismo, praticar ioga, pesca, frequentar o ginásio, estar com amigos, jogar à bola, cozinhar, escrever, entre outras.

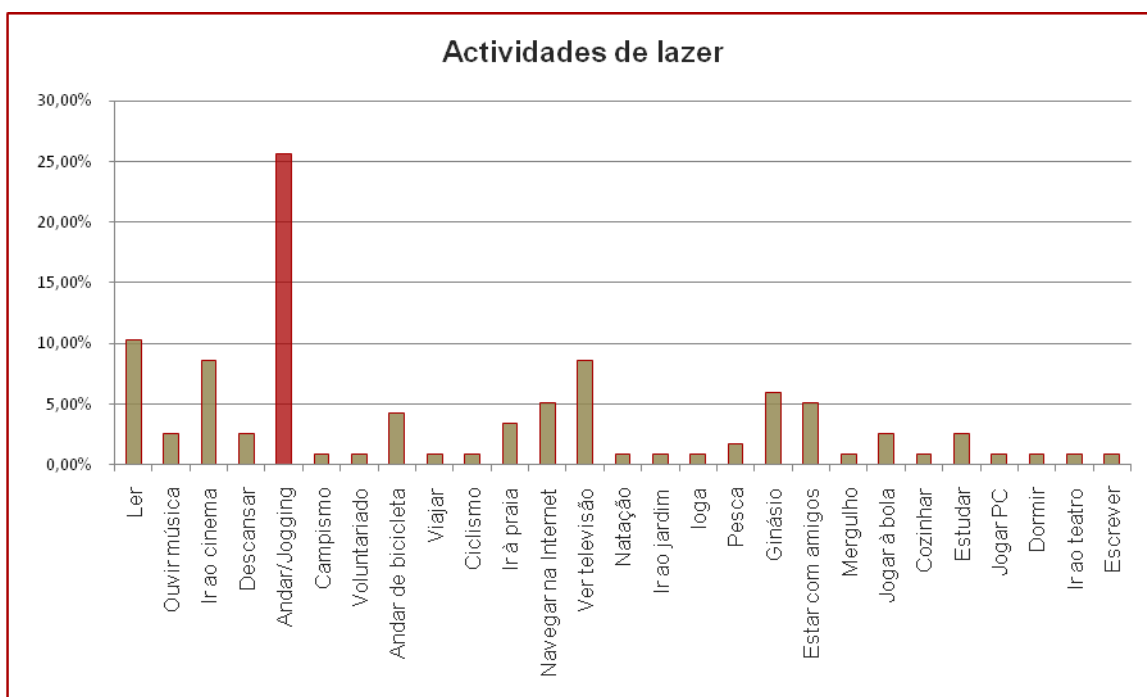


Figura 118 - Actividades de lazer dos inquiridos no Parque das Nações.

O grau de segurança sentido num determinado espaço reflecte, de alguma forma, como ele é caracterizado e a sua relação com os seus utilizadores. Após leitura da figura 119 verifica-se que todos os inquiridos se sentem seguros no Parque das Nações e, cerca de 94% das pessoas afirmam nunca ter sofrido qualquer tipo de agressão física (fig. 120).

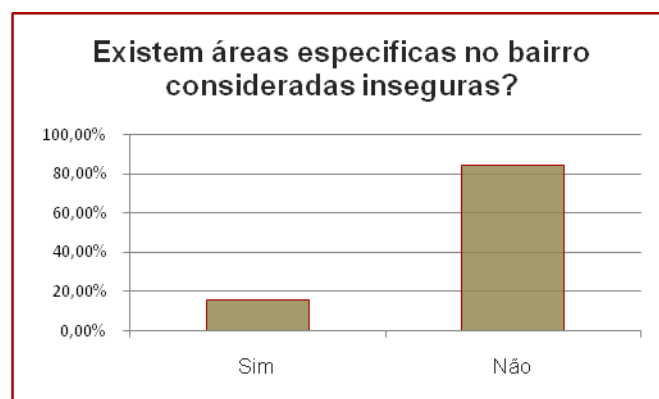
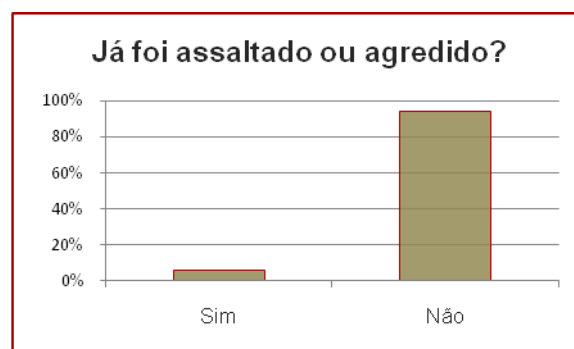


Figura 119, 120 e 121 - Segurança sentida pelos inquiridos no Parque das Nações, tal como, a existência de áreas de maior insegurança.

Embora não seja considerado inseguro, cerca de 16% das pessoas referiram que existem algumas zonas que podem vir a gerar insegurança e a certas horas evitam o seu atravessamento ou permanência. A zona Norte (na área envolvente à Ponte Vasco da Gama) do Parque das Nações foi referida com maior frequência (cerca de 56%), tal como, a zona onde se localizam os bares (zona de grande afluência no período nocturno), a zona envolvente ao centro comercial e as zonas de permanência, de lazer e espaços verdes cujo comércio local é inexistente.

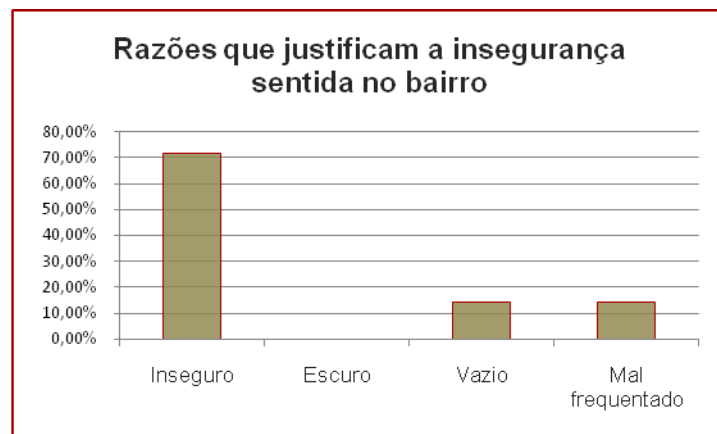


Figura 122 -Razões pelas quais o Parque das Nações é considerado inseguro.

As principais razões que justificam a insegurança sentida nestes espaços são: por ser inseguros (falta de vigilância natural, sem contacto visual e social), vazios e mal frequentados (fig. 122). A zona Norte contempla espaços de igual qualidade, no entanto, não se verifica a articulação de diferentes funções como nas zonas central e Sul, nomeadamente, comércio e serviços, o que contribui para que não tenham a afluência adequada dos diferentes espaços urbanos. Por se encontrarem vazios convida ao seu uso desadequado.

Relativamente à caracterização da qualidade do espaço público do Parque das Nações, verifica-se que cerca de 70% das pessoas inquiridas qualificam-no como bom e cerca de 21% dizem ser óptimo, o que revela um nível de satisfação bastante aceitável face às restantes zonas de estudo (fig. 123).

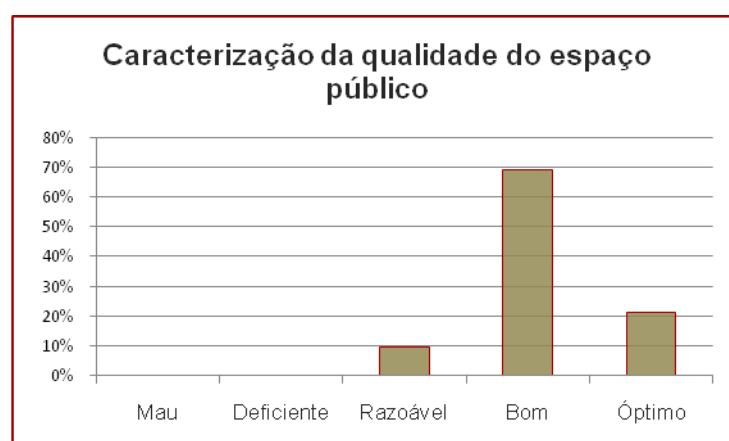


Figura 123 - Nível de qualidade do espaço público do Parque das Nações.

No sentido de complementar a análise anterior, foi construído o gráfico seguinte que demonstra qual a influência do espaço público na forma como os utilizadores apreendem e apropriam o espaço, assim como, pode o mesmo contribuir para o bem-estar físico e psíquico dos utilizadores. Feita uma análise geral do mesmo, verifica-se que não há a indiferença que se verifica nos restantes cenários de estudo relativamente à mesma abordagem e, ainda, pode observar-se que cerca de 81% das pessoas afirmam que o espaço público do Parque das Nações contribui efectivamente para a qualidade de vida das pessoas e cerca de 80% afirma que não prejudica de forma alguma o desenvolvimento de actividades e o estabelecimento das relações sociais.

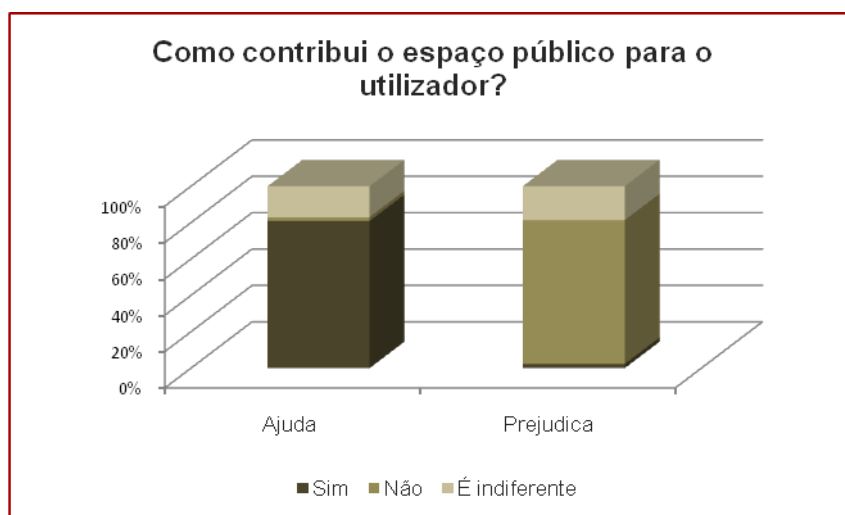
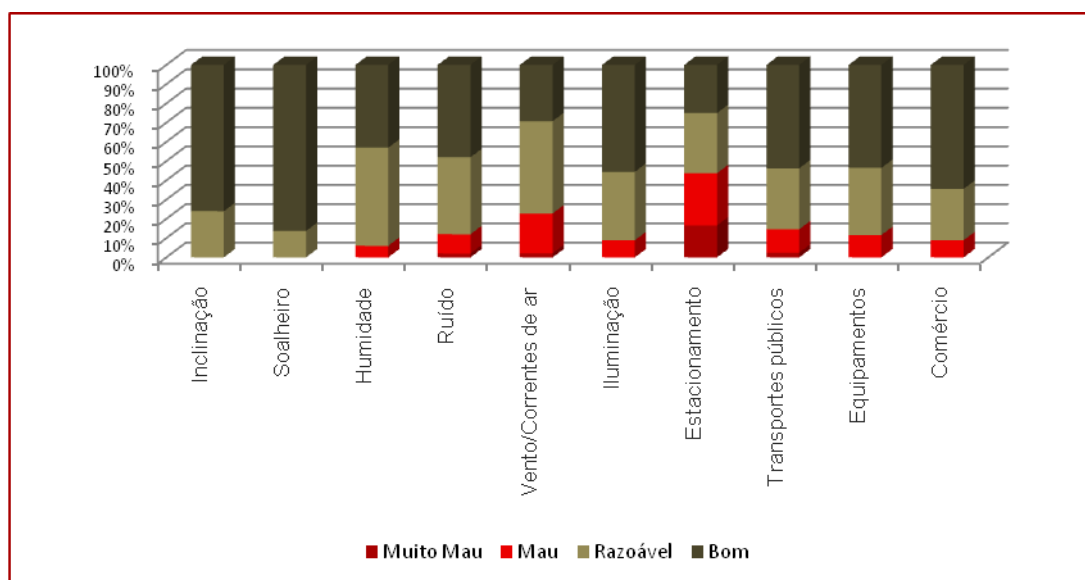


Figura 124 - Contributo positivo e/ou negativo do espaço público do Parque das Nações para o seu utilizador.

Os gráficos seguintes (fig. 125, 126 e 127) representam um nível de caracterização com maior amplitude abordando vários parâmetros específicos construídos segundo uma escala de classificação. Os principais problemas urbanos mencionados pelas pessoas foram a questão da ventilação dada á amplitude de certos espaços, a relação entre a altura dos edifícios e a largura da rua e, a exposição ao rio; o ruído e a iluminação (nomeadamente na zona envolvente dos bares e na zona envolvente da Ponte Vasco da Gama); a falta de estruturas de ensombramento e abrigo da chuva; a existência de zonas escuras e degradadas e devido ao facto de ser uma nova realidade da cidade, as pessoas ainda não o consideram consolidado e detentor de cultura e história.

De uma forma geral, as pessoas revelam estar satisfeitas com a qualidade do espaço público, classificando entre Razoável e Bom a inclinação, o facto de ser soalheiro, a humidade, a iluminação, os espaços verdes, a imagem dos edifícios (interesse estético, cor, a preservação e a conservação), os espaços lúdicos, a agradabilidade dos espaços, a distribuição e qualidade do mobiliário urbano, as zonas de permanência, os caminhos pedonais e os arruamentos, a dimensão adequada dos passeios, a qualidade dos pavimentos, o facto de não existirem espaços urbanos sem continuidade (impasses), não ser fragmentado (as funções urbanas articulam-se, complementam-se e verifica-se a hierarquização de espaços públicos de transição de forma fluida com as diferentes funções e restantes espaços sem que se gerem situações urbanas ambíguas no tecido urbano) e, é legível dada a sua forma coesa e organizada e, à sua composição urbana.

Os espaços verdes surgem no tecido urbano complementando e articulando-se com as zonas de permanência, pontos de comércio, espaços lúdicos, zonas habitacionais e zonas de Equipamentos e Serviços. No Parque das Nações este tipo de espaços faz parte do movimento e dinamismo natural das pessoas o que contribui para que a sua utilização seja contínua e frequente, razão que justifica o facto de nunca estarem vazios e serem utilizados desadequadamente.



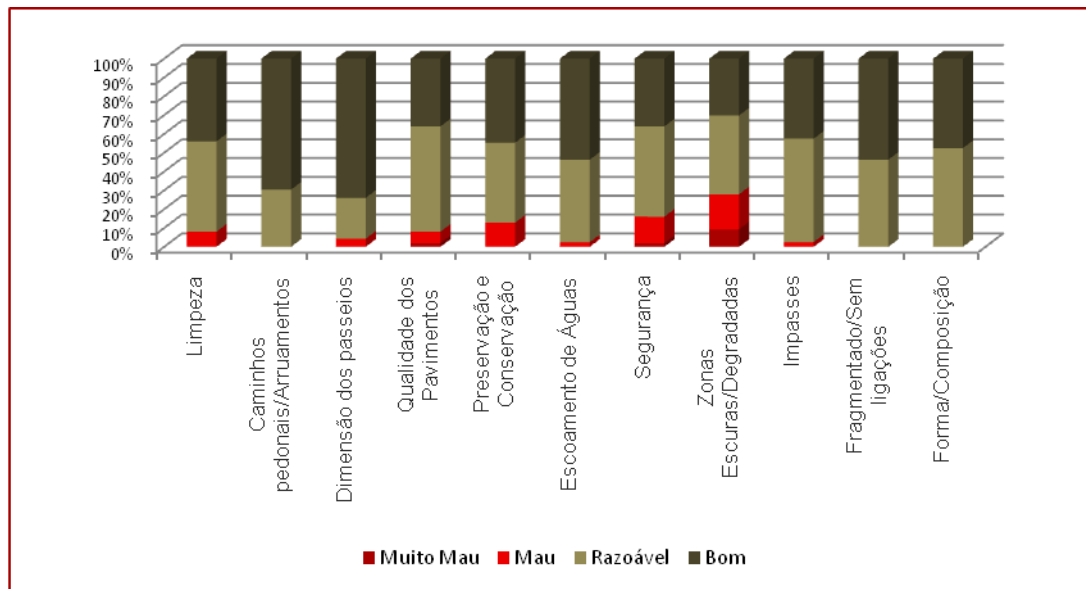
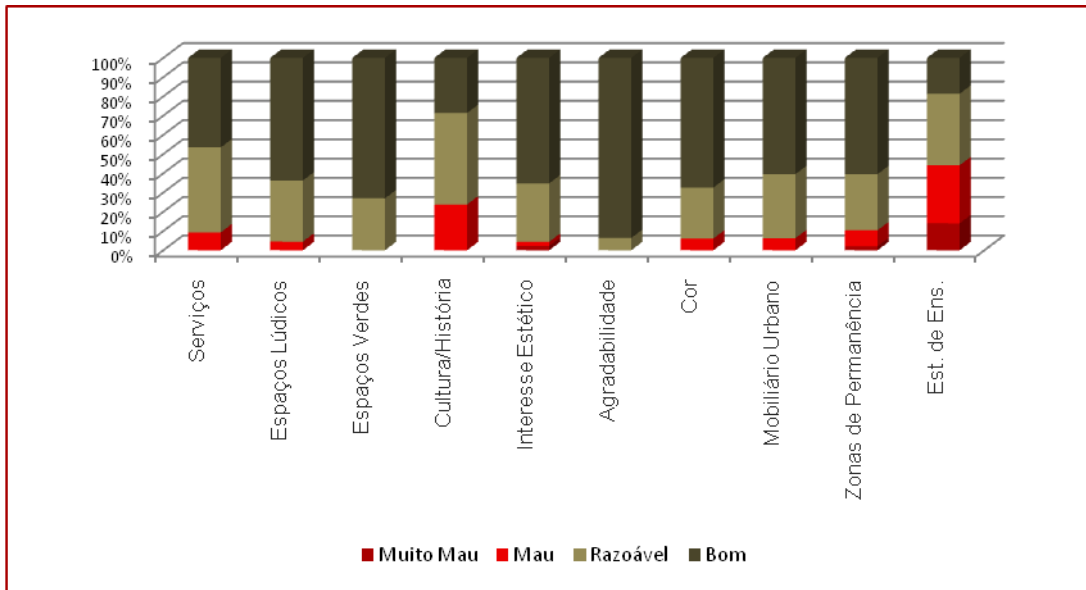


Figura 125, 126 e 127 - Avaliação da qualidade dos espaços públicos do Parque das Nações.

Foi referido que podia haver mais comércio local junto dos espaços de permanência, espaços lúdicos, nas zonas habitacionais e, essencialmente, junto à marina que ainda não revela a afluência pretendida. O facto de existirem pontos comerciais nestas zonas irá servir melhor os utilizadores dado que é na zona central que se localizam o maior número de serviços, equipamentos e espaços comerciais. O Centro Comercial Vasco da Gama e a Gare do Oriente são o espaço físico onde mais se concentram os espaços comerciais e, sendo fechados não estabelecem qualquer tipo de relação com a rua e o rio. Foi solicitado aos intervenientes que partilhassem a sua opinião relativamente a sugestões que pudessem melhorar o espaço público. Neste sentido,

aferiu-se que algumas sugestões, relacionadas com problemas urbanos, estavam directamente relacionadas com o conforto urbano e o desempenho das actividades junto ao rio, tal como, o mau cheiro e os mosquitos.

Algumas pessoas afirmaram que a existência de uma ciclovia com dois sentidos iria melhorar o espaço e trazer benefícios para os seus utilizadores, assim como, mais instalações sanitárias nas zonas de permanência, espaços verdes e espaços lúdicos, mais parques infantis, mais cafés e esplanadas distribuídos juntos dos espaços lúdicos, mais equipamentos desportivos, mais comércio local, a recuperação da Marina e o reforçar da rede de transportes colectivos.

Os amplos espaços urbanos cuja composição e forma permitem a confraternização urbana, o desenvolvimento de actividades e laços sociais dos diferentes conjuntos etários. Algumas pessoas referiram que seria benéfico a realização de eventos urbanos no sentido de manter o dinamismo, promover e reutilizar as suas funções originais consolidando-o como espaço singular.

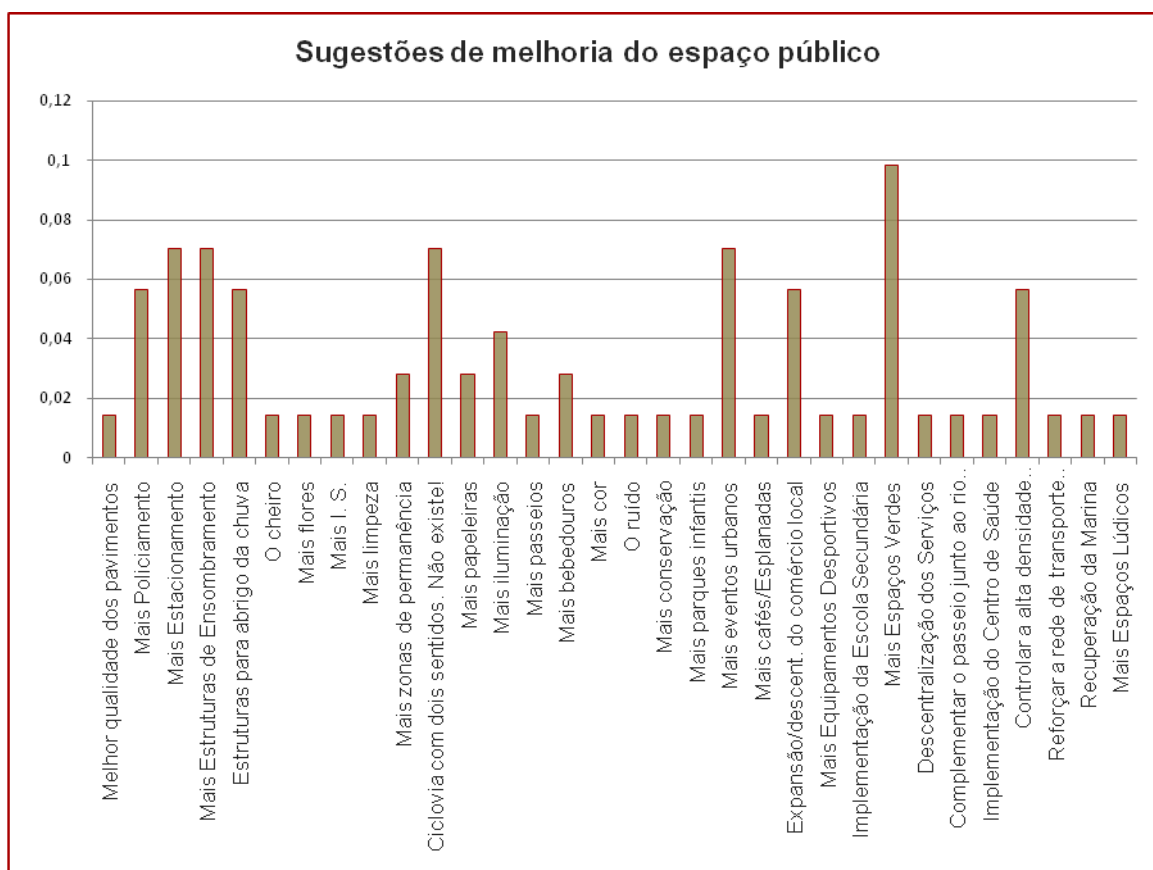


Figura 128 - Sugestões para melhoria dos espaços públicos do Parque das Nações.

As relações de vizinhança no Parque das Nações reflectem a forma como o espaço contribui para o estabelecimento dos laços sociais. Cerca de 76% das pessoas afirmaram estar satisfeitos com os seus vizinhos.



Figura 129 -Níveis de satisfação da vizinhança no Parque das Nações.

No sentido de evidenciar as relações estabelecidas entre as pessoas, foi construído o gráfico seguinte (fig. 130) que demonstra que apesar de não se verificar bastante contacto visual e não se conhecerem, há um sentimento de respeito e companheirismo (a maioria diz que existe a preocupação de não provocar situações desagradáveis e gerar ruído). A preocupação frequente de se cumprimentarem e saudarem foi referida pela maioria dos intervenientes e, mostraram alguma disponibilidade para com os seus vizinhos. No entanto, não são estabelecidas relações pessoais uma vez não têm o hábito de frequentar os lares uns dos outros.

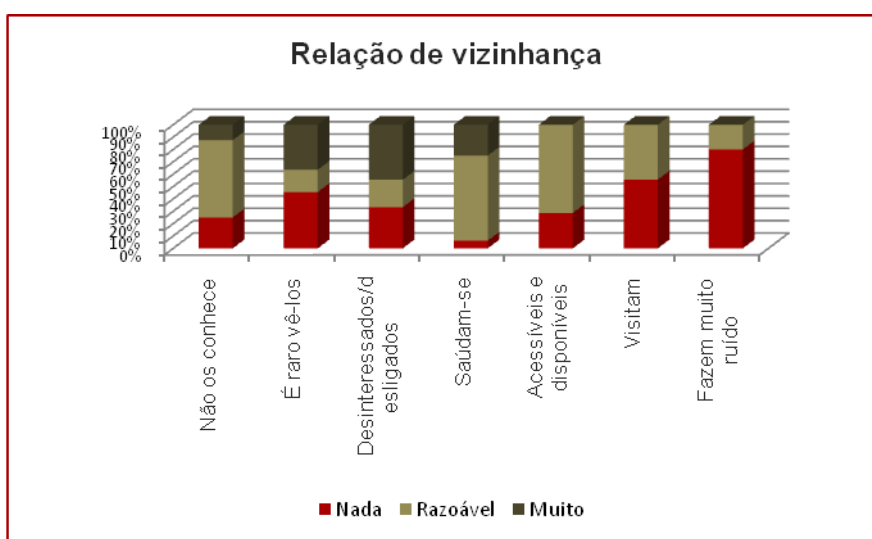


Figura 130 - Gráfico representativo da relação de vizinhança no Parque das Nações (C. Serrano, 2011).

Para melhor entender a forma como as pessoas utilizam o espaço público do Parque das Nações procurou-se saber se mantinham o hábito de andar/caminhar como actividade física, aferindo-se que cerca de 81% responderam positivamente e, ao contrário dos restantes cenários de estudo, não procuram outros locais para o fazerem. Cerca de 60% das pessoas desenvolvem esta actividade no Parque das Nações que cumpre todas as suas necessidades relativas às condições físicas do espaço público permitindo, assim, o desenvolvimento de inúmeras actividades ao ar livre. A maioria das pessoas inquiridas são apenas utilizadores frequentes e não residentes. Da mesma forma que, cerca de 89% das pessoas saem de casa para se distraírem e não necessitam de um motivo específico que as obrigue a sair da mesma. As pessoas demonstram, na sua generalidade, uma espontaneidade e satisfação que resulta da relação que estabelecem com todo o espaço que as envolve. A maioria das pessoas não se sente isolada (90%) e, cerca de 83% afirmaram não se sentirem sós e plenamente sadias psicologicamente (quadro 14). Não foram registadas situações em que as pessoas se sentem sempre ou quase sempre sozinhas, ao contrário das anteriores zonas de estudo.

| | Nunca | Poucas vezes | Por vezes | Quase sempre | Sempre |
|------------------|--------------|---------------------|------------------|---------------------|---------------|
| Moscavide | 71,2% | 11,5% | 17,3% | 0% | 0% |

Quadro 14 - Estado psicológico e necessidade de isolamento dos inquiridos no Parque das Nações (C. Serrano, 2011).

Embora contemple amplos espaços de qualidade, dada a continuidade e sequência de espaços urbanos, cerca de 36% das pessoas inquiridas vêem-se obrigadas a utilizar o transporte privado. As deslocações a pé são possíveis quando não se pretende percorrer a zona de Norte a Sul devido ao facto de ser muito extensa, cerca de 42% das pessoas inquiridas movimentam-se preferencialmente a pé. Exclusivamente nesta zona de estudo, verifica-se que a bicicleta é utilizada como meio de transporte (fig. 131).

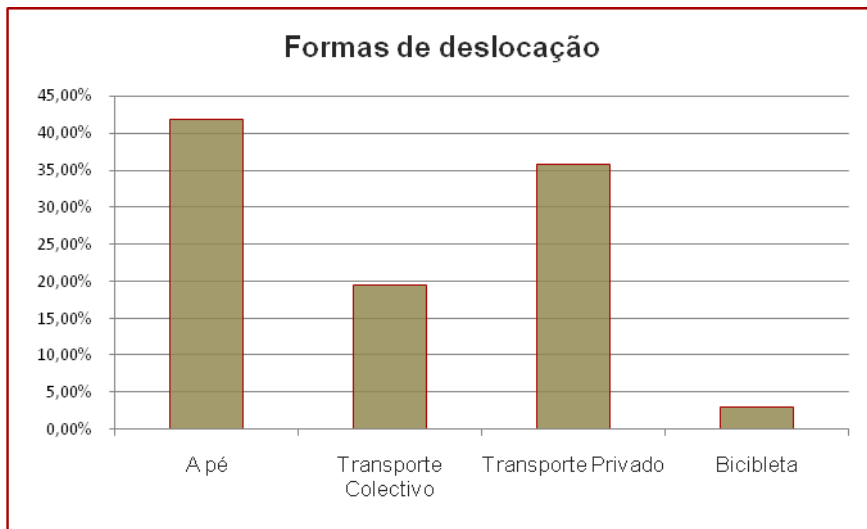
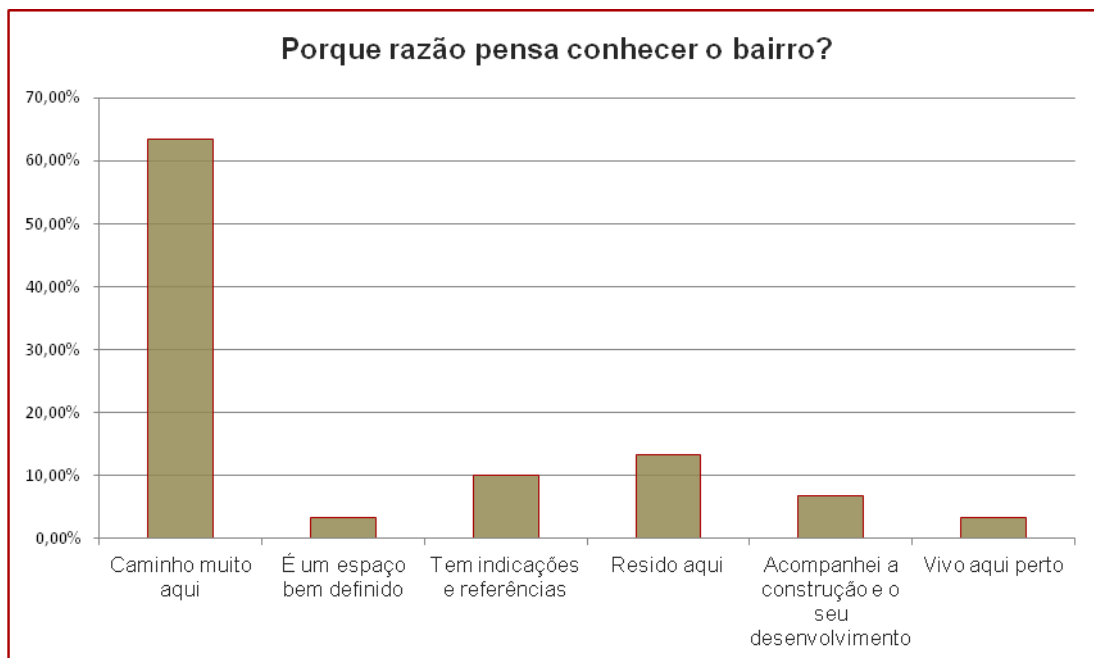


Figura 131 - Formas de deslocação dos inquiridos no Parques das Nações.

O Parque das Nações retrata uma realidade diferente comparativamente aos restantes cenários de estudo. Cerca de 78% dos intervenientes afirmam conhecer o bairro, não só porque andam/caminham bastante por toda a zona (63,3%), mas também porque, consideram um espaço bem definido (3,3%) por terem indicações e referências urbanas (10,1%), porque são residentes (13,3%) ou residem perto (3,3%) e, porque acompanharam a sua construção e o seu desenvolvimento (6,7%) (fig. 132).



132 - Razão pela qual os utilizadores dizem conhecer o Parque das Nações.

Apesar de ser uma zona bastante recente e estar, ainda, pouco consolidada a percentagem de pessoas que revelam guardar *Algumas* memórias e recordações é significativa, sendo de 58,8% e, cerca de 37% dizem ter *Muitas*. Situação que acontece dada a capacidade de acolhimento do espaço público e, porque permite a confraternização e concretização de laços sociais e de relação com o próprio. A relação que se verifica no Parque das Nações entre as pessoas e o espaço público reforça o sentido de pertença e identidade do mesmo.

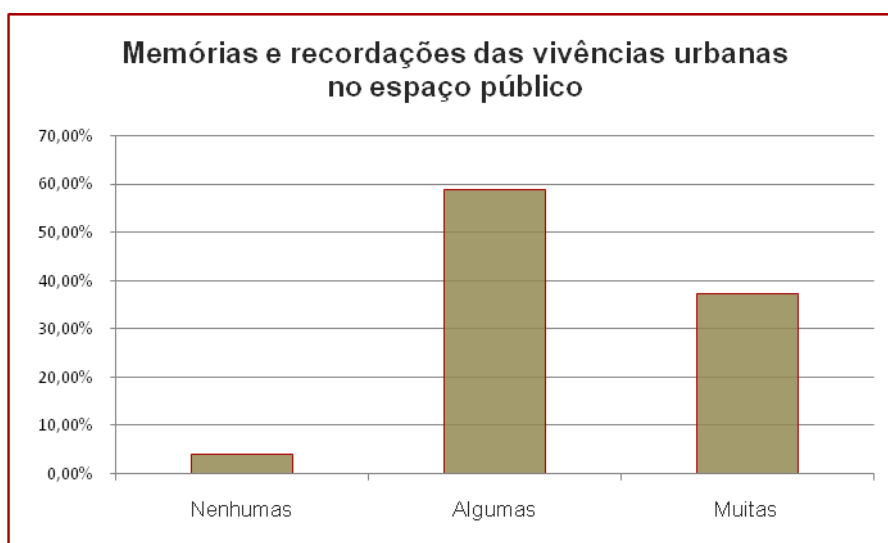


Figura 133 - Vivências urbanas passadas no Parque das Nações.

No sentido de compreender qual a importância do espaço público, foi solicitada a opinião a diversas pessoas, tendo, cerca de 54%, respondido que é muito importante o que demonstra a sua condição de satisfação. Nesta zona, ao contrário das anteriores, as pessoas não referiram com tanta frequência situações específicas que pudessem melhorar o espaço público parecendo estar satisfeitas com o mesmo. Um dos intervenientes afirmou que *aqui pode-se descansar, ninguém se mete com ninguém*.

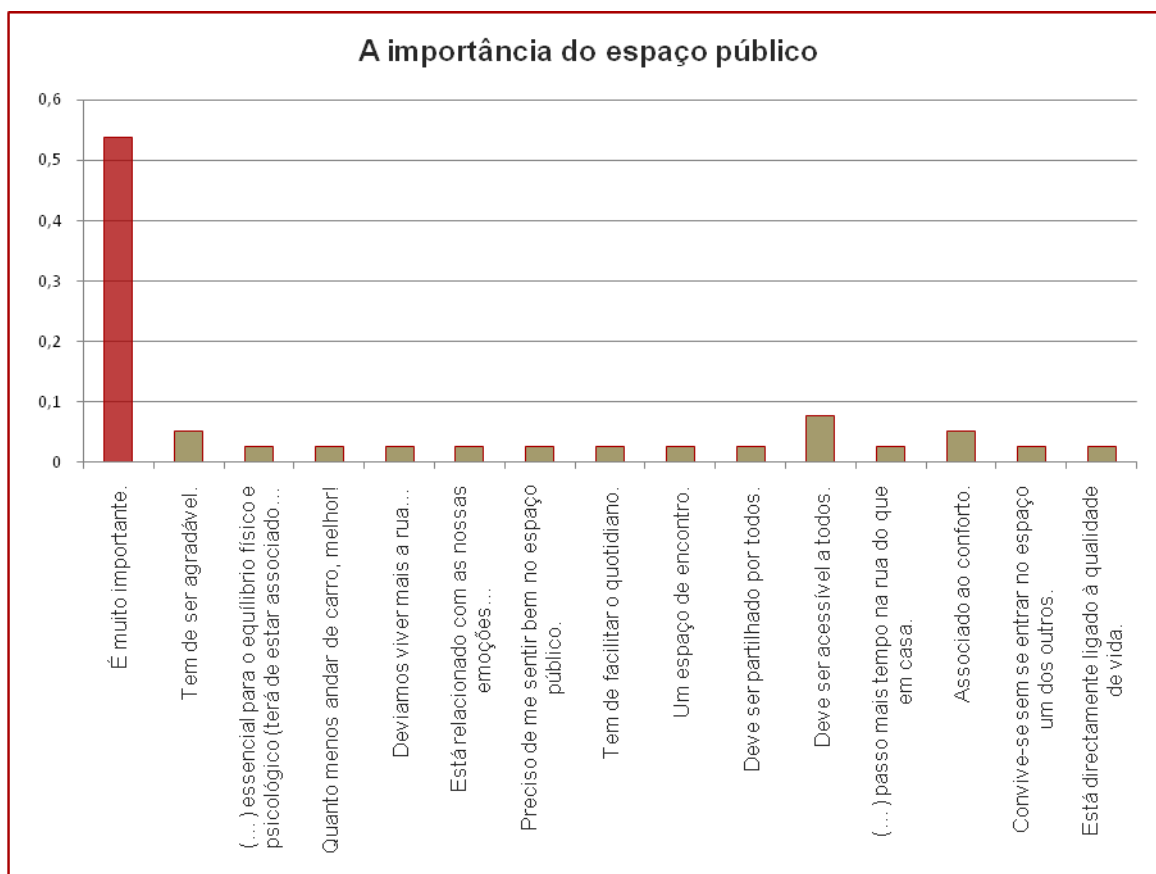
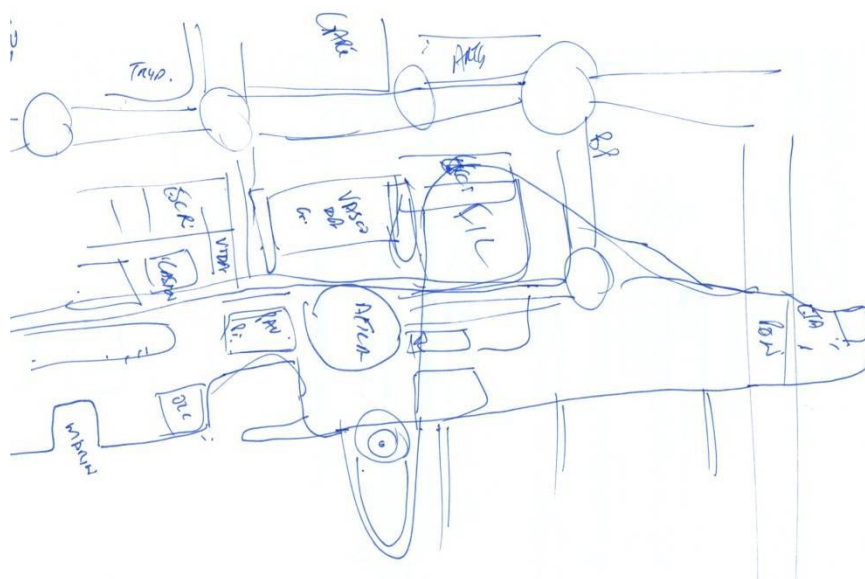


Figura 134 - Importância do espaço público para os utilizadores do Parque das Nações.

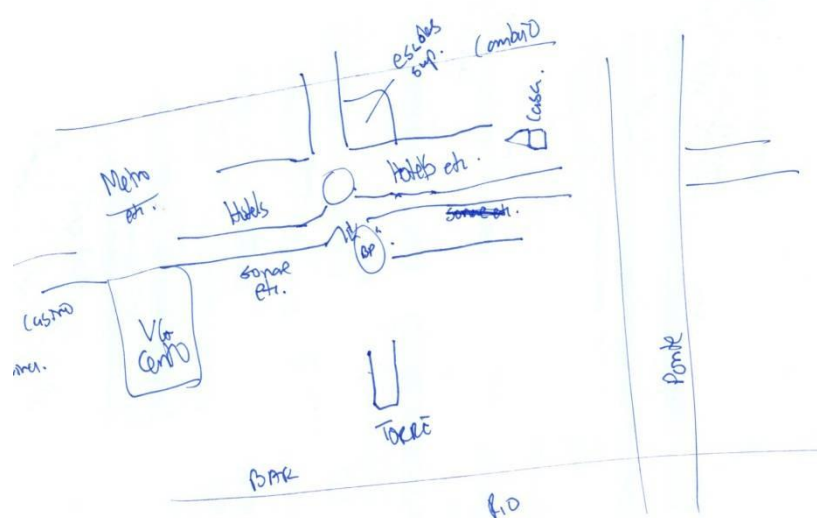
Na sua generalidade, as pessoas entendem que o espaço público está associado ao bem-estar físico e psíquico dos seus utilizadores, tendo sido referido que o mesmo é *essencial para o equilíbrio físico e psicológico associado ao prazer, está relacionado com as nossas emoções, deve ser partilhado e acessível a todos, associado ao conforto e, directamente associado à qualidade de vida urbana*. Não foram relatadas situações e elementos físicos urbanos que pudessem melhorar o espaço público no sentido de apelar para a melhoria desta zona exclusivamente, a sua importância foi sempre associada ao conforto e ao bem-estar físico e social; esta situação expressa o forte sentido de identidade e pertença entre o espaço e os seus utilizadores, tal como, o seu contributo para a qualidade de vida urbana. Os seus utilizadores consideram que o Parque das Nações reúne todas as condições urbanas essenciais ao conforto urbano.

Foi solicitado, como forma de complementar o inquérito, um desenho esquemático do que teria apreendido da zona no seu conjunto, tendo cerca de 84% aceite o desafio e apenas cerca de 16% negou participar nesta parte do estudo.

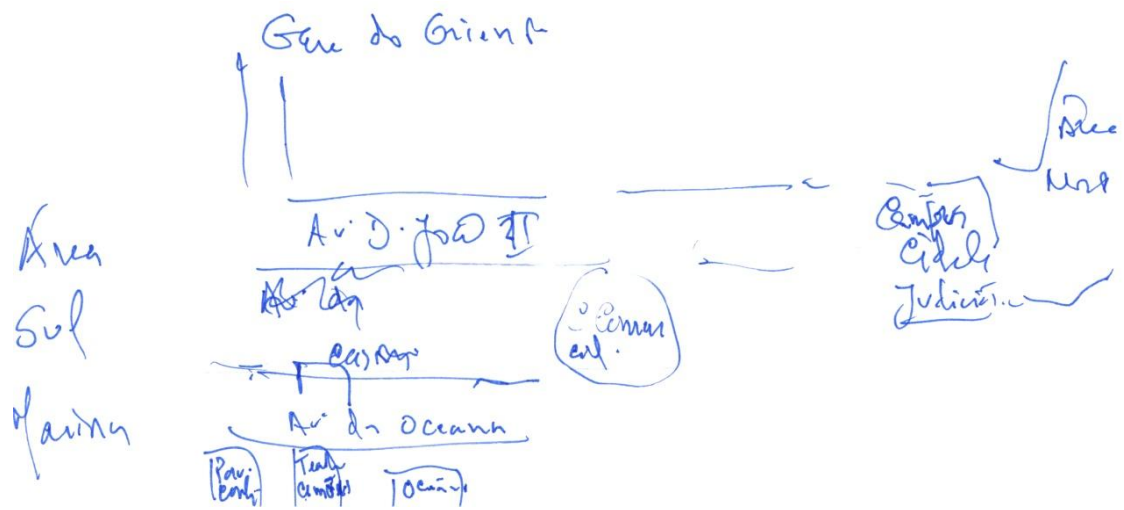
A figura 137 representa alguns dos exemplos recolhidos nesta última abordagem e revelam a legibilidade de todo este conjunto. Na maioria dos exemplos é perceptível que os utilizadores conseguem apreender toda a zona criando uma imagem mental/cognitiva da mesma, foram identificadas referências físicas e urbanas, tal como, paisagísticas (o rio). Assim como, os Equipamentos principais e de referência, eixos viários, a ponte Vasco da Gama, nós importantes, o Parque Urbano, a Marina e a Gare do Oriente.



A - Residente

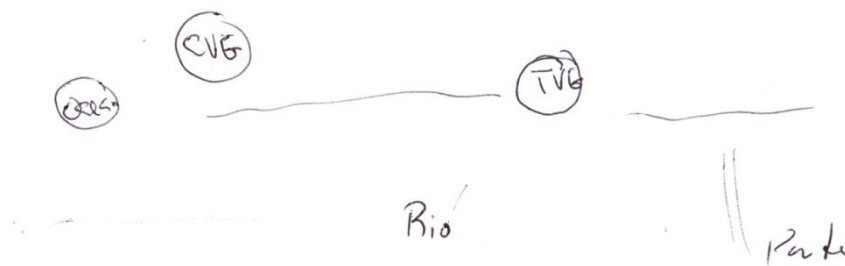


B - Residente



C - Residente

D - Não residente



E - Não residente

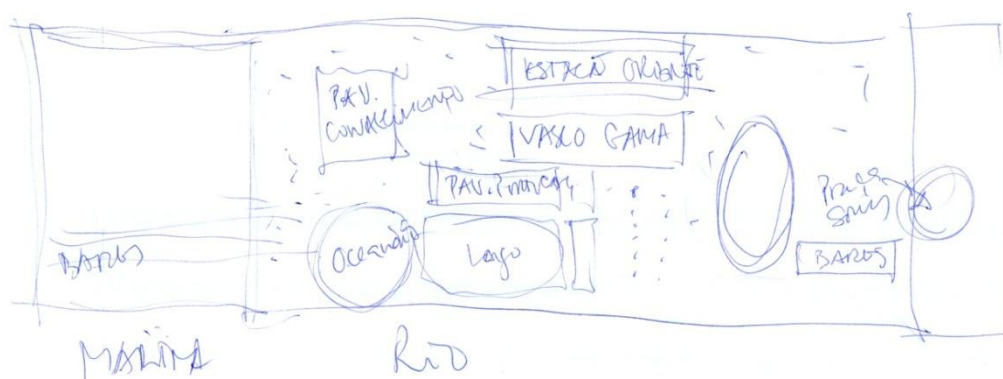


Figura 135 - Exemplos de mapas cognitivos recolhidos no Parque das Nações (elaborados pelos inquiridos, 2010 e 2011).

Os mapas mentais foram elaborados por residentes (A, B e C) e por não residentes (D e E) cujo tempo de frequência na zona de estudo é bastante menor que nos restantes

casos de estudo cujo nível de instrução é muito elevado (licenciatura e Doutorado). O desenho D foi elaborado por um visitante que frequenta o Parque das Nações há poucos meses o que revelou facilidade na apreensão de todo o conjunto urbano e de referências que permitiram elaborar o esquema representativo da realidade. Os desenhos A, B e C foram elaborados por pessoas que residem na zona entre os 5 e os 10 anos nos quais é visível a quantidade e variedade de referências urbanas, nós importantes, a relação do conjunto urbano com o rio e as vias estruturantes que conferem continuidade e permeabilidade dos diferentes espaços públicos facilitando a apreensão de todo o conjunto e estabelecendo relações entre os utilizadores e a cidade.

4.7.4. Conclusão

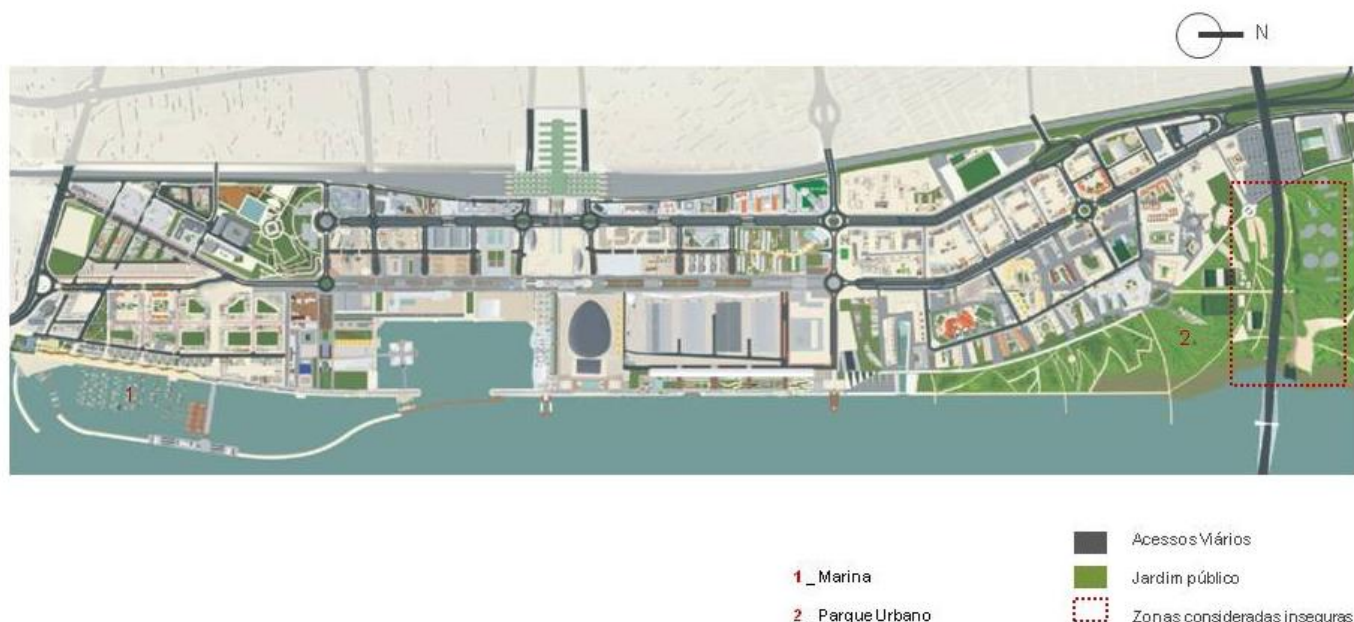


Figura 136 – Zonas consideradas inseguras no Parque das Nações (C. Serrano, 2011).

No Parque das Nações as pessoas tiveram reacções bastante positivas ao inquérito. Algumas pessoas dispuseram-se voluntariamente para participar no estudo demonstrando sempre grande abertura e simpatia ao dar o seu contributo.

Predomina a classe dos activos e os idosos têm pouca expressão. O nível de instrução é bastante elevado uma vez que cerca de 60% das pessoas concluíram o

ensino superior. Na sua maioria estão empregados e os reformados apenas têm uma expressão de 10%.

Relativamente ao estado de saúde física e psíquica das pessoas, aferiu-se que a grande maioria sente-se feliz e saudável. Nesta zona de estudo, as pessoas apresentam maior equilíbrio emocional e demonstram ser mais felizes que as restantes zonas já referidas e estudadas. Foram referidos poucos problemas de saúde, sendo apenas algumas doenças específicas na maioria crónicas e recentes ou passageiras.



Fotografia 43 – Zonas de permanência adjacentes ao rio Tejo (registo de 2010 por C. Serrano.).

As actividades de lazer e ocupação dos tempos livres são efectuadas no Parque das Nações. Muitos dos inquiridos afirmaram praticar *Jogging* nesta zona, assim como, outras actividades de grupo. O Parque das Nações é o local elegido para caminhar, praticar corrida ou realizar qualquer outro tipo de actividade pelos inquiridos de todos os cenários de estudo que realizam actividade física.

A segurança é um ponto positivo dado que a totalidade das pessoas se sentem plenamente seguras. No entanto, foram referidos alguns locais que podem vir a ser considerados espaços inseguros por se encontrarem vazios ou mal frequentados, nomeadamente, a Zona Norte (envolvente à Ponte Vasco da Gama), a zona envolvente aos bares no período da noite, a zona envolvente ao centro comercial,

zonas de permanência e lazer e espaços verdes pouco iluminados cujo comércio local é inexistente, nomeadamente junto à Marina. Apesar de ser referida como uma realidade urbana exemplar, apresenta ainda alguns problemas urbanos. Alguns inquiridos relataram que o Parque das Nações devia contemplar mais espaços comerciais distribuídos a nível local e mais eventos urbanos uma vez que esta zona tem espaços de qualidade para a criação de eventos de animação urbana.

É considerada uma zona de excelência cujos espaços públicos cumprem as necessidades físicas e psíquicas dos seus utilizadores. É caracterizado como sendo *Bom a Ótimo*, contribuindo para o equilíbrio e qualidade de vida urbana. A fluidez dos espaços e funções urbanas permitem que seja acessível a todos, permite a legibilidade do espaço e a vigilância natural.



Fotografia 44 – Zona de espaços comerciais de convivência no Parque das Nações (registro de 2010 por C. Serrano.).

Apesar da capacidade de comunicação e espontaneidade dos inquiridos, aferiu-se que não há uma intensa relação de vizinhança. As pessoas cumprimentam-se e conhecem-se mas os laços estabelecidos entre vizinhos não estão consolidados e não se verificou que confraternizassem com alguma frequência.

As pessoas revelaram uma plena satisfação relativamente ao Parque das Nações, não exprimindo qualquer tipo de tristeza e necessidade de isolamento. Verificou-se uma absoluta fruição do espaço público em diferentes horas do dia e diferentes locais.

Apesar de contínua, é uma área muito extensa a qual é percorrida a pé por muitos inquiridos, no entanto, o transporte privado é utilizado com bastante frequência. Pela primeira vez, é registado que algumas pessoas utilizam a bicicleta para se deslocarem.



Fotografias 45 e 46 – Espaços verdes e de circulação adjacentes ao edificado no Parque das Nações (registo de 2010 por C. Serrano.).

O ambiente urbano do Parque das Nações é bastante diferenciado, pontilhado por inúmeras referências cuja continuidade e permeabilidade dos espaços permite estabelecer relações entre todo o conjunto. A relação entre o edificado e os espaços públicos é estabelecida através de diferenciadas formas.



Fotografias 47 e 48 – Acessos aos edifícios de habitação no Parque das Nações (registo de 2010 por C. Serrano.).

As fotografias 47 e 48 são exemplo de canais de atravessamento entre espaços públicos urbanos que, em simultâneo, representam zonas de acesso às habitações. Estes espaços articulam-se com espaços comerciais e zonas de permanência que conferem dinamismo e segurança urbana através da vigilância natural provida da utilização frequente do espaço público.



Fotografias 49 e 50 – Espaços singulares de permanência envolventes aos edifícios de habitação do Parque das Nações (registo de 2010 por C. Serrano.).

A maioria dos seus utilizadores considera que esta zona é bem definida, com muitas referências e muito legível, afirmando conhecer bastante bem todo o Parque das Nações. E, apesar de recente, já faz parte das memórias dos mesmos por propiciar

momentos e vivências urbanas muito agradáveis. A singularidade dos espaços públicos urbanos e de muitos edifícios conferem multiplicidade de referências o que contribui para o processo de identidade do próprio espaço e sentimento de pertença de quem o utiliza. A legibilidade, a identidade, singularidade e sentimento de pertença determinam o nível de segurança urbana que, no Parque das Nações, é bastante elevado.

As fotografias 51 e 52 são exemplo de dois dos muitos edifícios singulares e referências únicas no espaço público. Estes edifícios podem ser pré-existências (fotografia 51) que se mantiveram desde a origem do território ou novos símbolos urbanos que conferem ao espaço a sua identidade e projecção no mesmo.



Fotografias 51 e 52 – Edifícios singulares do Parque das Nações (registo de 2010 por C. Serrano.).

Os inquiridos, na sua generalidade, revelaram que o espaço público é muito importante para o bem-estar físico e psíquico dos seus utilizadores tendo que ser acessível a todos e estando associado ao conforto e qualidade de vida urbana.



Fotografias 53 e 54 – Espaços verdes urbanos (registro de 2010 por C. Serrano.).

No Parque das Nações os espaços verdes assumem grande importância no contexto urbano pela qualidade de vida que confere aos seus utilizadores. Estes espaços possuem diferentes funções urbanas cuja utilização e apropriação difere das restantes zonas de estudo. A frequência de utilização destes espaços contribui para um nível de segurança significativo que permite a fruição e apropriação dos espaços pelos seus eventuais utilizadores. A ampla área verde estabelece relações com o rio (referência física que caracteriza muitos dos espaços no Parque das Nações), com os diferentes espaços públicos e com o edificado. A grande afluência destes espaços deve-se à sua configuração e às relações que estabelece com a sua envolvente que, por agregar diferentes espaços e funções urbanas, funcionam como estímulos ao seu atravessamento e frequente permanência. A qualidade dos espaços verdes determina, de igual modo, as formas de apropriação e utilização do mesmo; os espaços verdes no Parque das Nações contemplam instalações sanitárias, diferentes espaços de permanência, percursos de manutenção de actividade física, acessos diferenciados para diferentes tipos de utilizador (pessoas com mobilidade condicionada) e pontos comerciais, nomeadamente de restauração, distribuídos por todo o conjunto verde.

A grande maioria dos inquiridos efectuou os mapas cognitivos de forma legível cuja informação recolhida demonstrou, mais uma vez, o nível de legibilidade de todo o conjunto urbano. Foram referidas muitas das referências urbanas, nós importantes e avenidas que pela sua singularidade e multiplicidade de funções revelam ser uma nova referência urbana.

Capítulo V – Conclusão

A presente investigação pretende complementar outras até agora desenvolvidas relativamente à importância do espaço público e, tem como objectivo compreender como poderá este influenciar a qualidade de vida e o bem-estar físico e psíquico dos seus utilizadores.

O espaço público urbano é o elemento estruturante da cidade, espaço onde é permitido às pessoas exercer as suas actividades diárias exteriores ao seu lar, tal como, deslocar-se, adquirir bens, comunicar, estabelecer a sua vida social relacionando-se com os outros de formas e intensidades diferentes e permanecer. Assim, deve assumir qualidades que o aproximem, em termos de conforto, agradabilidade e prazer, do interior das habitações desses utilizadores. A cidade tem de ser agradável, segura e acessível a todos e os espaços públicos que a definem e caracterizam devem cerzir-se garantindo continuidades e sendo permeáveis entre si e a envolvente. A articulação de diferentes funções urbanas com estes espaços é relevante no sentido de gerar trocas e contactos (visuais, físicos, sociais ou pessoais) entre os diferentes utilizadores e fruidores do mesmo espaço.

Os bairros dos **Olivais Norte e Sul** revelaram-se espaços públicos de má qualidade e muito inseguros. Ambos foram desenhados segundo um plano cujo desenho urbano prometia garantir a qualidade de vida urbana. O objectivo seria conferir num só conjunto amplas áreas verdes, espaços de permanência integrados nas áreas habitacionais e espaços de circulação dimensionados segundo o conforto dos seus utilizadores.

No bairro dos Olivais Norte as pessoas circulam de um ponto a outro mas pouco comunicam e os espaços públicos são utilizados apenas para o seu atravessamento. Não se verificaram contactos sociais e pessoais com frequência e as pessoas demonstraram medo quando abordadas. Esta situação revela que os utilizadores têm medo de estar e permanecer nos espaços públicos do bairro. As zonas de permanência e os espaços verdes encontravam-se sempre vazios e, os espaços cujo comércio é centralizado e onde foram efectuados os inquéritos, tinham maior afluência. Outro factor que contribui para a incoerente fruição e apropriação dos espaços é a ambiguidade entre espaços públicos, privados e semi-privados. Qualquer pessoa que percorra espaços de certa forma, ambíguos, não se sente segura, descontraída e vai sempre evitar fazê-lo. No bairro dos Olivais Norte os espaços verdes não estabelecem relações com a sua envolvente nem com outras funções

urbanas, logo, não há um estímulo para a sua fruição e atravessamento e, ainda, pelo facto de serem bastante cerrados (as árvores funcionam como obstáculos visuais) e os seus percursos estreitos aumentam o sentimento de surpresa e confrontação com o desconhecido (contrário à vigilância natural), gerando o sentimento de insegurança. Dada a sua escala e densidade arbórea, os espaços verdes têm uma baixa intensidade de uso. As pessoas encontravam-se tristes, desconfiadas e muito pouco comunicativas, daí a grande dificuldade em realizar o inquérito.

No bairro dos Olivais Sul verificou-se uma maior afluência nos espaços públicos, no entanto, nos espaços verdes e zonas de permanência não recorria qualquer tipo de movimento e/ou actividade. O bairro tem melhor definição entre os espaços públicos e privados, o quarteirão tem uma maior expressão e as pessoas têm uma melhor apreensão de todo o conjunto. No entanto, os espaços verdes assumem um papel pouco relevante enquanto espaço de permanência e capaz de promover a prática de actividades por serem, de igual modo, cerrados, desagregados e inseguros. O comércio está melhor distribuído pelo bairro embora tenha pouca expressão e se concentre em maior número em determinadas zonas. As zonas habitacionais são mais dinamizadas pela existência de comércio nas suas proximidades e, os espaços verdes seriam utilizados adequadamente se na sua envolvente tivessem este tipo de estímulo ao atravessamento e, à convivência e permanência urbana. As pessoas participaram no estudo demonstrando alguma tristeza mas sempre disponíveis e afáveis. A aparente tristeza não estaria directamente relacionada com o espaço público, mas este ajudaria positivamente caso promovesse a consolidação de laços sociais, tal como, a sua fruição por maiores períodos de tempo. Quanto mais pessoas existem na rua maior é o sentimento de segurança e prazer em permanecer na mesma.

Moscavide desenvolve-se segundo uma malha simples e de grande legibilidade. As pessoas fruem e apropriam-se dos espaços públicos por longos períodos de tempo e, no entanto, os espaços verdes e as zonas de permanência são quase inexistentes. Esta situação deve-se à forma como é distribuído o comércio local e à qualidade das relações entre os seus utilizadores com o espaço. Existe um jardim público que é frequentado permanentemente por longos períodos de tempo, no qual as pessoas, de alguma idade, confraternização e partilham as mesmas actividades. Os espaços públicos em Moscavide têm um uso mais intenso que nos bairros dos Olivais Norte e Sul devido à escala dos seus espaços públicos que permite a sua fruição e apropriação constante em diferentes horas do dia. As zonas de permanência são pouco expressivas mas assumem um papel importante no espaço público por complementarem e agregarem-se aos espaços comerciais. As pessoas revelam-se

felizes e muito satisfeitas com a qualidade dos espaços públicos que, embora tivessem apontados parâmetros negativos, a animação das ruas de Moscavide supera qualquer ponto menos desejável. O grau e qualidade das vivências urbanas aumenta a segurança que, foi referido, é menor na zona da Estação de caminho-de-ferro e na zona Norte adjacente aos Olivais por serem zonas mais vazias e desagregadas do conjunto urbano. A segunda, é adjacente a um eixo viário relevante que desagrega, naquele ponto, Moscavide da sua envolvente.

O **Parque das Nações** tem uma grande afluência em todo o seu conjunto, pontilhado por espaços verdes agregados a áreas habitacionais, espaços de permanência e espaços de circulação. A plurifuncionalidade e singularidade dos espaços públicos conferem a qualidade necessária à sua fruição e apropriação adequada. As pessoas sentem prazer e agradabilidade, demonstrando-se muito felizes e satisfeitas com esta nova realidade urbana. Os espaços verdes e zonas de permanência vieram complementar e servir outras zonas urbanas envolventes, como é o caso dos bairros dos Olivais Norte e Olivais Sul e, ainda, Moscavide. Os inquiridos nas três zonas, atrás referidas, mencionaram que era no Parque das Nações que praticavam as suas actividades desportivas, tal como, seria sua preferência para passear e permanecer. Os espaços urbanos são contínuos e permeáveis, o que permite ao utilizador apreender com facilidade todo o conjunto urbano. As funções urbanas integram-se mutuamente e, apesar de na zona central estarem concentrados o maior número de serviços e as grandes superfícies comerciais, nas zonas habitacionais (zonas Norte e Sul do Parque das Nações) existe comércio local, nomeadamente restauração, escolas, parques infantis, espaços lúdicos e espaços verdes que consolidam a relação entre a cidade e o rio Tejo. No entanto, foi referido que a zona Sul onde se localiza a Marina tem pouco comércio local e espaços lúdicos, tornando-se mais vazios e inseguros.

Com a elaboração do presente estudo pode concluir-se que os espaços públicos urbanos têm uma grande relevância na vida das pessoas, especificamente, por influenciarem a sua saúde e o seu bem-estar físico e psíquico. O desenho dos mesmos pode condicionar ou propiciar a forma como será fruído e apropriado futuramente, tal como, os comportamentos e relações sociais dos seus utilizadores. A plurifuncionalidade e articulação das funções urbanas, tal como, as continuidades urbanas e permeabilidade dos diferentes espaços públicos são a chave para o estabelecimento das diferentes dinâmicas urbanas por gerarem um amplo conjunto de interesses e motivos de apropriação e utilização dos espaços públicos urbanos. Os espaços públicos devem ser dimensionados e distribuídos consoante as funções

urbanas que articulam e segundo o fluxo de pessoas que pretende acolher. As diferenças entre Moscavide e os bairros dos Olivais Norte e Sul (entre dois bairros planeados e outro não planeado) demonstram que, apesar de ser necessário planejar o espaço público através da concepção de *Planos Pormenor* como é exemplo os bairros dos Olivais Norte e Sul, estes espaços públicos têm de ter capacidade de regeneração e de transformação (servindo como estímulo à sua fruição e apropriação permanente) cumprindo, de forma ampla e intemporal, as necessidades dos seus utilizadores. Um espaço planeado tem sempre vantagens acrescidas para as pessoas porque através do desenho urbano é possível planejar e programar o espaço público, articular espaços de diferentes funções associados às diferentes funções urbanas, no entanto, estes espaços públicos vão-se degradando com o tempo, tal como, deixam de responder às necessidades dos utilizadores que vão tendo exigências diferentes. A diferença está na capacidade de mutação da cidade e no repensar dos espaços públicos porque não se tratam, conceptualmente, de espaços acabados. Há que haver uma preocupação contínua relativamente à manutenção, conservação, o mobiliário urbano, os espaços de permanência que devem ser eliminados e integrados consoante as funções urbanas que complementam, os acessos devem tornar os espaços públicos permeáveis, isto é, o espaço público deve assumir uma flexibilidade que, ao longo do tempo, mantém a capacidade de acolher actividades e de ser apropriado adequadamente.

Os espaços verdes são um elemento muito importante na cidade porque pode influenciar positivamente ou negativamente a sua fruição. Deverão ser pequenos ou médios, com capacidade de inclusão (conferindo uma ampla variedade de funções articuladas com espaços habitacionais e as restantes funções urbanas) pontualmente distribuídos de forma a complementar os espaços públicos urbanos (no interior do edificado associados a praças e largos) uma vez que a sua escala determina a sua capacidade de integração na cidade e a sua intensidade de uso. Quando agregados a outras funções que servem de estímulo à sua utilização permanente e atravessamento, os espaços verdes podem contribuir para a qualidade de vida urbana; caso sejam bastante cerrados e contemplem percursos dissociados das funções envolventes e aleatórios, os espaços verdes podem ser zonas inseguras e impenetráveis pelo desconforto e repulsão que geram nos seus eventuais utilizadores. Estes espaços devem contemplar zonas de permanência e espaços lúdicos que promovam actividades isoladas ou de grupo, a diferentes horas do dia e por diferentes períodos de tempo. Devem ser espaços bem iluminados cuja opção relativamente aos elementos arbóreos deve ter em conta a possibilidade de vigilância natural do conjunto

e, em simultâneo, propiciar conforto na utilização deste tipo de espaços. A sua dimensão é fundamental para que se estabeleçam relações de pertença e apropriação para com o mesmo. Os espaços verdes, já referido, devem ser pequenos e, aproximados da escala humana podem ser um grande contributo para a saúde psíquica das pessoas apenas pelo contacto em si e com os elementos da natureza.

A saúde física e psíquica das pessoas é influenciada pelo espaço público na medida em que este pode causar diversos tipos de sentimentos nos seus utilizadores (prazer, repulsa, medo, angustia, conforto), atenuar problemas físicos promovendo a locomoção, facilitar a confraternização e promover uma vida social saudável, assim como, contribuir para a qualidade de vida urbana.

A imagem urbana de um determinado lugar é determinante para o seu uso adequado e relação com os seus utilizadores. Assim, é importante que os espaços públicos urbanos estejam conservados e preservados, mantendo um aspecto limpo e cuidado o que incute nas pessoas comportamentos e atitudes benéficas à sua manutenção. Espaços urbanos negligenciados e abandonados acentuam a sua degradação e geram comportamentos desadequados pelos seus utilizadores face ao mesmo. Não só é importante criar espaços públicos de qualidade como é, de igual modo, a sua manutenção e conservação para que o mesmo seja sempre apropriado agradavelmente. Os bairros dos Olivais Norte e Sul apresentam alguma degradação e falta de conservação, nomeadamente, os pavimentos que impermeabilizam as zonas habitacionais e espaços de circulação pedonal.

Os projectos de requalificação e recuperação urbana são essenciais para que se recupere a imagem degradada dos espaços públicos urbanos e se restabeleça a articulação dos mesmos com as diferentes funções urbanas.

O quadro 15 representa a análise conclusiva dos parâmetros e componentes urbanos que se verificam nas diferentes zonas de estudo. O Parque das Nações revela contribuir bastante para a qualidade de vida urbana, enquanto, os bairros dos Olivais Norte e Olivais Sul pela sua configuração urbana e monofuncionalidade espacial causam nas pessoas medo e rejeição, o que agrava a tendência para o isolamento. Moscavide apesar de não contemplar espaços de confraternização e permanência, espaços verdes adequados às necessidades dos seus utilizadores, confere funções urbanas (comércio local) que estimulam a utilização adequada e intensa dos espaços públicos contribuindo para a qualidade de vida urbana.

| | Olivais Norte | Olivais Sul | Moscavide | Parque das Nações |
|---|----------------------|--------------------|------------------|--------------------------|
| Promove diferentes intensidades de uso, logo, diferentes actividades. | x | x | -/+ | ✓ |
| É seguro. | x | x | -/+ | ✓ |
| Promove contactos sociais de diferentes intensidades. | x | -/+ | ✓ | ✓ |
| Integra e inclui as pessoas. | x | -/+ | ✓ | ✓ |
| Contacto e presença de espaços verdes. | ✓ | ✓ | x | ✓ |
| Plurifuncionalidade de espaços e funções urbanas. | x | x | x | ✓ |
| Continuidade e permeabilidade do espaço público e das diferentes funções urbanas. | x | x | ✓ | ✓ |
| Condições de sociabilização e confraternização. | x | x | -/+ | ✓ |
| Contribui para o bem-estar físico e psíquico das pessoas. | x | -/+ | -/+ | ✓ |
| Preservação e conservação. | x | x | x | ✓ |

| | | | | |
|---|---|-----|-----|---|
| Imagem urbana agradável e atractiva. | ✘ | -/+ | -/+ | ✓ |
| Apropriação adequada dos espaços públicos urbanos. | ✘ | ✘ | ✓ | ✓ |
| Sentido de pertença e identificação com os lugares. | ✘ | ✘ | ✓ | ✓ |
| Singularidade dos espaços públicos urbanos. | ✘ | ✘ | ✘ | ✓ |
| Contribui para a qualidade de vida urbana. | ✘ | -/+ | ✓ | ✓ |
| Gera insegurança nas pessoas. | ✓ | ✓ | ✘ | ✘ |
| É legível e fácil a sua apreensão como conjunto urbano. | ✘ | ✘ | ✓ | ✓ |
| Tem referências urbanas. | ✘ | ✘ | -/+ | ✓ |
| Estimula a sua fruição e apropriação. | ✘ | ✘ | ✓ | ✓ |

Quadro 15 – Análise conclusiva dos parâmetros e componentes urbanos verificados nas zonas de estudo (C. Serrano, 2011).

Capítulo VI – Considerações finais.

No sentido de desenvolver um conjunto de recomendações e propostas a considerar no desenho dos espaços públicos urbanos são enumerados alguns propósitos cujo cumprimento contribui para a qualidade de vida urbana e das relações sociais, sendo:

- Dimensão adequada dos diferentes espaços públicos segundo as funções urbanas e a afluência de pessoas;
- Dimensão dos espaços verdes e a sua articulação com as restantes funções urbanas;
- Espaços verdes de pequenas dimensões, bem iluminados e associados a diferentes funções urbanas aptos a acolher o desenvolvimento de diferentes actividades praticáveis em diferentes horas do dia e segundo diferentes intensidades;
- Garantir permeabilidade, continuidade e legibilidade dos espaços públicos urbanos;
- Manutenção e conservação dos espaços públicos urbanos (permeáveis e impermeáveis) no sentido de garantir uma imagem cuidada e limpa dos mesmos que, quando mantidos e conservados contribuem para a segurança urbana, tal como, para o estabelecimento de relações sociais;
- Ter em consideração a densidade da vegetação e arborização de modo a conferir a vigilância natural do espaço.
- Proporcionar a vigilância natural dos espaços públicos através dos contactos visuais, físicos e pessoais, concebendo espaços públicos previsíveis, permeáveis entre si nos quais não existem obstáculos/barreiras físicas;
- Espaços públicos acessíveis a todos os utilizadores inclusive a pessoas com mobilidade condicionada através de rampas de acesso, pontos de apoio e desníveis atenuados;
- Maior vigilância e policiamento por parte das autoridades;
- Iniciativas que fomentem a concretização de eventos urbanos associados a zonas lúdicas, de permanência e espaços verdes;
- Estabelecer a articulação e complementaridade entre funções urbanas (estímulos à apropriação e fruição dos espaços públicos);
- Fomentar a integração e implementação de comércio local distribuído e associado a zonas lúdicas e de permanência, tal como, de Equipamentos de utilização pública;

- Através do desenho urbano, definir de forma objectiva o que são espaços públicos e privados;
- Garantir a plurifuncionalidade e singularidade dos espaços públicos urbanos.

Referências bibliográficas

ANDRADE, H. (2005) O clima urbano – natureza, escalas de análise e aplicabilidade. *Finisterra*, Lisboa, XL (80): 67-91.

ALFAIATE, T. (2008) A água enquanto matéria construtora da paisagem. *Arquitectura e Vida*, Lisboa, 94 (Junho): 50-55.

ALCOFORADO, M. , Andrade, H. (2007) Clima e Saúde na Cidade. Implicações para o Ordenamento. In Santana (coord.) *A Cidade e a Saúde*, Lisboa, Edições Almedina: 99-118.

ALVES, F. (2003) *Avaliação da Qualidade de Espaço Público Urbano: Proposta metodológica, Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas*. Edição Fundação Calouste Gulbenkian, 350p.

AUGÉ, M. (2005) *Não-Lugares: Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade*. Lisboa: 90 Graus Editora, 100p.

BAPTISTA, L. (2009) Espaços Públicos. *Arquitectura e Arte*, Lisboa, Outubro, p: 8-9.

BATALHA, L. (2010) Planeamento urbano, qualidade de vida e saúde. *Direcção-Geral da Saúde. PLAHS - Planos Locais de Acção em Habitação e saúde*, Lisboa, Novembro, Grupo 2 – Espaços seguros e saudáveis, interacção social, planeamento urbano, acidentes, obesidade, Ficha 2.3.

BAUMAN, Z. (2006) *Confiança e Medo na Cidade*. Lisboa: Relógio D`Água Editores, 87p.

BOUBEZARI, M. (2008) *O espaço sonoro e as suas tipologias 06*, Parque Expo 98. Lisboa: Colecção Expoentes, 165p.

CALVINO, I. (2006) *As Cidades Invisíveis*. 10ª Edição. Lisboa: Editorial Teorema, 167p.

CATULO, K, Reis, M., Pereira, S. (2010) *Até as cidades mais verdes escondem doenças*. *Jornal I, Dia Mundial da Saúde* (286): 16-19.

CÉSAR, A., HENRIQUES, S. (2005) Rede Social do concelho de Loures Diagnóstico Social da Freguesia de Moscavide. Loures: Comissão social da freguesia de Moscavide.

COELHO, A. B.(2005) *Humanização e vitalização do espaço público*. Lisboa: LNEC.

COELHO, A. B. (2010a) Bem-estar na envolvente residencial. *Direcção-Geral da Saúde. PLAHS - Planos Locais de Acção em Habitação e saúde*, Lisboa, Novembro, Grupo 2 – Espaços seguros e saudáveis, interacção social, planeamento urbano, acidentes, obesidade, Ficha 2.4.

COELHO, A. B. (2010b) Problemas sociais na habitação. *Direcção-Geral da Saúde. PLAHS - Planos Locais de Acção em Habitação e saúde*, Lisboa, Novembro, Grupo 2 – Espaços seguros e saudáveis, interacção social, planeamento urbano, acidentes, obesidade, Ficha 2.6.

CONSIGLIERI, C.; RIBEIRO, F.; VARGAS, J.; ABEL, M.. (1993) Pelas freguesias de Lisboa: São João, Beato, Marvila, Santa Maria dos Olivais. 1ª. Edição. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa Oriental, 166p.

CROWE, T. (1991) *Crime prevention through environmental design: Applications of architectural design and space management concepts*, Boston: National crime prevention institute, Butterworth-Heinemann.

CULLEN, G. (1983) *Arquitectura e Urbanismo: Paisagem Urbana*. Lisboa: Edições 70, 202p.

DIAS, F.; DIAS, T. (1993) Lisboa: Freguesia de Sta. Maria dos Olivais. 1ª Edição. Lisboa: Guias Contexto, 71p.

DIAS, M. G. (2006) *Manual das cidades*. 1ª. Edição. Lisboa: Coleção Arquitectura, Relógio D'Água Editores, 143p.

DOMINGOS, J.; SOUSA, T. (1999) O vento na cidade. *Lisboa Urbanismo*, Lisboa, 2 (3): 18-19.

DROSELTIS, O. (2010) Towards an integrative model of place identification – Level place preferences. *Journal of Environmental Psychology*, Canada, Março, p: 23-34.

ESTEVES, A. (1999) Uma geografia da insegurança. Edições Colibri, Lisboa, p: 26-43.

FADIGAS, L. (2010) *Urbanismo e Natureza - Os desafios*. 1ª. Edição. Lisboa: Edições Sílabo, 149p.

FADIGAS, L. (2008) *Urbanismo e Espaços Verdes: da cidade compacta à cidade jardim*. Lisboa: [s.n.].

FERNANDES, J. (1993) *A Cidade: Espaço de Atracção/Espaço de Rejeição*. Câmara Municipal do Porto. Lisboa: Universidade Aberta.

FERREIRA, V.; INDOVINA, F. (1999) *A cidade da Expo 98*, Bizancio, Lisboa, 422p.

FISCHER, G.- N. (1992) *A Dinâmica Social – Violência, Poder, Mudança*. Paris: Planeta Editora/ISPA.

FLORENSA, R.; ROURA, H. C. (1995) *Arquitectura y energia natural*. Barcelona: Polítext 40, 388p.

FLORENTINO, R. (2009) *Planeamento urbano e Desenho urbano. Métodos e Técnicas para o Desenvolvimento Urbano Sustentável 08 Parque Expo, Cesur*, Lisboa, p: 22-61.

FORD, L. (2000) *The Spaces between buildings*, The Johns Hopkins University Press, Baltimore and London, 225p.

FREIRE, E.; CRESPO, J. (2011) *Land planning and management policies urban trends and environmental (un)sustainability. The case of Lisbon Metropolitan Area*. In *Regional and Urban Developments in Portuguese-Speaking Countries* (editores: M. Valença; F. Cravidão, J.R.Fernandes), Nova Science Publishers Inc, Nova Iorque.

FRANCISCO, M. D. (2005) *Espaço público urbano: Oportunidade de identidade urbana participada*. FCSH, Lisboa, 15p.

GÂNDARA, M. I.; GOULÃO, M.; MASSAPINA, M. Isabel. (1993) *A Cidade: Mobiliário Urbano*. Lisboa: Universidade Aberta.

GIL, B. (2009) *Mobilidade Pedonal no Espaço Público. Caso de Estudo e Aplicação ao Projecto em Sete Rios*, Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa, 59p.

GEHL, J. (2006) *La humanización del Espacio Urbano: La vida social entre los edificios*. 5ª Edição. Barcelona: Editorial Reverté.

GODINHO, R. (2001) *Reabilitação em Lisboa. Um novo conceito de ambiente urbano*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

GUTERRES, J. (2002) *Cidade bem ordenada e modernidade: princípios, critérios e avaliação em contexto de planeamento urbano e do território*. *Dissertação para*

obtenção de grau de Doutor em Planeamento Urbanístico. Faculdade de Arquitectura, U.T.L., Lisboa.

HEITOR, T. (2001) A expansão da cidade para oriente: os planos de urbanização de Olivais e Chelas. *Lisboa: conhecer, pensar, fazer cidade (CIUL)*, Lisboa, p: 72-85.

HILLMAN, J. (1980) *Walking. In The City as Dwelling: Walking, Sitting, Shaping*. Irving Texas: The University of Dallas.

HOLLANDER, A.; STAATSEN, B. (2003) Health, environment and quality of life: an epidemiological perspective on urban development, landscape and urban planning, 65 (1-2): 53-62.

INNERARITY, D. (2006) *O Novo Espaço Público*. Lisboa: Editorial Teorema, 320p.

JACOBS, J. (2000) *Morte e Vida de Grandes Cidades*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 510p.

JEFFERY, C. (1977) *Crime Prevention through Environmental Design*, Beverly Hills, CA: Sage.

LAMAS, J. (2000) *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 589p.

LANG, E. (2000) *Como fazer sombra na entrada de casa*. São Paulo, Folha Equilíbrio p.6.

LERNER, J. (2010) *Acupuntura urbana*. Rio de Janeiro: Editora Record, 126p.

LYNCH, K. (2000) *A Imagem da Cidade*. Lisboa: Edições 70, 205p.

KUO, F. E.; SULLIVAN, W. C. (2001) Environment and crime in the inner city. Does vegetation reduce crime? *Environment and Behavior*, Londres, p: 343-367.

MENEZES, M. (2005) *Espaço público urbano e práticas socioculturais de uso, sua apropriação e representação*. Cadernos de Edifícios, N4, Lisboa, LNEC.

MENEZES, M. (2008) *Modalidades de Uso/Apropriação e o Planeamento dos Espaços Públicos Urbanos: Contributos para a análise e intervenção*. Lisboa: LNEC, 29p.

MORGAN, P. (2010) Towards a development theory of place attachment. *Journal of Environment Psychology*, Canada, Março, p: 11-22.

- MOSER, G.; RATIU, E.; FLEURY-BAHI, G. (2002) Appropriation and interpersonal relationships. *Environment and Behavior*, Londres, Janeiro, p: 122-136.
- MUGA, H. (2006) *Psicologia da Arquitectura*. 2ª. Edição. Canelas VNG: Gailivro, Colecção Ensaios, 262p.
- NETTO, V. de M. (2006) O efeito da arquitectura: impactos sociais, económicos e ambientes de diferentes configurações de quarteirão. *Arquitextos*, Lisboa, 79 (7).
- NEWMAN, O. (1996) *Creating Defensible Space*. Washington, D.C.: U.S. Department of Housing and Urban Development, Office of Policy Development and Research.
- NOBRE, I. (2010) O Ruído e os efeitos nocivos na Saúde. *Direcção-Geral da Saúde. PLAHS - Planos Locais de Acção em Habitação e saúde*, Lisboa, Novembro, Grupo 4 – Agentes químicos, físicos e biológicos, produtos e tecnologias, Ficha 4.3.
- NOGUEIRA, H., Santana, P., Santos, R. (2009) Saúde: Vulnerabilidade e Oportunidade na Área Metropolitana de Lisboa. *A Cidade e a Saúde*, Lisboa, Outubro, p: 119-132.
- PEDROSA, J.B. (1983) *Arborização de cidades e rodovias*. Belo Horizonte: IEF, 64 p.
- PILE, S. (1996) *The body and the city: psychoanalysis, space and subjectivity*. London: Routledge, 276p.
- PINTO, A. ; REMESAR, A.; AMADO, M. (2008) *Espaço Público: Contributos para a Coesão Territorial do Espaço Urbano*. GEOTPU, Gabinete de Estudos de Ordenamento do Território e Planeamento Urbano.
- POL, E. (2002) The theoretical background of the city – identity – sustainability network. *Environment and Behavior*, Londres, Janeiro, p: 8-25.
- PORTAS, N. (2007) *A cidade como arquitectura*. Lisboa: Livros Horizonte, 212p.
- RAMALHO, A. (2004) *Urbanismo: retratos urbanos*. 1ª. Edição. Câmara Municipal de Póvoa do Varzim: Caleidoscópio, 130p.
- RAMOS, T. (1997) *Planeamento e Morfologia dos Espaços Urbanos dos Bairros de Olivais e Telheiras: Organização Espacial e Configuração Física*. Universidade Técnica de Lisboa: Tese de Mestrado.

RAMOS, I. ; BERNARDO, F.; SARAIVA, M.; TEIXEIRA, T. (2007) Paisagem Urbana: Viver a cidade entre o artificial e o natural. *Métodos e Técnicas para o Desenvolvimento Urbano Sustentável 08 Parque Expo, Cesur*, Lisboa, p: 104-1134.

REGO, M. A. (2010) Determinantes Ambientais dos Estilos de Vida e Obesidade. *Direcção-Geral da Saúde. PLAHS - Planos Locais de Acção em Habitação e saúde*, Lisboa, Novembro, Grupo 2 – Espaços seguros e saudáveis, interacção social, planeamento urbano, acidentes, obesidade, Ficha 2.12.

SANTANA, F.; SILVA, A.; SUCENA, E.; GOMES, F.; SANTANA, P. (1994) *Dicionário da História de Lisboa*. 1ª. Edição. Lisboa: Direcção de Francisco Santana e Eduardo Sucena.

SANTANA, P., Nogueira, H., Santos, R. (2009) Ambientes Obesogénicos: Contexto, Mobilidade, Dieta. *In Santana (coord.) A Cidade e a Saúde*, Lisboa, Edições Almedina: 143-154.

SARAIVA, M.(2009) *Cidades e Rios: perspectivas para uma relação sustentável 09*, Parque Expo 98. Lisboa: Colecção Expoentes, 212p.

SCANNELL, L.; GIFFORD, R. (2010) Defining place attachment: A tripartite organizing Framework. *Journal of Environmental Psychology*, Canada, Março, p: 1-10.

SEIXAS, A.; COUCEIRO, J.; MÉGRE, R.; GOMES, R. (1997) *Ternos Passeios - Um manual para melhor entendimento e fruição dos espaços públicos*. Lisboa Instituto de Promoção Ambiental/IPAMB e Câmara Municipal de Lisboa – Pelouro de Ambiente e Espaços Verdes.

SERDOURA, F. (2006) *Espaço público, vida pública: o caso do parque das nações*. Dissertação para obtenção do grau de Doutor em Planeamento Regional e Urbano, apresentada no Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa: (policopiado).

SERDOURA, F. (2007) As dimensões do espaço urbano público. *Artitextos*, Lisboa: 149-156.

SILVA, F. N.; SOARES, R.; GOMES, A.; CAMBRA, P.; LAJAS, R. (2009) Acessibilidades e Espaço público. *Métodos e Técnicas para o Desenvolvimento Urbano Sustentável 08 Parque Expo, Cesur*, Lisboa, p: 62-103.

SILVA, P. R. (2010) Habitação e Promoção da Saúde. *Direcção-Geral da Saúde. PLAHS - Planos Locais de Acção em Habitação e saúde*, Lisboa, Novembro, Grupo 2 – Espaços seguros e saudáveis, interacção social, planeamento urbano, acidentes, obesidade, Ficha 2.1.

STOKOLS, D. (1990) Instrumental and Spiritual views of people – Environmental relations. *American Psychologist*, 45, p: 641-646.

TÁVORA, F. (2008) *Da organização do espaço*. Porto: FAUP Publicações, 75p.

TELLES, G. R. (1999) Humanização das vias rápidas: A circulação de peões e bicicletas. *Lisboa: Urbanismo*, Lisboa, Setembro/Outubro, p: 26-29.

TIRONE, L. (2007) *Construção Sustentável: Soluções eficientes hoje, a nossa riqueza de amanhã*. Lisboa: Tirone Nunes, 214p.

XIBERRAS, M. (1993) *As Teorias da Exclusão, para uma construção do imaginário do desvio*. Lisboa: Epistemologia e Sociedade, Instituto Piaget.

UNCentre for Human Settlements (1996) *Global Report on Human Settlements: Un Urbanizing World*. Oxford University Press, Oxford.

UNCentre for Human Settlements (2001) *Global Report on Human Settlements: Cities on a Globalizing World*. Earthscan Publications Ltd, Londres.

VALADA, R.; CARVALHO, J.; GUEDES, M.; VIEIRA, M.; VAZ, S; BAIÃO, A. (1999) Lisboa 2000: O mobiliário urbano no espaço público. *Lisboa Urbanismo*, Lisboa, 2 (7): 2-7.

VASCONCELOS, J., VIEIRA, R. (2009) Conforto Bioclimático da Amadora. Contributo para o Planeamento Saudável. *A Cidade e a Saúde*, Lisboa, Outubro, p: 197-217.

ZACARIAS, W. (2011) A Rua – será que a podemos perder?, *Artigos Infohabitar*, Lisboa, VII (335): 1-3p.

Referências electrónicas

<http://caminhandopsicologia.no.comunidades.net/index.php?pagina=1183300227#id3>

<http://stokols.socialpsychology.org/>

<http://socialecology.uci.edu/faculty/dstokols>

<http://www.sciencedaily.com/releases/2006/02/060228085228.htm>

en.wikipedia.org/wiki/Health_effects_from_noise

www.nonoise.org/library/epahlth/epahlth.htm

<http://www.who.int/topics/obesity/en/>

http://home.fa.utl.pt/~fs/FCT/PAPER5_RECIFE.pdf

http://projectos.ordemosarquitectos.pt/cidadecidadao/files/forum/pers/P_06.pdf

http://www.janusonline.pt/2009/2009_2_19.html

<http://infohabitar.blogspot.com/>

http://in3.dem.ist.utl.pt/msc_04history/aula_5_c.pdf

http://www.cm-barreiro.pt/NR/ronlyres/623C1FD9-3BEA-4E63-B9A2-76045B90B7FA/55539/ParqueExpo_apresenta.pdf

http://dn.sapo.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1458313

<http://eab.sagepub.com/>

<http://www.saudeprime.pt/conselhos-uteis/111-a-cidade-esgota.html>

<http://www.johnvdavis.com/ep/benefits.htm>

www.toronto.ca/health/hphe/pdf/noiserpt_attachmentmarch23.pdf

www.who.int/docstore/peh/noise/guidelines2.html

<http://www.unfpa.org/swp/2007/english/introduction.html>

Anexo I - Inquérito

| | | | | | |
|---|----------------------------------|--------------------------|-----------------------------------|--------------------------|---|
| Questionário nº: | Rua: | | | | |
| Data: | Zona de Estudo: | | | | Hora: |
| Dia da Semana: | Aspectos climáticos: | | | | |
| 1/Caracterização do inquirido | | | | | A Pessoa |
| 1. Sexo | F | <input type="checkbox"/> | M | <input type="checkbox"/> | |
| 2. Escolaridade | 4ª classe inc | <input type="checkbox"/> | 4ª classe | <input type="checkbox"/> | Ciclo Básico <input type="checkbox"/> Ensino Sec. <input type="checkbox"/> Ensino Superior <input type="checkbox"/> |
| 3. Idade | <input type="text"/> | | | | |
| 4. Situação Profissional | Empregado | <input type="checkbox"/> | Profissão | <input type="checkbox"/> | Reformado <input type="checkbox"/> Desemp. <input type="checkbox"/> Motivo: <input type="text"/> |
| 5. Estado Civil | <input type="text"/> | | | | |
| 6. Sente-se saudável? | | | | | |
| | Sim | <input type="checkbox"/> | Não | <input type="checkbox"/> | |
| | | | Problemas Psicológicos | <input type="checkbox"/> | |
| | | | Obesidade | <input type="checkbox"/> | |
| | | | Tensão Arterial | <input type="checkbox"/> | |
| | | | Problemas Respiratórios | <input type="checkbox"/> | |
| | | | Problemas Cardíacos | <input type="checkbox"/> | |
| | | | Diabetes | <input type="checkbox"/> | |
| | | | Mobilidade Condicionada | <input type="checkbox"/> | |
| | | | Problemas a nível de articulações | <input type="checkbox"/> | |
| 7. É um problema: | | | | | |
| | Crónico | <input type="checkbox"/> | Crónico, mas recente | <input type="checkbox"/> | De carácter passageiro <input type="checkbox"/> |
| 8. Sente-se feliz? | | | | | |
| | Nunca | <input type="checkbox"/> | Poucas vezes | <input type="checkbox"/> | Algumas vezes <input type="checkbox"/> Quase sempre <input type="checkbox"/> Sempre <input type="checkbox"/> |
| 9. Teve algum desgosto nos últimos dez anos? | | | | | |
| | Sim | <input type="checkbox"/> | Não | <input type="checkbox"/> | |
| 10. Como ocupa os seus tempos livres? | | | | | |
| | No espaço interior de minha casa | <input type="checkbox"/> | No espaço exterior que a envolve | <input type="checkbox"/> | |
| | Outro | <input type="checkbox"/> | | | |
| | Actividades | <input type="checkbox"/> | 1 | <input type="checkbox"/> | |
| | | <input type="checkbox"/> | 2 | <input type="checkbox"/> | |
| | | <input type="checkbox"/> | 3 | <input type="checkbox"/> | |
| | | <input type="checkbox"/> | 4 | <input type="checkbox"/> | |
| 11. Há quanto tempo... ..reside neste local? | | | | | |
| | ...frequenta este local? | <input type="text"/> | | | |
| | ...trabalha neste local? | <input type="text"/> | | | |
| 12. Sente-se seguro neste espaço? | | | | | |
| | Sim | <input type="checkbox"/> | Não | <input type="checkbox"/> | |
| 13. Como caracteriza o nível de qualidade deste espaço? | | | | | |
| | Mau | <input type="checkbox"/> | Deficiente | <input type="checkbox"/> | Razoável <input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Ótimo <input type="checkbox"/> |
| 14. Tem o hábito de andar a pé/caminhar, como actividade física? | | | | | |
| | Sim | <input type="checkbox"/> | Não | <input type="checkbox"/> | |
| | Se sim, onde? | <input type="text"/> | | | |
| | Se não, porquê? | <input type="text"/> | | | |

15. Vai sempre pelo mesmo sítio? Sim Não

Porquê?

16. Quando sai de casa... ...é movido por uma obrigação...
 ...é por prazer e vontade própria, reflectir e passear...

17. Sente-se isolado ?

Sim Não

18. Porquê? (sim)

19. Já foi assaltado, ou vítima de qualquer tipo de agressão em pleno espaço público (neste espaço)?

Sim Não

20. Sente-se "sozinho" (psicologicamente)?

Nunca Poucas vezes Por vezes Quase sempre Sempre

2/Relações do espaço vivido O Espaço

21. Qual o motivo porque frequenta este espaço?

É residente Gosta do local Trabalha aqui Onde reside?

22. Como caracteriza este espaço?

| | 1 Muito Mau | 2 Mau | 3 Razoável | 4 Bom |
|---|-------------|-------|------------|-------|
| Inclinação | | | | |
| Soalheiro | | | | |
| Húmido | | | | |
| Ruído | | | | |
| Vento/Correntes de Ar | | | | |
| Iluminação | | | | |
| Estacionamento | | | | |
| Transportes Públicos | | | | |
| Equipamentos | | | | |
| Comércio | | | | |
| Serviços | | | | |
| Espaços Lúdicos | | | | |
| Espaços Verdes | | | | |
| Cultura/História | | | | |
| Interesse estético | | | | |
| Agradabilidade | | | | |
| Cor | | | | |
| Mobiliário Urbano | | | | |
| Bancos (zonas de permanência) | | | | |
| Estruturas de ensombramento e abrigo da chuva | | | | |
| Limpeza | | | | |
| Caminhos pedonais, arruamentos... | | | | |
| Dimensão dos passeios | | | | |
| Qualidade dos pavimentos | | | | |
| Preservação e Conservação | | | | |
| Escoamento de águas | | | | |
| Segurança | | | | |
| Zonas escuras, degradadas | | | | |
| Impasses (becos sem saída) | | | | |
| Fragmentado, sem ligações | | | | |
| Não tem forma, composição | | | | |

23. O que alterava?

24. Sente que este espaço o ajuda a ultrapassar os seus problemas do quotidiano?
Sim Não É indiferente

25. Sente que este espaço contribui para os seus momentos de infelicidade?
Sim Não É indiferente

26. Gosta da vizinhança?
Não Um Pouco Mais ou Menos Sim Bastante

27. Como os caracteriza?

| | 1(Nada) | 2 (Razoável) | 3 (muito) |
|--|---------|--------------|-----------|
| Não os conhece | | | |
| É raro vê-los | | | |
| Desinteressados/Desligados | | | |
| Sáúdam-se | | | |
| Acessíveis e Disponíveis (preocupados) | | | |
| Visitam | | | |
| Fazem muito ruído | | | |

28. Sente que conhece esta zona da cidade?
Sim Não

29. Porquê?

30. Existe algum local/área que evite atravessar, permanecer, frequentar...?
sim Não Qual?

31. Porquê? Inseguro Escuro Vazio
Mal frequentado Outro

32. Como se desloca?
A pé Transporte Colectivo Transporte Privado Outro

33. Tem recordações agradáveis, memórias presentes de situações passadas aqui?
Nenhumas Algumas Muitas

34. Qual a importância que tem para si o espaço público?

35. Tente desenhar, mentalmente, o que conhece deste "sector" da cidade.